



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

CRÍTICA, MORAL E ESPETÁCULO:
o caso do feminismo digital

Beatriz Moreira da Gama Malcher

Dissertação de Mestrado

RIO DE JANEIRO

2016

BEATRIZ MOREIRA DA GAMA MALCHER

CRÍTICA, MORAL E ESPETÁCULO:
O CASO DO FEMINISMO DIGITAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Rio de Janeiro

2016

MALCHER, Beatriz Moreira da Gama

Crítica, moral e espetáculo: o caso do feminismo digital / Beatriz Moreira da Gama Malcher – Rio de Janeiro: PPGCOM/ECO/UFRJ, 2016.

202 f.

Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ ECO/ Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2016.

1. sociedade do espetáculo. 2. crítica reformista. 3. pós-feminismo. 4. vítima. 5. redes sociais.

I. VAZ, Paulo Roberto Gibaldi (orient.) II. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. III. Crítica, moral e espetáculo: o caso do feminismo digital.

Beatriz Moreira da Gama Malcher

CRÍTICA, MORAL E ESPETÁCULO:
O CASO DO FEMINISMO DIGITAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Aprovada por:

Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz (PPGCOM/UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Lígia Campos de Cerqueira Lana (PPGCOM/PUC-RIO)

Prof. Dr. Marcos Dantas Loureiro (PPGCOM/UFRJ)

Suplentes:

Prof. Dr. Maurício Lissovsky (PPGCOM/UFRJ)

Prof. Dr. Daniel Bittencourt Portugal (ESDI/UERJ)

RESUMO

MALCHER, Beatriz Moreira da Gama. Crítica, moral e espetáculo: o caso do feminismo digital. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

A ascensão do que se caracteriza como uma crítica reformista, segundo Boltanski, ou espetacular, segundo Debord - crítica que obnubila o vislumbre de formas de existência para além do capitalismo - gerou mudanças no discurso social e político. Uma delas reside na centralidade dada ao par antitético vítima-preconceituoso e um aparente afastamento das formulações que tratavam a opressão a partir de uma totalidade que leva em consideração a complexidade das relações sociais e econômicas. Outra é o esvaziamento crítico radical em benefício do formato espetacular industrial. Objetivando-se a investigação das causas e efeitos deste processo, procuramos pensar na influência mútua entre as novas formas de pensamento crítico, a ascensão da figura da vítima como o lugar privilegiado da moralidade e a radicalização da lógica do espetáculo na era da internet, tendo no pensamento feminista um enfoque privilegiado. Para tal, propõe-se uma análise acerca das manifestações “Eu não mereço ser estuprada” e “O corpo é meu”, assim como de algumas mobilizações organizadas pelo think thank Think Olga, em especial o movimento Primeiro Assédio.

Palavras-chave: sociedade do espetáculo; crítica reformista; feminismo; vítima; redes sociais.

ABSTRACT

MALCHER, Beatriz Moreira da Gama. *Crítica, moral e espetáculo: o caso do feminismo digital*. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The rise of what Luc Boltanski calls a reformist criticism, or Guy Debord calls a spectacular one – form of criticism that block the pursuit of ways of life beyond capitalism – led to changes in social and political discourses. One of them lays in the centrality of the pair victim- perpetrator and the alienation from ways of thinking that considered the relationship between oppressor and oppressed that had in mind the complexity of social and economic relations. Another one is the lack of radicalism in the critical thinking to benefit a spectacular and industrial logic. To investigate both causes and consequences of that process, we aim to comprehend the mutual influence between the new formats of critical thinking, the rise of the victim as a privileged moral figure and the radicalization of the spectacle on the internet, specially among feminist activists. Therefore, it was investigated the digital manifestations “Eu não mereço ser estuprada” and “O corpo é meu”, and some demonstrations staged by the think thank Think Olga, specially the “Primeiro Assédio”.

Palavras-chave: society of the spectacle; reformist criticism; feminism; victim; social network.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Professor Paulo Vaz, pelas leituras e ensinamentos, pelas disciplinas esclarecedoras e pelas discussões instigantes do grupo de pesquisa. Desde o primeiro ano de graduação o seu pensamento é uma referência para mim, preenchendo vazios e rompendo silêncios. Agradeço também pela orientação notável, pela liberdade, rigor e paciência.

À Prof^a. Lígia Lana, pela excelente disciplina “Problemas Teóricos da Comunicação” no primeiro semestre de meu mestrado, me apresentando a um amplo universo de referências e debates, decisivos na escolha do objeto deste trabalho e na minha forma de pensar o feminismo hoje. Agradeço também pelas sugestões e críticas que certamente contribuíram na formação de minha dissertação.

Ao Prof. Marcos Dantas, por, através da disciplina “Economia Política da Comunicação”, me apresentar, com rigor intelectual e político característicos, a um campo de debates que me ensinou a pensar de maneira distinta a respeito de um suspeito e nada admirável mundo novo que se constrói hoje. Agradeço também pelas recomendações e propostas para a elaboração deste trabalho.

Ao Prof. Maurício Lisovsky, pelos trabalhos inspiradores e originais e pela disponibilidade para a leitura deste trabalho.

Ao Prof. Daniel Portugal, pelas excelentes discussões nas quintas-feiras no grupo de pesquisa e pela disponibilidade para ler a minha dissertação.

A todos os membros que, nos últimos cinco anos, passaram pelo grupo “Risco, Portador e Vítima virtual”, com os quais aprendi e aprendo continuamente e sem os quais essa dissertação certamente não seria possível.

A todos os colegas de minha turma de mestrado, pelo companheirismo e pelos debates que tornaram ainda mais especiais estes dois anos.

Aos funcionários da secretaria do PPGCOM/UFRJ, de suma importância para todos nós discentes, pelo auxílio e disponibilidade. E aos funcionários terceirizados da ECO/UFRJ, pela dedicação e pelo trabalho.

Ao CNPq, por possibilitar a realização desta pesquisa.

Às amigas Clarissa Cogo, Isis Lino, Patrícia Fiasca, Suellen Jnoub, Taysa Coelho e Laura Marcondes e aos amigos Lucas Barrozo e Otávio Ribeiro, pela compreensão em minhas ausências e por, mesmo assim, estarem sempre presentes.

Ao amigo Andrei Battistel, pelas noites, bebidas e músicas, sem as quais a elaboração deste trabalho seria extremamente mais penosa.

Às amigas Patrícia Paiva e Maura Bazzarelli, pela visão de mundo, pela leve misantropia, pela arte que produzem e pela arte são.

À minha amiga Julia Fortuna, pelos 24 anos de amizade; pelos últimos dois anos de almoços esclarecedores. E pelos próximos 60 anos juntas.

Ao amigo Gustavo Azevedo, pela amizade e pelo exemplo de força e determinação, em todos os sentidos.

Ao amigo Tales Yamaguchi, central na formação da pessoa que sou hoje, pela companhia e suporte, por acreditar em mim e me ajudar a acreditar também.

Aos queridos José e Magali Helayel, que me receberam em sua família com extremo carinho e atenção e que se tornaram grandes amigos para mim.

Aos meus familiares: aos muitos tios, aos incontáveis primos e especialmente, aos meus avós - José, Guilherme, Leda e Maria José - e à minha tia Carminha pelo carinho, amor e pelas mais doces memórias. E à minha madrinha Bebel, pela companhia, pelas conversas e pelo apoio.

À Marina Vieira, por me conhecer mais do que eu mesma e por fazer toda a diferença (mais que positiva) em minha vida. Por importar (e muito) e se importar!

Aos meus pais, Rosário e Fernando Malcher, pelo suporte irrestrito em todas as coisas sempre. Por me abrirem para as viagens – pelo mundo e pelos livros. Por me ensinarem a pensar por conta própria em um mundo onde já não se pensa mais. Pela força, pela confiança. Pela vida.

Ao meu melhor amigo e meu companheiro, Karim Helayel. Pelas trocas intelectuais e pelos debates políticos. Pelos cafés da tarde, pelos passeios com a Bô, pelas noites de filme. Pela paciência, pelos risos, pelo suporte. Por estar no lugar certo na hora certa - por destino ou talvez por acaso. Por todos os sonhos. Pelo amor - sempre.

*Para meus críticos que mais me revolucionam:
Rosário, Fernando e Karim*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
O NOVO ESPÍRITO DA CRÍTICA	19
1.1. Crítica e capitalismo	20
1.2. Crítica e feminismo	31
1.3. Crítica e ciberativismo	46
CAPÍTULO II	
A CRÍTICA NA ERA DE SUA REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA	56
2.1. Crítica e espetáculo	57
2.2. Crítica e celebridade	71
CAPÍTULO III	
CRITICAR E PUNIR	92
3.1. Crítica e moral	93
3.2. Crítica e estado penal	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
ANEXOS	146

“Tudo é encenado, nada mais é realmente feito”

Thomas Bernhard, *Extinção*

INTRODUÇÃO

Até meados dos anos 2000 a internet era um espaço cuja potencialidade crítica, idealizada por décadas, não havia se afirmado, sendo majoritariamente reservada à coleta passiva de informação e ao entretenimento, sendo um local de socialização terciário; “na maior parte dos casos, um modo de realizar à distância atividades que outrora dependiam da proximidade física ou de outros meios de comunicação” (Vaz, 2004: 128). No entanto, a sua reconfiguração no modelo de web 2.0, assim como o contexto de crise econômica global, serviram para uma apropriação outra deste meio, que deixou de ser uma terceira forma de sociabilidade (Castells, 1999) para se tornar o local principal do qual emanam as demais formas de sociabilidade, ao menos no que diz respeito às práticas dos movimentos políticos e sociais (Castells, 2013).

No final da década de 2000, no norte da África e no Oriente Médio¹ houve um considerável aumento no preço dos alimentos e de outros produtos básicos, funcionando como um estopim que levou, a partir do ano de 2010, multidões para as ruas com diferentes demandas, no que mais tarde veio a se chamar “Primavera Árabe”. Em Portugal e na Espanha, países fortemente atingidos pela ampliação do desemprego e da precariedade laboral - que se tornaram mais evidentes com a crise financeira da zona do euro, apesar de antecederem a ela - surgiram respectivamente os movimentos de contestação *Geração à Rasca* (ou Movimento 12 de Março) e o *Movimento dos Indignados* (ou Movimento 15 de Março), que lideraram diversas manifestações populares de caráter heterogêneo em ambos os países. Nos Estados Unidos, com o estouro da bolha imobiliária de 2008, a frustração com o capitalismo financeiro e com o governo democrata do presidente Barack Obama fez com que milhares se manifestassem nas ruas no movimento Occupy Wall Street (Alves, 2012). Em junho de 2013, ocorreu, no Brasil, uma onda de protestos que recebeu o nome de “Jornadas de Junho”, e incluía desde uma esquerda que demandava maior participação popular no processo democrático e a reorganização urbana - o que compreende demandas como a melhoria nas condições dos transportes, a aplicação do passe livre, a crítica aos processos de gentrificação e a

¹ Principalmente na Tunísia, no Egito e na Líbia, mas atingindo também a Argélia, o Iraque, a Jordânia, o Omã e o Iêmen e, em menores proporções, o Kuwait, o Líbano, a Mauritânia, o Marrocos, a Arábia Saudita e o Sudão. O caso da Síria, também poderia entrar nessa análise, no entanto, com a devida precaução.

recusa aos megaeventos (Copa do Mundo, Olimpíadas, e etc.) (Maricato, 2013) - passando por uma direita liberal que se colocava “contra a corrupção” (Singer, 2013), atingindo até grupos de neonazistas (Secco, 2013). Na Ucrânia, em novembro de 2013, após o então presidente Vyktor Yanukovych, se utilizando do argumento da crise do euro, romper as negociações com a União Europeia e se aproximar da Rússia, milhares de pessoas se organizaram em protestos violentos, o que desencadeou a destituição do líder de Estado e a intensificação dos conflitos entre “separatistas” e “nacionalistas”.

Estes são apenas alguns exemplos dos diversos protestos e levantes populares que eclodiram em diferentes regiões do mundo a partir de 2010 - consequências diretas ou indiretas da crise econômica cujo início se deu em 2008². Apesar das evidentes diferenças políticas e culturais, todos estes movimentos partilham este modelo que dá centralidade às redes sócio-digitais (como o *Facebook*, o *Twitter* e o *Instagram*) não apenas como ferramentas organizacionais, mas também e principalmente tanto como o foco do qual emanam as narrativas das lutas, quanto espaços nos quais, utopicamente, se dá a tentativa de uma ocupação espacial simbólica (Castells, 2013).

Ao lado disso, uma outra característica é marcante em todos estes movimentos, que diz respeito a uma multiplicidade e heterogeneidade nas demandas, muitas vezes de cunho particular e individual – que chamaremos, nesta dissertação, de fragmentação - que são, segundo os manifestantes, unidas e sustentadas por um sentimento compartilhado de “desconforto e descontentamento” (Zizek, 2013: 103). Por outro lado, muitos críticos enxergam esta individualização e pluralidade de demandas como um reflexo de uma falta de foco e perspectivas e uma descrença categórica no futuro, que leva ao surgimento de uma “era dos protestos desengajados, [...] quando protestar se tornou uma questão estritamente pessoal, e o ativismo, a rigor, um estilo de vida” (Arantes, 2013). De fato, concordando com Arantes, muito do que se observa no ativismo hoje parece ter mais a ver com uma fluidez performática – que pode e será, neste trabalho, compreendida como uma consequência da radicalização da lógica da sociedade do espetáculo de Guy Debord (1997;1997b; 1997c) – do que, de fato, com uma perspectiva ampla de mudança.

No entanto, isto talvez se dê de maneira distinta quando se leva em conta a forma de manifestação crítica tomada pelos movimentos indentitários. De fato, amplamente

² O contexto de crise, como será desenvolvido nesta dissertação, de fato está intimamente e etimologicamente (Brown, 2011) ligado ao florescimento da crítica política e social (Boltanski & Chiapello, 2009).

apoiados nas redes sócio-digitais e nas formas de manifestação proporcionadas por elas, estes movimentos parecem ter se adaptado perfeitamente à produção espetacular de si, conseguindo, muitas vezes, canalizar estas suas performances em demandas efetivas, refletidas no campo cultural – através da reivindicação por representatividade – e no campo legal – pelo requerimento de leis de proteção. Não obstante este teor mais programático, estes movimentos parecem ser limitados ao contexto sócio-político específico, não vislumbrando possibilidades de atuação e futuro para além do contexto já estabelecido.

Sendo assim, esta impossibilidade de pensar o movimento partindo de uma chave de rompimento efetivo e total com o modelo político, econômico e social instituído se reflete diretamente nas formulações críticas dos grupos que se manifestam contra este mesmo modelo. Nas raízes deste processo está o surgimento, relativamente recente, de uma sensibilidade não-revolucionária que figura os movimentos políticos – identitários ou não – como um “empreendimento não-utópico apegado ao presente desventurado” (Brown, 2011b: 99. Tradução minha). E é exatamente deste ponto do qual esta dissertação tenta partir.

Os objetivos precípuos deste trabalho, deste modo, residem, inicialmente, na compreensão de como foi possível emergir um tipo de elaboração crítica, por parte do pensamento político e social de esquerda, que perde de vista as possibilidades de futuro para valorizar uma atuação pragmática no presente, evitando, portanto, falar em termos como “revolução” e “rompimento” para pensar em propostas mais ligadas à noção de “representatividade”, “empoderamento” e “reforma”. Vale ressaltar, neste ponto, que este trabalho compreende que *esquerda* é uma categoria difícil de definir de maneira unívoca, tendo em vista que o que se convencionou chamar de esquerda comporta uma diversidade de partidos, movimentos sociais e indivíduos de tendências díspares. O que engloba estes grupos e os determina no campo da esquerda é a postura de contraposição a uma situação hegemonicamente estabelecida. Vale ressaltar também que, apesar de diversa em suas influências, historicamente alguns pontos de vista, modos de atuação e tendências de pensamento se fazem mais presentes no conjunto da esquerda do que outros. Por exemplo, como será definido melhor neste trabalho, ao longo de boa parte do séc. XX, a ideia de revolução sempre foi um norte que interpelou a teoria e a prática de diversos movimentos de esquerda. Já hoje esta forma de pensar parece ter se dissipado. A partir disso, tem-se também como objetivo a análise das formas tomadas por este pensamento crítico – ao qual será dado o nome de “reformista” – tendo em vista seu local primordial

de atuação, a internet, assim como as consequências desta posição levando em conta sua relação com o sistema econômico capitalista e com o modelo moral contemporâneo.

Para tal, um recorte mais específico sobre este amplo universo faz-se extremamente necessário: o enfoque privilegiado desta dissertação residirá no movimento feminista e em sua forma de manifestação nas redes sócio-digitais. A escolha deste objeto se deu, em parte, pela falta de trabalhos em nível de pós-graduação que reflitam o movimento feminista e suas manifestações a partir de formulações críticas, se mostrando escassos os projetos, principalmente na área de estudos de gênero e do feminismo, que tentam fazer uma leitura a contrapelo dos discursos contemporâneos do feminismo, principalmente tendo em vista os projetos que idealizam certo “empoderamento” e “representatividade” da mulher no espaço digital. Esta constatação foi feita, primeiramente, a partir de inúmeras pesquisas empreendidas no Banco de Teses da Capes e no portal Scielo, e, posteriormente, através da participação, como ouvinte e apresentadora, em mesas de pesquisas e grupos temáticos relativos à questão de gênero e feminismo em diferentes congressos e seminários no Brasil, dentre eles o 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), o VII Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação (CONECO), o III Seminário Fluminense de Sociologia, o V e o VI Seminário Nacional Sociologia & Política, o XII Encontro de Pesquisa em Filosofia da UFMG, o VIII Colóquio Internacional Marx e Engels e o XIV Congresso Ibero-Americano de Comunicação (Ibercom).

Além disso, investigou-se, através dos anais oficiais, os trabalhos apresentados sobre esta temática ao longo dos últimos 5 anos nos principais congressos de comunicação, como o Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós), o Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e o Congresso Ibero-Americano de Comunicação (Ibercom). Por fim, procurou-se observar a recorrência de artigos com propostas nesta linha nos últimos 5 anos (totalizando 15 edições) da Estudos Feministas, principal periódico científico destinado a pesquisas sobre a questão da mulher no Brasil.

Pelo contrário, não apenas mostram-se escassos os trabalhos que buscam um estudo matizado da falta de perspectivas de rompimento na crítica dos movimentos feministas, como uma grande parte dos trabalhos localizados, parece pautar seu desenvolvimento teórico diretamente a partir do ponto de vista já solidificado pelo movimento, propondo menos um estudo reflexivo acerca do contexto e mais uma empiria pura ou, ainda, dando

primazia ao emocional e ao afetivo, como igualmente observado por Wendy Brown (2011c). Isto, por si só, já serve como um ponto de relevância, não apenas para indicar uma relativa autenticidade do trabalho aqui proposto, mas principalmente por apontar que a crítica feminista acadêmica vem tomando uma direção similar, se não idêntica, àquela do ativismo.

Por outro lado, foi crucial também para a escolha deste objeto a percepção de que, nos últimos anos, ocorria uma proliferação de discursos ditos feministas nas redes sócio-digitais. Foi esta mesma percepção, por sinal, que tornou a escolha, como objeto de pesquisa, das manifestações específicas desenvolvidas por estes grupos, mais difícil: uma das consequências, *em tese* positivas dos protestos de junho de 2013 foi a aderência maior a manifestações políticas, principalmente de caráter identitário, por parte de pessoas até então desinteressadas nestas questões. Isto desembocou, por um lado, em uma proliferação de sites e páginas de cunho feminista³ e, por outro, em uma maior disseminação do discurso de grupos já estabelecidos – o que, em certa medida, estimulou sua produção⁴. Com isso, a pesquisa desta dissertação ocorreu quase de forma concomitante ao surgimento de inúmeras mobilizações políticas, assim como polêmicas e indignações por parte de grupos feministas na internet.

Enquanto desenvolvia-se a pesquisa, algumas tendências comuns presentes em todas estas manifestações começaram a ser melhor observadas e certos movimentos surgiram como representativos e foram, portanto, selecionados para o estudo do universo crítico que os circunda. Foram eles os movimentos “Eu não mereço ser estuprada” (#EuNãoMereçoSerEstuprada), “O corpo é meu” (#Ocorpoémeu) e algumas colocações do *think thank* Think Olga, em especial a recente mobilização “Primeiro Assédio” (#PrimeiroAssédio).

Tendo selecionado, por fim, meu tema e objeto de pesquisa, cabe então indicar as questões que serviram como norte ao longo de sua elaboração:

- Quais são os limites que uma crítica feminista encontra dentro do estágio atual do capitalismo para atuar de acordo com seus ideais de esquerda?

³ Uma observação preliminar observou que a maior parte das páginas feministas do Facebook, por exemplo, surgiu de 2013 em diante.

⁴ Observa-se, por exemplo, a maior incidência de artigos do influente site Blogueiras Feministas a partir deste período.

- Qual é a influência que a web, como configurada hoje, tem nos discursos de esquerda e em sua limitação?

- Tendo em vista a centralidade da lógica do espetáculo, que é um de nossos pressupostos, quais são as possibilidades de atuação para o movimento feminista, ou seja, como o movimento se renova e do que ele deve abrir mão para sobreviver e ter alcance?

- Como funciona e quais são as consequências, nas manifestações feministas na web, da transição discursiva de um modelo crítico radical que pensa os problemas sociais a partir de uma noção de totalidade calcada na imagem do oprimido para uma outro que os individualiza e os reinterpreta? E qual é o papel das configurações morais neste processo?

O trabalho aqui executado tenta servir como resposta a estas perguntas; ou ainda, a uma questão central que, de certa forma, sintetiza todas as três: “o que significa para intelectuais [e/ou ativistas] feministas trabalhar em uma época pós-revolucionária; após a perda da crença na possibilidade e na viabilidade de uma derrubada radical das relações sociais existentes?” (Brown, 2011b).

Para tal, seu primeiro capítulo, nomeado “O novo espírito da crítica”, tem como objetivo fazer um levantamento teórico e histórico dos elementos principais que marcam este trabalho. Em um primeiro momento, para tal, é desenvolvido um estudo sobre o conceito de crítica, tendo em vista sua história moderna e sua apropriação política nos últimos séculos, até chegar aos dias atuais. Nesta sessão que serão desenvolvidos dois conceitos cruciais para o desenvolvimento deste trabalho: o conceito de crítica reformista e o de crítica radical. Posteriormente, propõe-se um rápido levantamento do que se entende como feminismo, levando em conta as formas que a crítica tomou dentro o movimento historicamente. Aqui será bem demarcada a diferença existente entre as tendências liberais do feminismo e as tendências de esquerda no que diz respeito à manifestação da crítica – explicando-se, por fim, a relativa aproximação que houve entre elas nos últimos anos. Também serão apontadas as particularidades destas vertentes levando em conta o contexto social brasileiro. Ainda neste capítulo, por fim, será desenvolvido um estudo acerca da internet colocando em questão exatamente o discurso que a percebe como dotada de um potencial emancipatório e tentando compreender como a crítica política produzida nas redes sócio-digitais acaba servindo para a manutenção dos próprios modelos criticados.

A partir disso, a questão da crítica será melhor colocada em diálogo com os objetos selecionados. No segundo capítulo, “A crítica na era de sua reprodutibilidade técnica”,

serão estudadas as manifestações #Eunãomereçoserestuprada e #Ocorpoémeu. Para a compreensão do caráter crítico nelas empreendido, alguns diálogos teóricos serão estabelecidos de modo a levar em conta conceitos cuja compreensão será central para pensar nos limites encontrados pela crítica na contemporaneidade. Aqui as discussões que dizem respeito à sociedade do espetáculo e à fotografia se tornarão central, assim como o debate da importância da figura da celebridade na instrumentalização do feminismo (McRobbie, 2009).

O terceiro capítulo, por fim, terá como objetivo discutir como a individualização das lutas sociais e a consequente reconfiguração do modelo moral fundamentado na dicotomia entre vítima e predador e/ou vítima e preconceituoso, tem consequências na elaboração da crítica. Partindo do exemplo do movimento #PrimeiroAssédio e de sua repercussão, a primeira parte deste capítulo tenta marcar a diferença entre crítica e indignação, apontando que muitas vezes um movimento indignado não necessariamente se esclarece e se despe de suas bases morais de modo a se reformular a partir de um viés crítico. Em um segundo momento, portanto, este capítulo tenta mostrar como esta reformulação se dá em um contexto onde as possibilidades críticas são majoritariamente reformistas.

Espera-se, ao fim deste trabalho, que se chegue a uma conclusão relevante sobre os limites das formas de endereçamento crítico na atualidade, contribuindo para os debates acadêmicos tanto acerca da questão da crítica, quanto também do feminismo, tentando, com este último, estabelecer certa relação de organicidade.

CAPÍTULO 1: O NOVO ESPÍRITO DA CRÍTICA

“Our agenda for women's empowerment must thus be unequivocal in our challenge to monopoly capitalism as a major obstacle to the achievement of equality.”

Angela Yvonne Davis,

Women, Culture and Politics

“Equality will be achieved when men and women are granted equal pay.”

Beyoncé Knowles-Carter,

Gender Equality Is a Myth!

O presente capítulo desenvolve uma investigação em torno da noção de crítica social, de modo a compreender suas origens, principais tendências e motivações, principalmente no que diz respeito ao pensamento de esquerda dentre os movimentos feministas. Para tal, será importante indicar o que se pode entender como *crítica*, mais especificamente a partir da ascensão da modernidade. Observaremos, desta forma, a relação entre as noções de civilidade, liberdade, igualdade e fraternidade, com o desenvolvimento de duas formas críticas distintas: a reformista e a radical.

A apropriação de cada um desses formatos será feita, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, de maneiras diversas por grupos cujos direcionamentos ideológicos se opunham. Estudar, portanto, o feminismo liberal e o feminismo socialista será relevante para a compreensão este processo. No entanto, no final do século XX e início do século XXI, estas tendências críticas passam a ser apropriadas de forma diferente - a estas novas formas de contestação social que nomeamos “novo espírito da crítica”, fazendo referência ao termo “novo espírito do capitalismo”, proposto por Luc Boltanski e Ève Chiapello (1999). Tentamos, deste modo, entender esta forma de manifestação crítica dentre os movimentos políticos de esquerda, levando em conta a crise do marxismo, o afastamento do pensamento socialista e, por fim, a aproximação destes movimentos ao humanitarismo e sua reapropriação pela lógica mercadológica através da internet, um dos principais palcos do ativismo feminista na atualidade.

1.1. Crítica e Capitalismo

Podemos tomar como ponto de partida para a discussão a definição de crítica, mais especificamente de crítica social e política. Como mostra Luc Boltanski em seu livro *La souffrance à distance* (1993), a crítica seria um objeto a ser mobilizado pela indignação, que, por sua vez, se trata de uma resposta a uma questão social e/ou política específica e cuja existência é possibilitada não por estímulos racionais, mas por estímulos morais e emocionais (Boltanski, 2007). Não concerne, vale ressaltar, a linearidade, onde toda indignação seria um estágio anterior à formulação crítica, fazendo que aquela e esta sejam duas etapas distintas de um mesmo processo: a operação crítica seria uma arma, nos termos do autor, da qual se pode ou não ser tirado proveito por uma manifestação indignada. Quando isso não ocorre, a forma tomada pela indignação será a de uma indignação unânime (ou de massa ou moral); indignação compartilhada por uma massa que consente com a opinião das elites e instituições locais e manifesta as principais tendências do pensamento moral de sua época, sendo, desta forma, um “acordo entre dirigentes e dirigidos que falam a partir de uma só voz” (Idem: 119. Tradução minha). Este tipo de indignação forma uma linha contínua entre pessoas e instituições “orientadas para um mesmo compromisso, um mesmo sentimento, um mesmo objetivo” (Idem: ibidem). Quando armada pela crítica, no entanto, a indignação tomaria o formato do que o autor chama de indignação esclarecida, que tenta se aproximar de um pensamento racional e, conseqüentemente, se afastar de formulações guiadas apenas pela paixão ou pela moral, de modo a “desconstruir a indignação unânime” (Idem: 121).

Sendo assim, Boltanski enxerga a crítica como um instrumento, assim como o faz Foucault, que a entende como “um meio para o porvir [...]; ela é um olhar sobre um domínio” (Foucault, 1990: 36. Tradução nossa). A crítica seria, segundo os autores, um meio que permitiria questionar seja circunstâncias tidas como dadas, seja circunstâncias produzidas por relações de poder e interpretadas por indignações movidas a paixão e a moral. Neste sentido, a crítica social objetivaria mostrar “como uma ordem social existente não permite seus membros, ou alguns de seus membros, a realizar as potencialidades constitutivas de sua humanidade” (Boltanski, 2011: 10. Tradução nossa) enquanto que a crítica política, como mostra Wendy Brown, seria a responsável por

“contestar avaliações estabelecidas sobre o tempo e qual andamento político e temporalidade nós desejamos destruir [...] longe de ser um gesto de indiferença ao tempo é uma tentativa de resetá-lo.” (Brown, 2005: 4. Tradução minha).

Esta percepção sobre a crítica política Brown relaciona com o que propunha Walter Benjamin em suas teses “Sobre o conceito de História” (1940), nas quais o autor, se opondo a uma tradição de esquerda otimista e teleológica que supunha a inevitável vitória dos oprimidos, questiona a noção de progresso. Para tal, o materialista histórico se ancora nas tradições românticas e no messianismo (Löwy, 2005) para propor uma leitura a contrapelo da história, pela ótica dos oprimidos. Desta forma, Benjamin observa o passado não como uma sucessão progressiva de vitórias, mas sim como um “amontoado de ruínas” (Benjamin, 2012: 246) e aponta que, para os oprimidos, o *Ausnahmezustand* (estado de exceção) seria a regra, ou seja, na “tradição dos oprimidos [...], a regra da história é, ao contrário, a opressão, a barbárie, a violência dos vencedores. (Löwy, 2005: 83). O otimismo progressista não colocaria em exigência, portanto, o pensamento crítico, tendo em vista que teria na vitória algo dado. Portanto, se esta é a referência mobilizada por Brown, pode-se considerar que, aqui, a tarefa da crítica política, seria a de “explodir o *continuum* da história” (Benjamin, 2012: 250).

No entanto, a própria autora mostra que esta seria apenas uma apropriação ideal, ao seu ver, dos inúmeros usos da crítica pois, afinal, se ela é um instrumento, ela pode ser utilizada de maneiras distintas, até mesmo para reforçar um modelo social dado ou para confirmar a ideologia do progresso, como será explicitado mais adiante neste trabalho. A proposta de mobilização da crítica vislumbrada por Brown (com base nas teses de Benjamin), associa-se ao que Boltanski (2013) chama de crítica radical. A compreensão deste conceito passa pelo entendimento da diferenciação que o autor faz entre os sentidos de *mundo* e *realidade*. *Mundo* seria o todo; tudo o que acontece, enquanto que a *realidade* seria “socialmente construída por uma rede de formatos de provas, regras, rotinas, formas simbólicas e objetos [...] que é o resultado de uma seleção e uma representação” (Boltanski, 2013: 444). A crítica radical seria aquela responsável por “buscar *no mundo* elementos que permitem desconstruir as convenções até então admitidas e, assim, desestabilizar a realidade como um todo.” (Idem: *ibidem*). Isto ocorre porque os formatos de crítica radical acreditam que existe uma interdependência entre os componentes que formam uma dita realidade, pensando a partir de uma noção de totalidade. No entanto, nem toda a crítica pensa na subversão de um sistema: em outros casos, a crítica pode

partir não da ideia de totalidade, mas sim da noção de independência entre as partes de uma realidade de modo a formar a crítica reformista.

A posição reformista baseia-se na crença segundo a qual os componentes da realidade são suficientemente independentes uns dos outros para que alguns deles possam ser melhorados progressivamente sem que os contornos da realidade sejam radicalmente transformados, pelo menos de uma só vez e em bloco. (Idem: 458).

Caracterizar-se-ia como reformista este pensamento por, ao invés de se colocar contrário ao sistema, questionando sua realidade, como um todo, e visando seu rompimento, coloca-se de modo a pensar em sua melhoria; de modo a torná-lo mais receptivo a grupos até então excluídos dos seus processos sociais. Trata-se de um formato crítico, portanto, que tenta utilizar os recursos disponíveis pela realidade que é criticada de forma a reapropriá-los positivamente, tornando-os mais úteis para os interesses de um dado grupo.

Historicamente, estas tendências críticas - reformismo e radicalismo - emergem e passam a conviver com a Modernidade, cada uma se manifestando com maior ou menor intensidade dependendo do grupo político e social que a mobiliza. No entanto, o conceito em si é mais antigo, derivando do grego *krisis*, que, na democracia ateniense, era um termo jurídico utilizado “a fim de expressar um juízo nos moldes de um questionamento de verdade ou de falsidade” (Spinelli, 2012: 60). *Krisis* seria o movimento de desestabilizar; de pôr algo em dúvida; em crise. Não obstante o longo percurso percorrido pelo conceito desde os tempos de Epicuro até o século XVIII d.C.⁵, ainda com o idealismo alemão - que inaugura a forma moderna da crítica (Brown, 2011) - ele permanece fortemente ligado à noção de revelação da verdade, do justo ou da beleza, como é reafirmado por Kant em sua *Crítica da faculdade do juízo* (1790)⁶. Neste sentido, a crítica permanece sendo fortemente relacionada ao conceito de virtude (Foucault, 1990).

Para Foucault, na passagem do período pré-moderno para a Modernidade há uma mudança crucial na forma a partir da qual se operam as relações de poder. Entende-se por

5 A cientista política Wendy Brown faz um apanhado histórico sobre as diferentes apropriações do conceito de *krisis*, da sua ramificação nos termos crítica e crise, e das diferentes manifestações da crítica ao longo da História Ocidental até a ascensão da modernidade. Disponível no artigo “Untimeliness and Punctuality: Critical Theory in Dark Times”. In.: BROWN, W. *Edegetwork: critical essays on knowledge and politics*. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2011.

6 Estudado na edição de 2002 da Forense Universitária. Disponível em : KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

relações de poder o conceito desenvolvido pelo autor para confrontar a dicotomia entre poderosos e dominados, ou entre soberanos e indivíduos submetidos, propondo, ao invés disso, estudar o problema “da dominação e da sujeição” (Foucault, 2012: 282). Compreender o poder através de suas relações seria, portanto, segundo o autor:

[...] estudar o poder onde sua intenção [...] está completamente investida em práticas reais e efetivas; estudar o poder em sua face externa, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos [...] Em outras palavras, ao invés de perguntar como o soberano aparece no topo, tentar saber como foram constituídos, pouco a pouco, progressiva, real e materialmente os súditos. (Idem: 283)

A partir desta percepção, Foucault propõe que o poder seja analisado menos como algo a ser possuído e mais como algo que funciona em rede, de modo que “o poder passa através do indivíduo que ele constitui” (Idem: 285). Isto não significa, vale ressaltar, que o poder seja exercido de forma equânime: bem pelo contrário, “o poder sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e uns do outro” (Foucault, 2012b: 138). O que torna variável, em cada contexto histórico, quem serão estes que dominam e quem serão aqueles que se sujeitam, é a relação do poder com a verdade: o poder seria o processo através do qual verdades sobre os sujeitos e a sociedade são produzidas. O poder exige essa produção de verdade, pois ele “necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la.” (Foucault, 1999: 29).

A produção de verdades pelo poder, no período pré-moderno, estava ancorada na moral religiosa. Desta maneira, as instituições que direcionavam a dominação - a Igreja, a aristocracia, os monarcas, etc. - exerciam um poder que desvelava uma “verdade” ligada à lógica espiritual através do direito canônico, da lei civil e da pastoral cristã (Foucault, 1988). O homem, por sua vez, se relacionava com a verdade com o intuito de “descobrir-se como mais do que seu corpo, descobrir-se como alma que deve lutar contra os desejos para escapar da morte e conquistar a eternidade bem-aventurada” (Vaz, 1999: 1). Sendo assim, este poder era exercido através da repressão, onde é afastado da sociedade, ou seja, do real produzido, aquele visto como inconveniente. A figura do outro é generalizada, tendo em vista que não há intenção alguma em sua ressocialização: é criada apenas a identidade do inimigo, não sendo feita uma distinção entre os crimes e desvios que

ameaçem a ordem, já que não havia o objetivo de conhecer este outro, mas apenas de excluí-lo ou mesmo eliminá-lo (Foucault, 2009).

Com a passagem para a modernidade, no entanto, e o fortalecimento do capitalismo, faz-se importante a reintegração social destes “outros”, que podem se tornar mão de obra para a indústria, assim como movimentar a economia capitalista através do consumo. Desta forma, o poder passa a individualizar; a separar; a especificar. Onde antes se via apenas o desrazoável passa a se ver um doente ou um criminoso, que, através da ciência, em instituições como o presídio e o hospital, serão tratados, “normalizados” e reintegrados. Ou seja, ao invés de excluir o desviante do real, o poder faz existir no real o desviante a ser salvo. Este poder agora vai se manifestar não de forma repressiva, mas de forma pastoral, onde ele “não tem por função fazer mal aos inimigos; sua principal função é fazer o bem em relação aqueles de que cuida” (Foucault, 2012c: 65).

Neste contexto de ascensão da modernidade é que, segundo Brown (2011), emerge a crítica como hoje conhecida, tendo como função primordial interrogar o “poder e seus discursos de verdade” (Foucault, 1990: 39. Tradução minha). Vale ressaltar, ainda, que este caráter virtuoso da crítica se dá, retomando o ponto inicial, principalmente tendo em vista que toda a proposição da *Aufklärung* (iluminismo) se relaciona diretamente com a noção de civilidade (*Bürgerlichkeit*⁷); da motivação moral de agir corretamente em relação às leis da sociedade burguesa, então em ascensão (Sloterdijk, 2012). Aqui, pensar o mundo deixa de ser mera abstração ou interpretação e passa a ser uma forma de se engajar ou, ao menos, de se questionar seu necessário engajamento (Vaz, 1992). Por conseguinte, a crítica passa a ser um instrumento mobilizado não apenas para colocar em questão, de forma abstrata, uma realidade, mas também de modificá-la ou romper completamente com ela. Neste contexto que se desenvolvem as posições críticas radical e reformista:

As formas de crítica que têm uma orientação reformista e as que têm uma orientação radical não diferem de maneira absoluta pelos princípios que as fundamentam. Elas têm raízes, uma e outra – para dizer rapidamente –, no espírito do iluminismo e nos mesmos requisitos de liberdade e igualdade, de modo que se pode ver em uma crítica radical uma forma de passagem ao limite do liberalismo. (Boltanski, 2013: 458)

Assim sendo, a crítica reformista, mesmo quando mobilizada pela esquerda, seria aquela que mais próxima aos ideais liberais, enquanto a crítica radical, seria a que

7 No alemão, o termo *bürgerlich*, a partir do qual é formado o termo *bürgerlichkeit*, significa tanto “civil” quanto “burguês”.

vislumbraria possibilidades de mundo para além desta realidade. As teorias socialistas surgem ainda no contexto de ascensão do modelo crítico radical, ou seja, no século XIX, como as suas principais tendências. No entanto, vale destacar, que não é apenas porque um grupo social se manifesta de acordo com preceitos socialistas que ele, necessariamente, vai promover um modelo crítico radical. Marx e Engels, em seu *Manifesto Comunista* (1848), por exemplo, enumeraram diversas tendências do socialismo que tomavam uma forma reacionária, ou seja, que, se colocando contra a sociedade burguesa, caíam em grande conservadorismo e nostalgia das relações feudais - como o socialismo feudal, o socialismo pequeno burguês e o socialismo alemão - e outras que tinham uma forma burguesa (Marx & Engels, 2010), tendo uma motivação, nos termos de Boltanski, mais reformista que radical.

À vista disto, as principais tendências críticas radicais, tendo em vista sua importância histórica e filosófica, seriam exatamente aquelas oriundas do pensamento marxiano. Não obstante, é relevante destacar também que o próprio marxismo, ao longo de sua história, muitas vezes flertou com tendências críticas reformistas, no sentido de tendências que enxergavam menos a totalidade do processo social e mais questões isoladas. Questionamentos a este afastamento do radicalismo e a consequente aproximação de um reformismo nos movimentos políticos comunistas foram mobilizados, por exemplo, por Lenin, ao criticar as militantes operárias do Partido Comunista Alemão (Zetkin, 2009), como será apresentado mais adiante; ou pelo jovem Gramsci, ao criticar o Partido Socialista Italiano (PSI) que, apesar de se colocar como um partido marxista e representante da classe operária, ao se limitar a luta parlamentar, afastava-se dos ideais revolucionários e fortalecia o Estado burguês⁸ (Gramsci, 2011). De qualquer modo, o materialismo histórico, entendido por Marx e Engels como a teoria científica da história (Marx & Engels, 2007), seria essencialmente uma forma de crítica radical, uma vez que procura abarcar os processos sociais em sua totalidade e tem como norte, principalmente, a ideia de revolução.

Vale também ressaltar a grande força que as proposições marxistas passam a ter sobre o pensamento de esquerda, principalmente a partir da Revolução Bolchevique (1917) e, posteriormente, com a Guerra Fria, de modo que, até mesmo os grupos políticos e sociais organizados que não se consideravam, necessariamente, comunistas, bebiam da

⁸ À crítica de Gramsci, vale a pena acrescentar que o próprio Benito Mussolini começou a sua vida política no PSI, sendo uma de suas principais lideranças até o ano de 1915, quando se retirou do partido por ter se tornado um “fervoroso defensor da intervenção da Itália” (Coutinho, 2011:356) na Primeira Guerra.

fonte do pensamento marxiano para pensar na ordem social partindo de uma totalidade e para compreender e criticar o modelo político e social burguês, contra o qual se colocavam, compartilhando os conceitos caros ao marxismo, como o de classe, propriedade e relações de produção, de modo a sempre vislumbrar uma possibilidade de rompimento com a ordem capitalista. Portanto, por maiores que fossem os indícios de reformismo que cada movimento pudesse, a sua maneira, apresentar, eles mobilizavam, essencialmente, modelos críticos radicais (Boltanski, 2013) contra a realidade dada ou, em termos foucaultianos, contra as verdades produzidas.

E, se historicamente a crítica radical era mobilizada pelas esquerdas, o liberalismo também se mobilizava criticamente, mas, por ser de origem burguesa, sempre se baseava em proposições críticas reformistas. Este formato crítico, como já destacado, pressupõe uma interdependência entre os diferentes setores da sociedade, não visualizando, desta forma, a estreita relação entre eles. Segundo Lukács, este seria o modo característico de percepção dos processos socioeconômicos e políticos do capitalismo. Neste sistema, a estrutura social seria compreendida a partir das estruturas das empresas: a autonomia do processo de racionalização industrial acentuaria a divisão do trabalho e a fragmentação dos processos de produção. Diante de um processo produtivo estranho, surge uma percepção de realidade insuperável e incompreensível, da qual o espectador só consegue compreender um pequeno fragmento (falsa consciência) (Lukács, 2003).

Neste contexto, as formulações críticas vão se dar, principalmente, sobre a noção de progresso social a ser alcançado por meios legais, através dos quais seria impossível uma emancipação política total, mas sim uma adaptação de um dado grupo social à ordem vigente (Idem). Esta falta de potencial emancipatório por parte das concepções liberais já era percebida pelo jovem Marx em seu texto “Sobre a questão judaica” (1844), no qual, respondendo criticamente ao texto *Die Judenfrage* (1843), de Bruno Bauer, e partindo do exemplo dos judeus da Alemanha oitocentista, questiona o processo de emancipação política buscado através dos direitos, no qual “o Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem” (Marx, 2010: 39). Neste contexto, portanto, os elementos particulares que conferem a diferenciação e conseqüente individualização dos membros de uma sociedade, assegurados pelo mecanismo legal dos direitos, fortaleceriam o Estado, de modo que, através deste mecanismo, agravar-se-ia a separação entre os homens: por meio da garantia de liberdade via direitos, ao invés de ocorrer a vinculação do homem com os outros homens, ocorreria “a separação entre um homem e outro. Trata-se do

direito a essa separação, o direito do indivíduo *limitado*, limitado a si mesmo” (Marx, 2010: 49, grifo do autor). Marx, portanto, propõe que os direitos:

naturalizam e reforçam poderes sociais historicamente específicos e poderes sociais não reconhecidos que nos colocam uns contra os outros, nos fazem preocupar com a propriedade, a segurança e a liberdade de circulação e nos estratificam econômica e socialmente (Brown, 2003: 108. tradução minha).

Tendo em vista estes dois modelos da crítica - a crítica radical e a crítica reformista - e que eles se colocam, cada qual a sua maneira, de modo a questionar o sistema socioeconômico estabelecido, no caso, o capitalismo, é importante ainda destacar os efeitos que a crítica pode ter sobre os espíritos do capitalismo; sobre os diferentes estados históricos do capitalismo⁹. A crítica pode ter, como efeito, deslegitimar os espíritos anteriores - de modo a propor sua renovação ou seu rompimento, dependendo do teor crítico. Ela também pode ter como efeito, ao ser ouvida, sua reapropriação pelos próprios meios de dominação de modo a *assegurar* a dominação, surgindo uma situação, portanto, onde “parte dos valores por ela [a crítica] mobilizados para a forma assumida pelo processo de acumulação foi posta a serviço da mesma acumulação” (Boltanski & Chiapello, 2009: 63).

O terceiro efeito que a crítica pode ter sobre o capitalismo, ou, mais especificamente, sobre um determinado espírito do capitalismo, é o de desestabilizá-lo ou encontrá-lo desestabilizado ao ponto de ele não conseguir reagir de uma maneira coerente a suas demandas, surgindo um momento de impasse, onde “o mundo passa a ficar momentaneamente desorganizado em relação aos referenciais anteriores e num estado de grande ilegibilidade” (Idem). Diante disso, a crítica pode agir para acelerar a transformação dos modos de produção, seja de maneira favorável ao rompimento com o capitalismo, através de um processo revolucionário, seja através de uma reforma completa de suas formas vigentes de modo a inaugurar uma nova fase histórica do sistema - um novo espírito.

9 Seu primeiro período histórico, segundo Boltanski e Chiapello, seria aquele centrado na figura do empreendedor capitalista industrial, concentrando-se na especulação e reunindo um “amalgama de disposições e valores diferentes e até incompatíveis (sede de lucro e moralismo, avareza e caridade, cientificismo e tradicionalismo familiar)” (Boltanski & Chiapello, 2009:50). Este período seria procedido pelo seguinte após a crise de 1929, que foi aquele que se organizava em torno da figura dos dirigentes e executivos, muito relacionado a um capitalismo empresarial e burocrata. Este, por sua vez, é substituído gradativamente, devido, por um lado, a necessidade do capitalismo de se renovar perante à crise econômica da década de 1970 e, por outro, ao enfraquecimento de projetos ideológicos que se contrapõe à ele fortemente, com a crise do marxismo (Idem).

Esta terceira situação, na análise de Boltanski e de Chiapello, é a que se deu entre as décadas de 1970 e 1990. Com a crise econômica de 1973 – a crise do fordismo (Ponte, 2015) ¹⁰ - torna-se impossível para o sistema atender às “exigências de reforço dos dispositivos de justiça social” (Boltanski & Chiapello, 2009: 63), privilegiando, como em qualquer contexto de crise, a transformação dos modos de realização do lucro. Neste contexto, uma crítica de teor radical poderia colaborar para o rompimento com o sistema capitalista. Não obstante, o que se dava, em concomitância com a crise do capitalismo, como então configurado, era uma crise ainda maior, de cunho ideológico e prático, no marxismo, cujo marco inicial aconteceu ainda na década de 1950 com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética¹¹ de 1956, atingindo seu ponto máximo na queda do Muro de Berlim e na dissolução da União Soviética.¹² Esta crise desencadeou um esvaziamento do potencial das propostas críticas radicais do período e, como consequência, os movimentos críticos que tiveram mais impacto foram exatamente aqueles que expunham propostas reformistas, o que auxiliou na renovação do capitalismo.

No entanto, mais do que possibilitar essa renovação, uma nova forma de dominação da crítica surgiu em concomitância com o enfraquecimento do marxismo como possibilidade teórica e prática. O pensamento crítico, segundo Boltanski, seja ele reformista, seja ele radical, é sempre direcionado às instituições - no sentido mais amplo do termo - que são as responsáveis pela manutenção da realidade, que será feita através de três tipos de dominação principais: a *dominação pelo terror*, ou seja, através da violência explícita; a *dominação ideológica*; e a *dominação gestonária*. O autor faz uma diferenciação entre estas duas últimas por considerar -o que mais adiante colocamos em questão - que não haveriam mais ideologias, levando em conta tanto a nova forma de dominação do capitalismo, quanto o descrédito da teleologia marxista no pensamento de esquerda hoje.

¹⁰ Sobre o fordismo e sua crise, vale a leitura completa do artigo “O modelo fordista e as funções sociais da comunicação”, de Daniel Fonseca Ximenes Ponte. In.: PONTE, Daniel. “O modelo fordista e as funções sociais da comunicação”. *Revista Eptic*. Vol. 17, nº 1, janeiro-abril 2015.

¹¹ Neste congresso, Nikita Khrushchov leu relatório no qual denunciava o genocídio promovido por Joseph Stalin na década de 1930, onde milhares de membros do Exército Vermelho, assim como civis, foram torturados e assassinados por serem considerados pelo ditador, com base em falsas confissões, inimigos do povo soviético. (Bensaïd, 2007)

¹² Sobre a crise do marxismo, vale a leitura do livro de Perry Anderson *A crise do marxismo*. (São Paulo: Editora Brasiliense, 1985).

A dominação gestonária é baseada numa aparência de democracia, onde supostamente todos têm ou devem ter sua liberdade de expressão garantida. Neste contexto as instituições se relacionam com o público de modo a incorporar em suas rotinas um diálogo pretensamente aberto e acolhedor. Ao mesmo tempo, se trata de um modelo que se coloca como dominado não por sujeitos ativos, mas por “dispositivos dos quais indivíduos ou grupos podem tirar maior ou menor proveito, dependendo das estratégias que eles adotam” (Boltanski, 2013: 449), sendo tudo o que ocorre uma consequência da forma de gestão por parte do indivíduo ou do grupo destes dispositivos. Para o autor, este tipo de dominação trabalharia para conter a possibilidade de críticas, em principal as críticas radicais, porque, diferente da dominação puramente ideológica - que pede para o dominado aderir à ordem estabelecida de maneira entusiasmada - esta dominação pede para que seus dominados “sejam *realistas*. Ser realista, quer dizer, aceitar as restrições, notadamente econômicas, tais como elas são, não porque sejam boas ou justas ‘em si’, mas porque não podem ser diferentes do que são” (Idem: 450).

Slavoj Žižek faz uma análise similar através do conceito de censura liberal, a partir da qual se disponibiliza a aparência de uma liberdade de pensamento para gerar submissão. Segundo o autor esloveno, o modelo tomado pela democracia burguesa cria um ideal de liberdade que, paradoxalmente, sustenta a servidão social (Žižek, 2003). Este seria, de fato, um modelo de dominação da crítica, tendo em vista que, através de uma mistificação dos processos e relações sociais, econômicos e políticos - amplamente sustentados por temas, segundo o autor, falsos, como “democracia”, “liberdade”, “guerra ao terror”, “direitos humanos”, entre outros – a percepção da população diante das situações são obnubiladas, não sendo possível uma reflexão aprofundada ao seu respeito. Nos termos do autor, “a luta pela liberdade exige a referência a um dogma inquestionável.” (Idem: 19).

A diferenciação feita por Boltanski entre a dominação gestonária e a dominação ideológica consiste no fato de que em uma dominação puramente ideológica, o desenvolvimento da crítica surge da desilusão, que pode colocar em questão a própria ordem do sistema ao qual se aderiu de maneira entusiasmada, enquanto que na dominação gestonária parte deste entusiasmo se perde, apesar de também não haver mais desilusão: se diz que as coisas são como são, dificultando a possibilidade de desenvolvimento de uma crítica que pense para além dos muros do sistema dado, no caso, do capitalismo (Idem). Portanto, a principal crítica a ser desenvolvida terá um caráter de cunho

reformista, que visa pensar nas pequenas melhorias do sistema, mas nunca em sua dissolução - que parece impossível.

Além disso, os dispositivos gestionários não agem de forma a tolher as mudanças e sim por meio das mudanças, “defendendo a mudança por ela mesma, enquanto fonte de energia.” (Idem: 452). Tratam-se, claro, de mudanças orientadas e conduzidas *para e pelo* capital, escoradas em explicações técnico-científicas (Boltanski, 2011), mas de modo a passar para o público tanto a noção de progresso quanto a impressão de que aquela mudança aconteceu por seu interesse, dando uma falsa sensação de agência. Mostra o autor que:

Deve-se notar uma característica particularmente especial deste modo de governança. Trata-se do caráter *instrumental*, estritamente *gestionário* das intervenções, e suas justificativas. As medidas adotadas encontram seu princípio de necessidade por estarem de acordo com um quadro, muitas vezes contábil ou jurisdicional, sem exigir uma ampla utilização de discursos ideológicos, nem a realização de rituais ou cerimônias valorizando a coerência de uma ordem no nível simbólico. [...] O caráter técnico das medidas torna difícil, ou até inútil, a sua transmissão para um público amplo. Nada, ou quase nada, vem para garantir a coerência do conjunto a não ser precisamente o quadro contábil e/ou jurisdicional geral ao qual as medidas específicas devem se ajustar. (Boltanski, 2013: 453)

No entanto, acredito que para explicar a ascensão e manutenção deste modo de dominação é essencial recorrer exatamente à noção de ideologia negada pelo autor, porque, se a compreendermos em termos marxianos - onde “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideais dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante.” (Marx & Engels, 2007:47) - podemos observar que, se a dominação gestionária não é um tipo de dominação ideológica, ela vai, ao menos, depender de um projeto ideológico. Neste prisma, o discurso que promulga o modelo capitalista como o único modelo possível e que se baseia em uma “‘Ciência’, com C maiúsculo” (Boltanski, 2013: 459), em principal a Economia, para estabelecer uma dominação sobre a crítica, seria um discurso ideológico. Mais do que isto, enquanto a sociedade política promove uma dominação gestionária, o modo de dominação ideológica, nos termos propostos por Boltanski, ou seja, o modo de dominação que cria uma imagem positiva e idealizada do sistema, permanece vivo na sociedade civil na forma de *espetáculo*, como será demonstrado mais a diante neste trabalho.

Porém, o ponto de relevância a ser destacado neste momento é que com a crise do marxismo, em concomitância com o surgimento de um novo espírito do capitalismo ancorado em um novo formato de dominação da crítica - a dominação gestonária – crítica social e política passa a ter seu potencial radical esvaziado, limitando o pensamento da própria esquerda que, antes ancorados em formulações que pensavam a complexidade das questões sociais a partir de uma totalidade e de um desejo de rompimento, passam a pensá-las tendo em vista a independência entre as partes e um desejo de inclusão. Inclusão, neste sentido, seria extremamente pautada por uma noção de convívio tolerante, que se baseia numa ideia de que uma suposta “razão comunicativa” permitiria o pertencimento das identidades excluídas ao sistema que as excluem através de uma administração horizontal dos conflitos. Deste modo, as identidades podem ser apropriadas – o que ocorre, porém, através de um movimento que legitima e cristaliza as “segmentações identitárias, as contradições não resolvidas do capitalismo ao qual, no entanto, serve como luva” (Dantas, 2015)¹³.

As transformações no discurso feminista de esquerda, tornam-se, portanto, relevantes para ilustrar este processo.

1.2. Crítica e Feminismo

Como os formatos de crítica radical e reformista surgiram com os projetos iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade, diferentes objetos foram mobilizados por ambos tendo sempre em vista atingir estes ideais. Neste contexto que nasce o pensamento feminista. Oficialmente, ele surgiu com Mary Wollstonecraft, na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra, inaugurando o que foi conhecido como “feminismo liberal”, por ser fortemente inspirado no pensamento republicano francês (Miguel & Biroli, 2013). Marcado por um viés de classe e idealizando a “transformação da condição da mulher” (Saffioti, 2013: 173) e, no entanto, “conservando a estrutura da sociedade capitalista” (Idem: ibidem), este feminismo inaugurado por Wollstonecraft, mobilizava o formato reformista da crítica e seria, ao lado do feminismo socialista, exposto mais a diante, a principal tendência do feminismo nos séculos seguintes. O foco

¹³ Este processo recebe o nome de “ideologia californiana”, que se potencializou nas últimas décadas, quando “os Estados Unidos tomaram em suas mãos a “tocha ideológica e cultural do planeta” [...] O discurso desta cultura “proclama a coexistência pacífica, a não ofensa ao vizinho assim esperando viver-se em paz” (Dantas, 2015).

deste tipo (reformista) de crítica feminista reside no desejo da *igualdade formal* entre todos os membros da sociedade, o que é alcançado através de vias legais. Neste contexto, os direitos ao voto, ao divórcio e à igualdade salarial entre homens e mulheres tornam-se as demandas centrais destes movimentos.

O principal país influenciado por este nascente feminismo foi o Estados Unidos, com suas líderes sufragistas Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, onde a Guerra de Secessão e o movimento abolicionista estadunidense abriu caminho para a idealização de projetos que excluía não apenas os privilégios de cor, mas também os de sexo. Com isso, Anthony pôde fundar a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres, em 1869, que conseguiu, ao longo das décadas seguintes, o direito da mulher ao voto em nove estados americanos. Durante a Primeira Guerra Mundial, surge em Chicago o Partido das Mulheres, que organizou inúmeras manifestações por todo os EUA e conseguiu, em 1919, mediante um congresso formado em sua maioria por membros do conservador Partido Republicano, o sufrágio feminino (Idem). Diante disto, os EUA viraram uma referência central para o feminismo em todo o mundo, tendo grande influência no feminismo brasileiro.

Toda vida, vale ressaltar que o nascente capitalismo do Brasil desta época era evidentemente distinto daqueles da Inglaterra e dos EUA. Ainda que tivesse, no século XIX e início do século XX, uma economia baseada principalmente na agricultura, o país importou ideias liberais e as reproduziu no sistema legal, aclimatando-as apenas relativamente ao contexto social e econômico local. Isso fez com que, juridicamente, o país sempre parecesse mais “avançado” em relação às questões sociais, enquanto que, concomitantemente, o conservadorismo fortalecia certos preconceitos sociais (Idem). Por isso, a legislação de cunho feminista surgiu sendo pouco reclamada pela população: em sua maioria iletrada e formada por mulheres livres pobres, a população feminina tinha pouca mobilidade social. Nos centros urbanos, onde o pensamento liberal chegava com maior intensidade, as proletárias e as mulheres pequeno-burguesas haviam sido introduzidas no mercado de trabalho, sem que, no entanto, o Estado garantisse meios, como creches e refeitórios populares, para que elas se afastassem do trabalho doméstico, passando, assim, a cumprir uma dupla jornada. Este fator era extremamente vantajoso para a desorganização política da mulher, já que não havia tempo disponível para que ela se dedicasse “eficazmente, através das organizações sindicais, a melhorar sua posição de barganha” (Idem: 98)

Até mesmo em meio às mulheres das classes mais abastadas, o pensamento político e social era bastante diminuto. Diferente do que ocorreu nas sociedades pré-capitalistas europeias, o papel da mulher era extremamente reduzido na economia familiar brasileira: apesar de algumas senhoras de engenho terem uma função importante na supervisão das atividades do lar, grande parte delas, saídas do domínio patriarcal do pai, no início de sua adolescência, direto ao domínio patriarcal do marido, eram “incapazes de impor a disciplina à escravaria doméstica e aos filhos” (Idem:245), passando sua vida “abandonada à rede, ralhando com os escravos e assistindo passivamente aos namoros de seu marido com as escravas” (Idem: 246). Mesmo as mulheres que cumpriam certas tarefas de responsabilidade e importância na economia doméstica, eram completamente submetidas ao domínio de seu marido.

Na transição para a modernidade, estas mulheres abastadas, que na Europa e nos Estados Unidos haviam dispostos de ampla educação, no Brasil eram educadas a, no máximo, serem agradáveis nos círculos sociais. Graças às relações próprias ao patriarcalismo e à falta de acesso da mulher ao ensino “progressista” - já que apenas os *filhos* da casa-grande é que “recebiam educação na Europa e que promoviam as inovações sociais e políticas” (Idem: 249) - a mulher abastada brasileira tinha um universo sociocultural extremamente restrito, sendo, “inegavelmente, mais conservadora do que o homem, representando, portanto, o elemento de estabilidade da sociedade” (Idem: ibidem). Por isso, os primeiros projetos pensando a questão feminina foram promovidos por homens, sem ter, sequer, a participação, e muito menos o apoio das mulheres, sendo, portanto, incipientes no Brasil nos séculos XVIII e XIX.

Apenas no século XX o feminismo politicamente organizado surgiu no país, com a volta de Bertha Lutz da Europa, momento em que o feminismo inglês se encontrava em suas fases mais violentas. A cientista se transforma na primeira pregadora brasileira da emancipação feminina e passaria a representar o Brasil, ao lado de Olga de Paiva Meira, no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho, nos EUA. Voltando do Conselho, funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminista (FBPF), baseada amplamente nos estatutos do movimento feminista liberal americano (Idem), que, em sua ampla maioria, “refletia as preocupações de mulheres brancas de classe média” (Davis, 1990: 3. tradução nossa). Com inclinações ligadas ao interesse burguês, a FBPF teve grande repercussão nos meios políticos e intelectuais nacionais, principalmente a partir da Revolução de 1930. Na Era Vargas, Lutz chegou a pertencer

ao Corpo Legislativo Federal e participou ativamente das discussões que levaram à criação do Estatuto da Mulher, de grande inclinação liberal. Segundo Saffioti:

[...] a legislação defendida pelo feminismo brasileiro representava uma tomada de posição do *status quo* capitalista, sem perceber, todavia, a totalidade das implicações da estrutura de classes [...], nem as contradições existentes entre a sociedade competitiva e a equiparação dos sexos (Saffioti, 2013: 371).

A inclusão social da mulher através de projetos legislativos se tornou a expressão mais confortável do modelo político e econômico brasileiro, progredindo, desta forma, ao longo do governo JK e, posteriormente, tendo em suas líderes, como a ex-deputada e médica Carlota Pereira de Queiroz, um grande apoio ao golpe militar de 1964¹⁴. O que se deu no país, a partir de então, foi o que, de fato, é uma tendência global do feminismo autônomo (liberal): diante da elaboração de leis que visam a igualdade da mulher perante ao homem, ocorreu uma espécie de acomodação pelas mulheres dos estratos médios da sociedade, na medida em que foram legalmente garantidos direitos específicos, só sendo reacendido o “fervor” deste feminismo diante de novas necessidades legais que surgem com o tempo (Idem).

No entanto, apenas os projetos legais não garantem a real igualdade social, principalmente por se darem em sociedades capitalistas onde a igualdade verdadeira entre todos os seus membros é impossível. Na verdade, a maior liberdade desfrutada pelas mulheres, neste modelo social e econômico, colabora para “elevar o grau de alienação quer dos elementos femininos, quer dos masculinos que auferem os benefícios do Estado do bem-estar social” (Idem: 193). Assim, torna-se central questionar até que ponto é possível uma emancipação verdadeira de um grupo em uma sociedade através dos mecanismos legais e, mais do que isto, através da garantia e proteção de personalidades identitárias dentro da lei burguesa. Este questionamento é similar ao levantado por Brown em seu estudo sobre direitos, que pensa a relação entre o que chama de “idioma universal dos direitos humanos” (Brown, 2003: 85, tradução minha) e a contingência das identidades protegidas, o que causa uma subordinação destas àquelas, levando à sua limitação ao espaço político, social e econômico que as criaram como objetos de dominação. A autora nota que o discurso burguês dos direitos teria como objetivo primordial organizar a exploração e regulamentação da população, de modo a separar,

14 Dados disponibilizados pelo arquivo digital do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, encontrado em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlota_pereira_de_queiroz > Data de acesso: 12 de junho de 2015.

através do duplo propriedade privada/liberdade, aqueles que têm o direito de dominar e os que tem o dever de ser dominados. Falar em emancipação seria, neste contexto, demandar a mudança de posição daquele grupo social de explorado para explorador. A base para esta percepção da autora reside no pensamento de Marx, que observa que:

[...] toda emancipação é *redução* do mundo humano e suas relações ao *próprio homem*. A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral (Marx, 2010, p. 54, grifo do autor).

No entanto, historicamente houve um contraponto à esta tendência do feminismo liberal ou autônomo - que prioriza o direito do indivíduo feminino a produzir riqueza (Engels, 1982) - que tomou forma nas tendências feministas desenvolvidas sob os formatos radicais da crítica, tendo sua principal faceta no feminismo socialista ou incluso¹⁵. Suas origens remontam ao século XIX, com o socialismo utópico de Saint-Simon, que via na libertação feminina um dos aspectos cruciais para a evolução da sociedade, “não se podendo conceber o estado social do futuro sem a correlata emancipação feminina” (Saffioti, 2013: 111). O saint-simonismo é crucial para que, em 1832, na França, seja lançado o jornal *La Femme Libre*, em resposta a burguesa petição *La Pétition des femmes du thiers état au Roi*. Ao contrário desta, o jornal compreende a mulher e o homem como iguais e que a libertação das classes subalternas só se daria se a mulher também fosse liberta. Portanto, diferente do que enxergava o feminismo liberal, esta vertente pensa na questão da mulher como crucial para o desenvolvimento das demais questões sociais, interpretando a questão feminina a partir de uma totalidade; para além da noção de indivíduo. Fourier também compartilha deste pensamento e tenta desenvolver propostas para que a mulher não fosse excluída de nenhuma função na sociedade, estimulando a criação de cozinhas centrais e infantários que se ocupem das crianças (Idem), projeto este que, mais tarde, será apropriado pela União Soviética (Kollontai, 1978).

No entanto, quem influenciou principalmente a vertente socialista do feminismo foram Karl Marx e Friedrich Engels através do socialismo científico (Saffioti, 2013). Os autores enxergavam o processo de dominação da mulher como tendo uma relação direta

15 É importante destacar que existiram, historicamente, outros formatos do pensamento feminista. Esta pesquisa se foca no modelo socialista ou materialista tendo em vista que seria o modelo que faria a contraposição mais forte a uma crítica de teor reformista. No entanto, a literatura clássica do feminismo apresenta ainda o chamado feminismo radical como uma terceira tendência relevante (Gill, 2007).

com a noção de propriedade, já que, com o surgimento das primeiras propriedades, surgia também o primeiro modo de exploração de uma pessoa sobre a outra via exploração do homem sobre a mulher e os filhos. Mostram os autores que:

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade (Marx & Engels, 2007: 36)

Segundo o modelo teleológico proposto pelos autores, a cada etapa do desenvolvimento econômico, que vai culminar no capitalismo, esta dominação foi se aprimorando, primeiro com a compra de escravos e, eventualmente, com o trabalho assalariado (Engels, 1982). Assim sendo, para que ocorresse o fim da exploração e da propriedade, seria central o fim da diferença entre os sexos, sendo clara a percepção de uma totalidade do processo de libertação, onde “a verdadeira libertação da mulher é encarada [...] como o processo geral de humanização de todo gênero humano” (Saffioti, 2013: 116).

Existiam, todavia, algumas diferenciações entre o pensamento dos dois autores sobre a questão feminina, principalmente no que diz respeito ao casamento e à sexualidade - apesar de ambos serem críticos ao modelo burguês de relacionamento, que, segundo Engels, tratava-se de uma relação onde apenas a mulher tinha a verdadeira obrigatoriedade à monogamia (Engels, 1982), e segundo Marx, era uma forma de enxergar a mulher “como presa” (Marx, 2010b: 104). A diferença principal residia na questão da sexualidade: enquanto Engels defende o rompimento das relações monogâmicas e a liberdade sexual (Engels, 1982), Marx, por sua vez, rechaça este tipo de proposição pois “isto seria, para ele, elevar o grau em que a mulher representa um objeto de prazer para o homem” (Saffioti, 2013: 116). Esta objetificação, ainda, seria prejudicial tanto ao homem quanto à mulher, tendo em vista que, para o autor, “reificando-se a mulher, reifica-se também o homem, pois quem se satisfaz com um objeto [...] perdeu toda sua humanidade” (Idem). Essa diferenciação é central, pois vai marcar as tendências do feminismo socialista a partir de então.

Por exemplo, Alexandra Kollontai e Clara Zetkin, duas das principais pensadoras sobre as questões femininas nos anos iniciais da URSS, divergiam completamente sobre a questão: Kollontai, inspirada em Engels, acreditava que com o nascimento de uma nova sociedade; de uma sociedade proletária, deveriam surgir novas formas de relacionamento romântico e sexual, baseadas na noção de que “a ideologia da classe operária não pode fixar limites formais do amor” (Kollontai, 1978:125). Contra a luxúria - que seria a objetificação da mulher - surgiria o que chama de “amor espiritual”, no qual a atração física entre os membros originar-se-ia de “laços psíquicos e de sensações de simpatia” (Idem: 126). Não apenas em Kollontai, esta posição a respeito da sexualidade marca frequentemente o feminismo socialista, em especial após Freud (idem) e, posteriormente, com a união do marxismo com a psicanálise, como proposto por Marcuse em *Eros e Civilização* (1955). O autor via na liberação dos instintos biológicos uma resposta contestadora e uma forma de sobrevivência diante de “uma civilização que se esforça por encurtar o ‘atalho para a morte’” (Marcuse, 1981b: 23) - pensamento este que influenciou largamente os movimentos de liberação sexual das décadas de 1960 e 1970, principalmente nos EUA e na França.

Zetkin discorda desta posição de Kollontai, se aproximando mais do pensamento de Marx. Para ela, a liberdade sexual seria uma demanda burguesa e centrada no indivíduo, o que se oporia à noção de coletividade necessária ao marxismo. Para tal, a autora cita Lenin:

E agora, justamente agora, as comunistas ativas tratam da questão sexual [...] julgam que seu primeiro dever é instruir as operárias nessa ordem de ideias. [...] Desconfio daqueles que estão absorvidos constante e obstinadamente com as questões do sexo, como o faquir hindu com a contemplação do próprio umbigo. Parece-me que essa abundância de teorias sexuais, que não são grande parte senão hipóteses arbitrárias, provém de necessidades inteiramente pessoais [...] Tem um belo revestimento de formas subversivas e revolucionárias, mas essa ocupação não passa, no fim das contas, de puramente burguesa. [...] A questão fundamental é relegada ao segundo plano, como secundária. Isso não só prejudica a clareza da questão, mas obscurece o pensamento em geral, a consciência de classe das operárias (Lenin apud Zetkin, 2009: edição Kindle, posição 574-610)

No entanto, apesar desta diferença, o que é central nas distintas formas de feminismo socialista é o objetivo de se opor ao sistema capitalista de modo a derrubá-lo, refletindo sobre o fim do domínio de um sexo sobre o outro como central para o

rompimento da estrutura de classes. Segundo Brown, a dita revolução feminista nunca foi “apenas sobre igualdade sexual [como no caso do feminismo liberal] mas, carregava a promessa de reconstruir gênero e sexualidade que implicavam em si uma reconfiguração radical dos relacionamentos, da sexualidade, do desejo, da psique e da relação entre público e privado” (Brown, 2011b: 105-106. tradução minha). Tratava-se, portanto, de uma crítica radical.

No Brasil, este tipo de feminismo se manifestou após a Segunda Guerra Mundial, quando foi fundada Federação de Mulheres do Brasil, de 1949, que visava atender aos interesses e demandas das mulheres dos estratos sociais médios e baixos. Tinha ampla ligação com a Federação Democrática Internacional das Mulheres, de origem soviética. Sua luta principal era contra a fome, a violência policial e pela educação infantil, imprimindo um caráter de totalidade que enxergava que a questão da mulher passava por todas estas outras questões, não sendo um estamento à parte. O movimento foi essencial para aproximar a causa feminina dos sindicatos e da União Nacional dos Estudantes. No entanto, a fundação, assim como as diversas associações regionais que surgiram a partir dela, teve que ser desativada no governo JK, que proibiu seu funcionamento “por pressão de grupos empresariais e de senhoras pertencentes às camadas privilegiadas” (Saffioti, 2013: 388).

Mesmo assim, em 1960, foi criada a Liga Feminina do Estado da Guanabara, que, apesar do nome, teve atuação em âmbito nacional e recuperou as lutas promovidas pelo feminismo radical brasileiro nas décadas anteriores. Extremamente contra o golpe civil-militar de 1964, os movimentos de esquerda foram obrigados a cessar suas atividades devido à perseguição sofrida por seus membros (Idem). A partir de então, os projetos feministas radicais passaram a ser mobilizados na clandestinidade, muitos deles se juntando à luta armada em grupos como o MR-8, o COLINA e a ALN, participando de guerrilha urbana e rural. É certo que, neste período, as demandas eram mais voltadas para a luta contra o regime ditatorial e a favor de um processo revolucionário de bases marxistas (Ridenti, 1990), que são interesses centrais para estas mulheres. Houve também grande envolvimento da Teologia da Libertação com a causa feminista “através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses” (Sarti, 2004:39).

Não obstante, em meados da década de 1970, com a segunda onda do feminismo, houve, em todo o mundo, um afastamento relativo dos projetos baseados em críticas radicais que pensavam na totalidade dos movimentos sociais, a partir da “convicção de

que os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio” (Idem:40). Já instalada a crise do marxismo, em união a um discurso de liberação das subjetividades, baseado fortemente na noção de indivíduo, o foco dos movimentos feministas de esquerda é, aos poucos, transferido das questões políticas amplas para as questões de gênero e sexualidade. Abandonando o projeto crítico radical, a crítica desenvolvida por esses movimentos passam a “não ser marcadas por perspectivas de transformação” (Brown, 2011b: 112. tradução nossa) não sendo reconhecidas “nem alternativas nem caminhos plausíveis para ela” (Idem: ibidem) falar mais disso. Não obstante o fatalismo da análise de Brown, grande parte dos movimentos feministas inaugurados no período, apesar de mais centrados na condição social da mulher, ainda levavam em conta uma totalidade social e tinham como norte a um processo revolucionário. Vale citar como exemplo a grande influência exercida pelo pensamento de Simone de Beauvoir neste período. Apesar da centralidade dada à questão feminina em detrimento de questões sociais mais amplas, e da simplificação da questão em uma dicotomia homem-mulher, a autora não deixa de pontuar, em sua análise, que pensa que a igualdade entre os sexos é uma parte central de um processo mais amplo de mudança social. Os termos desta mudança, destacados pela autora referem-se diretamente aos planos (não concretizados) da Revolução Soviética de que a garantia de uma reconfiguração da situação feminina era essencial na garantia do sucesso da revolução (de Beauvoir, 2008),

No entanto, apesar de importantes expoentes do pensamento feminista do período terem em vista ainda o processo de revolução, gradativamente este teor radical se esvanece, processo que se agrava com a terceira onda do feminismo, na década de 1980, muito influenciada pelo reformismo do feminismo norte-americano, e posteriormente pela atualização do capitalismo para sua etapa digital, ao lado da desilusão com a possibilidade de emancipação feminina em uma cultura socialista. De fato, com o fim da União Soviética e com a relativa abertura econômica da China, feministas destas regiões mostram imensa “desconfiança dos ‘revolucionários’ do sexo masculino e uma hostilidade evidente [...] aos regimes marxistas e às lamentáveis regulações, por parte do Estado, ao gênero e à família.” (Idem: 111). No Brasil mesmo, como relataram inúmeras militantes, a opressão contra as mulheres era extremamente comum nos grupos políticos de motivação revolucionária dos quais inúmeras feministas participaram ao longo da ditadura civil-militar (Ridenti, 1990).

Além disso, parte do pensamento acadêmico de esquerda que tinha na questão feminina seu norte, e que sempre exerceu muita influência sobre os movimentos sociais, sofreu amplas modificações, principalmente nas últimas duas décadas. Com foco menor em questões políticas amplas, que possibilitavam uma abertura do campo, estes trabalhos passam a se debruçar sobre questões particulares que dizem respeito apenas à mulher; para se focar em questões intelectuais específicas que refletem a questão de gênero. O objetivo, com isso, seria o de, ao propor um relativo desligamento das noções de classe e propriedade, ascender um modelo crítico que compreende a questão feminina a partir de noções, por um lado, mais exclusivistas mas, por outro, menos hierarquizadas.

Para Brown (2011c), esta seria uma virada anti-intelectual, que além de rechaçar o pensamento intelectual e suas bases teóricas privilegiando uma empiria pura - que tem como norte a reflexão sobre experiências individuais - também ignora conhecimentos amplos, que serviriam igualmente como índices da opressão feminina (Brown, 2011c). Conquanto, isso não significa que o feminismo de esquerda tenha deixado de pensar em outras demandas sociais - como questões de gênero, raça e classe - mas sim que elas são trabalhadas, não mais através de uma perspectiva de totalidade, mas através do que chamam de política da diferença, que seria baseada na tensão entre a valorização da diferença e a afirmação da igualdade (Miguel & Biroli, 2013). Mais do que isso, estas questões passariam a ser compreendidas a partir de sua interseccionalidade, onde elas seriam tomadas como dados separados uns dos outros, mas que teriam pontos de interseção - tendo em vista que existem mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres operárias, e etc. O que ocorre é que elas deixariam de ser consideradas parte de um mesmo problema social, cuja origem se dá na propriedade - como considerado pelo feminismo socialista - passando a ser analisadas como partes de problemas sociais distintos, onde cada uma das opressões se somariam; onde “uma trabalhadora, uma negra ou uma lésbica sofreriam do mesmo sexismo que qualquer outra mulher, apenas adicionado, conforme o caso, à dominação de classe, ao racismo ou à homofobia” (Idem: 31).

Neste contexto, ocorre também uma multiplicação das possibilidades de feminismo. Se, até a década de 1970, eram três as tendências principais do movimento, posteriormente é claro o afastamento relativo de todas as três e uma proliferação de “tipos” de feminismo (Gill, 2007), como o os atuais feminismo pop, o feminismo negro, o feminismo *queer*, entre outros. Apesar do afastamento de propostas críticas de cunho radical, é importante ressaltar que este movimento permitiu, por outro lado, uma complexificação de algumas questões que, tradicionalmente, eram excluídas do debate

clássico do movimento. Por exemplo, a crescente participação, tanto acadêmica quanto no ativismo, de mulheres negras e de mulheres dos ditos países do “terceiro mundo”, trouxe, a partir da década de 1970, consideráveis contribuições aos debates acerca da questão da mulher, auxiliando não apenas a ampliá-lo, mas, principalmente, a reconfigurá-lo. Formulações tradicionais, seja por parte do feminismo socialista seja por parte do feminismo liberal, que diziam respeito, por exemplo, ao trabalho, moradia, família e renda, foram colocadas em xeque por novos pontos de vistas que expunham exatamente o caráter opressivo de classe e etnia por grande parte dos movimentos estabelecidos (Idem). Por exemplo, a influência do pensamento de Simone de Beauvoir no feminismo de esquerda passa a ser amplamente questionada, tendo em vista não suas contribuições, mas sim a falta de complexificação de seu pensamento. A universalização atribuída pela autora ao que seria ser “mulher”, assim como a análise social focada na situação das mulheres burguesas francesas, faria prevalecer, segundo esta análise, uma percepção eurocêntrica e opressora do sexo feminino (Cyfer, 2015), que deveria ser repudiada e reconfigurada.

De fato, grande parte desta reconfiguração foi feita através de bases reformistas, pensando mais em termos de “empoderamento”, “representatividade” e direitos. No entanto, este processo não excluiu também a possibilidade de críticas radicais serem colocadas. Vale ressaltar, por exemplo, a importância dos textos de Angela Yvonne Davis¹⁶, como por exemplo “Woman, race & class” (1981) e “Woman, Culture & Politics” (1984) para refletir sobre a origem que as opressões de classe, raça e sexo dividem e sobre a importância, ao seu ver, de se posicionar radicalmente contra o sistema capitalista para lutar contra estas opressões. É evidente, isto posto, que esta reconfiguração não tira, necessariamente, o espaço de atuação de produções acadêmicas que pensem na questão da mulher partindo de um modelo crítico radical, apesar da sua baixa aderência por parte de intelectuais e ativistas. O presente trabalho mobiliza algumas autoras centrais cuja atuação e produção têm se dado a partir da mobilização deste tipo de crítica, como é o caso de Angela McRobbie, Rosalind Gill, Wendy Brown e Maria Lúcia Karam. É importante, ainda, citar que, apesar deste modelo crítico não prevalecer dentre o

¹⁶ Angela Davis é uma filósofa marxista e ativista estadunidense. Doutora em filosofia, foi aluna de Marcuse. Na década de 1970 ficou famosa por, como ativista do Partido Comunista americano e simpatizante do movimento Panteras Negras, ser presa por causa de um suposto envolvimento seu, nunca provado, com um caso de fuga de dois ativistas que estavam presos. O movimento “*Free Angela Davis and all political prisoners*”, no período, teve repercussão global.

feminismo hoje, de quando em quando, algumas de suas principais expoentes lançam mão de propostas e considerações radicais. Um exemplo disso é Judith Butler e sua insistente crítica aos modelos políticos identitário em *Quadros de Guerra* (2009):

[...] o foco deveria recair menos nas políticas identitárias, ou nos tipos de interesses e crenças formulados com base em pretensões identitárias, e mais na precariedade e em suas distribuições diferenciais, na expectativa de que possam se formar novas coligações capazes de superar os tipos de impasses liberais [...]. A precariedade perpassa as categorias identitárias e os mapas multiculturais, criando, assim, a base para uma aliança centrada na oposição à violência de Estado e sua capacidade de produzir, explorar e distribuir condições precárias e para fins de lucro e defesa territorial. (Butler, 2015: 55)

No entanto, a profusão de visões distintas do feminismo - em sua maior parte de cunho reformista - torna bastante modesta a influência do pensamento radical na contemporaneidade, ainda que seja inegável a importância de suas e seus pensadoras e pensadores. Ao lado disto, outra característica central do feminismo a partir, principalmente, da década de 1990, é a coexistência de noções feministas com noções antifeministas, movimento este que leva Angela McRobbie a afirmar que hoje seria mais correto pensar em *pós-feminismo*. Neste sentido, o que se daria seria um processo no qual a noção de feminismo é apropriada nas instituições e no espetáculo midiático tendo, porém, sua potencialidade esvaziada e tratada de acordo com os interesses do mercado.

Criando um vocabulário que inclui palavras como “empoderamento” e “escolha”, esses elementos são então convertidos em um discurso individualista e são implantados em um novo formato, particularmente na mídia e na cultura popular, mas também nas agências do Estado, como um substituto ao feminismo. Essas novas e aparentemente “modernas” ideias sobre mulheres, e especialmente mulheres jovens, são disseminadas agressivamente para garantir que um novo movimento de emancipação feminina não vai emergir. O “feminismo”, é instrumentalizados, é disposto e aclamado pelos governos do Ocidente como um sinal para o resto do mundo que esta é uma parte central do significado de liberdade. A liberdade é revitalizada e atualizada a partir deste *falso-feminismo*. (McRobbie, 2009: 1. tradução minha, grifo meu).

Não se esvazia, isto posto, apenas o potencial do feminismo acadêmico, como analisado por Brown, mas também há uma limitação no campo da ação política, onde um discurso pretensamente feminista passa a ser pautado, de um lado, por personalidades midiáticas e, de outro, pelo próprio Estado. No plano da mídia, ascende a figura da mulher bem sucedida (McRobbie, 2009b), onde “as escolhas das mulheres – que devem conduzir

ao sucesso – são vistas de maneira individualizada e desconectada da força de poderes institucionais” (Lana, 2012: 131). Ou seja, há uma individualização e particularização no que diz respeito aos problemas femininos, que são afastados do âmbito social. Alguns exemplos são o movimento *Girl Power* inaugurado pelas cantoras britânicas *Spice Girls*, ou a série americana *Sex and The City*. Este modelo foi reatualizado recentemente pelo supracitado feminismo pop, onde existe uma tentativa de personalidades midiáticas e da Indústria do Entretenimento de se declarar feminista, processo este amplamente apoiado por parte dos movimentos feministas organizados. Vale citar como exemplo um artigo do site “Blogueiras Feministas” intitulado “A apresentação de Beyoncé no VMA foi o momento feminista que eu estava esperando”, que elogia a apresentação da cantora de R&B Beyoncé em um espetáculo da MTV no qual, após citar a autora Chimamanda Ngozi Adiche, ela dança e canta uma música chamada “*Flawless*”, diante de um letrado luminoso onde brilha a palavra “*Feminist*”. Apesar do discurso de igualdade de gênero, nem a cantora nem o artigo parecem questionar a indústria na qual ela se insere, que historicamente cria padrões de beleza e vende a mulher como um objeto. Beyoncé, mesmo assim vira um ícone do movimento, considerada por muitos, como um dos comentários sobre o artigo transparece, uma rainha; a “Queen B” (Blogueiras Feministas, 2014).

O feminismo pop se inaugura em um cenário onde não apenas a luta do feminismo é esvaziada e individualizada, mas onde o artista se torna um dos maiores sustentáculos de um modelo social, mesmo quando é aparentemente crítico a ele, como mostra Dantas:

Ele é criação e produto de uma mesma cultura básica, de uma mesma socialização na escola e na rua, embora com as diferenças “naturais” de personalidade, ambiente familiar, padrão de renda e consumo etc. Adulto, vai expressar profissionalmente essa cultura no cinema, na música, na literatura, assim como outros vão expressá-la em corretoras de valores, em escritórios de advocacia, em agências de publicidade, também em linhas de montagem fabril ou por trás de um balcão de loja. Essa cultura básica, em uma palavra, é a cultura do consumo. (Dantas, 2011: 16)

Desta forma, retomando o argumento de McRobbie, para barrar possíveis insurreições de cunho radical por parte das mulheres, a cultura popular transforma o discurso feminista a seu favor, dando-lhe uma outra roupagem que esvazia seu sentido e beneficia, em última instância, a cultura do consumo. A artista “feminista” da indústria cultural, neste contexto, mesmo que tida como uma liderança do movimento, ou uma voz de importância política, tem mais importância no que diz respeito ao modo produção capitalista em si, onde a artista é mais um produto do que um produtor, já que “ no

mercado" cultural, "consome-se" o "artista", seu nome, sua empatia, seu carisma. ” (Dantas, 2003:23).

Por outro lado, o Estado também parece estar aberto ao diálogo para uma relativa inclusão, aos seus moldes, de uma agenda de dita igualitária. Neste contexto, sob a égide de uma dominação gestionária e afastados da perspectiva de rompimento com o sistema, o novo feminismo de esquerda (ou pós-feminismo), passa a se ancorar no mesmo tipo de demanda mobilizada classicamente pelo feminismo liberal: a luta pelos direitos. E a base principal na qual estes direitos são elaborados reside no discurso dos direitos humanos; os ditos direitos fundamentais e naturais. No entanto, o que poderia ser caracterizado como fundamental e natural é aberto à interpretações - interpretações estas cujas bases se encontram no sentimento de empatia e na busca pela autonomia. Como mostra Lynn Hunt:

A empatia depende do reconhecimento que outros sentem e pensam o mesmo que pensamos e que nossos sentimentos interiores são fundamentalmente idênticos. Para ser autônoma, uma pessoa tem que estar legitimamente separada e protegida em sua separação; mas ter direitos colabora com essa completa separação, de modo que a individualidade da pessoa deve ser apreciada de forma emocional. Os direitos humanos dependem, portanto, do domínio de si e, concomitantemente, do reconhecimento de que todos tem igual domínio de si mesmos (Hunt, 2008: 29. tradução minha)

O que ocorre é que a noção de direitos humanos é extremamente genérica, podendo ser apropriada de maneira completamente diferente dependendo dos interesses e pontos de vista de um grupo ou indivíduo. Eles serão, deste modo, interpretados por alguns grupos como *direitos civis*, ou seja, como aqueles que “garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual” (Carvalho, 2013: 9). Ou seja, direitos civis seriam aqueles que garantem a vida, a liberdade, a propriedade e a igualdade perante a lei, como a garantia de ir e vir, a garantia de defesa, de inviolabilidade do lar, e etc.

Os direitos humanos, por sua vez, também podem ser interpretados como *direitos políticos*, que são aqueles ligados à política, no sentido restrito, como o direito ao voto, à organização em partidos, à candidatura e a qualquer fator que confira “legitimidade à organização política da sociedade” (Idem: 10). E, por fim, muitas vezes eles passam como *direitos sociais*, que são aqueles baseados na noção de justiça social, como o direito à

educação, à saúde coletiva, ao salário justo, à aposentadoria, ao trabalho e a “participação na riqueza coletiva” (Idem: *ibidem*).

O mesmo argumento dos direitos humanos que é mobilizado hoje, por exemplo, pelo feminismo liberal para defender o direito político das mulheres islâmicas - legitimando a invasão por exércitos europeus ou norte-americanos a países do Oriente Médio - também será mobilizado pelo feminismo de esquerda que, levando em consideração as teorias multiculturalistas¹⁷ e opondo-se à guerra, enseja garantir os direitos civis destas mesmas mulheres (Butler, 2015).

Por outro lado, além de seu caráter genérico e inespecífico, houve uma virada considerável no objetivo da mobilização dos direitos humanos: surgindo com o iluminismo, o discurso dos direitos era amplamente baseado na noção de igualdade, ou de garantia da igualdade civil, política e social entre todos os membros de uma comunidade. Apesar de reconhecer as diferenças culturais dos indivíduos, esta chamada “ideologia da igualdade” (Reis, 2011: 4. tradução minha) relegava estas diferenças “a uma posição bem menos proeminente” (*Ibidem*). Todavia, na segunda metade do século 20, com o fortalecimento dos movimentos de minoria, passou-se a demandar “o reconhecimento das diferenças coletivas” (Idem: 5). Sendo, inicialmente, ainda ancorado no pensamento de igualdade, paulatinamente este discurso migra para a busca pelo direito de ser diferente. Hoje, o discurso dos direitos humanos, portanto, deixou de se basear na noção iluminista de igualdade para pensar na garantia legal das diferenças. Igualdade e diferença, no entanto, não se excluem, de modo que a defesa do diferente compreende que “as diferenças podem ser uma condição necessária” para a igualdade, onde “incorporando o valor de diversidade nós nos permitiríamos a lutar por um mundo mais igualitário, tolerante e rico” (Idem: 10).

Um exemplo disso é a vitoriosa luta organizada por grande parte do feminismo brasileiro para a alteração do código penal brasileiro para “prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio” (Brasil, Lei nº 13.104, 2015). Ou seja, a lei para homicídios, que, anteriormente, considerava tirar a vida de qualquer indivíduo um crime, ou seja, colocando todas as potenciais vítimas e assassinos no patamar da igualdade, hoje passa a proteger as diferenças, de modo a considerar como agravante, ou

17 A ideia de multiculturalismo seria baseada na noção “de que as culturas ou modos de vida minoritários não são suficientemente protegidos pela prática de assegurar os direitos individuais de seus membros e, por conseguinte, estes deveriam ser também protegidos por meio de direitos ou privilégios especiais de *grupo*” (Okin, 2013: 361. grifo da autora).

seja, aumentando a pena, se o crime for praticado contra membros do sexo feminino envolvendo “violência doméstica e familiar” e “menosprezo ou discriminação a condição da mulher” (Idem). Sobre a nova pena do feminicídio também pode ser acrescida outra pena no caso da vítima ser grávida ou lactante, ter menos de quatorze anos de idade ou mais de sessenta, ser deficiente física, se o crime for praticado “na presença de descendente ou ascendente da vítima” (Idem).

Esta passagem do feminismo de esquerda, do marxismo para o discurso dos direitos, por fim, marca a sua passagem de um modelo radical de mobilização da crítica para um modelo essencialmente reformista. Esta mudança implicará em inúmeras alterações na forma de se interpretar a questão da mulher na sociedade e auxiliará na inauguração de um novo modelo moral, cujo centro reside nas figuras da vítima e do preconceituoso/predador, como será melhor analisado no terceiro capítulo. Entretanto, é relevante, antes, investigar as implicações que a internet - importante palco do ativismo feminista hoje - pode ter diretamente nas formulações críticas deste movimento.

1.3. Crítica e Ciberativismo

Para pensar nas manifestações da crítica hoje, especialmente do feminismo, faz-se necessário refletir sobre a internet como um palco da luta e das disputas do movimento. Certamente a mídia, como um todo, é um importante objeto de denúncia, assim como, de certa forma, um local de representação de suas demandas, como mostra Rosalind Gill ao fazer um apanhado histórico do pensamento intelectual feminista sobre a representação da mulher na mídia. Segundo a autora, seguindo o pensamento pós-feminista, “o feminismo é agora parte do campo cultural. Ou seja, discursos feministas são agora parte da mídia ao invés de serem apenas de vozes críticas, independentes e externas.” (Gill, 2007: 40. *tradução minha*). Isto pode ser visto não apenas quando *blockbusters*, séries de televisão, *hits* musicais e *best-sellers* parecem proclamar certa liberação sexual ou certa independência da mulher em relação ao homem, como supracitado, mas também quando, por exemplo, a grande imprensa denuncia casos de abuso sexual e violência doméstica ou de desigualdade salarial entre gêneros.

Porém, a internet é ainda mais central neste cenário, por se tratar de um local onde movimentos sociais, incluindo o movimento feminista, podem ter voz ativa, de modo a divulgar suas causas de forma global, ao menos aparentemente. Trata-se também de um espaço onde, em tese, qualquer mulher pode expor suas questões, não apenas as

porta-vozes do movimento, pré-selecionadas pela academia, pelo movimento feminista organizado ou pela própria mídia. Uma prova disso é a proliferação dos blogs, páginas de *Facebook*, *Tumblr* e *Twitter*, e canais de *Youtube* de mulheres “comuns”, envolvidas ou não com um movimento feminista organizado específico, falando sobre *sua* causa feminista - processo este compreendido por Bentes como um “individualismo cooperativo” (Bentes, 2014:46) - e compartilhando-a com o mundo, ou seja, com qualquer usuário da web que quiser acessar sua página¹⁸.

No entanto, levando em conta o objetivo de pensar o formato tomado pela crítica feminista na contemporaneidade e as mudanças sofridas pelas suas demandas, como explicitado na sessão anterior (1.2), nossos esforços são o de investigar até que ponto é possível encarar a nova maneira com a qual a mulher se insere nestas novas mídias como um discurso de autonomia e até que ponto se trata de um processo no qual o capitalismo, assim como na mídia tradicional, “incorporou ou recuperou as ideias feministas, esvaziando-as de sua força radical e vendendo-as de volta para nós como produtos higienizados ou estilos de vida a serem consumidos” (Gill, 2007: 41). Para tal, propomos fazer um levantamento teórico para refletir a internet, tendo em vista sua influência na manipulação do formato tomado pela crítica social e política.

Apesar de existir no “Ocidente” desde a década de 1970, quando foi criada com o objetivo de colocar os sistemas de computação do exército estadunidense em rede, e ter relativa popularização na década de 1980 dentro das universidades, apenas na década de 1990 que a internet passou a ser consumida em larga escala na esfera doméstica (Merkle e Richardson, 2000). O surgimento da Rede Mundial de Computadores se deu em concomitância com um período de considerável mudança no cenário político e econômico global, momento sobre o qual intelectuais das mais diversas áreas do conhecimento tentavam desenvolver uma interpretação, sendo a ascensão de novas tecnologias de informação e comunicação um importante local de reflexão para se compreender este “novo mundo”. Não obstante alguns autores, cada um à sua maneira, enxergarem com desconfiança estas “novidades” tecnológicas¹⁹ das décadas de 1980 e 1990, a grande

18 A cargo de exemplo, vale citar os canais de YouTube “Depois dos quinze”, de Bruna Vieira (disponível em: <https://www.youtube.com/user/canaldepoisdosquinze>) e ‘Jout Jout, Prazer” (disponível em: <https://www.youtube.com/user/joutjoutprazer>), de Julia Tolezano; assim como os blogs “Escreva, Lola, Escreva” de Lola Aronovich (disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/>) e “Feminista Cansada” (disponível em : <http://www.feministacansada.com/>).

19 Vale citar como exemplo o caso de Guy Debord, que em seu “Comentário sobre a Sociedade do Espetáculo”, de 1988, propõe que as próximas gerações seriam cada vez mais submissas às leis do espetáculo de modo que já não haveria nada na cultura que não tivesse sido “transformado e poluído

maioria dos estudiosos via na internet um local de abertura democrática, sendo uma espécie de mídia “aberta”:

Antecipava-se então que a difusão da Internet diminuiria o monopólio das elites e dos poderes tradicionais sobre as fontes e os canais pelos quais as informações chegam aos indivíduos. A cultura seria mais diversificada. Podia ser antecipado também que a difusão traria, para um dado indivíduo, a multiplicação dos pontos de vista disponíveis sobre qualquer tema, o que lhe permitiria transformar-se, mudar de opinião, abrir-se à diferença, não pensar como as elites queriam que pensasse (Vaz, 2004: 127)

Segundo a análise de Barbrook, esse discurso positivado sobre a internet teria sido criado com interesses do próprio Estado. Se tratava de uma promessa, mas de uma promessa altamente controlada – muito baseada nas noções de “democracia” e “livre mercado” - com o objetivo de afastar qualquer possibilidade de apropriação socialista da rede (quanto mais levando em conta o fato de sua criação, ainda na década de 1970, ter ocorrido em plena Guerra Fria). Este tipo de formulação sobre a dita “Era da Informação”, na verdade, ocorria desde a década de 1950, a partir da qual esta promessa estaria sempre acompanhada de uma ideia específica de futuro – mais livre, mais moderno, mais democrático - que foi muito fortalecida nos primeiros anos da popularização da internet (Barbrook, 2009).

Porém, as previsões positivas sobre o potencial democrático das redes, se não foram frustradas, ficaram em *stand-by* ao longo da década seguinte. O crescimento vertiginoso do público conectado não veio, porém, acompanhado da grande mudança no “comportamento político” prometida até então: além de pesquisas²⁰ do período apontarem

segundo os meios e os interesses da indústria moderna”. (Debord, 1997: 173). O autor reitera esta visão em uma advertência escrita à edição francesa de “A Sociedade do Espetáculo”(1967), em 1992, na qual afirma que a proclamação do mundo como unificado, com a queda do Muro de Berlim, serviria para a propagação de uma prática unificada do espetáculo, onde todos passam a “participar como um bloco único da mesma organização consensual do mercado mundial, *falsificado* e garantido pelo espetáculo” (Idem: 10. grifo do autor). Gilles Deleuze também questionou, em 1990, a função destas novas tecnologias, mas, ao contrário de Debord - que enxergava uma continuidade e aprofundamento da lógica espetacular - o autor propunha que estava emergindo um novo modelo de organização social baseado na noção de controle, no qual haveria um “controle contínuo e comunicação instantânea” (Deleuze, 1992: 216) no qual as “máquinas cibernéticas e os computadores” (Idem, *ibidem*) teriam papel central. Luc Boltanski e Ève Chiapello (1999), como já citado neste trabalho, também acreditavam que outro modelo social e econômico surgia; um novo estágio do capitalismo, isomorfo, onde seria axiomático colocar em prática novas tecnologias para o domínio da crítica produzida sobre o capitalismo burocrático e hierarquizado das décadas anteriores, fazendo emergir uma nova configuração ideológica capitalista.

20 As inúmeras pesquisas que pensavam o potencial político da internet no período foram mobilizadas por Paulo Vaz em seu artigo “As esperanças democráticas e a evolução da internet”, publicado em : *Revista FAMECOS*. Porto Alegre. no 24. julho 2004. p. 125-139.

o uso da Internet pelos indivíduos como “esmagadoramente instrumental” (Vaz, 2004: 128), sucessivas derrotas no campo dos direitos autorais e de propriedade intelectual mostraram a Internet como um ambiente de controle da grande indústria tradicional. Vaz cita como exemplo o caso Napster, primeira rede de compartilhamento de música pela internet, de 1999, que teve estrondoso sucesso e foi fechado em 2001 por disponibilizar músicas gratuitamente sem o aval das gravadoras, o que configuraria pirataria. A sucessiva caça às bruxas sobre as redes de compartilhamento ilegal fez com que, como opção, surgissem redes legais de compartilhamento, como o Itunes, da Apple (Idem). Tanto que, atualmente, é escasso o número de sites de compartilhamento “livre” de música, assim como de filmes e demais produções audiovisuais, que, além de criminalizados, tem tido grande concorrência com sites legais - que tem acordo com as grandes distribuidoras - como o *Netflix* e o *Spotify*, que funcionam através do pagamento de mensalidade.

No entanto, a internet se renova, com um fenômeno que receberá o nome de Web 2.0., onde ocorre a ascensão da chamada cultura participativa, onde a esperança no potencial democrático da Internet é recuperada com o fortalecimento das chamadas redes sociais ou sócio-digitais, como o *Twitter* e o *Facebook* - o que se tornou mais evidente a partir do ano de 2011, quando ocorreu, impulsionado pelas redes, “uma onda de mobilizações e protestos sociais [que] tomou a dimensão de um movimento global” (Carneiro, 2012:7) e que desencadeou centenas de rebeliões populares de teor esquerdista por todo o mundo nos anos que seguiram, inclusive no Brasil, em junho de 2013. Em um posfácio redigido especialmente para a edição brasileira de seu livro *Redes de indignação e esperança* (2012), Manuel Castells exemplifica bem este sentimento de esperança que contaminou e reinventou a esquerda ao declarar que “o que é irreversível no Brasil como no mundo é o empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e a consciência dos jovens de que tudo que sabemos do futuro é que eles o farão.” (Castells, 2013:186).

Castells partilha sua crença na mobilização consciente e no “empoderamento” das novas gerações com inúmeros pensadores. Vale citar como exemplo o professor Mike Davis, que considera que “estamos vivendo o renascimento das qualidades que definiram de modo tão marcante as pessoas comuns da geração de meus pais [migrantes e grevistas da crise de 1929]: uma compaixão e solidariedade generosas e espontâneas baseadas em uma ética perigosamente igualitária” (Davis, 2012: 41-42). A professora Ivana Bentes caminha na mesma direção, ao enxergar esperançosamente a internet e as redes como espaços abertos que possibilitam, entre outros, a “radicalização da democracia

participativa” (Bentes et al, 2008: 140) e o surgimento da noção de “periferia global”, onde a força das periferias pode se impor de forma incontornável sobre o grande capital, “ampliando o próprio conceito de cultura usado nas políticas públicas, para além da produção da chamada ‘indústria cultural’, com uma perspectiva antropológica de cultura que inclui o modo de ser e estar de grupos os mais singulares.” (Bentes, 2014: 53).

Não obstante o entusiasmo que um reascender do posicionamento crítico via redes possa gerar, é essencial que seja feita, pegando emprestado o termo benjaminiano, uma leitura a contrapelo do processo, de modo a observar os limites que a crítica social pode encontrar no ciberativismo e questionar, não apenas a validade dos argumentos otimistas acerca das “redes de indignação”(Castells, 2013), mas também se ainda é possível vislumbrar a internet – ou, ao menos, a sua disposição atual - como um ambiente de edificação democrática. Tendo em vista ainda os modelos de crítica propostos por Boltanski, pode-se observar que estes supracitados teóricos, que positivam o poder da internet, como Bentes, Castells e Mike Davis, aproximam-se de uma tendência reformista: ao observarem as redes, como configuradas hoje, como espaço aberto de possibilidades democráticas, pensam na atuação política de grupos de minoria dentro do sistema capitalista sem visar seu rompimento - como um modelo crítico radical faria (Boltanski, 2013) - mas pensando seu aprimoramento a partir de políticas inclusivas.

É relevante levar em consideração alguns pontos de vista sobre a internet e as redes que problematizariam esta posição proposta pelos supracitados autores e auxiliariam a reflexão sobre a influência desta mídia no pensamento crítico como produzido pelos movimentos sociais. Para tal, é central considerar os estudos de David Harvey em *A condição pós-moderna* (1992) sobre dois desenvolvimentos recentes em particular do campo sociocultural: o primeiro seria, haja vista os novos padrões de consumo, a mobilização para os mercados de massa; o segundo seria a passagem para um consumo de serviços no lugar do consumo de bens. Estas alterações influenciam, de certa forma, a maneira “pós-moderna” de se agir, pensar, sentir e estar no mundo. Uma das influências que Harvey destaca é “a volatilidade e a efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias e ideologias, valores e práticas estabelecidas” (Harvey, 1992: 258) a qual cria uma dinâmica que chama de sociedade do descarte. A característica central desta sociedade é a volatilidade que, por um lado, é resultado do capital e, por outro, deve ser dominada por ele de uma forma específica, através de estratégias que visem a manipulação dos desejos e gostos. Uma das características centrais do descarte é a imediatez, como estudado por Fontenelle (2002),

que analisa que a mercantilização da cultura se baseia em tal imediatez que torna impossível a “experiência do olhar”²¹ - de forma que se vive “uma experiência narcótica” (Sennet, apud Fontenelle, 2002: 290) - minando qualquer possibilidade de diálogo ou de desenvolvimento de senso crítico por parte do público.

Como mostra Paula Sibilia (2008), o descarte e a imediatez geram e, ao mesmo tempo são gerados, pela falta dos relatos sólidos que davam sentido para a vida moderna, o que seria a causa de um processo multiplicação de narrativas individuais, espetaculares²² e vazias. E, se por um lado, esta falta de relatos sólidos implica em um desejável abandono do peso das tradições - Estado, família, igreja, etc. - e da racionalização de um *eu*, por outro, a libertação das subjetividades, sem delimitações, direcionamentos ou bases, desemboca no surgimento de subjetividades vulneráveis (Sibilia, 2008), tornando fácil que o mercado se instale nestes espaços vazios. A virada subjetiva (e reformista) do pensamento feminista de esquerda, como estudado na sessão anterior, teria ocorrido, portanto, neste contexto. O interessante deste argumento proposto por Sibilia é que, a partir dele, pode-se compreender como até os movimentos que propõem certa crítica ao que chamam de “sistema”, são subjetividades de tal vulnerabilidade que o mercado se apropria delas, como bem exemplificado pelos estudos do pós-feminismo. Sendo assim, impérios do capitalismo, como o gigante da web *Facebook*, viram uma espécie de símbolo da liberdade de expressão e de local para a mobilização da luta anticapitalista. Ou seja, a falta de bases - teóricas, políticas e subjetivas - causada pela lógica do descarte e da imediatez faz com que a fetichização da marca se torne o processo pelo qual o sujeito busca um sentido de permanência, onde a cultura, o pensamento político e a crítica social passam a ser submetidas ao reino da mercadoria (Fontenelle, 2002). Desta forma, segundo nossa análise, seria construído o paradoxo do ativismo digital, que, no discurso, se coloca contra o sistema capitalista, e, no entanto, por ter sido submetido à sua lógica, não apenas é esvaziado, mas passa a trabalhar para o seu fortalecimento.

Andrew Ross prova essa tese ao mostrar que o uso dessas tecnologias, através das relações de produção, determina que elas são destinadas ao “controle e desqualificação dos trabalhadores” ao invés de desenvolverem seu potencial de “socializar a produção e liberar o nosso tempo” (Ross, 2013: 16. tradução minha). O

21 O conceito de *experiência* será melhor trabalhado ao longo do capítulo 2.

22 O conceito de *espetáculo* também será trabalhado ao longo do segundo capítulo.

aspecto de relevância para a nossa pesquisa reside na demonstração de que as empresas capitalistas vêm se ancorando em novas formas de trabalho gratuito desenvolvidos pelo próprio usuário das redes: ao invés de ser um espaço democrático e aberto às lutas políticas anticapitalistas, como idealizado pelo ciberativismo e pelos teóricos do capitalismo cognitivo, a web 2.0 seria um meio, assim como foi o rádio e a televisão, criado para o entretenimento das massas e para, principalmente, *vender*, de modo que “cada vez mais, aquilo que era uma rede aberta, capaz de acalentar as utopias libertárias dos ciberativistas, parece estar se transformando num arquipélago de frondosos ‘jardins murados’.” (Dantas, 2014: 95).

No entanto, vende-se mais do que produtos para os usuários, como ocorre na tevê e no rádio, levando em consideração que as vendas mais importantes, neste caso, são de produtos semióticos; de mercadorias produzidas pelos próprios usuários: a informação; o conteúdo. Christian Fuchs, tendo como ponto de partida o pensamento que enxerga a internet e o universo das redes sócio-digitais como capazes de trazer à tona uma “cultura participativa”, acredita que “uma plataforma da Internet só pode ser participativa se envolver estruturas de propriedade participativa. [...] Plataformas que não são construídas sob um modelo de economia participativa não podem ser participativas.” (Fuchs, 2013: 212. tradução minha). Para ele, autores e ativistas que enxergam na Internet um ambiente de cultura participativa apenas reproduzem uma ideologia que celebra o capitalismo, de modo que a “web 2.0 não é um sistema participativo e seria melhor compreendida em termos de classe, exploração e mais- valia” (Idem: 215).

Fuchs demonstra que, na Internet, os usuários são trabalhadores que geram conteúdo e ajudam as empresas, por sua vez, a conhecer melhor o seu grupo social, permitindo que o processo de acúmulo de capital nas redes sócio-digitais seja baseado em propaganda direcionada. Para tal, Fuchs propõe que seja feita uma atualização no modelo marxiano do ciclo capital-dinheiro de modo a compreender seu funcionamento na internet. Marx entende este processo a partir da fórmula simplificada “D-M...P...M'-D” (Marx, 2014: 107). Neste processo, D seria o capital em forma de dinheiro que é investido se convertendo em M - onde $M = M_p$ (meios de produção) + F (força de trabalho), ou seja, a soma em dinheiro vai se decompor em duas partes, “uma que compra força de trabalho e outra que adquire meios de produção. Temos assim duas séries de compras que pertencem a mercados inteiramente diversos, uma ao mercado de mercadorias propriamente dito e a outra ao mercado de trabalho.” (Marx,2003: 40).

M, acrescido pelo tempo (representado pelas reticências) é transformado em capital produtivo P. Aqui que se distinguem as noções de capital constante e capital variável como diferentes partes do capital produtivo, onde o primeiro, representado pelos meios de produção, continua sendo capital do capitalista, enquanto o segundo, representado pela força de trabalho, só deixa de ser mercadoria para se tornar capital quanto utilizado pelo capitalista. O capital produtivo vai consumir capital constante e variável de modo a transformá-los em produtos de valor superior aqueles investidos inicialmente através da extração da mais-valia - que, por sua vez, é calculada pela relação entre trabalho excedente e trabalho necessário (Marx, 2011: 605). P, acrescido do tempo - dos três pontos “...” - desencadearia na mercadoria final acrescida de mais-valia, ou seja, M’, que será vendida de modo a converter-se em dinheiro D’ e movimentar a circulação (Marx, 2003).

Fuchs enxerga que, na internet, este processo seria atualizado: as empresas de mídia sociodigital investem dinheiro para comprar meios de produção e trabalho, de onde apenas parte da mais-valia será extraída. O resultado deste processo é o primeiro produto, ou seja, a mídia sociodigital (*Facebook, Instagram, Twitter, Tumblr, etc.*), que não será vendida aos usuários (sendo gratuita). O usuário, por sua vez, utiliza o produto gerando conteúdo (*user-generated data*), um trabalho para o qual ele não é pago - ao menos não na forma de capital - o que vai desencadear em um segundo produto (um produto informacional), que é o principal produto da empresa, sendo vendido por um preço maior do que aquele investido inicialmente, transformando-se em dinheiro. A mais-valia extraída é, portanto, apenas em parte do trabalho comprado, sendo a maior parte do trabalho elaborada pelo próprio usuário gratuitamente para produzir o produto informacional.

Se a produção de conteúdo e o tempo gasto online fossem pagos, o gasto iria aumentar e os lucros, conseqüentemente, iriam diminuir. Isso mostra que a atividade dos *prosumers* [produtores consumidores] pode ser interpretada como uma terceirização do trabalho produtivo aos usuários [...] que trabalham completamente de graça e ajudam a maximizar a taxa de exploração (Fuchs, 2013: 219. tradução minha.)

Como não são pagos, todo o tempo gasto utilizando nestas redes se trata de um tempo onde ocorre a extração da mais-valia. O ativismo digital, que surge com a promessa democrática das redes para se colocar contra o “grande capital” (Bentes, 2014), serviria, neste contexto, para o seu fortalecimento. Ou seja, o abandono de relatos sólidos definidos pelas grandes instituições morais em prol de uma liberação das subjetividades

(Sibilia,2008) - o que inicialmente foi um movimento empreendido pelas gerações das décadas de 1960 e 1970 através de uma crítica radical (Boltanski; Chiapello, 1999) - foi apropriado e reinventado pelo capital de modo a esvaziar seu sentido e impossibilitar que esses os grupos sociais conseguissem conceber novas possibilidades de existência, criando vazios para ele mesmo, o capital, ocupar. Em um duplo movimento, é isto que gera a crítica de teor reformista mas também é o movimento reforçado por ela. A mídia tem papel central neste processo por ser concomitantemente veículo e alvo desta crítica: é contra ela que se direcionam as críticas ao “sistema” e, devido a essas críticas que o sistema vai se reformar através da instituição de “novas mídias”, “abertas” e “livres”. Vão ser criadas redes sócio-digitais, blogs, redes de compartilhamento de vídeos e fotografia e outros ambientes tecnológicos que geram a impressão de participação, de inclusão e de ação efetiva em um ambiente social onde, na realidade, o ator principal permanece sendo o capital. Nelas surgirão discursos críticos que demandam mudanças sociais e políticas, entre elas ativismo do movimento feminista. A associação das manifestações feministas ao modelo ciberativista, como configurado hoje, passa a ser, conseqüentemente, sua associação às novas formas de acumulação capitalista. Como mostra Dantas:

Pode-se admitir que o trabalho gratuito, nessas plataformas, recebe a sua recompensa não em forma monetária, mas na velocidade de comunicação e no acesso quase imediato a milhões de pessoas, com suas ideias e afetos, em qualquer lugar do mundo. Certamente, ficou mais fácil organizar alguma mobilização política, embora a ausência dessas redes ou tecnologias jamais tenha impedido as grandes revoluções... Há mesmo quem pretenda que será esse ganho de tempo e de alcance no espaço a remuneração em troca do trabalho gratuito (apud FUCHS, 2012). O que se pode perceber porém, de modo mais evidente, é que ao utilizarem as plataformas colaborativas, os movimentos políticos ou culturais (sem falar dos bilhões de indivíduos que estão apenas "curtindo") alinham-se ao sistema hegemônico, gerando mais valia para o capital (trabalho não pago), além de retroalimentar as estruturas de poder que dizem combater. (Dantas et al., 2014: 40)

Vale ressaltar também, por fim, os limites da internet no sentido de inclusão. Apesar de amplamente difundido, o conteúdo destas novas mídias ainda tem impacto baixo sobre o público geral, como analisa Rosalind Gill ao refletir sobre os discursos feministas, mostrando que são “vistas/consumidas por um grupo pequeno de pessoas” (Gill, 2007: 37. tradução minha). Por “se colocarem como uma alternativa, elas deixam o *mainstream* intacto e inalterado.” (Idem). Ou seja, ao invés de se atingir um público

mais amplo, como desejável e previsto pelos teóricos do capitalismo cognitivo, os indivíduos restringem seus debates a um mesmo ciclo (Vaz, 2004). E, quem não tem acesso a estes novos espaços de socialização se torna uma nova espécie de excluído. Vale, portanto, concluir esta sessão com a análise de Paula Sibilia:

[...] embora dois terços dos cidadãos brasileiros jamais tenham navegado pela web e muitos deles sequer saibam do que se trata, seis milhões de blogs são desta nacionalidade, posicionando o Brasil como o terceiro país mais ‘blogueiro’ do mundo. Porém, tampouco é um detalhe menor o fato de que dois terços desses autores de diários digitais residam no Sudeste, que é a região mais rica do país. Nesse sentido, não convém esquecer que três quartos dos 774 milhões de adultos analfabetos que ainda há no mundo vivem em quinze países, e o Brasil é um deles. [...] Esses bilhões de pessoas, que no entanto habitam este mesmo planeta, são os “excluídos” dos paraísos extraterritoriais do ciberespaço, condenados à cinza imobilidade local em plena era multicolorida do marketing global. E o que talvez seja ainda mais penoso nesta sociedade do espetáculo, onde só é o que se vê: nesse mesmo gesto, tal contingente também é condenado à invisibilidade total (Sibilia, 2008: 25)

CAPÍTULO 2: A CRÍTICA NA ERA DE SUA REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA

“O mundo inteiro é muito para uma imagem. [...] Nós somos aos poucos substituídos pela corrente ininterrupta de imagens escravas umas das outras; [...] cada uma em seu lugar, como cada um de nós em nossos lugares na corrente dos eventos da qual nós perdemos todo o nosso poder”

Jean-Luc Godard, Ici

et Ailleurs

No capítulo anterior foi desenvolvido um levantamento teórico que tentou refletir as mudanças no pensamento crítico de esquerda, tendo o impacto destas mudanças no posicionamento do pensamento feminista como enfoque privilegiado. Destacou-se também a importância da internet nas novas manifestações críticas que emergem a partir disto. Com base nesta investigação inicial, neste segundo capítulo pretende-se desenvolver uma investigação interna sobre a forma de funcionamento deste novo espírito da crítica, de modo a compreender como essas críticas feministas são produzidas no espaço digital hoje.

Para que seja possível este estudo, é importante ainda frisar o protagonismo que a web 2.0 tem na luta política contemporânea (Castells, 2013), para além apenas do ativismo tradicional: a propagação das redes sócio-digitais e dos gadgets - como smartphones e tablets - fez com que a internet se tornasse não apenas um veículo de divulgação da causa dos movimentos sociais e de agendamento de eventos, debates e protestos, como se tornou também um ambiente de debate e de ativismo vivo. Apesar da prática de manifestação em rua e de organização de plenárias, por exemplo, permanecer recorrente, outros formatos de manifestação se tornaram possíveis graças a internet.

Ao longo desta pesquisa foi possível se deparar com algumas tendências principais do ciberativismo, como o uso de *hashtags* (palavras-chave) para sistematizar uma ideia; a centralidade da imagem fotografada para o desenvolvimento de uma manifestação estética; a profusão de testemunhos pessoais de algum tipo de violência e/ou preconceito, as vezes acompanhado com a denúncia de um indivíduo ou grupo social específico;

dentre outras. Não se trata, vale acentuar, de tipos estanques de manifestação, muitas vezes havendo uma convergência entre elas. De fato, no presente capítulo, esquadrinhar-se-á dois movimentos que utilizam tanto a técnica de sistematização do uso das *hashtags*, quanto o uso fulcral da imagem fotográfica: os movimentos “eu não mereço ser estuprada” e “o corpo é meu”.

2.1. Crítica e Espetáculo

A reflexão sobre a reconfiguração da crítica e sobre sua mobilização nas mídias sócio-digitais não deve ser dissociada da reflexão sobre o impacto que as noções de espetáculo e reprodução técnica exercem na luta política no contemporâneo. Entende-se aqui como espetáculo o conceito proposto por Guy Debord para compreender a submissão da experiência vivida à representação, onde “tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (Debord, 1997c: 13). Ele se constrói a partir de uma imagem de “vivido aparente” (Idem: 40) , na qual o mundo deixa de ser experienciado para ser representado - de modo submetido às leis econômicas - para um público . Isto se torna possível porque “nenhuma mudança no interior da esfera da economia será suficiente enquanto a própria economia não for submetida ao controle consciente dos indivíduos.” (Jappe, 1999 :15). O espetáculo afastaria cada vez mais esta possibilidade de controle consciente do indivíduo sobre a economia, onde “a economia, no estádio espetacular, incessantemente cria e manipula necessidades” (Idem: 22), e se baseia na produção e difusão da alienação máxima, em que “a economia transforma o mundo, mas transforma-o somente em mundo da economia” (Debord, apud Jappe, 1999:23). A mídia, e a indústria cultural como um todo, teriam como papel a promoção e manutenção da noção espetacular, negando a possibilidade de mundo para além do capital, ou seja, propondo o espetáculo como modo de vida único.

Sendo assim, é possível relacionar diretamente este conceito com o de crítica reformista - proposto por Boltanski e desenvolvido no capítulo anterior - assim como observar a importância da lógica espetacular para a dominação gestonária da crítica. Ao criar a ilusão de pertencimento e de unidade para uma sociedade que não consegue se ver como completa e não fragmentada, o espetáculo cria a imagem de falsa unidade, imagem esta que se coloca a serviço da lógica da produção capitalista, onde “a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Esta alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente” (Debord,1997c:15). Ou seja, o espetáculo, segundo o autor,

auxiliaria a manter a separação social - causada por processos de opressão entre classes, gêneros, culturas, etc. - entre os indivíduos criando um falso sentimento de pertencimento e de unidade. A isto deve ser acrescentado o fato ressaltado por Debord de que a forma de isolamento proposta pelo espetáculo se daria através da contemplação, onde o indivíduo é impossibilitado de ser um agente - dada uma realidade onde o principal sujeito é o capital - o que faria com que ele aceitasse a concepção de si proposta pela produção espetacular; com que ele se tornasse um produto do espetáculo.

Ao pensamento de Debord vale acrescentar os estudos da Escola de Frankfurt sobre o impacto da mediação da técnica sobre a experimentação da realidade. Entende-se como mediação o conceito filosófico onde ocorre a interiorização do externo, sistematizado pela dialética hegeliana, que compreende que existe uma contradição fundante do ser que faz parte de um processo dinâmico que não termina. O ser só pode ser concebido como tal por existir o “não ser”. É uma dialética que está no princípio da dupla negatividade - e é neste princípio que se dá a mediação. Esta dialética funciona no esquema de Tese, Primeira Antítese, Segunda Antítese e Mediação. A tese seria a essência de nós mesmos; o ser-em-si; a razão não consciente do próprio ser. A primeira antítese residiria na primeira separação do ser-em-si, não representando ainda a sua superação. É, em outras palavras, a dimensão imediata da reflexão do outro (princípio de imediatez); do que está aí no mundo; é o ser-aí. A segunda antítese seria o momento no qual ocorre a superação do ser-em-si, ou seja, a separação definitiva entre sujeito e objeto, sendo este produzido a partir daquele. Neste momento que se dá o princípio da liberdade, autonomia da razão consciente. Se trata do ser-para-si.

Pois o espírito que se sabe a si mesmo, precisamente porque apreende o seu conceito, é a igualdade imediata consigo mesmo, a qual em sua diferença é a certeza do imediato, ou a consciência sensível - o começo donde nós partimos. Esse desprender-se da forma de seu Si é a suprema liberdade e segurança de seu saber de si. Essa extrusão, contudo, é ainda incompleta: exprime a relação da certeza de si mesmo com o objeto, que não ganhou sua perfeita liberdade, justamente porque está na relação. (Hegel, 2013: 530. grifo do autor)

O quarto momento, portanto, é quando se dá a mediação; é o momento em que o objeto sofre autonomia tal que ele também se torna consciente; “o vir-a-ser que sabe e que se mediatiza” (Idem). O processo, seria, em resumo, o da transformação da exterioridade em caráter constitutivo, onde a mediação representaria o ser-em-si-para-si, estando no objeto em si e tendo o outro como uma alteridade constitutiva.

Theodor Adorno, por sua origem materialista, torna a mediação um termo concreto. Seu objetivo reside, analisando e propondo uma metodologia para a sociologia da música, em se colocar tanto contra um pensamento social que tende a encaixar a arte dentro de um contexto preestabelecido, quanto a aqueles que caem em um esteticismo absoluto. Para ele “como hoje os sujeitos são objetos da sociedade, e não sua substância, suas formas de reação também não são dados objetivos, mas componentes do véu” (Adorno, 2011: 337-338), sendo o véu as relações sociais. Desta forma, a constituição social vai se dar no próprio objeto, de modo que, tomando a questão musical como exemplo, “a essência está na objetiva constituição social da música em si” (Ibidem, p.337). Trata-se, portanto, de uma clara retomada da mediação hegeliana, de modo que a mediação está na própria coisa: ela se torna a alteridade constitutiva em relação ao outro à medida que, para Adorno, a sociedade vai se objetivar nos objetos comunicacionais. Aqui, o ser hegeliano vai se tornar o sistema de produção capitalista. Neste sentido, a indústria cultural seria responsável pelo estabelecimento de vínculos comunitários e sociais que passam a constituir os seres.

Similar aos pensamentos adorniano e debordiano foram os estudos de Walter Benjamin sobre como a mediação pelo aparato técnico faz com que a realidade passe a ser percebida através das deformações propostas pela indústria. Para o autor, o desenvolvimento da técnica propiciou um distanciamento entre o público e a experiência, de modo que ela lhe é contada e não vivida. Devido ao cenário de barbárie que a experiência transmitida - via informação reproduzida tecnicamente - da primeira metade do século XX proporcionou, o público se relaciona com a sua época de modo a ter em relação a ela uma desilusão radical concomitante a uma fidelidade sem reservas. Assim sendo, homens não vão aspirar novas experiências: pelo contrário, eles aspiram se libertar de toda experiência - o que não os torna ignorantes, tendo em vista que “eles ‘devoraram’ tudo, a ‘cultura’ e os ‘homens’, e ficaram saciados e exaustos.” (Benjamin, 2012b: 118). Frente a isso, substitui-se o desejo pela experiência pelo desejo pelo sonho, que terá o papel de compensar a tristeza, “realizando a existência inteiramente simples e absolutamente grandiosa que não pode ser realizada durante o dia, por falta de forças.” (Idem). Este sonho a ser perseguido será oferecido pela própria cultura, no formato de um entretenimento cômodo que possui uma “existência que se basta a si mesma” (Idem: 119), ou seja, no formato de espetáculo, retornando a Debord.

Neste sentido, o público aceitaria determinadas concepções de si mesmo e do mundo e enxergaria a fragmentação social de uma maneira específica, de modo que a

crítica que se formasse a partir de então seria uma crítica espetacular que, desenvolvida pela lógica do espetáculo, não conseguiria ler o “mundo”- em termos de Boltanski - mas apenas a realidade da forma que lhe é entregue pelo espetáculo. Neste contexto que surgiria, segundo Debord, a crítica espetacular, ou seja, um movimento de crítica à sociedade produzida pelo próprio espetáculo o que, em nossa análise, se encaixa diretamente na noção de crítica reformista. A crítica espetacular seria, segundo o autor, o tipo de crítica social e política que se coloca, de maneira paradoxal, contra e a serviço da lógica do espetáculo de modo a reforçá-la. Ela seria um tipo de crítica que “estuda a separação com a ajuda dos instrumentos conceituais e materiais outorgados pela separação”, se opondo e ao mesmo tempo reforçando o que chama de apologia do espetáculo, que “constitui um pensamento do não pensamento, num esquecimento explícito da prática histórica” (Debord, 1997c: 128). Assim sendo, o discurso do espetáculo é, em última instância, um “discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma” (Idem : 20), servindo como uma espécie de substituto para a religião da era pré-moderna.

Nos últimos textos de Debord, a partir de meados da década de 1980, como seu “Comentário sobre a sociedade do espetáculo”, o autor observa que houve uma radicalização da lógica espetacular, onde “a sociedade proclamou-se oficialmente espetacular” (Debord, 1997: 180)notoriedade anti-espetacular tornou-se algo raríssimo” (Idem: ibidem). Sendo assim, para uma manifestação crítica ter destaque ela deve propositadamente ser dotada de um perfil espetacular senão faz-se praticamente impossível sua visibilidade ou, ainda, é vista como negativa, já que “ser conhecido fora das relações espetaculares equivale a ser conhecido como inimigo da sociedade” (Idem, ibidem). Sendo assim, a crítica espetacular produzida pelo próprio espetáculo ocorreria de modo que a “discussão vazia sobre o espetáculo” é sempre e forçosamente “organizada pelo próprio espetáculo” (Idem : 170. grifo do autor).

Levando em consideração a análise tecida sobre a internet no capítulo anterior, podemos observar ainda que, ao invés de funcionar como um ambiente anti-espetacular que confrontaria a representação do mundo através da experiência, ela funciona, do modo hoje configurada, para seu fortalecimento; para o reforço e a radicalização da lógica do espetáculo, tendo nas redes sócio-digitais seu espaço de excelência. Nela é reafirmada a lógica de afastamento da experiência através da perseguição do sonho (no sentido benjaminiano), mas não apenas por meio do espetáculo entregue ao indivíduo pela mídia tradicional, mas também pelo espetáculo produzido por si mesmo. Este fenômeno, que

Paula Sibilia (2008) denomina o “show do eu”, diz respeito ao processo de espetacularização de si mesmo, o que se tornou possível com o processo no qual ocorreu o embricamento entre as noções do eu-público e do eu-privado²³. Se na aurora da modernidade o ascendente burguês causou uma supervalorização do ambiente privado, reservado para a intimidade e para o autoconhecimento, com a relativa revolta em relação às instituições tradicionais burguesas, como visto no capítulo anterior, se promove uma reconfiguração subjetiva, que deve forçosamente se passar pelo processo de repensar os limites entre vida particular e vida pública. A intenção, com essa reconfiguração, seria a de, entre outros, libertar o eu do que a autora chama de “tirantias da intimidade”:

[...] as “tirantias da intimidade”, que compreendem tanto uma atitude de passividade e indiferença com relação aos assuntos públicos quanto uma crescente concentração no espaço privado e nos conflitos íntimos. [...] Em um contexto como esse, a ação objetiva é desvalorizada (aquilo que se faz), em proveito de uma valorização excessiva da personalidade e dos estados emocionais subjetivos (aquilo que se é). (Sibilia, 2008: 61. grifos da autora)

Os movimentos de vanguarda e, posteriormente, os movimentos sociais de esquerda, surgiram no século XX com o objetivo de confrontar esta “barbárie bem-educada” (Idem). Para explicar este processo, Sibilia estabelece um diálogo direto com Michel Foucault e sua História da Sexualidade. Nesta obra, o autor se opõe ao que ele chama de hipótese repressiva, que supõe que o poder reprime as possibilidades de sexualidade reduzindo suas formas estereis. Ou seja, deduz que o poder é um operador que impede a sexualidade de se revelar. Foucault vai mostrar que o que ocorre, na verdade, é que o poder é uma espécie de força produtiva que cria as personalidades desviantes. Isso fica explícito quando o autor compara dois momentos distintos da História ocidental: em um período pré-moderno, quando imperavam as sociedades de aliança, ou seja, as sociedades cujas relações sociais eram centralizadas no casamento, era instituído como desvio “de comportamento” qualquer ação que o colocasse em risco. Desta forma, qualquer ato sexual desviaste ao relacionamento vitoriano (heterossexual, dentro do casamento, com objetivo de reprodução) era considerado libertinagem a ser punida em esfera legal e o libertino deveria ser afastado da sociedade. Com a migração para um período moderno, o casamento perde a sua força como operante das relações sociais dando espaço a uma dinâmica capitalista e burguesa. Sendo assim, os atos sexuais

23 A discussão sobre público/privado tem continuidade no item 2.2 deste capítulo.

passam a ser analisados como condições patológicas isoladas, instaurando-se, conseqüentemente, sexualidades periféricas autônomas. Isolando os ditos desvios e considerando-os em suas esferas clínicas, o poder pôde, dessa forma, indicar o indivíduo a ser corrigido através de uma dimensão terapêutica que vai salvá-lo e torná-lo novamente apto à sociabilidade (Foucault, 1988), ou seja, voltando a ser útil e produtivo tendo em vista os modelos capitalistas industriais.

No entanto, com as chamadas Revoluções Sexuais da década de 1970 e a ascensão dos movimentos das minorias, aos poucos este cenário parece ter mudado. Gradativamente as sexualidades e comportamentos sexuais até então ditos anormais (desde a homossexualidade até a masturbação) passam a ser vistos com relativa naturalidade e perdem sua dimensão patológica. Não obstante esta suposta normatização e normalização do que antes era tido como desvio, insiste o autor que não é “dizendo-se sim ao sexo, se está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo a linha do dispositivo geral da sexualidade” (Idem: 171). Isso acontece porque, este regime estabelecido foi criado exatamente em cima da noção da desirabilidade do objeto proibido:

Com a criação deste elemento imaginário que é o ‘sexo’, o dispositivo de sexualidade suscitou um de seus princípios internos de funcionamento mais essenciais: o desejo do sexo - desejo de tê-lo, de aceder a ele, de descobri-lo, de libertá-lo, articulá-lo em discurso, formulá-lo em verdade. Ele constituiu ‘o sexo’ como desejável. E é essa desirabilidade do sexo que fixa cada um de nós à injunção de conhecê-lo, de descobrir sua lei e seu poder; é essa desirabilidade que nos faz acreditar que afirmamos contra todo poder os direitos de nosso sexo quando, de fato, ela nos vincula ao dispositivo de sexualidade que fez surgir, do fundo de nós mesmos, como uma miragem onde acreditamos reconhecer-nos. (Idem)

Propõe-se, na presente pesquisa, a expansão do estudo de Foucault para outras subjetividades que, com a ascensão do mundo moderno, caíram neste mesmo local de negação e desirabilidade, possibilitando compreender como os movimentos de minoria, ao pensar na liberação das subjetividades como um processo através do qual se desejava afirmar “ser aquilo que se era”, não foram capazes de “resistir às captações do poder” (Idem) exatamente por não se libertarem, como propunha o autor, das instâncias que criaram suas subjetividades. Neste contexto que Sibilia analisa que o poder que produzira as subjetividades desviantes, que naquele momento tentavam se afirmar, pôde se

reapropriar delas e conduzi-las ao status de normalidade sem que, desta forma, ele se abalasse. A partir deste processo, portanto, estas subjetividades podem ser incorporadas pela lógica do mercado, como observado no capítulo anterior.

A isto a autora incorpora a análise de David Harvey em *A Condição Pós-moderna* (1992), no qual o autor o propõe que um suposto abandono do modelo fordista-keynesiano representou a “intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho” (Harvey, 1992: 257). Assim, houve uma alteração tecnológica que visava, principalmente, a redução e otimização do tempo-espaço, de modo que mercadorias, dinheiro e informações circulassem em um tempo mais curto, desencadeando no processo de volatilidade e efemeridade citado no capítulo anterior. Como consequência, a indústria manipula desejos e gostos, “saturando o mercado com imagens que adaptem a volatilidade a fins particulares” (Idem: 259), se incorporando, segundo Sibilia, das subjetividades liberadas e as adequando ao seu modelo de saturação imagética, de modo que o eu não é mais pensado tendo em vista um movimento que vai do exterior (e suas imposições) para o interior, mas um movimento que parte do exterior para produzir um eu voltado ao exterior. Ou seja, “em vez de solicitar a técnica da introspecção, que procura olhar para dentro de si a fim de decifrar o que se é, as novas práticas incitam o gesto oposto: impelem a se mostrar para fora” (Sibilia, 2008: 115). Tratar-se-ia, sendo assim - para retornarmos ao ponto inicial - da radicalização da tese do espetáculo proposta por Debord, onde o ser pré-moderno, que havia se fragmentado em ter, se fragmentou novamente em parecer. É também, segundo nossa análise, a radicalização da chamada “indústria de produção de imagens” (Harvey, 1992), que propõe que a imagem:

se tornou, com efeito, o meio fugido, superficial e ilusório mediante o qual uma sociedade individualista de coisas transitórias apresenta sua nostalgia de valores comuns. A produção e venda dessas imagens de permanência e de poder requerem uma sofisticação considerável, porque é preciso conservar a continuidade e a estabilidade da imagem enquanto se acentuam a adaptabilidade, a flexibilidade e o dinamismo do objeto, material ou humano, da imagem. (Harvey, 1992: 260)

Neste contexto, o foco de Harvey reside na discussão das marcas (e das pessoas-marcas, ou seja, políticos, intelectuais, artistas, etc.) e do efeito da imagem na competição e no reconhecimento. E, em tempos de “show do eu”, é interessante observar como esta

análise também vale para um mundo onde empresas como *Instagram*, *Twitter* e *Facebook* não apenas criam uma imagem de si como marca, mas auxiliam os seus consumidores a se transformar em marcas cujo produto são suas opiniões, rotinas, gostos e corpos. Esta tese pode ser confirmada a partir da própria observação de Harvey sobre a indústria da produção de imagens e de seu funcionamento particular, se especializando na aceleração do tempo de giro, produzindo e reproduzindo efemeridade e se ocupando da sensação de perda para produzir mais:

Trata-se de uma indústria em que reputações são feitas e perdidas da noite para o dia, onde o grande capital fala sem rodeios e onde há um fermento de criatividade intensa, muitas vezes individualizada, derramado no vasto recipiente da cultura de massa serializada e repetitiva. É ela que organiza as manias e modas, e, assim fazendo, produz a própria efemeridade que sempre foi fundamental para a experiência da modernidade. Ela se torna um meio social de produção do sentido de horizontes temporais em colapso de que ela mesma, por sua vez, se alimenta tão avidamente. (Idem: 262)

E este processo proposto por Sibilia, onde se cria um “eu espetacular”, que é gerado e gerido como uma marca²⁴, seria, segundo nossa análise, extremamente beneficiado por uma estrutura onde a imagem fotográfica ganha centralidade discursiva. A ascensão da lógica do espetáculo se deu em concomitância com a ascensão do que Susan Sontag chama de um “novo código visual” (Sontag, 2004: 13), onde as imagens, sobretudo a imagem fotográfica (e sua derivação, a imagem filmada), desfrutam de autoridade ilimitada. O desencantamento do mundo dos primórdios da modernidade, no qual houve uma investida em um processo científico e humanístico em detrimento da lógica político-religiosa pré-moderna, trouxe à tona a valorização da racionalidade que, teoricamente, poderia colocar em xeque as ilusões produzidas pelo regime imagético anterior em busca de uma verdade, no sentido platônico do termo, ou seja, de uma visão justa e correta do mundo desvelada através de uma forma de pensar para além das projeções do real (Platão, 2015). No entanto, ao invés de ocorrer um processo de “deserções em massa em favor do real” (Sontag, 2004b: 169), o que se deu foi um reforço da lealdade às imagens. Isso ocorreu, principalmente, devido a complexificação da noção de real ao lado de sua

24 Esta frase faz referência ao título do capítulo final do livro “O Show do Eu”, da própria Sibilia, chamado “Eu espetacular e a gestão de si como uma marca”.

fragmentação, dificultando e complexificando sua interpretação e compreensão (Lukács, 2003). A angústia causada pelo esvaziamento do sentido de realidade passa a ser amenizada pelas imagens que, de forma concomitante, vão aprisionar e ampliar o real. Isto posto, o advento da fotografia se torna central para a confirmação deste procedimento:

Fotos são um meio de aprisionar a realidade, entendida como recalitrante, inacessível; de fazê-la parar. Ou ampliam a realidade, tida por encurtada, esvaziada, perecível, remota. Não se pode possuir a realidade, mas pode-se possuir imagens. (Sontag, 2004b : 180)

A fotografia passa a ser, portanto, a maneira moderna de se ver e se apreender o real; uma consequência e também causa de um mundo fragmentado. Afinal, a fotografia é um fragmento; um instante; relance. E se a fotografia (e suas derivações), em uma sociedade onde a noção de experiência se perdeu, se torna nosso acesso principal ao real, ou melhor, define “o que permitimos que seja ‘real’” (Sontag, 2008: 138), a acumulação destas imagens passa a ser primordialmente um acúmulo de fragmentos. O real, portanto, se torna a condensação de inúmeros fragmentos de visão que nunca podem ser completados (Idem). Mais do que isso, o processo de fragmentação gerado pelo aglomerado de imagens acarreta em uma falta de coesão entre os elementos da realidade ali proposta (Kracauer, 2009). Neste sentido que a lógica do espetáculo seria crucial, já que suas narrativas dariam uma falsa sensação de unidade e de ordenação a estes fragmentos desordenados.

A supracitada produção individual do espetáculo; o “show do eu” - com a proliferação dos aparelhos de produção de imagem, como as câmeras portáteis digitais e os celulares com câmeras, e de espaços de reprodução, principalmente na internet - se mostra, portanto, imbricada à fotografia. Se o registro fotográfico que organiza, seleciona e define o real, ele passa a representar a prova da existência das pessoas que “sentem que são imagens e que as fotos as tornam reais” (Sontag, 2004b: 178), sendo um modo de atestar a si mesmo e a sua experiência. Ou seja, o espetáculo fotografado - ou filmado - é o mediador entre a experiência e o indivíduo. E, como a experiência é mediada, ao mesmo tempo que a fotografia é seu atestado, é também sua limitação.

Um modo de atestar a experiência, tirar fotos é também uma forma de recusá-la - ao limitar a experiência a uma busca do fotogênico, ao converter a experiência em uma imagem, um souvenir. [...] A fotografia tornou-se um dos principais expedientes para experimentar alguma coisa, para dar uma aparência de participação. (Sontag, 2004: 20-21)

Isto posto, no “show do eu”, forma individualizada do espetáculo, esta fotografia que é atestado de existência, se torna também a forma principal de reconhecimento social - já que, retornando a Debord, fora das dimensões espetaculares um reconhecimento, ao menos positivo, se faz impossível. No espetáculo de si a imagem fotografada se torna o mecanismo principal para dar legitimidade ao eu, às experiências do eu e, portanto, também, às convicções do eu. A luta política, no atual estágio da dinâmica espetacular, forçosamente depende da coleção e organização estratégica de imagens. Alguns exemplos disso são as recentes manifestações que o feminismo digital tem desenvolvido em seu posicionamento contra a chamada cultura do estupro. No Brasil, alguns exemplos disso foram os protestos #eunaomerecoserestuprada (“eu não mereço ser estuprada”) e #ocorpoemeu (“o corpo é meu”)²⁵.

O primeiro conheceu seu auge no início de 2014, após o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) divulgar o resultado de uma pesquisa sobre a efetividade da Lei Maria da Penha²⁶ cujo resultado com maior destaque midiático expunha que 65% dos entrevistados acreditavam que uma mulher merece ser atacada se usar roupas que mostram o corpo. Como reação ao dado alarmante, a jornalista Nana Queiroz publicou na internet uma foto sua sem roupa com os dizeres “Eu não mereço ser estuprada” escritos em seu corpo, convidando as pessoas para fazerem o mesmo como uma forma de repúdio ao resultado da pesquisa (Anexo I - Figura A). Junto com a foto, o único requisito era o das pessoas postarem também a *hashtag* #eunaomerecoserestuprada ou sua variável #naomerecoserestuprada, para que as fotos pudessem ser mais facilmente rastreadas. A partir de então, inúmeras pessoas começaram a postar fotos similares, com o mesmo dizer (exemplo no Anexo I - Figuras B, C, D, E). A manifestação teve aderência de inúmeras personalidades midiáticas, como as cantoras Valesca Popozuda e Daniela Mercury (Anexo I - Figura F), que anteriormente já haviam se declarado feministas e frequentemente debatem alguma questão relativa ao movimento feminista, e também as atrizes Nana Gouvêa (Anexo I - Figura G) e Geisy Arruda (Anexo I - Figura H), conhecidas principalmente por suas constantes aparições em tabloides. É importante ressaltar que houve uma reação negativa, por parte da população, a manifestação.

25 Os títulos foram escritos desta maneira por se tratar de manifestações via *hashtag*.

26Fonte:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf.

Último acesso em : 20 de agosto de 2015.

Segundo a pesquisa desenvolvida por Luiz Fernando Ferreira Junior (2015), Nana Queiroz, por exemplo, sofreu inúmeras agressões e ameaças.

desde que começou o protesto online ‘Eu Não Mereço Ser Estuprada’, nesta sexta, às 20h, recebi incontáveis ofensas. Homens me escreveram dizendo que me estuprariam se me encontrassem na rua, outros, que eu ‘preciso mesmo é de um negão de 50 cm’ ou ‘uma bela louça para lavar’.”(Queiroz apud Ferreira Junior, 2015: 55).

O autor mostra ainda que, na rede sócio-digital *Facebook*, diversos perfis de usuários falsos foram criados para ameaçar e ofender pessoas que participaram da campanha, além de promover páginas da própria rede social que reutilizavam a imagem das mulheres que fizeram o protesto para objetificá-las sexualmente (Ferreira Junior, 2015). No entanto, devido ao grande impacto da manifestação sobre os meios digitais e o apoio popular recebido, até os meios de comunicação tradicionais, muito criticados pelos movimentos feministas pela baixa visibilidade dada para sua causa, participaram da divulgação positiva da causa e ajudaram a denunciar as ameaças sofridas pelas mulheres e homens que se manifestaram. Vale citar, como exemplo, o caso da Rede Globo, que recebeu a criadora do protesto nos programas “Altas Horas” e “Encontro com Fátima Bernardes”²⁷, neste segundo dando foco primordial às ameaças sofridas por Nana.

Pensar na recepção dada a esta manifestação, portanto, é de extrema relevância para se compreender o valor deste código visual na etapa contemporânea da sociedade do espetáculo. A luta contra o estupro é quase tão antiga quanto a luta feminista e as manifestações contra o chamado *slut shaming*, ou seja, contra a culpabilização da mulher por se vestir ou se comportar de uma maneira que não condiz com as expectativas morais sobre ela, têm papel central no discurso feminista dos últimos anos. O movimento Marcha das Vadias (Slut Walk ou MDV), por exemplo, teve sua origem a partir de um caso similar, surgindo, segundo o site oficial do movimento original, de Toronto, “como uma resposta direta aos oficiais de polícia de Toronto que perpetuam os mitos do estupro ao declarar que ‘mulheres devem evitar se vestir como vadias para não se tornarem vítimas’” (Slut Walk Toronto, 2009. tradução minha). A partir disso o movimento tomou dimensões globais, tendo mulheres e homens em mais de 200 locais por todo o mundo protestando

27 Parte de sua participação nos programas pode ser vista nos seguintes vídeos: Altas Horas <http://globotv.globo.com/rede-globo/altas-horas/v/nana-queiroz-comenta-como-surgiu-a-ideia-de-uma-campanha-contr-o-abuso/3263399/> e Encontro com Fátima Bernardes <http://globotv.globo.com/rede-globo/encontro-com-fatima-bernardes/v/nana-queiroz-luta-contr-aceitacao-do-estupro-e-sofre-ameacas/3252580/>.

contra a violência sexual e o slut shaming e pelos direitos da mulher sobre o próprio corpo (Idem).

No Brasil, organizadoras do movimento de inúmeras cidades sofrem constantes ameaças e perseguições e utilizam o *Facebook* como plataforma para denunciá-las. Um exemplo é o post do dia 01 de Agosto de 2013 da página da rede social do consagrado blog “Blogueiras Feministas”, divulgando um manifesto do movimento “Marcha das Vadias de Brasília” que denuncia as ameaças sofridas pelos seus membros, na tentativa de expor que “integrantes da Marcha das Vadias em todo o Brasil vem sofrendo graves ameaças, revelando que no Brasil não se tem respeitado o conceito de democracia e liberdade de expressão” (Blogueiras Feministas, 2013). As ameaças, segundo as autoras da denúncia, começaram a ocorrer depois de uma manifestação do movimento no Rio de Janeiro em 27 de julho do mesmo ano, que se deu de forma concomitante a um evento religioso católico que costuma reunir jovens de todo o mundo e conta com a presença do Papa e de outros representantes da Igreja, a Jornada Mundial da Juventude. Nesta data, alguns manifestantes que participavam da marcha quebraram imagens religiosas, ato este que ocorreu sem o consentimento de suas organizadoras, segundo nota divulgada pela Agência Patrícia Galvão (2013). Ao longo da manifestação, frases como “A verdade é dura, Papa Francisco apoiou a ditadura” e “Não é mole não, a igreja apoiou a inquisição” foram proferidas. “Além disso, a maioria das manifestantes utilizavam adornos em forma de diabinhos, enquanto outros usavam máscaras” (O Globo; Oliveira; Vasconcellos, 2013).

No entanto, apesar da manifestação ter sido coberta por grande parte da mídia tradicional, mais especialmente pelo jornal O Globo e pelo site de notícias globo.com, nenhum meio que deu, alguns meses depois, atenção à coação sofrida pelas manifestantes do movimento “eu não mereço ser estuprada”, denunciou as ameaças feitas às organizadoras do MDV de diferentes cidades, segundo minha pesquisa nos acervos digitais da emissora e do jornal. Isso se explica, em parte, pela violência estética utilizada pelos manifestantes da MDV, o que, de certa forma, faz com que a mídia tradicional não queira ter seu nome associado à defesa ao movimento. No entanto, se explica também pelo teor da crítica mobilizada pelo movimento que, mesmo que espetacular, no sentido debordiano, se manifestou, naquele momento, através de um discurso bastante direcionado ao rompimento com uma instituição tradicional. Já a mensagem proferida pelo movimento “eu não mereço ser estuprada”, apesar de ser bastante clara em seu

objetivo, era difusa, sem alvo específico, sendo direcionada mais a uma reforma moral da sociedade, no geral, do que a um alvo específico.

Mais do que isso, o fato de se tratar de uma mensagem simplificada, cujo meio principal é a organização estratégica de imagens fotográficas, e onde origens políticas e filosóficas não são claramente demarcadas, ela pôde atingir um espectro mais amplo de mulheres feministas. Ou seja, estratégias como esta, que se focam no regime imagético fotográfico e esvaziam as particularidades e influências de um discurso mirando a maior aderência a um movimento, servem de unificadoras para movimentos difusos e conflituosos, que, como visto no capítulo anterior, é o caso do feminismo hoje. Ao mesmo tempo, se trata de um formato discursivo que consegue atingir também pessoas que não compartilham diretamente das ideias feministas e que, desde os anos 1990, enxergam o feminismo limitado ao ideal de sucesso individual da mulher (McRobbie,2009b) ou, ainda, rejeitam o termo completamente. Neste sentido, a forma de espetáculo proposta por este tipo de manifestação se torna relevante por dar maior visibilidade a assuntos de suma importância que, sem isso, permaneceriam, talvez, limitados ao debate de grupos específicos.

No entanto, o que é interessante para a discussão proposta por este trabalho é refletir como o apoio popular amplo conquistado pelo movimento “eu não mereço ser estuprada” se deu muito devido ao uso da fotografia na web 2.0, o que torna a crítica, por um lado, mais espetacular e, portanto, mais atraente e, por outro, mais simples e pouco complexa. Se retirar a complexidade de um caso extremamente sério, como a violência contra a mulher, auxilia na divulgação mais ampla da luta, o processo também pode reduzi-la. Talvez se deva a isso, por exemplo, o fato de que o número de manifestações “eu não mereço ser estuprada” encolheu drasticamente, assim como se esvaziou o debate gerado pelo movimento, após o IPEA divulgar que houve um erro no resultado da pesquisa (Ferreira Junior, 2015). O Instituto corrigiu o número de entrevistados que concordaram com a afirmação “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” (IPEA; Osório; Fontoura, 2014) de 65% para 26%, afirmando, ainda, que o erro inicial ocorreu por ter havido uma inversão de gráficos, onde a porcentagem inicial se referia ao número de entrevistados que concordam com a frase “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar” (Idem).

Claro que o fato do debate se exaurir se deve também à fugacidade informacional no meio digital, ou seja, à “descartabilidade provocada pelo excesso absurdo de objetos e informações a que nosso tempo chegou” (Fontenelle, 2002: 302), de modo que um tema

de relevância em um dia se torna obsoleto, literalmente, no dia seguinte. No entanto, não pode ser tomado como uma simples coincidência o fato de que o esvaziamento da manifestação se deu em concomitância com a “errata” emitida pelo IPEA. A simplicidade da mensagem e sua limitação ao código visual fotográfico, que auxiliou na sua apropriação em massa, também auxiliou em seu esvaziamento. Ou seja, o formato, ao tornar mais acessível o debate em torno da violência e do abuso, o tornou também mais direcionado, de modo que um fragmento da luta contra a violência sexual, ou seja, o *slut shaming*, foi tomado como um todo. A partir do momento em que se corrigem os dados, a massa que apoiou o movimento tem seus motivos desvanecidos, ignorando informações disponíveis pela pesquisa que são dignas de igual questionamento. Vale citar, a título de exemplo, “a concordância de 58,5% dos entrevistados com a ideia de que se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” (Ferreira Junior, 2015), ou o próprio fato de 65% dos entrevistados acreditar que a mulher que continua com um parceiro que a agride “gosta de apanhar” (Idem). Ou ainda que, mesmo menor, é extremamente alta a porcentagem de 26% que indica o número de entrevistados que acreditam que a forma de se vestir de uma mulher a torna merecedora de um ataque abusivo²⁸.

No entanto, o sucesso deste tipo de manifestação, devido ao impacto gerado, foi tanto que, apesar destes problemas, no ano seguinte, em 2015, houve uma tentativa de repetir o movimento, desta vez impulsionada pelo Instituto Maria da Penha através da hashtag “o corpo é meu”, que, partindo da mesma pesquisa do IPEA, tentou reascender o debate, já abandonado, impulsionado pelo movimento “eu não mereço ser estuprada”.

28 Vale ressaltar que destacamos aqui as manifestantes que aderiram o movimento para além dos grupos feministas organizados. Os demais dados emitidos pelo IPEA foram questionados por esses movimentos, mas não tiveram a repercussão que a crítica aos dados iniciais alcançou. No entanto, vale citar como exemplo do debate textos de algumas ativistas feministas: o de Jussara Oliveira e Camila Gomes, intitulado “26% ou 65%, o que isso significa para o feminismo? O que isso significa para o ativismo?” (Blogueiras Feministas; Oliveira; Gomes, 2015); o de Simone Gomes, intitulado “Sobre machismos e porcentagens”; e o de Lola Aronovich, intitulado “Reações exultantes: há erros na pesquisa do IPEA (Blogueiras Feministas; Gomes, 2015)”. Disponíveis, respectivamente em: < <http://blogueirasfeministas.com/2014/04/26-ou-65-o-que-isso-significa-para-o-feminismo-o-que-isso-significa-para-o-ativismo/> > ; < <http://blogueirasfeministas.com/2014/04/sobre-machismos-e-porcentagens/> > ; e < <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/04/reacas-exultantes-ha-um-erro-na.html> > .

2.2. Crítica e Celebridade

A manifestação “eu não mereço ser estuprada” surgiu a partir de membros de movimentos feministas organizados, sendo projetadas para fora. Nana Queiroz, sua idealizadora, não era, até então, uma personalidade conhecida e não era referência para o discurso de gênero. O que se deu, portanto, foi uma disseminação do protesto antes dentre grupos da web de inclinação feminista para, posteriormente, atingir e ser apropriado por pessoas de fora, seja simpatizantes do movimento ou até mesmo pessoas que não se declaram feministas mas que concordam com o posicionamento, o que incluiu celebridades e a imprensa tradicional.

O grande potencial de viralizar de manifestações deste caráter, naturalmente, acaba chamando a atenção de agências de publicidade e propaganda. Uma mensagem se torna viral, na linguagem do marketing, quando consegue “alcançar escalas comparáveis ao poder disseminador da propaganda com o uso de meios de comunicação de massa, com menores custos e que, ao mesmo tempo, conte com o próprio consumidor desempenhando uma função de endossador positivo da mensagem” (Andrade et al., 2006:7). O que, ao marketing, torna a viralização importante é, além do baixo custo da propaganda e do grande impacto, a possibilidade da mensagem ser endossada de forma aparentemente independente, ou seja, por ser propagada por agentes sem ligação alguma com a empresa ou instituição que a criou, gerando credibilidade (Idem). Diante disto, com o sucesso da manifestação “eu não mereço ser estuprada”, assim como de outras manifestações semelhantes de conscientização de alguma questão social - como, por exemplo, o desafio do balde de gelo²⁹ - a agência de publicidade África criou para seu cliente, o Instituto Maria da Penha, uma campanha de conscientização sobre abuso e violência contra a mulher, chamada “o corpo é meu”.

O Instituto Maria da Penha³⁰ é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo primordial servir de apoio ao combate à violência doméstica contra as mulheres. Dentre suas ações principais destacam-se:

29 Desafio do balde de gelo foi uma campanha digital que tinha como objetivo conscientizar a respeito da esclerose lateral amiotrófica e levantar fundos para a ALS Institution, que combate a doença. O desafio consistia em um usuário das redes sociodigitais publicar um vídeo seu tomando um banho de gelo – cuja sensação física seria supostamente similar àquela sentida pelo portador da doença - e indicando outras 3 pessoas para fazer o mesmo e doar uma quantia para a ALS.

30 A motivação para a fundação do Instituto se deu a partir da Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, que será discutida no capítulo 3 desta dissertação.

- Promover e apoiar a sustentabilidade de ações sociais que elevem o nível de qualidade da vida física, emocional e intelectual e cidadã das mulheres;
- Contribuir para diminuir os pontos que constituem as ações de indiferença, banalização e omissão nas questões de gênero cujas ações promovem a cultura da violência contra a mulher;
- Desenvolver um trabalho estratégico de disseminação dos conceitos vinculados à cultura de gênero, violência sexista, desenvolvimento sustentável e promoção da prática do investimento social cujas ações promovam a sustentabilidade dos direitos de cidadania, justiça, trabalho, emprego, geração de renda da mulher e da família (Instituto Maria da Penha, 2015).

Por outro lado, a Agência África é uma agência de publicidade e propaganda do Grupo ABC, um dos maiores grupos de propaganda do mundo, atuando nas áreas de *Advertising, Branding Services e Content*, por meio de 15 empresas (Grupo ABC, 2015). A África, uma das principais do grupo, conta com clientes como o jornal Folha de São Paulo, o banco Itaú e a Ambev. Foi também eleita a agência internacional do ano 2014 pela revista Ad Age, uma das 10 agências mais criativas do mundo pela revista *Adweek* e é “ a agência mais admirada no Brasil por 5 anos consecutivos por empreendedores e empresários, segundo uma pesquisa realizada pela revista Carta Capital” (África, 2015).

A parceria entre o Instituto e a Agência levou à criação de uma campanha - bastante similar à manifestação “espontânea” “eu não mereço ser estuprada” - que convidava mulheres a compartilhar fotos pessoais na rede sociodigital Instagram com a hashtag #ocorpoemeu. Além disso, elas deveriam marcar em suas fotos os perfis criados para a campanha, de modo a formar a frase: “Não é porque estou de lingerie (biquíni e outras peças) que você pode me tocar.” (Plano feminino; Passarelli, 2015). Para ser veiculada, em abril de 2015, a estratégia utilizada pelo Instituto foi distinta daquela utilizada por Queiroz: enquanto esta iniciou a manifestação propondo que inúmeras mulheres de diferentes coletivos feministas de todo o país divulgassem suas fotos acompanhadas da hashtag “eu não mereço ser estuprada” no mesmo dia e horário, O Instituto optou, por sua vez, em focar a propagação de sua mensagem na imagem de celebridades que postaram fotos de si mesmas de lingerie ou biquíni acompanhadas pela hashtag “o corpo é meu. A apresentadora Fiorella Mattheis e as atrizes Giovana Ewbank e Samara Felippo foram as celebridades que tiveram suas fotos veiculadas pela página oficial do Instituto Maria da Penha no Instagram (Institutomariadapenha, 2015) (Anexo II - Figuras A, B, C).

Levando em consideração que a campanha foi criada por uma agência de publicidade, é relevante compreender que, independente destas celebridades terem

postado ou não de forma espontânea essas fotos, optar por utilizá-las como representantes do movimento em sua página não foi uma decisão aleatória. Parte-se da hipótese que, pelo contrário, se tratou de uma estratégia para agradar um público mais amplo através do desligamento do discurso do movimento feminista. E de fato, como supracitado, ao lado da ampla aderência que o movimento “eu não mereço ser estuprada” recebeu, houve também uma grande reação negativa. Além das ameaças pessoais recebidas pela organizadora, da reutilização das fotos das manifestantes em perfis pornográficos (Ferreira Junior, 2015), muitas respostas negativas ao movimento surgiram na internet. Por exemplo, um site dedicado ao “Eu não mereço ser estuprada” divulgou inúmeros casos de respostas ditas machistas direcionadas à manifestação. Vale citar como exemplo as mensagens da rede sócio-digital *Twitter* de Felipe Ret:

só pra deixar claro: sou contra o “estupro não concedido”. mas sou machista. essa campanha #NaoMerecoSerEstuprada tá sendo um prato cheio pras “putas distraídas” (Eu não mereço ser estuprada, 2014).

O site também mostra mensagens como a do usuário do *Facebook*, Isaias Willian, onde uma imagem de uma dona-de-casa lavando uma panela é acompanhada pela frase “Ninguém é estuprada em casa lavando louça” (Idem); e a do usuário Matheus Souza, com a frase “Me desculpa, mas algumas meninas merecem ser estupradas sim e não só meninas, alguns mlks tbm [sic]³¹ !!” (Idem); ou o caso de Luiz Henrique lançando a campanha “#O pinto é meu e eu coloco em quem eu quiser” (Idem). Estes exemplos estão na parte “Reações” do Anexo I deste trabalho.

Portanto, a estratégia de divulgação do movimento “o corpo é meu” teve que levar em conta as reações negativas que o movimento “eu não mereço ser estuprada” recebeu de modo a evitá-las. A seleção das suas porta-vozes seria, desta forma, essencial neste processo: levando em conta que a campanha foi criada por uma agência de propaganda, podemos comparar o uso das fotos das celebridades para representar o movimento, como similar ao uso de garotas propaganda, cuja função primordial na publicidade é a de “mediação entre o consumidor e a construção publicitária”, dando “aos anúncios valores diversificados que extrapolam os próprios produtos” (Castro et al., 2007: 2) e/ou mensagens. Uma garota-propaganda, portanto, ajuda a dar valor simbólico a uma mensagem, principalmente quando se trata de uma pessoa famosa, cuja “reputação” na mídia “empresta ao produto o mesmo índice de notabilidade” (Idem: 5).

31 Abreviação para as palavras “moleques” e “também”.

A compreensão deste tema, portanto, deve passar pelo entendimento mais amplo do conceito de celebridade. Segundo Boorstin, originalmente “celebridade” era uma condição na qual uma pessoa poderia se encontrar - diferente de fama, sucesso ou notoriedade, uma pessoa estaria na condição de celebridade quando ela estivesse em voga; “na condição de estar muito falado pelos outros” (Boorstin, 1992: 52. tradução minha). Hoje, porém, “celebridade” é um termo utilizado diretamente para pessoas, se referindo a pessoas que, independente do seus trabalhos ou suas qualidades - ou “falta de qualidades” (Idem) - são, primordialmente, “conhecidas por serem conhecidas”, sendo fabricadas midiaticamente “com o propósito de satisfazer nossas exageradas expectativas na grandeza humana” (Idem). Para tal, mostra o autor que uma das características centrais da celebridade seria sua neutralidade moral. Podemos completar a interpretação do conceito de celebridade de Boorstin com o que Debord pensava da condição de vedete, que seria “a especialização do vivido aparente, o objeto de identificação com a vida aparente sem profundidade” (Debord, 1997c: 40). Para tal, é central que a vedete retenha em si mesma uma espécie de “estoque completo do que foi admitido como qualidades humanas.” (Idem: 41).

No entanto, Boorstin mostra, ainda, que uma celebridade, por ser reconhecida por ser conhecida, para permanecer como uma celebridade deve se manter nas notícias, correndo o risco de desaparecer se não o fizer (Boorstin, 1992). Desta forma, a manutenção de sua visibilidade torna-se mais importante do que esta desejada “neutralidade moral”. Por conseguinte, a exposição de sua vida pessoal se torna central. Estas personalidades; as celebridades, passam, então, a ter um papel duplo na lógica do espetáculo: por um lado “desempenham papeis que as tornam divindades contemporâneas aos olhos do público; e, por outro, são ‘humanizadas’ pelas revistas de fofoca e programas de TV, que constantemente escrutinam detalhes de suas vidas privadas” (Campanella, 2014:732).

Muitas celebridades, isto posto, realizam uma espécie de pacto de visibilidade, onde, para permanecer em evidência, se submetem à situações humilhantes ou à exposição extrema de suas vidas pessoais e íntimas, como mostram Freire Filho e Lana (2014) em sua análise sobre Geisy Arruda³²:

32 Geisy Arruda é uma celebridade brasileira que, como mostram os autores, ganhou notoriedade internacional, inicialmente, ao ser expulsa de sua Universidade após ser hostilizada por seus colegas devido a um vestido que utilizava e a brincadeiras que fazia. Com o fim do episódio, a jovem tomou diversas medidas para se manter em evidência, concordando em ser humilhada e depreciada em programas de humor, realities shows e jornalísticos. (Freire Filho & Lana, 2014).

Geisy Arruda “deu certo” porque amealhou capital de visibilidade³³ (HEINICH, 2012), ingressando para a constelação de indivíduos que possuem uma face visível a muitos, passível de contemplação e de reprodução técnica. Para firmar-se como celebridade — isto é, como representante de uma nova “elite do poder”, surgida ao longo do século XX (MILLS, 1975) —, Geisy adota, sem constrangimentos, o lema *falem mal, mas falem de mim*, gerando rumores, notícias, publicidade. (Freire Filho & Lana, 2014: 17)

As redes sócio-digitais, como o Twitter, o Facebook e o Instagram, acabam facilitando este processo, já que a vida privada dessas personalidades passa a ser exposta por elas mesmas, e não apenas por um meio externo - como, por exemplo, tabloides - sendo possível a promoção da própria visibilidade através da produção calculada do que se deseja expor (Idem).

Por outro lado, a visibilidade também pode ser alcançada de modo a positivar a imagem da celebridade. Neste contexto, o engajamento em causas sociais, políticas ou humanitárias, como o caso aqui estudado, seria um caminho altamente produtivo: segundo Bruno Campanella, “o envolvimento de celebridades em iniciativas humanitárias e ecológicas ajuda na ampliação e na qualificação da visibilidade midiática que elas adquirem ao longo de suas carreiras” (Campanella, 2014: 723). De fato, o apoio a alguma causa específica aumenta a notoriedade daquela personalidade perante o público, que muitas vezes passa a associá-la com esta causa defendida, o que é extremamente benéfico para sua imagem, pois elas “ultrapassam a categoria de personalidade midiática, para se tornarem também personalidades solidárias” (Idem: 735). Para uma celebridade, portanto, ter seu nome associado a uma causa como o combate à violência contra a mulher, estimulada pela campanha “o corpo é meu”, traria grande retorno, tanto visual quanto financeiro³⁴.

Por outro lado, a instituição também ganha mais visibilidade quando uma celebridade participa de sua campanha, funcionando “como alavanca de sucesso” (Castro et. al, 2014:6). Logo, se a campanha terá sua imagem associada diretamente à daquela

33 “O capital de visibilidade, segundo Heinich (2012), é um bem durável que pode ser administrado — lucrado, vendido, acumulado, transmitido e convertido — para a sobrevivência dos indivíduos a partir da avaliação mensurável daquilo que pode ser exposto. Analisando o conceito de capital simbólico, de Pierre Bourdieu, Heinich argumenta que o capital de visibilidade é regulado por normas econômicas particulares. Após a crescente disseminação de imagens no século XX, a definição das hierarquias sociais passa a ser afetada pelas variações do capital de visibilidade” (Freire Filho & Lana, 2014: 17 -18)

34 Como mostra Campanella, celebridades envolvidas em causas sociais recebem mais contratos de trabalho, assim como são mais procuradas por empresas para representar, através de propagandas, suas marcas e produtos, já que o público confia mais nelas (Campanella, 2014).

personalidade, sua seleção deve ser feita tendo em vista os interesses específicos que a instituição que cria a mensagem tem ao veiculá-la. No caso da campanha do Instituto Maria da Penha, portanto, observar a seleção das suas porta-vozes se torna central para compreendê-la. Nota-se, primeiramente, que houve uma opção pela seleção de celebridades cujo nome não está diretamente associado ao feminismo. Nos últimos anos, cantoras como a funkeira Valesca e a roqueira Pitty, por exemplo, ganharam certo destaque ao se autodeclararem feministas³⁵, e reconstruíram suas imagens públicas a partir deste posicionamento, se afastando até mesmo do tradicional público de funk ou de rock para atingir um público mais específico, principalmente formado por feministas e LGBTs³⁶.

Ao invés de personalidades com este perfil serem selecionadas para representar a campanha, partimos da hipótese de que foram selecionadas mulheres cuja visibilidade midiática tem sido construída de outra forma. Para investigar se tal hipótese é válida e compreender como se dá a construção destas pessoas, desenvolveu-se uma pesquisa acerca das matérias do ano anterior (ou seja, de abril de 2014 a abril de 2015) sobre as três porta-vozes nas páginas dedicadas a cada uma delas no site Ego, do portal globo.com, que reúne as principais notícias sobre as celebridades. Desenvolvemos também um levantamento sobre a forma com a qual as três produziam suas próprias visibilidades nas rede sociodigital *Instagram* – na qual ocorreu a manifestação - durante o mesmo período. A pesquisa em ambas plataformas é relevante por possibilitar a comparação entre dois tipos distintos de visibilidade midiática – ambas centrais na formação da imagem pública das referidas celebridades, que, posteriormente, será apropriada pela campanha. Observamos, por exemplo, ao longo da análise de 436 matérias publicadas ao longo de um ano no site Ego sobre as três mulheres aqui pesquisadas, que a reprodução das imagens por elas mesmas postadas em suas redes sociais é constante. No entanto, há uma ressignificação das mesmas. Se, segundo Sontag (2004), não obstante a centralidade das imagens na contemporaneidade, as legendas e textos jornalísticos que acompanham uma fotografia tem a capacidade de alterar o seu sentido, a imagem postada por uma

35 Vale citar, como exemplo, a matéria que a revista *Capricho*, para o público adolescente, fez sobre a cantora Pitty, na qual compilava uma série de declarações de teor feminista que a cantora havia dado nos últimos anos nas redes socio-digitais; ou o vídeo que a cantora Valesca fez interpretando a letra de suas músicas como feministas. Disponíveis em : < <http://capricho.abril.com.br/vida-real/16-vezes-pitty-deu-aula-feminismo-twitter-852701.shtml> > e < <https://www.youtube.com/watch?v=1u68PkugInA>>, respectivamente.

36 Esta análise parte de uma pesquisa que desenvolvida sobre o público que acompanha as redes sociais de ambas as cantoras, principalmente sua página no *Instagram*.

personalidade nas redes sociais pode ser reapropriada de maneira distinta pela imprensa, onde o que varia é, primordialmente, o texto escrito que a acompanham. Podemos citar, como exemplo, a foto que a modelo Fiorella Mattheis postou em seu Instagram em 6 de setembro de 2014, anunciando o evento da empresa Fiat que ela apresentaria na cidade de Buenos Aires (Anexo II – Figura D). Com a manchete “Solteira, Fiorella Mattheis compartilha foto na Argentina e mostra boa forma”, no mesmo dia foi publicada uma matéria o site Ego sobre a postagem da atriz, utilizando a mesma foto, tratando, no entanto, de sua vida pessoal, assim como de sua forma física, falando apenas brevemente que a atriz estava na Argentina para a divulgação de um evento e não abordando o fato de que era para a empresa Fiat, objetivo primordial da foto:

A atriz e modelo Fiorella Mattheis mostrou que continua linda e poderosa. Recém-separada do marido, o ex-judoca Flávio Canto, a loira usou a rede social para compartilhar foto neste sábado, dia 6. Usando vestido justo e estampado, Fiorella contou que está em Buenos Aires, na Argentina, para trabalhar. Fãs e seguidores da moça responderam com elogios do tipo "linda" e "maravilhosa"[...] (Ego, 2014)

A não autonomia das imagens e a possibilidade de ressignificá-las é um fator central para a análise, proposta mais adiante neste capítulo, da forma com a qual as imagens da campanha “o corpo é meu” foram apropriadas pela mídia tradicional. No entanto, antes, é importante ter em conta a investigação proposta sobre a produção da visibilidade de Ewbank, Mattheis e Felippo nos sites Ego e *Instagram*. O perfil do site Ego da atriz e apresentadora Giovanna Ewbank mostrou que 214 matérias foram publicadas no espaço de um ano sobre ela. Destas, 52 eram sobre moda e beleza³⁷, 33 sobre seu relacionamento com o ator Bruno Gagliasso, 60 sobre o seu dia-a-dia da³⁸, 68 sobre seu corpo - se focando, ou na sensualidade da atriz³⁹, ou na sua forma física⁴⁰ ou até mesmo destacando criticando alguma parte de seu corpo⁴¹. De todas, apenas uma dúzia respeito a seu envolvimento em algum programa social: a matéria de seis de maio de 2014, intitulada “Giovanna Ewbank e Bruno Gagliasso posam encasacados para

37 Consideramos para esta categoria matérias sobre tendências de moda, dicas de cabelo e maquiagem.

38 O que inclui postagens no *Instagram*, viagens e participação em eventos sociais.

39 Como, por exemplo, a matéria do dia 28 de agosto 2014, que leva a manchete “Giovanna Ewbank posa sensual de shortinho” (Ego, 2014c) e ou a do dia 30 de junho de 2014, com a manchete “Sexy, Giovanna Ewbank mostra novas fotos de ensaio fotográfico” (Ego, 2014d).

40 Vale citar como exemplo as matérias “Giovanna Ewbank mostra corpo magrinho em dia de ioga ao ar livre”(Ego, 2014e), de 24 de junho de 2014, e a matéria “Com a barriga sarada, Giovanna Ewbank posta foto pós-treino”(Ego,2014f), de 2 de maio de 2014.

41 Relativo à matéria “Gagliasso posta foto de Giovanna Ewbank e seguidores apontam estrias” (Ego,2014g), de 06 de dezembro de 2014.

campanha”. Não obstante divulgar a relação dos atores para campanha de doação de roupas para o inverno do projeto “Vão vive”, grande parte da matéria se focava em falar da “sensualidade” da atriz, trazendo o seguinte texto:

Recentemente, a loira sensualizou para um ensaio fotográfico só de lingerie. Giovanna também publicou as fotos na rede social e a imagem rendeu muitos elogios entre seus seguidores. Na imagem ela aparece de sutiã e calcinha de rendinha e exibe o corpo em forma. "Linda", "Perfect", "Gente! Mas é muita beleza", elogiaram alguns dos fãs. (Ego, 2014b)

No entanto, a produção da própria visibilidade ocorre de forma distinta daquela destacada pela imprensa. Das 749 fotos que a atriz postou em seu *Instagram* ao longo do ano, em apenas 47 ela mostrava o corpo explicitamente⁴², sendo que, em 17 dessas, a intenção era divulgar alguma marca ou produto, como por exemplo a marca de lingerie *Darling*, da qual é garota propaganda (Anexo II- Figura E). Uma grande parte das fotos publicadas pela atriz (200) se tratava de merchandising ou de algum trabalho feito por ela como modelo ou atriz. No entanto, a maior parte das fotos publicadas por Ewbank neste período são fotos de sua vida privada (296 fotos), com familiares e amigos (48), com seu marido (55) e, principalmente, fotos de si mesma (173) - tiradas por terceiros ou por si própria (as chamadas *selfies*). O foco primordial na exposição de seu dia-a-dia para além de sua vida pública reforça a tese de Sibilía de que as fronteiras bem delimitadas entre espaço público e privado⁴³, ao menos tendo em vista a exposição da vida cotidiana íntima⁴⁴, são hoje embaralhadas, de modo que se passa a expor voluntariamente “a

42 Entende-se como mostrar o corpo explicitamente, fotos de biquini, lingerie ou sem roupa.

43 Tendo origem na antiga cidade-estado grega e atualizada historicamente, a diferenciação entre público e privado se daria da seguinte forma: o público seria “associado a princípios impessoais e universais considerados como garantidores de que direitos e deveres sejam válidos para todos”, enquanto que o privado seria associado “a princípios particularistas, referidos às relações nas quais valemos integralmente como pessoas singulares e não em função de papéis sociais que desempenhamos, por exemplo, o de cidadãos na esfera pública” (Botelho, 2012: 50). Segundo Sibilía (2008), “o espaço público era tudo aquilo que ficava do lado de fora quando a porta de casa se fechava – e que, sem dúvida, merecia ficar lá fora. Já o espaço privado era aquele universo infindável que remanecia do lado de dentro, onde era permitido ser ‘vivo e patético’ à vontade, pois somente entre essas acolhedoras paredes era possível deixar fluir livremente os próprios medos, angústias e outras emoções e patetismos considerados estritamente íntimos - e, portanto, realmente secretos” (Sibilía, 2008: 63). Neste contexto, ainda segundo a autora, o lar passa a se tornar o “território da autenticidade e da verdade: um refúgio onde o eu se sentia resguardado, um abrigo onde era permitido ser si mesmo” (Idem: 62).

44 É importante demarcar que esta análise pensa apenas nas particularidades do cotidiano no sentido de *exposição* da vida privada, não levando em consideração, por exemplo, a relação entre esferas pública e privada na vida política e institucional. Neste sentido, cabe destacar que, principalmente na vida social e política brasileira, a relação entre público e privado se dá menos através de uma dicotomia e mais através de uma sobreposição do privado sobre o público ou, ainda, de um baralhamento entre as duas esferas, o que ocorre desde o período colonial. A esfera privada, no Brasil, tem sido associada aos círculos de relações primárias, sobretudo à família. O que se dá, no contexto nacional, é uma abertura

visibilidade nas telas globais” (Sibilia, 2008: 77). Neste sentido, a exposição da vida pessoal deixa de ser temida para ser desejada:

[...] em vez de ressentir por temor a uma irrupção indevida em sua privacidade, as novas práticas dão conta de um desejo de evasão da própria intimidade, uma vontade de se exhibir e falar de si. [...] Em vez de medo diante de uma eventual invasão, fortes ânsias de forçar voluntariamente os limites do espaço público e privado para mostrar a própria intimidade, para torná-la pública e visível. (Idem)

Vale ressaltar, ainda, que a exposição da vida íntima, produzida pelo próprio usuário, é menos uma exposição real da privacidade e mais uma exposição aparente, já que as redes sócio-digitais possibilitam a promoção da própria visibilidade – seja de celebridades seja de pessoas tidas como “anônimas” - a partir de uma administração *cuidadosa* daquilo que se *deseja* expor (Freire Filho & Lana, 2014), sendo uma radicalização da ideia já destacada aqui de que, no estágio atual do capitalismo, vale mais o *parecer* do que o *ser* e o *ter* (Debord, 1997c; Sibilia, 2008). A grande quantidade de fotos pessoais de Ewbank é um claro exemplo deste processo. E, se levarmos em conta que grande parte das fotos de merchandising expostas pela atriz se tratam de propaganda indireta simulando um momento de seu dia-a-dia (exemplo: Anexo II – Figura F), podemos observar que a publicidade e propaganda fazem uso destas estratégias para divulgar seus produtos, já que faz parte do eu espetacular; do show do eu, também esta dimensão mercadológica, onde sua produção é atravessada também pelos ditames do mercado (Sibilia, 2008).

Observar as publicações da modelo Fiorella Mattheis no Instagram torna mais evidente este processo: das 475 fotos por ela postadas no período pesquisado, um total de 202 eram fotos de trabalhos ou de merchandising, sendo a grande maioria uma simulação de momentos reais do seu dia-a-dia e de sua vida privada. Vale citar como exemplo a foto do dia 12 de março de 2015 (Anexo II – Figura G), onde aparece vestida com roupas para práticas esportivas, suada e sem maquiagem, deitada em um tatame ao

destes círculos em direção à vida pública que, por sua vez, no entanto, não é acompanhada por “formas de orientação da conduta distintas daquelas próprias à esfera privada” (Botelho, 2012: 50). Como consequência, a vida política e institucional brasileira é marcada por esta sobreposição, que pode ser vista em situações concretas, como “políticas públicas que expressam antes interesses particulares [...] para não falar de políticos e servidores que se beneficiam ilicitamente dos meios de administração pública, até os aparentemente ingênuos atos de “furar” uma fila ou recorrer a um “pistolão” bem posto numa repartição qualquer.” (Botelho, 2012:51). Este diagnóstico é apoiado por inúmeros pensadores, como Gilberto Freire, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Roberto Schwarz, Roberto DaMatta, dentre inúmeros outros (Botelho, 2012).

lado de sua mãe e com cara de cansada – ou seja, aparentando ter acabado de se exercitar. Apenas na legenda que acompanha a foto - onde consta a frase “Matei minha mami hj [sic] na aula @funcionalfight!”- que é possível observar que se trata, na verdade, de um propaganda para uma empresa focada em artes marciais chamada “Funcional Fight”. Similar é a imagem publicada no dia 29 de setembro de 2014 para a loja Ateen (Anexo II – Figura H), onde Fiorella está sentada de pernas cruzadas no sofá de sua casa comendo com uma colher, acompanhada com a seguinte legenda: “Oi segundona, oi brigadeiro que ataquei!!! Tudo bem, pq [sic] minha jaqueta da @ateenloja continua linnnnnda!!! Ahahahah”. Como estas, inúmeras fotos, principalmente, de Mattheis, mas também de Ewbank, explicitam esta tendência dentre celebridades de produção e reprodução pública da vida privada associada a interesses comerciais e publicitários.

No entanto, pela supracitada centralidade que as imagens tecnicamente reproduzidas, em especial a fotografia e o vídeo, tem no imaginário social hoje, em detrimento dos textos, muitas vezes a recepção destes anúncios indiretos é focada mais na pessoa que anuncia do que no produto. Esta observação ficou clara, primeiramente, a partir da leitura dos comentários que seus fãs e seguidores fazem nas fotos. Por exemplo, nesta última imagem, uma série de comentários elogiosos foram feitos tendo em vista a própria jovem, incluindo desde elogios, como o do usuário edugarciabartender9 – “que pes[sic] lindos” – até assédios - como o comentário do usuário george_pigg - “queria que o meu pau fosse essa colher”. Mas nenhum dos 179 comentários que a foto recebeu dizia respeito à jaqueta em si. O mesmo processo de recepção se dá nas fotos de Ewbank: em 2 de fevereiro de 2015, por exemplo, a apresentadora publicou uma foto de uma xícara de chá com a legenda indicando a marca Lipton (Anexo II – Figura F) - “Gripezinha depois da viagem... cházinho com mel! @liptonbr” [sic] - que recebeu 101 comentários: alguns desejando melhoras – como o de anpss: “Melhora logo lindonaaa” – alguns aproveitando o espaço para fazer anúncios – como o da página amigasdieta_ : “Oi, somos um grupo de amigas que se conheceram através de um drupo no whatsapp, e resolvemos criar esse INSTAGRAM para contar nossas histórias, das [sic] dicas e partilhar nossa rotina. Vem com a gente !” - e alguns até mesmo corrigindo a escrita da atriz – como o de karinasuzin: “Chazinho não leva acento.”. No entanto, nenhum deles falava sobre a marca Lipton.

A recepção e apropriação destas imagens pela mídia tradicional explicita o mesmo modelo. Fiorella Mattheis teve, por exemplo, no site EGO, 158 matérias publicadas a seu respeito no período pesquisado, 32 das quais focadas no dia-a-dia da atriz, 37 em temas

relacionado à moda e beleza, 41 em seu corpo e 47 em seus relacionamentos, com foco principal no fim de seu casamento com o lutador de judô Flávio Canto e o namoro com o futebolista Alexandre Pato. Nenhuma das matérias, porém, tinha como foco o envolvimento da celebridade com alguma marca específica⁴⁵.

A falta de destaque dado pela mídia tradicional às campanhas para marcas se reflete também no caso das fotos voltadas às campanhas sociais. Apenas uma matéria dizia respeito à participação de Fiorella em uma causa social, no caso, “na solidária em prol da ONG Oito Vidas, do Rio de Janeiro, que encaminha felinos para adoção” (Ego, 2014i). Esta e outras causas são, no entanto, divulgadas com mais frequência em seu Instagram: 16 fotos diziam respeito à alguma causa social, sem contar com 2 outras publicações que diziam respeito a opiniões sobre política. O mesmo vale para Ewbank, que publicou 18 fotos a respeito de alguma causa social, só sendo destacada pelo portal Ego a da campanha do agasalho, da maneira já citada anteriormente.

Partindo desta análise sobre a forma com a qual suas exposições são midiaticamente produzidas e recebidas, fica evidente que utilizá-las para a campanha “o corpo é meu” seria interessante devido ao alto nível de exposição midiática que ambas adquiriram ao longo dos últimos anos. Este fator seria crucial no processo de outorga de valor simbólico à mensagem pretendida pelo Instituto Maria da Penha, atribuindo-lhe a reputação e o índice de notabilidade dos quais estas celebridades são dotadas (Castro et al., 2007). A isto pode ser acrescido o fato de que a maneira com a qual a imagem de ambas é reproduzida na mídia tradicional é, em grande medida, positiva e atraente para um público que tradicionalmente é relutante perante manifestações digitais do feminismo: tratam-se de mulheres com relacionamento estáveis com homens publicamente admirados, sem nenhum envolvimento com causas sociais polêmicas, afastadas do movimento feminista, e que, ao mesmo tempo, são conhecidas pela sua beleza e senso de estilo. Neste sentido, a análise dos fãs das duas é também central para compreender quem a campanha quer atrair, principalmente por se tratar de uma campanha via *Instagram*.

45 Como exemplo, vale citar a matéria do dia 06 de junho de 2014, com a seguinte manchete: “Fiorella Mattheis exhibe barriga seca em selfie no banheiro” (Ego, 2014h), que era acompanhada por uma foto que a atriz postou no Instagram divulgando que estava sendo fotografada para uma campanha da marca de roupas esportivas Track and Field (Anexo II – Figura I). No entanto, a matéria do site Ego não esclarece em momento algum a intensão publicitária daquela foto, se focando na forma física da modelo: “Fiorella Mattheis fez um Selfie em um lugar um pouco inusitado na noite desta sexta-feira, 6. A atriz posou em frente a um espelho e exibiu a sua barriga seca. A imagem ainda teve direito a biquinho de Fiorella para seus seguidores no Instagram. Os fãs da atriz não pouparam os elogios. “Linda, “Meu corpo dos sonhos”, “Amiga que cintura e essa?” foram alguns dos comentários.” (Idem).

A participação da funkeira Valesca Popozuda, por exemplo, em “eu não mereço ser estuprada”, auxiliou na propagação da mensagem dentre um público feminista e LGBT. Isto se deu pelo fato da cantora ter como fãs este público em especial. Segundo Haline Santiago (2013), a cantora atrairia em especial o público LGBT por, em sua criação artística, se dedicar à temáticas que pensam os interesses desta comunidade, criando músicas que discutem o assunto, selecionando dançarinas transexuais para acompanhá-la em shows, além de fazer falas públicas em apoio à causa. Segundo a autora, a partir de meados dos anos 2000:

[...] a expressão da sexualidade gay ou transexual encontra nas letras de funk erótico uma identidade. Essa identidade marginal que o funk sempre teve, associada a livre expressão da sexualidade adquirida a partir dos anos 2000 caiu nas graças de um público que também ainda vive à margem, muitas vezes, mas que cada vez mais vem buscando um espaço para expressar suas múltiplas formas de viver a sexualidade e múltiplas formas de identidade de gênero que se apresentam. Por outro lado, os artistas também reconhecem o mercado formado por este público e trabalham suas músicas e performances nesse sentido (Santiago, 2013: 6-7).

Nessa busca de identidades, de certa forma o movimento feminista também passa a ser representado de maneira mais enfática neste meio. Segundo Gripp e Pippi, as músicas de Valesca, apesar de representarem o feminino a partir de situações “de promiscuidade, a mulher é retratada como consciente de seu papel ativo em relação ao gênero masculino” (Gripp & Pippi, 2013). Esta abordagem particular da cantora, apesar de seus limites, levou pesquisadores (Gripp & Pippi, 2013; Bragança, 2013; Bezerra, 2015) a interpretar sua obra a partir de uma ótica feminista, e atraiu também inúmeros coletivos e ativistas feministas⁴⁶. Nesta lógica, Ewbank e Mattheis poderiam atrair grupos que até então se colocavam indiferentes ou contrários a manifestações deste teor, ou seja, um público de mulheres mais ligadas ao mercado da moda e do fitness e de homens heterossexuais⁴⁷. Elas auxiliariam, desta forma, a viralização da campanha dentre grupos

46 Vale citar como exemplo o texto de Bia Cardoso para o blog *Blogueiras Feministas* (disponível em < <http://blogueirasfeministas.com/2014/08/funk-e-feminismo/> >), ou a página do *Facebook* “Valesca feminista”, feita por fãs da cantora, que faz uso de imagens da cantora com frases sobre empoderamento feminino e direitos da mulher (disponível em: < <https://www.facebook.com/valescafeminista/?fref=ts>>). É importante citar também que, apesar da cantora se declarar feminista (YouTube, 2015), seu feminismo não é uma unanimidade entre mulheres da comunidade. A professora e ativista Lola Aronovich (2012) , por exemplo, em seu texto “As declarações feministas de Valesca Popozuda” tenta refletir sobre os limites deste tipo de feminismo proclamado pelas suas músicas (disponível em : <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/06/as-declaracoes-feministas-de-valesca.html>>) .

47 Chegamos a esta conclusão ao visitar o perfil da rede social *Instagram* de diversos seguidores que costumam comentar nas fotos de ambas, além de analisar os comentários nas fotos em questão, que reuniam

mais tradicionais, diferente daqueles originalmente impactados de forma positiva pelo movimento “eu não mereço ser estuprada” (Ferreira Júnior, 2015).

Em um segundo plano, sua rede de relações com outras celebridades auxiliaria também na propagação da mensagem dentre outros formadores de opinião, o que foi primordial, segundo nossa análise, na utilização da imagem da atriz Samara Felippo na campanha. Esta, que parece estar em menos evidência em relação às outras duas, aparecendo em sessenta e quatro matérias ao longo do ano, tem uma visibilidade produzida de maneira distinta de Ewbank e Mattheis: a maior parte das matérias, ou seja, trinta e oito de sessenta e quatro, se focavam primordialmente na vida social da atriz levando em conta, principalmente, sua participação em eventos com outras pessoas famosas - como o casamento da atriz Fernanda Souza (Ego, 2015) - ou seu grupo de amigos formado por celebridades (Ego, 2014j). O fato do ciclo social, portanto, é central no que se diz da atriz. De resto, o que mais ganha destaque são as matérias que dizem respeito a sua vida familiar, tendo em vista seu divórcio com o jogador da NBA Leandro Barbosa (Ego, 2014k) e, principalmente, sua relação com seus filhos (Ego, 2014l). No entanto, sobre maternidade, não se fala da relação da atriz com causas mais amplas envolvendo esta questão e o feminismo, como a atriz destaca em seu *Instagram*⁴⁸ e em seu blog “Liberte a mãe”, criado no mês de março de 2015⁴⁹.

Apesar disso, a produção de visibilidade pela própria atriz nas redes é similar àquela feita pela mídia tradicional: das 548 fotos postadas no espaço de um ano, 136 eram focadas em seu ciclo de amigos, em sua maioria, famosos (exemplo: Anexo II, Figura L) e 105 em seu dia-a-dia com suas filhas (exemplo: Anexo II, Figura M). Mas o que parece

diversas observações de mulheres dizendo que o tipo físico de ambas era um objetivo que elas gostariam de alcançar e um estímulo para se exercitar, e de homens as elogiando, muitas vezes de forma sexual. Por exemplo, em foto de Ewbank do dia 14 de fevereiro de 2015 (Anexo II – Figura E), uma seguidora comentou : “barriga dos sonhos”, enquanto que um seguidor comentou “This pic gives me a boner”; em foto de Mattheis do dia 06 de março (Anexo II – Figura V), uma seguidora, citando uma amiga, comentou : “Rumo ao corpo da fiorella ”; outra pediu dica da marca do biquini que ela estava usando: “Fiorella qual a marca dos biquínis da Velna [nome da personagem que interpreta no filme Vai que Cola?] ? São lindos”; já um seguidor comentou : “gostosa demais essa loira”.

48 Quinze das vinte e quatro postagens que a atriz fez em seu Instagram a respeito de alguma causa social eram diretamente relacionadas à alguma questão feminista (exemplo: Anexo II - Figura J), sendo 8 destas sobre alguma questão ligada à maternidade (exemplo: Anexo II - Figura K).

49 O blog da atriz é acompanhado da seguinte descrição: “Aqui é minha casa, onde quero colocar voz, a minha voz. Voz de menina, de mulher, de filha, de mãe, de santa, de puta, de louca e sã. Meu espaço pra opinar, criticar, desabafar e satirizar o que eu bem entender na verdade...mas meu foco, somos nós, mães. Casadas, solteiras, separadas, viúvas... Entre, sintá-se a vontade, opine e critique, somos feitos de amor. E caso não tenha curtido, é só sair à francesa, com o mesmo amor que foi recebido(a).” Ainda com a seguinte descrição sobre si mesma: “Sou mãe da Alícia de 5 anos e da Lara de 1 ano e 8 meses. Atriz, escritora, menos impulsiva e livre”. O primeiro texto publicado no site encontra-se no Anexo II, Texto A.

mais relevante, neste momento, ao observar o Instagram da atriz e colocá-lo em comparação ao de Fiorella e Ewbank é, por um lado, o fato de que a vida íntima de Felippo parece estar mais em evidência do que das demais atrizes: enquanto grande parte da fotos aparentemente despojadas e íntimas destas eram acompanhadas da divulgação de alguma marca ou evento (exemplos: Anexo II, Figuras F, G, H, N e O), as de Felippo realmente parecem expor de forma (em tese) mais despretensiosa sua vida particular, não havendo relação direta ou indireta alguma com marcas ou produtos (exemplos: Anexo II, Figuras M, P e Q). Estas imagens extremamente pessoais da atriz em momentos corriqueiros com amigos e familiares reflete diretamente a supracitada tese de Sibilía de que as novas representações do eu público são inteiramente perpassadas por modalidades de expressão centradas em um eu privado, onde “os adeptos dos novos recursos da Web 2.0 costumam pensar que seu presunçoso *eu* tem o direito de possuir uma audiência, e a ela se dirigem como autores narradores e protagonistas de tantos relatos, fotos e vídeos com tom intimista” (Sibilía, 2008: 74).

Por outro lado, a exposição relativamente mais autêntica de sua vida pessoal leva a um merchandising não intencional: das 39 fotos postadas pela atriz fazendo divulgação de algo, a grande maioria se tratava da promoção de trabalhos em que ela mesma (Anexo II, Figura R) ou algum(a) amigo(a) atua como atriz ou ator (Anexo II, Figura S), assim como de dicas para outras mães (Anexo II, Figura T). Diferente de Ewbank e Fiorella, que são patrocinadas por uma marca ou produto e, em troca, os promovem em suas redes sócio-digitais simulando uma dica, as indicações de Felippo surgem como dicas aparentemente verdadeiras e gratuitas que ajudariam a comunicar algo para um conhecido, assim como uma dica de maternidade. Como consequência, a divulgação patrocinada por parte da atriz de algum produto ou marca específico (como por exemplo, a divulgação de produtos da marca Nivea - ver Anexo II, Figura U) acaba trazendo a impressão de que se trata de uma dica autêntica, ou seja, mais desligada de algum interesse comercial.

Isto se reflete de modo positivo para a empresa em questão, tendo em vista que, segundo Nani e Cañete, os usuários de redes sociais dão mais credibilidade à informação divulgada por um formador de opinião que já experimentou aquele produto do que por um propagandista (Nani & Cañete, 2010). Na lógica publicitária, portanto, pelo baixo envolvimento da atriz com campanhas publicitárias na rede, somado ao seu envolvimento em causas específicas ligadas ao movimento feminista, a participação de Felippo no movimento #ocorpoemeu seria mais convincente do que a de Ewbank e Mattheis. Por

outro lado, a construção social/midiática da atriz como mãe, seja da forma que divulgada na mídia tradicional, seja através de seu ativismo, serviria para associar o movimento à ideia de família, se contraponto à recepção negativa que seu antecessor, o movimento #eu não mereço ser estuprada, teve, como supracitado (ver Anexo I - Reações).

No entanto, se a principal forma de exposição da atriz, tanto autoproduzida quanto via mídia tradicional, se dá levando em consideração seu ciclo de amigos, a utilização de sua imagem para uma campanha acaba passando por este tipo de produção de si. Para uma campanha digital, mais especificamente, esta relação de Felippo com outras celebridades, facilitaria sua viralização (Andrade et al., 2006), principalmente levando em conta o fato de que se trata de uma prática comum entre a atriz e seu grupo de amigos a ajuda na divulgação de campanhas e trabalhos que fazem. De fato, coincidentemente ou não, treze dias após Samara Felippo publicar sua foto, sua amiga⁵⁰, a atriz Fernanda Souza⁵¹, também publicou uma foto em apoio à campanha do Instituto Maria da Penha (Anexo III - Figura A), sobre a qual falaremos mais a diante.

A partir da publicação destas fotos de Mattheis, Felippo e Ewbank, no início do mês de abril de 2015, o movimento “o corpo é meu” começou a ganhar relativa aderência o que, no entanto, ocorreu de maneira distinta daquela em que seu antecessor, o “eu não mereço ser estuprada”, se deu. Uma das diferenças cruciais que observadas ao longo desta foi a de que, enquanto o movimento “eu não mereço ser estuprada” teve maior aderência do público feminista, este mesmo público parece não ter se envolvido tanto com a causa do movimento “o corpo é meu”. O popular site “Blogueiras Feministas”⁵², por exemplo, que, no período da pesquisa do IPEA, discutiu e apoiou ativamente a campanha de Nana Queiroz⁵³, não manifestou o mesmo apoio a do Instituto Maria da Penha, não publicando

50 Samara Felippo parece ter uma relação muito próxima com a atriz Fernanda Souza: além de ter muitas fotos junto com ela em seu Instagram e ajudar na divulgação de sua peça, ela foi também madrinha do casamento de Souza com o cantor Thiaguinho (Ego, 2015b)

51 Vale ressaltar que ao longo do ano de 2014 e até o fim de abril de 2015 (período em que a foto foi publicada pela atriz), Fernanda Souza esteve em grande exposição midiática devido ao seu casamento com o cantor de pagode Thiaguinho, em fevereiro de 2015 (Ego, 2015b), somando um total de 126 matérias ao seu respeito no espaço de um ano no portal Ego.

52 Blogueiras Feministas é um blog no qual diferentes ativistas do movimento feminista são convidadas para publicar textos a respeito de diferentes questões de interesse ao grupo. As próprias autoras publicam o seguinte a respeito do projeto: “Este blog existe porque queremos vivenciar na rede a experiência de ser feminista. Escrever posts, apontar manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer vídeos, publicar fotos, organizar manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa ideia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. Por outro lado, tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade”

53 Disponíveis em: < <http://blogueirasfeministas.com/2014/04/26-ou-65-o-que-isso-significa-para-o-feminismo-o-que-isso-significa-para-o-ativismo/> > ; < <http://blogueirasfeministas.com/2014/04/sobre->

nada a seu respeito. O mesmo vale para a influente blogueira Lola Aronovich⁵⁴, que, no período do “eu não mereço ser estuprada”, além publicar inúmeros textos debatendo a importância do movimento e de se pensar nos dados divulgados pelo IPEA (Escreva Lola Escreva, 2014; 2014b; 2014c) e postar uma foto sua em solidariedade ao movimento (Anexo I – Figura I), também concedeu entrevista para a revista Época a respeito do tema (Época. Oliveira; Korte; Spinacé, 2014) e convidou Queiroz para escrever em seu blog como autora convidada (Escreva Lola Escreva. Queiroz, 2014). A autora, porém, não debateu em momento algum a respeito do movimento “o corpo é meu”. Por outro lado, inúmeras celebridades, além de Ewbank, Mattheis, Felippo e a supracitada Fernanda Souza, aderiram ao movimento “o corpo é meu”, mais do que aconteceu com o movimento “eu não mereço ser estuprada. Vale citar como exemplo Carolina Dieckmann⁵⁵, Grazi Massafera, Taila Ayala, Giovanna Lancellotti, Leleuzinha Ferreira, Bruna Hamú, Jenniffer Nascimento e Ana Rios (AnexoIII – Figura B, C, D, E, F, G, H e I respectivamente)..

Devido às apropriações distintas, elas foram recebidas pela mídia tradicional também de maneira distinta: apesar da participação de celebridades em ambos os movimentos ter sido o fator principal que impulsionou suas respectivas divulgações midiáticas, fica claro que, no caso do movimento “eu não mereço ser estuprada”, este não foi o foco principal direcionado por sua cobertura. Estes dados são confirmados a partir de um levantamento feito nos arquivos dos portais de notícia globo.com, R7 e do jornal Folha de São Paulo, sobre as notícias publicadas a respeito do movimento no período em que aconteceu (ou seja, em março e abril de 2014). No portal da globo, das dezoito

machismos-e-porcentagens/ > ; e < <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/04/reacas-exultantes-ha-um-erro-na.html> > .

54 Sobre Lola, vale a leitura da descrição escrita por si mesma em seu blog: “Sou professora da UFC, doutora em Literatura em Língua Inglesa pela UFSC e, na definição de um troll, ingrata com o patriarcado. Neste bloguinho não acadêmico falo de feminismo, cinema, literatura, política, mídia, bichinhos de estimação, marido, combate a preconceitos, chocolate, e o que mais me der na telha” (Escreva Lola Escreva, 2015b)

55 Carolina Dieckman dá nome à Lei n. 12.737, de 30 de novembro de 2012 (ou Lei Carolina Dieckman), que altera o Código Penal, prevendo que indivíduos que invadam, difundam e ou se aproveitem de informações de terceiros adquiridas ilicitamente via dispositivos informáticos podem ser submetidos à encarceramento (Brasil, nº 12.737, 2012). A lei foi apelidada com este nome “após fotos em que Carolina Dieckmann aparecia nua terem sido divulgadas na internet. Ao todo, 36 imagens da atriz foram publicadas na web em maio de 2012. Ela recebeu ameaças de extorsão para que pagasse R\$ 10 mil para não ter as fotos publicadas. Após dar queixa, a Polícia descartou a hipótese de as imagens terem sido copiadas de uma máquina fotográfica que havia sido levada para o concerto. Constataram que a caixa de e-mail da atriz havia sido violada por hackers.” (G1, 2013).

matérias publicadas, apenas duas tinham como foco principal o envolvimento de alguma celebridade; no portal R7, foram cinco as matérias e apenas uma tendo em vista alguma celebridade e, por fim, na Folha de São Paulo, das seis matérias publicadas nenhuma era protagonizada por alguma personalidade midiática. Vale ressaltar, ainda, que, mesmo no caso das matérias que divulgavam o envolvimento de celebridades, eram amplamente destacadas as motivações políticas e críticas da causa. Vale citar, a cargo de exemplo, a matéria do site do jornal Extra (acessada através do portal Globo.com), com manchete “Geisy Arruda entra na onda de Valesca Popozuda e protesta de topless: 'não mereço ser estuprada'” (Extra, 2014):

Geisy Arruda é mais uma celebridade a pegar onda na polêmica sobre estupro e comportamento feminino. Depois de Valesca Popozuda postar uma foto nua, mostrando sua indignação com o resultado da pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Geisy usou o seu Instagram para expressar revolta. “Eu não mereço ser estuprada. Ninguém merece”, diz o cartaz que Geisy colocou na frente do peito, tapando os seios. De acordo com o estudo do Ipea, 58,5% dos entrevistados, de um total de 3.810 pessoas de 212 cidades, concordam com a seguinte frase: “Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. “Então quer dizer que uma mulher não pode usar uma roupa mais justa, e se portar como ela quiser, que ela “merece” ser estuprada? Deus tenha misericórdia dessas almas! Seja de roupa curta, vestido longo ou usando burca, toda mulher merece respeito”, continuou. Em 2009 Geisy foi hostilizada por alunos de uma universidade particular onde estudava por estar usando um vestido curto. Na ocasião ela chegou a processar e ganhar uma ação contra a faculdade. (Extra, 2014)

Similar foi a matéria sobre a aderência da cantora Valesca ao movimento, do dia 30 de março de 2014, do mesmo site. Apesar da manchete (“Nua, Valesca Popozuda usa rede social para protestar contra estupro”), o artigo se focava mais no movimento “eu não mereço ser estuprada” em si do que na imagem da cantora:

Valesca Popozuda entrou no debate sobre estupro e comportamento feminino, deflagrado pela pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Nua e com um taco de beisebol nas mãos, a funkeira protestou em seu Facebook: “De saia longa ou pelada #nãomereçoserestuprada”. De acordo com o estudo do Ipea, 58,5% dos entrevistados, de um total de 3.810 pessoas de 212 cidades, concordam com a seguinte frase: “Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. Em seu post, Valesca apontou a lei de 2009, que determina que o estupro seja crime hediondo: “Estupro é crime

hediondo e as penas estão previstas na Lei 12.015 de 2009. Ajude a combater esse crime!".(Extra, 2014b)

Já o movimento “o corpo é meu”, além de ter uma repercussão midiática bem menor do que o seu antecessor, tem todas as suas matérias, nos portais pesquisados, relacionadas diretamente às atrizes que as veicularam, sendo dado mais destaque à imagem da celebridade em questão do que à causa defendida. Não podemos precisar ao certo o número de matérias publicadas a este respeito pois, na busca do arquivo dos portais R7, globo.com e Folha, não foi possível encontrar diretamente nenhuma notícia a respeito da campanha do Instituto Maria da Penha. Os dados que conseguimos recolher foram conseguidos através de uma procura individual sobre cada uma das celebridades que veicularam a campanha no mês de abril de 2015, de modo a compreender sua recepção midiática, através do que foi escrito sobre o envolvimento destas mulheres com o tema. No entanto, o fato de nossas buscas iniciais sobre a campanha “o corpo é meu” - ou seja, sobre matérias que pensavam no movimento de maneira desligada das suas portavozes famosas – não ter encontrado resultado algum, é um índice extremamente relevante para compreender a maneira através da qual a mídia tradicional se apropriou, reproduziu e divulgou o movimento.

Por exemplo, quando o site Ego divulgou a participação de Giovanna Ewbank⁵⁶ na campanha, na matéria “De lingerie, Ewbank protesta: 'Violência contra a mulher é crime’”, não foi destacado em momento nenhum o fato da foto ser uma manifestação para a campanha “o corpo é meu” e, conseqüentemente, não se falou sobre as motivações e repercussões da campanha. O foco principal, ao invés disso, foi na própria atriz, assim como na recepção da publicação por ela feita na rede social *Instagram*:

Giovanna Ewbank posou de lingerie para uma foto no Instagram nesta quinta, 9, e falou sobre a violência contra a mulher. A atriz aproveitou para alertar os seguidores: "Não interessa como eu estou vestida. A violência contra a mulher é crime. Não deixe ela ficar escondida". Em meio a vários comentários e curtidas, fãs concordaram com a loira e escreveram: "Arrasou", "ótima iniciativa" e "falou tudo". Recentemente o ex-BBB Fernando, que participou da 15ª edição do reality show, aproveitou para tietar Giovanna, que é casada com Bruno Gagliasso. Fernando brincou com a beleza da atriz: "Nem precisa de filtro". (Ego, 2015b)

56 Destaca-se apenas a matéria a respeito de Ewbank, por não ter havido divulgação alguma do envolvimento de Mattheis e Felippo com a campanha nos portais pesquisados, principalmente no site Ego.

Ao lado desta notícia vale citar uma matéria de 23 de Abril de 2015 falando sobre a aderência da atriz Fernanda Souza ao movimento “o corpo é meu”, do site da revista *Quem*, também do portal globo.com. Acompanhada da manchete “Fernanda Souza exhibe abdômen saradp [sic] por uma boa causa”, vinha o seguinte texto:

Fernanda Souza publicou nesta tarde de quinta-feira (23) uma foto para lá de sexy, e, ainda por cima, por uma boa causa. A apresentadora entrou na campanha a favor do empoderamento feminino, e contra a violência doméstica. "Não interessa como estou vestida. Violência contra mulher é crime. Não deixe ela ficar escondida. #ocorpoémeu #LeiMariaDaPenha", escreveu em sua legenda. Claro, os seguidores elogiaram a atitude da atriz, e também exaltaram o seu super corpo. “E que corpo”, “Divandoooooo”(Quem Online, 2015)

A mesma foto da atriz (Anexo III: Figura A) foi reproduzida contínuas vezes pelos sites relacionados ao portal globo.com para falar da atriz, onde a campanha, motivo primordial para a foto, é ignorada. Ela foi, por exemplo, veiculada no site da revista *Marie Claire*, com a manchete ““O bumbum ficou mais arrebitado’, diz Fernanda Souza sobre técnica que tonificou seu corpo em casa” (Redação Marie Claire, 2015), e, novamente, da *Quem*, com a manchete “Confira 5 lições de saúde da nutricionista de Fernanda Souza e Thiaguinho”(Quem online, 2015b).

Apesar de, claramente, fugir dos objetivos de conscientização da campanha, este tipo de apropriação não é surpreendente. Se, segundo a análise aqui desenvolvida, as porta-vozes da campanha são representadas pela mídia tradicional segundo um discurso, por um lado, que as sexualiza, e, por outro, que explora ao máximo suas vidas privadas, é esperado que a campanha seja interpretada e ressignificada de acordo com a forma de leitura corrente sobre elas, como consequência do fato destas emprestarem suas imagens públicas àquela (Castro et al., 2007).

Este protagonismo da campanha por parte de celebridades e, mais especificamente, destas celebridades, é o que explica também, em grande medida, o fato do movimento feminista não abraçá-la. A manifestação “eu não mereço ser estuprada” teve como protagonistas mulheres comuns, tendo em Nana Queiroz, jornalista feminista, sua representação principal. Quem, portanto, emprestava sua imagem para a campanha, era em grande medida o movimento feminista, que, apesar do reformismo e do caráter espetacular, abordado na sessão anterior deste mesmo capítulo, proporcionava à campanha uma potencialidade maior de crítica social e de impacto crítico midiático do

que aquela do movimento “o corpo é meu”, cuja crítica foi esvaziada e desconstruída em sua recepção. Mesmo com o fato de celebridades aderirem à campanha “eu não mereço ser estuprada”, este relativo potencial crítico não foi perdido, mas sim reafirmado, tendo em vista que suas participações que, além de terem sido espontâneas, emprestaram ao movimento suas imagens de personalidades que anteriormente já expressavam seu interesse por causas sociais similares.

Este desligamento das protagonistas da campanha “o corpo é meu” de causas relativas à mulher, assim como o desligamento da própria campanha com o movimento feminista - apesar de se tratar da defesa de uma causa ligada diretamente aos interesses do mesmo - é um tipo de abordagem que incorpora em si elementos que visam pensar na autonomia e suposto empoderamento feminino, no entanto, abandonando e excluindo desta relação o feminismo em si (McRobbie, 2009) ou, até mesmo, servindo como uma contraproposta a ele (Idem, 2009b). Seria, portanto, um modo de formulação crítica (reformista) típica da lógica pós-feminista, na qual:

[...] através de uma sequencias de mecanismos, elementos da cultura popular se tornam perniciosamente eficazes contra uma subversão do feminismo, enquanto que, simultaneamente passa a aparência de se engajar em uma bem informada e bem intencionada resposta ao feminismo. (Idem: 11, tradução minha)

Ademais, a crítica protagonizada por celebridades, considerando não apenas a questão feminista em si, mas um contexto mais amplo, pode ser analisada como um sintoma claro de um período de perda da noção de totalidade dos processos sociais, típica do modelo crítico reformista espetacular. Para esta análise vale retomar o argumento de Campanella, que mostra como a espetacularização de causas sociais, através da figura das celebridades, apesar de gerar a impressão de um fortalecimento de modelos de solidariedade, assim como funcionar como um incentivo para a ajuda ao próximo, na verdade é causa e consequência de uma incompetência da cultura contemporânea de compreender e se relacionar com os problemas sociais, políticos e econômicos:

[...] esse fenômeno indica a atual incapacidade da sociedade de tratar de seus temas mais fundamentais por meio de projetos políticos de caráter austero, que demandam sentimentos de obrigação e dever. Para o filósofo francês [Lipovetsky], as demonstrações midiáticas de solidariedade misturam o espírito generoso com o marketing, o ideal com a personalização. As próprias mazelas se tornaram motivo para o entretenimento. A cultura hedonista, mais do que qualquer outra, se faz presente. O arrebatamento solidário é epidérmico, breve e assemelha-se a um espetáculo interativo. (Campanella, 2014: 736)

E, por mais que, nas campanhas analisadas neste capítulo, este esvaziamento crítico seja mais evidente no protagonismo das celebridades da campanha “o corpo é meu”, ele também se faz presente tendo em vista a participação, mesmo que espontânea, das celebridades que apoiaram o movimento “eu não mereço ser estuprada”. Mesmo se tratando de um engajamento que reflete suas perspectivas e visões de mundo, ele se converte para elas no formato de capital solidário, afetando positivamente seu capital de visibilidade (Idem). Este fenômeno se apoia diretamente no processo de instrumentalização do feminismo (McRobbie, 2009) empreendido nas últimas décadas, tanto pelo Estado quanto pela mídia (McRobbie, 2009b), cuja manifestação mais recente reside no feminismo-pop, no qual, segundo concluímos com a análise de ambas campanhas, ocorrem de maneira concomitante e complementar a transformação do discurso social feminista em uma relação de “capitalização” - no sentido de atribuir valor a um capital de visibilidade – e a inviabilização da possibilidade de florescimento de uma crítica radical.

CAPÍTULO 3: CRITICAR E PUNIR

“Sei que a mudez, se não diz nada, pelo menos não mente, enquanto as palavras dizem o que não quero dizer.”

Clarice Lispector, *Persona*

“Mesmo num banco dos réus, é sempre interessante ouvir falarem sobre si. [...] De vez em quando eu tinha vontade de interromper todo mundo e dizer: ‘Mas então, quem é o acusado? É importante ser o acusado. E eu tenho algo a ser dito!’”

Albert Camus, *O estrangeiro*

O deslocamento da crítica, por parte da esquerda, para uma argumentação reformista - extremamente próxima da posição crítica liberal - significou também, em grande parte, a individualização das questões sociais. Retomando a discussão proposta no capítulo primeiro desta dissertação, um sinal claro disso se dá na ascensão do modelo de dominação gestonária, onde os problemas e crises apresentados por uma dada estrutura – seja política, econômica ou social – são deslocados “para a responsabilidade individual” (Boltanski, 2013: 449) e, ao mesmo tempo, são tidos como solucionáveis exatamente pelas classes e instituições dominantes, que surgem com as soluções – únicas possíveis, num cenário onde existe uma descrença na possibilidade de superação do sistema capitalista – para aquele problema:

[...] em um regime de dominação gestonária, baseado na valorização e na exploração da mudança, os momentos de *pânico*, de *desorganização*, de *desamparo moral*, de *salve-se quem puder*, ou seja, também de individualismo frenético, desempenham um papel importante. Eles se juntam com os períodos aparentemente calmos, propícios à multiplicação de intervenções pontuais sobre a realidade ou técnicas sobre o formato das provas, que, em se acumulando – de uma maneira nunca completamente controlada –, moldam a realidade de uma forma como ela poderia ser vista novamente, com o caráter de uma necessidade implacável, ao longo de uma próxima crise. (Idem: 455. Grifos do autor.)

No pensamento crítico de esquerda e, mais especificamente, no movimento feminista de esquerda, a transição dos encargos sociais das complexas relações socioeconômicas para indivíduos ou grupos de indivíduos específicos, se reflete diretamente em dois processos distintos – apesar da forte relação que estabelecem entre si. O primeiro diz respeito a reconfiguração de um modelo moral que reside em um relativo abandono da lógica que

compreendida os problemas sociais partindo da relação entre opressores e oprimidos, dando lugar para uma nova percepção fundamentada na dicotomia entre vítima e predador e/ou vítima e preconceituoso. O segundo, por sua vez, se refere à inserção e ao apoio – por mais que, muitas vezes, velado – de grande parte do feminismo à ampliação do chamado Estado penal, através de sua dependência do sistema legal. Este capítulo tem como objetivo primordial, portanto, pensar a respeito destes dois processos. Propõe-se, para tal, desenvolver um estudo sobre o caso do movimento “Primeiro Assédio” (#PrimeiroAssedio) e do *think thank*⁵⁷ que o organizou, o Think Olga, cujas contribuições mostram-se significativas para o debate aqui proposto.

3.1 Crítica e moral

No dia 20 de outubro de 2015 foi televisionado o primeiro episódio do *reality show*⁵⁸ Master Chef Júnior, no canal da televisão aberta Band. Se trata de uma versão infantil do Master Chef, um programa de talentos que julga a habilidade de um grupo de chefs cozinha, onde o que tiver um melhor desempenho, segundo a opinião de três jurados, é premiado ao fim do programa. Nesta versão, os cozinheiros avaliados foram crianças de 09 a 13 anos de idade, dentre elas a jovem Valentina Schulz, de 12 anos, que segundo a descrição do site oficial do programa:

[...] vem aumentando seu conhecimento culinário desde os 10 anos. Criativa e meiga, conhece a gastronomia de diversos países. Tem um paladar bastante apurado e desenvolvido, sabendo combinar temperos e sabores diversos. Sabe preparar diversas carnes, frutos do mar, massas frescas e sobremesas. Molhos diversos, para massas e saladas, fazem parte de seu repertório gastronômico. (Band. Master Chef Júnior, 2015)

No dia da estreia do programa, alguns comentários feitos por usuários nas redes sócio-digitais – em especial no *Twitter* – tiveram ampla repercussão devido às referências sexuais feitas a respeito de Valentina, como os comentários: “Sobre essa Valentina: se tiver consenso é pedofilia? ”; “pra valentina entrar no programa teve q fazer uma suruba com o fogaça e jacquian⁵⁹ [sic]”; “e a valentina fazendo aqueles prato [sic] no masterchef..... Vagabunda demais”; dentre outros - compilados no anexo IV desta dissertação.

⁵⁷ Instituições que atuam produzindo conhecimento sobre temáticas de interesse.

⁵⁸ Sobre as novas formas de extração de mais-valia e de exposição do sofrimento adquiridas na Indústria cultural através dos *realities shows*, vale a leitura do livro de Silvia Viana, *Rituais de Sofrimento* (VIANA, S. *Rituais de sofrimento*. São Paulo: Boitempo, 2012).

⁵⁹ Referência aos nomes dos jurados do programa, Henrique Fogaça e Erick Jacquin, respectivamente.

O caso gerou imediata reação nas redes sócio-digitais: no dia 21 de outubro, em resposta ao caso, o coletivo feminista *Think Olga*⁶⁰, em sua página oficial do *Twitter*, convidou suas e seus seguidores para enviar relatos dos primeiros assédios que sofreram para serem divulgados em apoio a Valentina e como forma de conscientização. Devido ao grande volume de depoimentos que começaram a surgir, o coletivo decidiu centralizá-los na hashtag #PrimeiroAssédio, cuja aderência foi notável: no dia 27 de outubro, uma semana depois da criação da hashtag, o Labic (Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura) desenvolveu uma análise quantitativa acerca dos relatos da hashtag durante sua primeira semana - utilizando o script Ford, desenvolvido pelos programadores do laboratório. A pesquisa tornou possível:

[...]uma análise minuciosa do percurso da mobilização, desde o início da iniciativa da @ThinkOlga, com relatos de violência e divulgação da hashtag por perfis feministas ativistas, até a grande repercussão nas redes sociais e em portais de notícia. Na rede #primeiroassedio, foram contabilizados ao todo 88.847 tweets gerados por 35.266 usuários. (Labic. Perdigão, 2015)

Ou seja, só no *Twitter*, principal meio de divulgação da campanha, foram publicados quase oitenta e oito mil e novecentos *twetts* que utilizavam a hashtag criada pelo Think Olga em apenas uma semana. A pesquisa ainda observou que o perfil que mais divulgou os relatos do movimento foi, de fato, o Think Olga. No entanto, outros também participam desta divulgação, como os perfis de redes sociais dos portais de notícia El País, Brasil Post, Carta Capital e BBC Brasil (Anexo IV – Figura F).

Para desenvolver uma análise destes relatos – como proposto aqui – fez-se necessário, deste modo, operar um recorte sobre este amplo universo. A seleção foi feita com base, inicialmente, nos dados coletados pelo Labic, que indicaram quais foram os relatos mais influentes no período, a partir do número de *retweets* (ou seja, reprodução dos tweets por outros usuários) no período. Se tratam dos relatos dos perfis: claraaverbuck, justfocles, likeazombie, renatagames, luizadiniz1, 04h57, sandyquintans, thaisgondar, quem_liga, itzfeminist, camilacomleite, marianaff, binahire e venturieta (Anexo IV – Figura G). Levou-se em conta também os relatos compartilhados pela página do Twitter do Think Olga (Twitter. ThinkOlga, 2015) - a mais acessada segundo o Labic (Labic. Perdigão, 2015) – assim como o depoimento de Juliana de Faria, uma das criadoras do Think Olga, que foi utilizado

⁶⁰ O Think Olga, seus objetivos e a sua atuação no movimento feminista digital serão questões trabalhadas ao longo do próximo item deste capítulo.

para estimular outras pessoas a compartilharem suas histórias⁶¹. No total foram estudados 49 depoimentos pessoais⁶².

A primeira leitura destes relatos, ainda sem uma análise minuciosa, já pôde expor a ampla gama de concepções de “assédio” ali contidas. Por exemplo, agressões sexuais físicas seriam classificadas como assédio, como a descrita pela usuária do Twitter @binahire (depoimento 08): “Eu tinha nove anos e o vizinho que devia ter uns 50 na época me agarrou por trás e começou a esfregar o pau em mim #PrimeiroAssedio.”. Ao mesmo tempo, situações (em tese) cotidianas, também seriam conceituadas da mesma forma, como, por exemplo, o caso narrado pela usuária do Twitter @CamilaBHassen (depoimento 46): “o meu #PrimeiroAssedio foi no dia em que eu nasci e furaram minhas orelhas sem meu consentimento. De lá pra cá já foram vários...”. Desta forma, tornou-se essencial para o processo de análise categorizar melhor os depoimentos recolhidos tendo em vista o tipo de agressão, o conteúdo exposto e a descrição do agressor. No anexo IV podem ser encontrados todos os relatos estudados, devidamente numerados – o que auxiliou no processo de classificação.

Sobre o tipo de agressão, dos quarenta e nove depoimentos recolhidos, dezoito diziam respeito a algum tipo de agressão física – são eles os depoimentos 1, 2, 5, 8, 13, 14, 16, 17, 23, 18, 30, 32, 34, 35, 41, 46, 47 e 48. Evitou-se classificar mais especificamente o tipo de agressão física levando em conta o teor sexual de cada uma, tendo em vista o fato de todos os acontecimentos serem qualificados por suas autoras como assédio sexual. Vale, portanto, citar alguns desses relatos.

Uns são mais explícitos, como relato anônimo compartilhado pelo perfil do *Twitter* do Think Olga no dia 21 de outubro (Depoimento 13): “Aos 13 anos, voltando da escola, um desconhecido me puxou pelo braço, me pressionou contra uma parede e disse que queria ‘me comer’”. Nesta linha também aparece o depoimento da usuária @mariahqueiroz: “tinha uns 12/13 anos e voltava do ballet num ônibus lotado e sentada no corredor. 1 homem pôs o pau pra fora e roçou no meu ombro”; ou o de @bruuunacaldas (depoimento 41): “quando ia pra escola tinha que passar na frente de um bar e, como a calçada era pequena, passavam a mão em mim e riam. Nojo!”. Já outros são menos explícitos, como o já citado depoimento 46, ou os depoimentos 16 – de @robertaar: “com treze anos, um vizinho de 40 acariciou o meu rosto, me assediando. Meu pai me trancou em casa por um mês por ser ‘oferecida’.” - e 23 – de @_smpps: “Aos 12 anos, numa ida para apertar o aparelho, o dentista passou

⁶¹ É de suma importância ressaltar que o relato de Juliana foi feito meses antes da hashtag e foi parte de uma apresentação feita pela jornalista no TEDx de São Paulo (Faria, 2015). No dia 21 de outubro o Think Olga divulgou novamente o vídeo com sua fala para estimular que outras pessoas também prestassem seus depoimentos.

⁶² Todos os depoimentos se encontram, na íntegra, na segunda parte do Anexo IV. Muitos deles serão discutidos ao longo deste capítulo.

a mão no meu pescoço e disse que era bonita eu fingi que não ouvi e ele se aproximou do meu rosto, mas minha mãe entrou na sala bem nesse momento ”.

Já trinta e seis relatos narravam agressões não- físicas. Neste quesito optou-se por dividi-los. Primeiramente, levou-se em conta aqueles que expunham agressões verbais (como ameaças, xingamentos, convites, “elogios”, “brincadeiras” ou “cantadas”). São eles os depoimentos de número 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 14, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 34, 36, 37, 40, 42, 43, 45 e 47. Existe, dentre eles, também uma ampla variedade considerando o teor da agressão. Vale destacar como exemplo, o depoimento 9, da usuária do Twitter @venturieta: “Um desconhecido na rua disse que queria "chupar meus peitinhos". Eu tinha uns 11 anos e achei q a culpa era minha. #primeiroassédio Passei os anos seguintes usando blusas largas, com medo que notassem meus seios. Em vão. #primeiroassédio”; ou o depoimento 40, de @snark_hunter: “eu e minha irmã passamos tomando picolé na frente de um bar e piadas sobre chupar foram o mínimo gritaram (eu: 11 anos, ela: 14)”. Ao lado deles, pode ser colocado, por exemplo, outros, cujo conteúdo sexual é menos explícito, apesar de presente. Por exemplo, o relato número 43: “Tava na rua com minha tia. Um homem falou “hummm lindas”. Mandei à merda e ela me repreendeu: ele só tá elogiando, não seja grossa.”; ou parte do depoimento 11, da usuária @farkalia: “meus peitos começaram a crescer quando eu era muito nova, aos 12 anos era a única da sala com peitão e já mexiam comigo por isso [...]”⁶³

As agressões não-físicas também, muitas vezes, não eram acompanhadas pela agressão verbal. Isso fica claro quando são levados em conta os depoimentos de número 1, 3, 5, 13, 15, 20, 33, 25, 26, 27, 31, 33, 35, 38 e 39. Grande parte destes relatos específicos dizem respeito a atos obscenos, como exibição das partes íntimas e masturbação em espaços públicos, como o depoimento 15, de @a_starlight: “Aos 13, indo pra escola às 7h30 da manhã, um cara baixou as dele calças pra mim na rua. Eu corri.”; ou o depoimento 22, de @Mariana_Reys: “Eu tinha 12/13, brincando na sacada de casa, um senhor parou na rua, bem na minha visão, tirou o pinto pra fora e se masturbou”. Ao lado destes relatos, porém, há outros, como o da usuária @Justfocles (número 3), que pensa o assédio a partir do olhar do outro: “A primeira vez que eu fui engolida pelo olhar de um homem adulto eu tinha 11 anos. 11 Fucking Anos.”. Há também relatos que narram situações de violência que podem ser ou não interpretadas como assédio sexual – podendo, por exemplo, ser consideradas tentativa de assalto. Cabe, como exemplo, o depoimento 27, da usuária @marchioretto: “eu tinha 10 e estava saindo de uma festinha na rua de casa, as 21h, qdo 2 caras correram atrás de mim. sorte que consegui entrar.”; ou a segunda parte do depoimento 31 (de @cahbicudo): “aos 15 um cara me seguiu voltando da escola a noite (fui entregar trabalho). Uma prostituta gritou c ele e me deu tempo p correr”. Esta primeira

⁶³ Este depoimento será retomado, mais a diante, com sua segunda parte.

classificação indicou alguns caminhos a serem seguidos por classificações posteriores, levando em conta a recorrência no conteúdo. Portanto, fez-se relevante analisar, primeiramente, a descrição do agressor, por um lado, e da vítima, por outro.

Sobre o agressor, observamos que a maior parte dos relatos indicava um homem desconhecido (vinte e oito dos quarenta e nove depoimentos estudados), na maior parte das vezes no espaço público, como o caso narrado pelo perfil @naotaofacilprang (depoimento 10): “eu fi assediada pela 1a vez aos 10 anos. estava c meu irmão caçula, q tinha 3 e o homem, além de falar obscenidades, ainda falou pro meu irmão "me dá sua tia q te dou a minha e um saco de bala"; ou por @panccake “eu tinha 11 e no caminho da escola um cara de moto me seguiu numa rua vazia e mostrou o pinto pra mim. minha irmã tem 7 e tava brincando na praça. um menino chegou e falou pro amigo 'essa dai ja da pra estuprar'. ela correu pra casa”. Um ponto importante sobre a descrição do agressor desconhecido é a falta de definição do personagem: dezenove relatos não definem a idade do agressor, tratando de um “homem”, ou “cara”, na forma genérica. Apenas dez deixam claro se tratar de um adulto, e dois outros relatam assédios que partiam de crianças.

A mesma indefinição não é vista, porém, no caso de agressores conhecidos: dos 14 casos⁶⁴, apenas 3 não definem quem seria este agressor e, destes três, apenas dois não definem a idade. Observa-se ainda que, nos casos observados, dois tratam de um adolescente (colegas da assediada), como o depoimento de Juliana de Faria (que será analisado mais a diante) - que fala sobre a surpresa de seus colegas de turma com o seu corpo de mulher adulta quando tinha apenas onze anos de idade (YouTube. TEDx. Faria, 2015) - e um trecho do depoimento de @liliankrislan (depoimento 47): “Aos 10, um menino colocou a mão na minha bunda e, ao reportar para os meus pais, ‘eu não devia ter usado short’. Aos 11, um menino tentou me agarrar e a resposta dos meus pais foi ‘você não devia andar com meninos’”. A grande maioria dos agressores, portanto, é composta por adultos, como vizinhos, amigos da família, tios, além de um caseiro – depoimento 2 – e o supracitado caso do dentista.

Existem também oito relatos que não definem nem a idade nem o nível de relação entre o assediador e a assediada, podendo se tratar tanto de uma pessoa próxima quanto de uma pessoa completamente desconhecida. Depoimentos como o número 26 (de @respeitasmia) - “com uns 8 anos um homem abriu o zíper e começou a se masturbar na minha frente e das minhas primas” – ou o depoimento 34 (de @cherlabyrinth) - “Com 12 anos, logo após minha primeira menstruação, um cara passou a mão no meu peito e falou "Tá crescendo, ne?"” – mostram grande imprecisão na descrição do agressor.

⁶⁴ Por alguns relatos narrarem mais que uma agressão, eles acabaram sendo considerados em ambas categorias.

Isso pode se explicar, por um lado devido ao limite de espaço que o *Twitter* impõe (até 140 caracteres) e, por outro, por um possível medo daquelas que relatam a agressão de sofrer alguma consequência ao expor seu agressor. No entanto, não deixa de ser problemático para a produção da crítica que ela seja, concomitantemente, generalizável e limitada. Generalizável por que enxerga todo homem como agressor potencial; limitada por ser fragmentada e, portanto, não compreender as causas políticas, sociais e históricas mais amplas que geram aquela opressão, focando-se apenas na dicotomia entre homens (agressores) e mulheres (agredidas).

Isso se reforça levando em conta a descrição de uma agressão hipotética, presente em três relatos (depoimentos 7, 11 e 29). São classificados dessa forma por não narrarem um assédio que de fato ocorreu, mas o medo da possibilidade de assédio – em dois dos casos, incutido por terceiros. O depoimento de @marianaff, por exemplo, narra que sua mãe a informou que “os homens” já olhavam para ela “com maldade” e, portanto, ela deveria ter cuidado:

Com 9 anos minha mãe me explicou q eu estava criando corpo e precisava ter cuidado pq os homens já me olhavam com ‘maldade’ [#primeiroassedio](#) Ela tinha razão, já ouvi todo tipo de coisa na rua e ouço até hoje, todo dia tenho medo da minha irmã andar na rua sozinha. [#primeiroassedio](#)”.

Extremamente similar é o depoimento de @elsavillon :“Entre 7 e 9 anos, tinha medo de ir ao bar comprar Tubaína, porque vivia cheio de homens. Me disseram ‘Homem não tava là toa não’”. Já o depoimento de @farkalia é mais específico, mostrando os resultados do medo do assédio em seu dia-a-dia, sendo a fonte da agressão principalmente, o homem genérico – em seus termos, o “marmanjo imbecil”:

[...] se precisava sair de casa pra ir ao mercado, vestia uma camiseta e uma calça pra evitar os olhares na rua (isso aos 12 anos). uma coisa é vestir camiseta e calça se você mora em locais que fazem frio no inverno, eu moro no nordeste, calor o ano todo. pra ir à escola, saia do carro com os livros escondendo os peitos, mesmo de uniforme, já pra não dar margem pra marmanjo imbecil. depois que meu corpo começou a se formar, deixei de ir a praia justamente também por não me sentir confortável.

Um outro tipo de descrição do opressor reside em incluir na narrativa não apenas o caso de assédio em si, mas a recepção negativa ou diferente daquela esperada. Num contexto onde o conceito de verdade é abstrato, subjetivo e incontestável (Brown, 2011d), aquele que questiona a veracidade de um depoimento imediatamente é considerado alguém que tenta diminuir sua gravidade, ou até mesmo que culpabiliza a vítima. Este tipo de recepção é interpretada como uma forma de “impor o silêncio” (Vaz et al., 2014) sobre uma pessoa que deseja exatamente se emancipar através da quebra deste silêncio (Brown, 2011d), de modo que “quem desconfia da autenticidade de um testemunho implicitamente é colocado no lugar dos que são sem compaixão ou, pior, preconceituosos.” (Vaz et al., 2014: 5). No total foram sete os relatos que expunham algum

processo como este (depoimentos 1, 6, 14, 16, 43, 47 e 49). O depoimento mais completo de todos, da Juliana de Faria, contém um trecho que expõe bem o que seria esta outra forma de opressão, gerada pela imposição do silêncio:

[...]A primeira vez que eu sofri assédio foi no caminho da padaria para a minha casa, e eu chorei. Uma senhora me viu chorando pelo caminho e foi tentar me consolar. Quando eu contei para ela o que tinha acontecido, ela me disse que eu era boba. Eu não devia estar chorando por isso. Eu tinha que aceitar como elogio, isso era algo bom, isso era positivo. E quando eu tivesse a idade dela eu ia sentir falta. Ok, né? Então desde cedo eu entendi que eu tinha que aceitar como algo positivo até aquilo que me machucava. E por medo de parecer “reclamona” ou “metida”, eu me calei. (YouTube. TEDx. Faria, 2015).

Se trata, portanto, de uma espécie de segunda vitimização, na qual depois de sofrer uma agressão ou um assédio, a pessoa sente que o revive ao testemunhá-lo a terceiros. Esta transformação da recepção negativa de um relato como uma forma de opressão só é possível a partir de uma reconfiguração moral centrada na figura da vítima como indivíduo – processo mesmo que leva a construção discursiva que descomplexifica o assédio e o assediador, para produzi-lo a partir de uma dicotomia entre vítima e preconceituoso/perpetrador (no caso, mulher e homem). Deste modo, vale observar como se descreve a figura da vítima nos depoimentos coletados.

Observa-se que o foco principal – exatamente pelo movimento se tratar de uma resposta aos comentários feitos sobre a jovem Valentina – reside na descrição de sua idade. No dia 26 de outubro de 2015, ou seja, cinco dias depois da hashtag #PrimeiroAssédio entrar no ar, o *Think Olga*, divulgou uma análise feita sobre um recorte de 3.111 nos 82 mil relatos publicados até então no Twitter. Este levantamento observou, como a idade média do primeiro assédio, 9,7 anos de idade (Anexo IV, Figura H). Já o universo bem mais restrito destes 49 depoimentos principais estudados aqui indica uma média de 10,4 anos de idade, tratando-se, desta forma, de meninas pré-adolescentes.

Dentre os depoimentos estudados não foi possível identificar nenhum que botasse em questão dados importantes para pensar a agressão em um contexto mais amplo, como o corte e o preconceito de classe ou racial, reforçando a tese de que se trata, portanto, de uma tentativa de crítica cuja base é a fragmentação. No entanto, outros fatores importantes podem ser analisados a partir da construção discursiva da figura da vítima nestes relatos. O primeiro que deve ser destacado é a indicação de permanência de uma agressão, assim como de consequências negativas que este assédio primeiro trouxe à vítima. Como permanência, entende-se aqui relatos que indicam que, após este primeiro assédio, inúmeros assédios outros continuaram acontecendo. Frases como: “[o]s assédios começaram com 10 e não pararam”, de @nieleperez (depoimento 35); “[d]e lá pra cá já foram vários...”, de @CamilaBHassen (depoimento 46) ou “histórias são muitas e só pioram”, de @liliankrislan (depoimento 47), são exemplos extremamente comuns. Este tipo de declaração não indica apenas a

explícita continuidade e constância dos assédios, mas também a implícita falta de vislumbre ou perspectiva de superação. Esta concepção de impossibilidade de ultrapassar a experiência negativa tem suas raízes na reconfiguração do conceito de *trauma*.

Originalmente, na psicanálise freudiana, o trauma não é entendido como o acontecimento em si, mas sim “como esse acontecimento incide sobre o psiquismo de alguém e por ele é processado.” (Rudge, 2009: Edição para Kindle, posição 23). Em um primeiro momento, Freud compreendia o trauma como associado ao desejo recalcado na infância, ou seja, diretamente ligado à sexualidade. Este trauma seria, de forma subsequente, acionado quando em contato com uma experiência qualquer já na vida adulta. Posteriormente, o próprio autor revê o peso dado ao desejo e à fantasia na compreensão do trauma, não para negar essa teoria, mas torná-la mais complexa: a construção da psique de cada um faria com que a forma de lidar com um evento traumático subsequente de formas distintas. Alguns, por exemplo, criam um apego inconsciente ao sofrimento que seria, segundo sua análise, menos proporcionado pela experiência traumática em si e mais por um desejo inconsciente de autopunição, onde uma sensação de responsabilidade e culpa em relação à ocorrência do evento estaria presente. Haveria também um comportamento que o autor intitula de “compulsão de destino” (Idem), que diz respeito à pessoa que - seja de maneira passiva, seja de maneira ativa - se sente perseguida por uma repetição contínua daquele acontecimento malvindo – compreendendo sua ocorrência e encarando-o sempre com a mesma carga emocional que da primeira vez. A psicanálise freudiana entende que a recorrência deste acontecimento ou, ao menos, a forma repetitiva com a qual ele é encarado é, em última instância, produção da própria pessoa e é “determinado por influências infantis remotas” (Idem: posição 520). Surge também, neste sentido, a repetição como possibilidade de positivo ou negativo: aqui, a experiência traumática pode não se esgotar nem se tornar, de fato, passado; ou pode se positivar, sendo, por exemplo, gradativamente integrada ao princípio do prazer (Idem). Desta forma, uma concepção anterior do trauma mostra que, apesar da experiência traumática ser determinante na formação do eu, ela não necessariamente seria reconfigurada apenas de forma negativa.

Jacques Lacan trabalharia com a mesma ideia e, a partir dela, entenderia que o acontecimento traumático seria o impacto com o real que leva o *eu* a romper ou, ao menos, a questionar a forma com que foi concebido pela linguagem. Seguindo a linha saussuriana seguida por Lacan, o *eu* se forma a partir de construções simbólicas feitas sobre ele desde o momento de seu nascimento (Lacan, 1988). No entanto, o “esbarrão com o real” não tem uma correspondência neste espaço simbólico, provocando um desarranjo entre o *eu* produzido na linguagem e o *eu* que tem a experiência do real. Isso leva forçosamente esse *eu* a romper com a situação em que se reconhecia. Portanto, a experiência traumática, em Lacan, vai ser algo que impulsiona para a mudança (Rudge, 2009). O que ele observa,

por fim, é que a forma de manejar esta desestabilização gerada, a partir de então, dependeria inteiramente do sujeito (Lacan, 1988). Assim sendo, o que Freud, em seus trabalhos finais, e seu leitor, Lacan, entendem é que o evento traumático por si só não existe: ele se conecta ao inconsciente e à subjetividade de cada um. Logo, nem todo mundo que passa por uma experiência específica tem, necessariamente, uma relação traumática com ela.

No entanto, este tipo de abordagem é hoje amplamente negada tanto pelos movimentos sociais quanto por parte do pensamento psicanalítico e médico. Ruth Leys (2000) mostra como, a partir da segunda metade do século XX, o conceito de trauma se alterou e foi planificado na ideia de evento externo que molda a identidade – de forma igual. O evento traumático, sendo assim, deixa de ser compreendido tendo em vista sua relação diferenciada com o meio (social, cultural e histórico) e com a psique, e passa a ser compreendido a partir de sua potência produtora, perante a qual todos são dotados de total passividade (Leys, 2000).

O efeito deste tipo de percepção do evento traumático é o que leva, por exemplo, a concebê-lo como irrepresentável, por um lado, e intransponível, por outro (Caruth, 1996). O que torna tão distante esta nova forma de abordar o evento traumático daquela empreendida por Freud e Lacan é a centralidade discursiva e moral dada à figura da vítima hoje. Entende-se como vítima, um conceito que ganhou força social na mudança recente do processo de subjetivação, que ocorreu com a “crise do poder pastoral e das figuras que lhe davam substância numa época secularizada” (Vaz, 2014), ou seja, com o rompimento relativo com as instituições morais tradicionais (Taylor, 2007; Sibilia, 2008) que, exercendo um poder que “cuida”, determinavam a implantação perversa de desvios de modo a produzir uma norma a ser seguida e, conseqüentemente, um desejo de distância do anormal (Foucault, 1988):

De um lado, a produção de subjetividade. A cultura moderna separava os homens entre normais e anormais para que cada um internalizasse essa divisão [...] O segundo requisito é que a produção no real da negatividade ética dá ao poder uma forma pastoral. O conceito de norma designa o poder da ação humana: dizer que alguém é anormal é dar-se imediatamente a crença na cura e o dever de curar. O poder se apresenta como aquele que salva. Se for necessário punir, a punição terá a forma de uma cura; mais precisamente, a prisão terá a função precípua de reabilitar o criminoso. A cultura moderna tendia a uma abordagem que *desresponsabilizava os indivíduos pelos sofrimentos que causavam*. (Vaz et al., 2006: 73 -74. Grifo meu).

Como já ressaltado nos capítulos anteriores – levando-se em conta, principalmente, o trabalho de Sibilia (2008) - a partir de meados do século XX e, principalmente, a partir da década de 1960, houve uma tentativa - em parte exitosa - de questionar as instituições morais - a igreja e a família; a escola, as leis, as determinações científicas - com o objetivo de liberar as subjetividades, o que trouxe como conseqüência o declínio “dos grandes relatos que organizavam a vida moderna, bem como a

queda do peso inerte das figuras ilustres e exemplares plasmadas nas narrações biográficas canônicas” (Sibilia, 2008: 271). Não obstante o fato desta falta de relatos sólidos implicar em um desejável abandono do peso das tradições, a libertação das subjetividades acaba gerando subjetividades vulneráveis e criando espaços vazios a serem ocupados.

Estes espaços serão ocupados, como já salientado, pela lógica do mercado, tornando tais subjetividades “mais um tipo de mercadoria; um produto dos mais requeridos, como marcas que é preciso colocar em circulação, comprar e vender, descartar e recriar seguindo os voláteis ritmos das modas.” (Idem: 275). Outra consequência é a de que as construções morais, que vão dar sentido e solução ao sofrimento, são reconfiguradas. Com a ascensão dos movimentos de minoria e a aparente liberação das subjetividades, há uma clara investida em romper com o sistema moral vigente, ou seja, com o projeto normativo que, baseado no poder pastoral, se configura a partir do desejo da normalidade e da distância do anormal. Deste modo, em resposta ao distanciamento das instituições morais tradicionais, ocorre um movimento de denúncia ao indivíduo ou ao grupo que, elevado na figura do preconceituoso, parece trabalhar pela manutenção do pensamento normativo – que, em tese, impede que se seja aquilo que se é. Surge, portanto, a distância do preconceituoso como o modo contemporâneo de produção de subjetividade, cujo polo imediatamente oposto, com o qual se desenvolve a identificação positiva, é o da vítima (Vaz, 2014).

Este afastamento de determinados projetos morais não significou, portanto, um afastamento da moralidade, mas sim sua reconfiguração. Aqui existe um desvio da responsabilidade: não se trata mais de interpretar o sofrimento a partir do pecado cometido por si mesmo e buscar a salvação através da confissão religiosa, como se dava em um período pré-moderno (Foucault, 1988). Também não se trata de constatar que o sofrimento se dá devido a sua própria anormalidade e procurar a solução através de um poder pastoral, da confissão terapêutica (Foucault, 2010). Se trata, desta vez, de interpretar como causa do sofrimento a limitação de sua liberdade de ser o que se quer ser por parte de um *outro*. No entanto, este *outro*, não seria um *outro* cujo aparecimento se daria no campo do social, calcado na figura do opressor; ou na figura desresponsabilizada de um anormal corrigível, mas sim em um *outro* individualizado na figura do *preconceituoso ou do predador*. Da mesma maneira, neste novo pacto moral, a figura do oprimido, que é dotada de alta complexidade político-social, ou a figura do normal, o polo positivo, se dissipam e singularizam na figura da vítima.

A ironia contida nesta reconfiguração moral, tendo em vista movimentos sociais e políticos, reside no fato de que, ao invés de auxiliar no rompimento com a sujeição sofrida pelos grupos sociais - interpretados, neste cenário, como vítimas - acaba levando a sua limitação a este local de opressão, por não imputar a ele possibilidade alguma de agência. Deste modo, é completamente abandonada a possibilidade de se pensar no processo social de forma radical – como a tradição marxista – a partir

de uma ideia de revolução que leva a opressão ao seu fim; ou a possibilidade de superação do evento traumático a partir de sua reconfiguração positiva e terapêutica – nos moldes freudianos e lacanianos. Portanto, a “felicidade” da vítima, segundo esta nova lógica moral, passa a depender inteiramente de terceiros: do preconceituoso ou do predador que individualmente causou seu sofrimento e do “resto” da sociedade que vai aceitá-la como uma vítima e, pensar em formas de “se vingar” (o que se dará, muitas vezes, tendo em vista uma associação a mecanismos legais, como mostrado no próximo item).

É esta falta de possibilidade de ação por parte da vítima que torna impossível o vislumbre de consequências positivas e de superação nos discursos do #PrimeiroAssédio. O mesmo processo impossibilita que a experiência traumática primeira (ou seja, o primeiro assédio) seja manejada de forma positiva em relação ao *eu*. E é também, a partir disso, que se cria uma ideia de inocência absoluta da vítima. Como mostra Leys (2007), até a década de 1970, para uma pessoa ou um grupo de pessoas ser admitida como vítima (que ainda não era uma categoria moral) bastaria que ela estivesse sujeita a algum mau trato. Não importaria, portanto, se ela teve alguma parcela de responsabilidade naquela circunstância; ou se agiu/sentiu algo determinado em uma situação limite. O exemplo trabalhado pela autora são os primeiros relatos de sobreviventes dos campos de concentração e extermínio, datados do final da década de 1940 e da década de 1950. Em muitos deles era comum indicar a falta de união e solidariedade entre os prisioneiros, ou narrar, com culpa - o que mais tarde foi interpretado como “culpa de sobrevivente” – situações em que o agora sobrevivente, para sobreviver, agiu de uma maneira moralmente questionável. Cabe como exemplo o relato de Primo Levi, em seu livro *É isto um homem?* (1947), em que narra uma cena em que ele – sobrevivente do campo de Buna-Monowitz (um dos subcampos de Auschwitz) - passando fome, rouba o pão de um homem doente (Levi, 1988).

Com a ascensão da vítima como uma categoria moral, este tipo de construção se torna cada vez mais escassa: agora não basta a vítima ter sofrido uma situação específica, mas requer-se dela inocência absoluta e uma superioridade moral inabalável. No caso do #PrimeiroAssédio, isso pode ser visto se levarmos em conta a grande demarcação existente entre o mundo adulto e o infantil no que diz respeito à sexualidade; ou seja, na construção discursiva da criança como desprovida de sexualidade – proposição esta que já havia sido negada desde o século XIX com Charcot (Ferreira & Motta, 2014). Vale, portanto, antes de continuar a argumentação teórica, citar um depoimento que servirá como auxílio para exemplificar melhor esta demarcação, como o da Juliana de Faria, que serviu de base e estímulo para todos os outros⁶⁵:

Quando eu tinha 11 anos, meu corpo me traiu. Eu menstruei, meu peito cresceu. Eu rapidinho percebi que isso ia ser um grande problema, porque eu era capitã do time de queimada da quarta série, e as cólicas e o corpo mais

⁶⁵ Esta é a primeira parte do depoimento. A segunda já foi citada mais acima neste mesmo item do capítulo.

sensível eram tipo uma desvantagem em quadra. Mas eu percebi que isso realmente ia ser o menor dos meus problemas. Os meus colegas de sala perceberam a minha mudança corporal, porque ela era óbvia. E aí, eles vinham me perguntar se eu estava usando enchimento, se eu tinha colocado silicone ou se eu estava grávida. Eu tinha 11 anos. Alguns queriam encostar no meu peito para ver se era de verdade. E os adultos, que eram amigos, conhecidos da família, eles vinham falar que eu nunca estive tão bonita. Nunca fui tão mulherão. E eles vinham falar para os meus pais “super na boa intenção”, que eles tinham que comprar armas porque daqui a pouco os “gaviões” iam ficar sobrevoando aquilo, que parecia muito mais um pedaço de carne do que as filha deles. Essa foi minha primeira experiência com o conceito de que o corpo da mulher não é dela. O corpo da mulher é público. A minha segunda experiência com esse conceito já foi bem mais violenta. Eu era uma menina de 11 anos, cuja vida girava em torno de jogos de queimada, de “O Mundo de Beakman” e “Cavaleiros do Zodíaco”. Mas os homens nas ruas, não! Eles achavam que já estava na hora de eu falar sobre sexo. Eles me convidavam para transar, eles comentavam sobre minha vagina, eles me mostravam os seus pênis e, no transporte público, eles encostavam no meu corpo. Eu ficava, claro, horrorizada. Eu me sentia sempre intimidada e humilhada. Eu tinha medo e eu tinha nojo. (YouTube. TEDx. Faria, 2015).

Aqui o universo infantil fica demarcado como puro e desprovido da noção de prazer ou desejo. É um relato de inocência violada. Em contraponto a este relato, vale, por exemplo, pensar na confissão terapêutica de Dora a Freud⁶⁶. Dora era uma menina adolescente, virgem, sem contato com experiências de desejo sexual com outra pessoa. No entanto, isso muda quando seu pai começa a ter uma relação extraconjugal com uma mulher casada (Sra. K.), com a qual Dora imediatamente se dá bem. Os eventos que seguem o caso, em resumo, são que a jovem começa a criar uma forte relação de amizade e admiração, tanto pela amante de seu pai quanto pelo seu marido (o Sr. K), com o qual costuma passar as tardes quanto seu pai sai com a mulher. O Sr. K. mostra claro desejo em relação a Dora, o que causa desconforto na menina, mas ao mesmo tempo curiosidade (eles até se beijam uma vez). No entanto, depois de ele se declarar a ela, negando, conseqüentemente, seu amor a Sra. K, sua esposa e amante do pai de Dora, a jovem fica incomodada e insiste com o pai que as relações com o casal sejam rompidas. A conclusão do caso é que Dora sentia desejo pela amante do pai, e que saber que o marido – sua forma de acesso à mulher desejada – não se sentia assim também fez com que ela imediatamente desejasse romper com a família (Freud, 1996).

Apesar de ambos os relatos narrarem uma situação de descoberta do outro como ser desejante e, de certa forma, de si como um ser sexual, existe uma diferença fundamental entre eles, que reside na interpretação da inocência. Em Dora, a inocência está ligada à virgindade, por um lado, e a sua não-compreensão em relação à dinâmica dos relacionamentos entre os adultos daquela situação – seus pais, a amante de seu pai e o marido da amante. Mas não se nega, em momento nenhum, a presença

⁶⁶ Selecionar dois períodos diferentes é essencial para compreender exatamente a mudança do estatuto de normalidade/anormalidade para vítima/predador, por um lado, e de confissão e testemunho, por outro.

do desejo, por parte de Dora. Outro fator que marca a diferenciação clara entre ambos os discursos de “violação da inocência” é o fato de que eles foram produzidos em momentos nos quais as configurações morais eram distintas. Dora, no caso, é a paciente histérica de Freud – ou seja, é a *anormal*, figura moralmente menor a ser rechaçada, por um lado, e tratada pela autoridade moral (no caso, o psicanalista), por outro. Ou, nos termos de Lacan, o *eu* simbólico de Dora, ao esbarrar com o real (a experiência do desejo e a descoberta da sexualidade) é desarranjado, gerando uma desestabilização (ou experiência traumática). A forma particular de Dora manejar esta desestabilização, dentro do seu ambiente moral, a coloca em uma situação de anormalidade a ser terapêuticamente tratado.

Não é por acaso, então, que o feminismo radical da década de 1970, cuja intensão era a de romper com o modelo moral então estabelecido, questiona a abordagem do caso Dora pela tradição freudiana. Estes movimentos pensavam em dar espaço a uma então idealizada sexualidade livre e dominável, liberando a mulher, os homossexuais e também a criança, das imposições e limitações sexuais sobre eles estabelecidas⁶⁷ ou, ainda, das produções simbólicas sobre seu sexo (encontradas na forma de pornografia, discurso de ódio, dentre outros). O que a crítica de então compreendia, perante o caso Dora, é que ela desejar não deveria ser um fator que permitisse o seu pai se apropriar dela como objeto de troca, muito menos que permitisse um homem adulto (Sr. K), que também a desejava, a agir conforme seu desejo. A crítica feminista radical questionava as consequências da ação impensada sobre a jovem ou, mais especificamente, tentava entender o motivo de apenas a mulher – no caso Dora – sofrer as consequências morais subsequentes – no caso, ser produzida como anormal – e não os adultos, cujo domínio e compreensão da própria sexualidade é maior. Ou, ainda, questionar a forma como a sexualidade feminina era predeterminada, no pensamento freudiano, pelo falo como organizador simbólico sendo, desta forma, sempre problematizada tendo em vista a castração imaginária (Ramos, 2013).

No entanto, a nova configuração moral, ao invés de, como vislumbrado por Foucault (1988), libertar da instância do sexo, a reapropria. Em contraposição, o feminismo testemunhal hoje não tem em vista a problematização da produção da subjetividade feminina a partir do sexo, nem tenta agir sobre o ato sexual em si, mas sim sobre o *desejo*: um desejo a ser controlado no outro – que não deve desejar em hipótese alguma – mas principalmente *negado* na vítima – cuja possibilidade de desejo é impensável. Ou seja, a crítica que propunha uma sexualidade a ser aceita e explorada, na década de 1970, é calada por um modelo moral que anula a possibilidade de produção de si como ser desejante,

⁶⁷ É interessante, a cargo de exemplo, levar em conta filmes como “Numero Deux” (de Jean-Luc Godard e Anne-Marie Miéville, de 1975), em que, uma das cenas os pais de duas crianças deixavam-nas assistir ao ato sexual, não por perversão, mas com intensão de educação sexual e reprodutiva.

o que incide, em última instância, nos próprios grupos cujo desejo sexual foi calado e regulado ao longo dos últimos séculos (Foucault, 1988). Se Dora era moralmente “inferior” em seu tempo, por ser produzida como anormal, Juliana – assim como tantas outras mulheres que relataram seus primeiros assédios - é produzida hoje como o polo moral positivo, através da figura da vítima. O interessante, neste caso é como o local moral privilegiado, na verdade, se volta contra a própria vítima na forma de repressão das pulsões.

Antes de prosseguir, portanto, cabe ressaltar que questionar esta configuração moral baseada no duplo vítima-preconceituoso - que permite o surgimento de campanhas como o #PrimeiroAssédio - não é de forma alguma o mesmo que fazer apologias à pedofilia ou à violência sexual, mas sim uma maneira de propor que outras abordagens e construções do *eu* possam ser feitas – como já foram, em outros períodos – na tentativa de possibilitar a compreensão deste ser como desejante sem que, porém, isso seja um fator que o reduza moralmente ou que negue a sua experiência de sofrimento.

Ainda neste sentido, é relevante levar em conta como os relatos do primeiro assédio, mesmo dizendo respeito a crianças, são reservados à questão da mulher, não sendo considerada uma dimensão mais ampla da criança/púbere. Esta fragmentação e limitação do problema à questão feminina tem suas origens no sentido contemporâneo do abuso. Na década de 1960, esta categoria foi mobilizada como uma forma de crítica ao patriarcado - entendido então como instituição centrada na figura do patriarca ao qual eram submetidos mãe, filhos, empregados domésticos e quaisquer outros membros da família ou participantes da economia daquele espaço privado – servindo tanto para falar da mulher quanto das crianças (Hacking, 1991).

É claro que assédio e abuso são, em tese, categorias distintas, onde esta requer a existência de um desnível de poder e aquela da insistência de uma pessoa para alguém fazer algo contra sua vontade. No entanto, na prática se tratam de categorias que se confundem. A própria hashtag #PrimeiroAssédio foi muitas vezes acompanhada da #PrimeiroAbuso (Labic. Perdigão, 2015). E, em muitos testemunhos, de fato, elas são indissociáveis. Por exemplo, no depoimento 32, de @italipc: “aos 12 anos um tio avô colocou as mãos na minha coxa e subiu a saia, enqnt pegava carona com a minha família dps da ceia de natal”; ou já citado depoimento 16 de @robertaar “com treze anos, um vizinho de 40 acariciou o meu rosto, me assediando. Meu pai me trancou em casa por um mês por ser ‘oferecida’”.

Sendo assim, por mais que haja uma separação conceitual e prática hoje, entre o que se entende por abuso de menor e abuso sexual contra a mulher, é possível conceber que um é a continuidade do outro, ou seja, que os mal tratos que a mulher adulta sofre têm seu início ainda na infância (Hacking, 1991). O problema desta argumentação não é a noção de prosseguimento e atualização do abuso (e do assédio), mas sim a exclusão de um grupo (no caso, de meninos) das narrativas, tratando os efeitos

do patriarcado como limitados em sua atuação sobre as mulheres. A inexistência de relatos de relevância (no que diz respeito à visualização e compartilhamento) de homens sobre o #PrimeiroAssédio é um exemplo disso. É interessante levar em conta ainda que o sentido contemporâneo do abuso é pautado, segundo Hacking (1991) exatamente pelo duplo moral trabalhado aqui, onde, de um lado, há a construção de uma monstruosidade em torno da figura daquele que abusa e, por outro, de uma inocência absoluta em torno do abusado (vítima), abandonando-se, assim, interpretações mais matizadas, comuns até a década de 1980, que tentavam compreender o problema do abuso e da violência partindo de análises que levavam em conta a complexa formação psicológica do abusador; ou que tentavam enxergar as formas do abusado de sobrelevar a experiência traumática (Idem).

Resta à vítima, portanto, apenas colocar em esfera pública o seu sofrimento para que ele possa ser visto e outros – não ela - possam tomar as medidas possíveis em relação a isso – o que torna centrais ações como esta do #PrimeiroAssedio de testemunhar a violência sofrida. Testemunho, neste contexto, seria a forma primordial de narrar a si mesmo na atualidade. No modelo moral anterior, cujo poder pastoral tinha uma capacidade terapêutica e de cura, este discurso era feito através de uma confissão privada endereçada a uma figura de autoridade moral – analista, médico, advogado, etc. (Foucault, 1988). Hoje, porém, o testemunho - agora público - tem duplo endereçamento:

De um lado, é endereçado ao indivíduo qualquer. Ao invés de pressupor a diferença na capacidade de se conduzir na vida, o testemunho pressupõe a igualdade entre os interlocutores e posiciona o indivíduo qualquer como tolerante e compassivo. De outro lado, o testemunho se apresenta como desafio endereçado aquele que fez o indivíduo sofrer. Por pedir a compreensão e desafiar os que não compreendem, quem escuta um testemunho está constrangido a optar entre duas posições morais claramente hierarquizadas: ou é o tolerante que presta solidariedade, ou é o preconceituoso que faz sofrer e recusa ajuda (Vaz et al., 2014: 3).

O testemunho é, portanto, a forma discursiva primordial deste modelo moral: ele que institui quem é a vítima como figura moral privilegiada, e o *outro* desta figura, que não é apenas o que a torna uma vítima diretamente, mas todos aqueles que não se compadecem ou recebem seu discurso com a indignação requerida – no sentido de Boltanski (2007), que será recuperado ainda neste item. Como efeito, o testemunho é tomado como inquestionável e marcado por uma divisão, dentro dos movimentos sociais – inclusive do feminismo – entre a “nossa” verdade, ou seja, a verdade da vítima – quem coloca a verdade “real” em circulação - e a verdade “deles”, ou seja, de qualquer um que, direta ou indiretamente, não aceita totalmente ou problematiza esta verdade da vítima (Brown, 2011d).

Esta relação do testemunho com a verdade, ou ainda, com *uma* verdade, é trabalhada por Wendy Brown em seu texto “*Freedom’s silence*” (Idem). Sob influência do primeiro volume da História da sexualidade de Foucault, a autora analisa que toda a produção discursiva da modernidade

atuou de modo a impor o silêncio sobre determinadas questões, as produzindo como perversas (Foucault, 1988). A reconfiguração moral serviu para retirar a perversão contida na produção do desviante – ou seja, de questões relacionadas a sexualidade, sexo, gênero e demais preconceitos – processo este buscado através da quebra do silêncio. O objetivo desta nova economia do discurso, portanto, residiria exatamente na afirmação das identidades através, principalmente, do testemunho. Não obstante, o processo foi levado ao seu extremo oposto: a discursividade compulsória. Neste caso, a verdade deve ser posta em circulação constante e ininterruptamente, não havendo espaço algum para o silêncio.

Brown questiona este processo por acreditar que a administração do silêncio e seu uso, em concomitância com a produção de verdade, teria uma função política central neste contexto, por funcionar como o espaço para a reflexão (Brown, 2011d), principalmente em um mundo onde a reprodução técnica do discurso é contínua e torna, ou tenta tornar, impossível o aprofundamento reflexivo sobre um debate qualquer (Benjamin, 2012c). A autora ressalta ainda que, ao mesmo tempo que a prática compulsória do discurso serve para dar visibilidade a uma forma de opressão até então desconhecida, ela também coloca em circulação *no mesmo nível, ou seja, coloca em pé de igualdade*, outras narrativas de sofrimento cuja importância e impacto para o debate social são menos explícitas. Este processo é causado, por um lado, exatamente pela premissa de que a verdade de cada um deve ser igualmente defendida e, por outro, de que, em uma cultura de auto exposição – ou, nos termos de Sibilia, de show do eu (2008) – toda experiência tem que ser reportada publicamente para se tornar real:

Enquanto há formas perturbadoras em que a prática da discursividade compulsória surge para recapitular os termos históricos e psico-políticos que tornaram possíveis a subordinação de um sujeito, há também formas nas quais essa prática coincide com a tendência cultural contemporânea de glorificar as experiências pessoais banais e as opiniões desinstruídas. Nossos tempos são tempos de uma diarreia de discurso e publicação [...] Como muitos críticos da cultura notaram, [...] hoje a opinião política de qualquer um merece espaço nas ondas de rádio, e a vida pessoal de qualquer pessoa vale exposição na televisão, a publicação de uma memória e, é claro, um blog. (Brown, 2011d: 95. Tradução minha)

Neste tipo de igualdade discursiva, o discurso que desvela uma condição histórico-política de opressão e de violência é igualado aquele que expõe situações cotidianas ou, ainda, situações sérias e dignas de debate, mas não de igual urgência e relevância. O #PrimeiroAssédio e sua ampla diversidade de testemunhos, que incluem desde atos de estupro e abuso de menor, até casos que não configurariam, de fato, um assédio (como o já citado depoimento 46, no qual a suposta vítima afirma que seu primeiro assédio foi quando furaram suas orelhas no dia de seu nascimento), ao invés de, quebrar o silêncio sobre o assédio, acaba reduzindo o sentido do testemunho. Ao lado disso, vale

também levar em conta como a má administração do silêncio, que impede a reflexão, também produz um excesso de informações sobre o sofrimento que, ao invés de torná-lo chocante e insuportável, o torna banal. O choque, segundo Sontag, acontece na proporção em que algo novo é mostrado (Sontag, 2004) – o que vale para as imagens reproduzidas tecnicamente, mas também para os testemunhos. Após o choque e a paralisia subsequente, a repetição leva também à banalização (Idem).

Por fim, o efeito da *tentativa* de crítica empreendida por uma campanha como a #PrimeiroAssédio, apesar disso tudo, é o de conscientização em relação à recorrência que de práticas de assédio na sociedade brasileira, assim como a incidência das mesmas sobre crianças e adolescentes. No entanto, o alto nível de fragmentação dentre os grupos feministas – refletido na carga moral e reguladora de seu discurso - que idealizaram e apoiaram a ideia, limitou sua tentativa de crítica à relação mulher vítima/homem agressor, deixando de compreender o assédio como um problema social mais amplo e o conceito de patriarcado como algo que diz respeito a outras relações sociais para além daquelas estabelecidas por uma dicotomia entre os sexos. Além disso, a opção pelo uso do testemunho público, ao invés de tornar mais visível a opressão, a torna banal e inacessível à reflexão, devido à compulsão do discurso. Esta configuração surte grandes efeitos na possibilidade de produção crítica político-social.

Recuperando a discussão de Boltanski (2007) apresentada no primeiro capítulo, nem toda indignação é precedida de uma formulação crítica. Os inúmeros comentários sexuais feitos sobre Valentina, uma integrante de um reality show de apenas 12 anos de idade, surtiram grande indignação unânime o que, vale lembrar, é uma espécie de revolta onde uma massa consente sobre algum assunto seguindo as principais tendências do pensamento moral de sua época. O esclarecimento sobre esta indignação, propondo formulações racionais que não se limitassem à paixão e à moral, seria a ascensão de uma crítica produzida a partir dessa indignação inicial.

O que tentativas de conscientização como o #PrimeiroAssédio não realizam, de fato, é esta transição entre a indignação unânime e a formulação crítica. Se associando mais a redes de afetos e se embasando mais em concepções que demarcam a moral hegemônica de nossa época do que em dados racionais que buscam o esclarecimento da indignação e sua subsequente transformação em projetos práticos, o #PrimeiroAssédio, no fim das contas, não produz ou reflete crítica – seja radical ou reformista – alguma.

No entanto, por ser uma campanha de indignação, nada impede que, posteriormente, formulações críticas possam ser elaboradas por terceiros a partir da sua racionalização: outras campanhas idealizadas pelo próprio Think Olga, baseadas amplamente nestas proposições morais indignadas, já se reverteram em desenvolvimentos críticos com efeitos diretos na sociedade - através do mecanismo legal, como pode ser visto a seguir.

3.2 Crítica e Estado penal

Um dos principais projetos do movimento Think Olga, ao longo do tempo, é a criação da campanha e da página *Chega de Fiu-fiu*, cujo objetivo principal reside em “combater o assédio sexual em locais públicos” (YouTube. TEDx. Faria, 2015). O projeto começou em 2013, com a criação de páginas nas redes sócio-digitais onde eram publicadas imagens bem-humoradas a respeito das cantadas de rua⁶⁸. Estas ilustrações começaram a ser viralizadas nas redes, dando relativa visibilidade ao movimento, o que levou mulheres de todo o Brasil a entrar em contato com suas organizadoras para compartilhar experiências de assédio. Estas, por sua vez, assustadas com a quantidade de relatos recebidos, decidiram organizar uma pesquisa com o objetivo de fazer o que, segundo elas, seria um “*estudo mais profundo* dessa relação da mulher com o assédio” (Idem. Grifo meu). Lançada em agosto de 2013, a pesquisa, organizada pela jornalista Karin Hueck, rodou apenas na internet e foi divulgada na página do *think thank* Think Olga na rede sócio-digital *Facebook*.

Colocamos no ar um questionário que pretende dar nome, tamanho e cara à questão do assédio sexual. Nunca vimos dados, estudos ou informações sobre esse comportamento. Nos ajude a mudar esse cenário! (Facebook. Think Olga, 2013)

No total, quase oito mil mulheres responderam a pesquisa. Antes de discutir os dados apontados por ela, porém, é de suma relevância compreender que este dito “estudo mais profundo” proposto pela campanha, na verdade, apresentou certos limites devido ao fato de se tratar de uma pesquisa feita na internet e aberta para qualquer um que tivesse acesso a ela, não havendo, portanto, um recorte analítico determinado. Isto explica, por exemplo, porque 80% das quase oito mil pessoas que responderam ao questionário eram residentes das regiões Sul e Sudeste do país, ou seja, as regiões em que há maior inclusão digital (Sibilia, 2008); ou que 84% dos que participaram da pesquisa eram jovens de quinze a vinte e nove anos de idade.

Não obstante esta séria limitação, que impede uma reflexão matizada a respeito do tema, os dados apresentados pela pesquisa mantêm sua pertinência: não deixa de surpreender o fato de 99,6% das entrevistadas já terem sido “cantadas” e de 85% já terem sido assediadas fisicamente. Estes números recolhidos pelo movimento *Chega de Fiu-fiu* poderiam, por exemplo, ter sido levados em conta para iniciar um debate mais amplo e aprofundado a respeito do problema, assim como servir de pontapé inicial para outros estudos mais sofisticados. Porém, o que ocorreu foi que, ao invés de surgir como um ponto inicial para pesquisas mais apuradas – que provavelmente apontariam números

⁶⁸ Ver exemplos no Anexo V, figuras A, B e C.

igualmente ou até mais surpreendentes – os resultados deste questionário (Anexo V, Figura D e Figura E) viraram uma espécie de paradigma para algumas discussões que se deram a partir de então⁶⁹.

A realizadora do projeto, Juliana Faria, por exemplo, teve, a partir de então, a oportunidade de conceder entrevistas para inúmeros veículos de comunicação (YouTube. TEDx. Faria, 2015) – em especial, mas não exclusivamente, feministas – assim como a jornalista que elaborou o questionário, Karin Hueck, foi convidada a discutir sobre a luta do “Chega de Fiu-fiu” na edição número 798 da revista *Época* – sendo, ainda, um dos destaques de sua capa (Anexo V, Figura F). Seu artigo “As cantadas ofendem” (*Época*. Hueck, 2013), em sua versão publicada na internet⁷⁰, foi “lido por 90 mil pessoas e obteve um enorme índice de aprovação: 25 mil pessoas apertaram o botão de ‘curtir’” (*Época*. Lazzeri, 2013). O fato do debate incitado pelo Think Olga ter tido tamanha repercussão, tem alguns efeitos importantes para o grupo.

Devido ao considerável aumento do fluxo de testemunhos sobre assédio, um destes efeitos se reflete na criação, por parte do grupo, de um site que organiza todos os depoimentos e no qual outras pessoas também podem publicar seus próprios. Se trata do mapa Chega de Fiu-fiu; “um mapa do Brasil, onde qualquer vítima de assédio pode relatar um caso, registrando o local onde ocorreu. Da mesma forma, qualquer pessoa pode escolher um local específico e ter acesso aos casos relatados” (Magalhães et al, 2015)⁷¹. Tratar-se-ia de uma ferramenta de denúncia, através da qual qualquer um pode falar sobre algum assédio sofrido ou presenciado, apontando os locais em que este tipo de ação é mais comum e auxiliando a se pensar nas formas de tornar aquele lugar mais seguro. É também, uma ferramenta que visa o que Juliana Faria chama de “micro transformação”, ou seja, uma forma de mulheres poderem modificar de forma ativa os locais que frequentam em seu dia-a-dia. Vale citar, com perdão da extensão, um trecho da divulgação feita a respeito do site pelo Think Olga, de modo a ficar mais claro, portanto, o procedimento do mapa:

Cada uma pode registrar o caso e o local da violência que recebeu. Com isso, as próprias vítimas ou testemunhas das agressões vão, unidas, nos ajudar a levantar esses dados. O mapa conta com as seguintes categorias: assédio verbal, assédio físico, ameaça, intimidação (*stalking*), atentado ao pudor (masturbação em público), estupro, violência doméstica, exploração sexual. Acreditamos que para se discutir violência de gênero devemos contemplar também as interseccionalidades. Por isso, acrescentamos racismo, homofobia e transfobia como categorias. [...] Ao acessar o mapa, o usuário clica nos botões “compartilhe sua história” ou “denuncie o que viu”. Na etapa seguinte, procura o endereço onde a violência ocorreu e marca um pin. Como a

⁶⁹ Vale ressaltar, ainda, que o próprio movimento “Chega de Fiu-fiu” desenvolveu a mesma (auto)crítica. Hueck, por exemplo, em um artigo escrito para a revista *Época*, afirmou: “ Como não sou pesquisadora e não usei metodologia científica, sei que meus resultados podem não ser exatos. Mas eles traçam um bom panorama do que as mulheres enfrentam – e do que sentem – quando andam pelas ruas. ” (*Época*. Hueck, 2013).

⁷⁰ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2013/09/cantadas-bofendemb.html> .

⁷¹ Disponível em: <http://chegadefiufiu.com.br/> .

ferramente [sic] utiliza o Google Maps, a localização pode ser bastante específica. Se o usuário não se lembrar do número específico da rua, pode ajustar a altura da localidade manualmente com o mouse. Há um espaço para desenvolver detalhes do ocorrido. Caso tenha recorrido a amparo público ou privado sem sucesso, solicitamos à vítima que notifique no testemunho. Exemplos: a oficiais da Delegacia da Mulher se recusaram a lavrar o boletim de ocorrência; os seguranças e proprietário de uma casa noturna negaram prestar auxílio. Contamos também com um pequeno questionário sócio-econômico, baseado no questionário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nenhuma das opções é obrigatória (a resposta automática às questões é “prefiro não dizer”). No entanto, estimulamos o usuário respondê-las, pois conseguiríamos dados ainda mais específicos. (Think Olga, 2014)

O projeto, por si só, traz inúmeros elementos relevantes para pensar o processo de administração do silêncio e a relação dicotômica entre vítima e perpetrador - como discutidos no item anterior - merecendo até mesmo um estudo individual e específico que se aprofunde no caso. Para a discussão proposta neste item específico, no entanto, vale ressaltar como a criação do Mapa serviu, por um lado, para afirmar o local privilegiado do Think Olga e do movimento Chega de Fiu-fiu na contraposição à violência de gênero. Também é importante destacar que todo o projeto, em tese, tem como base uma noção de “transformação” positiva e de proteção da vítima e não uma proposta de punição do agressor – ao menos não uma punição direta. No entanto, e sobre este ponto que incide a análise aqui proposta, o movimento estimula a “pressionar também instituições governamentais a olharem com mais atenção para a violência contra a mulher” (Idem), encorajando que as mulheres também recorram a órgãos competentes, como a Delegacia de Defesa da Mulher.

Este diálogo e contribuição com setores da sociedade política⁷² se estende para além do Mapa. No final do ano 2014, por exemplo, o Think Olga colaborou na criação de um folder informativo divulgado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo cujo objetivo primordial era a conscientização em relação ao assédio sexual: ele explica o que seria o assédio, assim como aponta as consequências psicológicas que a ação tem sobre a vítima, destacando a responsabilidade *individual* daquele que assedia (ou seja, do “agressor”) e, principalmente, impelindo a denúncia. Este estímulo em denunciar a órgãos competentes - como a Delegacia de Defesa da Mulher, cujo número está indicado na contracapa do folder (Anexo V – Figura G) – é explicado não através de um discurso de punição de um criminoso – por mais que o texto do folder indique, citando leis específicas, que o

⁷² Considera-se, neste caso, o conceito de sociedade política a partir da proposta gramsciana, que a compreende como o segmento do Estado que deteria o monopólio da violência legal, tendo como função primordial assegurar a dominação da classe burguesa, sendo representado por aparelhos coercitivos e repressivos - a polícia, o direito burguês, o “aparelho de governo”, etc (Coutinho, 1999).

assédio pode ser considerado um crime (Anexo V – Figura H) – mas sim de um discurso que visa a inclusão e o empoderamento das mulheres:

Dizer não ao assédio é não aceitar mais que as mulheres sejam vistas como objetos sexuais passivos, ou como vítimas frágeis do poder dos homens. Dizer não ao assédio é afirmar que as mulheres podem e tem poder sobre a própria sexualidade. É mostrar que podemos igualar a voz e o poder da mulher na sociedade; é não submeter as mulheres aos papéis sociais tradicionais (Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2014).

Esta tendência de movimentos organizados da sociedade civil e, mais pontualmente, do feminismo, em se ancorar nas instituições da sociedade política, através de um discurso baseado em empoderamento, proteção e conscientização, e não de punição, é bastante comum no país principalmente desde a redação e implantação da Lei nº 11.340/06 (a Lei Maria da Penha), que, segundo a Criminologia Feminista, se trata de uma lei “positiva”, que se afasta do modelo tradicional de projeto de lei voltado à punição e ao encarceramento (Campos & Carvalho, 2011).

A Lei Maria da Penha surge em 2006 no Brasil como uma forma legal de criar “mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (Brasil, Lei nº 11.340, 2006). Entende-se por violência doméstica qualquer relação de gênero onde ocorra violência continuada contra uma mulher adulta, não se tratando, portanto, apenas da violência entre cônjuges ou entre um homem e uma mulher, podendo se referir também à violência entre, por exemplo, uma mãe e uma filha, duas irmãs, uma dona de casa e uma empregada doméstica, e etc. Violência continuada, por sua vez, como consta no sétimo artigo da Lei, poderia se tratar de violência física, sexual, moral, psicológica⁷³ ou patrimonial.

Seu projeto de lei, de 2004 - redigido a partir de um anteprojeto escrito por grupos feministas de fora do governo - teve como motivação principal o caso de violência doméstica sofrido pela biofarmacêutica Maria da Penha Maia⁷⁴, que atingiu proporções internacionais quando a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) acatou, pela primeira vez, a denúncia de um crime de violência doméstica. O caso teria exposto a fragilidade da legislação brasileira em lidar com casos de violência doméstica, o que impulsionou, em última

⁷³ Sobre o conceito de violência psicológica na Lei Maria da Penha e sua respectiva aplicação, vale a leitura do artigo “Da dor no corpo à dor na alma: o conceito de violências psicológicas na Lei Maria da Penha” de Isadora Vier Machado e Miriam Pillar Grossi, In.: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(2): 352, maio-agosto/2015.

⁷⁴ “Em 1983, o marido de Maria da Penha Maia, o professor universitário Marco Antonio Herredia, tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez, deu um tiro e ela ficou paraplégica. Na segunda, tentou eletrocutá-la. Na ocasião, ela tinha 38 anos e três filhas, entre 6 e 2 anos de idade. A investigação começou em junho do mesmo ano, mas a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro de 1984. Oito anos depois, Herredia foi condenado a oito anos de prisão, mas usou de recursos jurídicos para protelar o cumprimento da pena. [...] Herredia foi preso em 28 de outubro de 2002 e cumpriu dois anos de prisão.” (Secretaria de questões de gênero e etnia, 2007).

instância, a redação do projeto de lei e sua posterior aprovação (Secretaria de questões de gênero e etnia, 2007).

O enfoque primordial da lei, no momento de sua criação, residia sobre a proteção das vítimas de violência e não sobre a punição dos seus agressores, que aconteceria apenas como uma consequência. A lei, desta forma, teoricamente não preveria, em si, um tipo penal, ou seja, ela não descreveria nenhum crime e, portanto, nenhuma punição a um crime. Ela, no entanto, possibilitaria o uso de medidas preventivas e de urgência para a mulher, de modo a afastá-la de seu ou sua agressor (a). Este tipo de formulação da lei seria uma contribuição da chamada Criminologia Feminista, modelo de pensamento jurídico que visa trazer para o centro dos estudos criminológicos a perspectiva das mulheres, tentando subverter um sistema legal androcêntrico a partir do seguinte ponto de vista:

O sistema penal centrado no ‘homem’ (androcêntrico) invariavelmente produziu o que a criminologia feminista identificou como dupla violência contra a mulher. Em um primeiro momento, invisibiliza ou subvaloriza as violências de gênero, ou seja, as violências decorrentes normalmente das relações afetivo-familiares e que ocorrem no ambiente doméstico, como são a grande parte dos casos de homicídios, lesões corporais, ameaças, injúrias, estupros, sequestros e cárceres privados nos quais as mulheres são vítimas. No segundo momento, quando a mulher é sujeito ativo do delito, a criminologia feminista evidenciou o conjunto de metarregras que produzem o aumento da punição ou o agravamento das formas de execução das penas exclusivamente em decorrência da condição de gênero (Campos & Carvalho, 2011: 153).

Sendo assim, a Criminologia Feminista tenta atualizar o modelo legislativo brasileiro para reconhecer violências que não correspondem necessariamente ao tipo penal incriminador previsto no Código Penal. Sendo assim, a Lei Maria da Penha seria o principal expoente desta tendência criminológica, apresentando inúmeras inovações extrapenais⁷⁵ ao campo das políticas criminais, tendo foco primordial incidindo sobre a proteção da mulher e não sobre a punição do (a) agressor (a) (Idem). Vale apontar como exemplo, com perdão da citação extensa, a inovação proposta pela lei na forma de implementação das medidas cautelares.

Diferentemente da lógica do processo penal, na qual as prisões provisórias adquirem o papel de medida cautelar por excelência para proteção da vítima contra a reiteração delitiva, a Lei Maria da Penha ofereceu uma série de possibilidades para além da prisão cautelar – embora a prisão preventiva seja mantida como possibilidade. Neste sentido, a Lei criou duas espécies de medidas, voltadas à ofendida e ao agressor. Dentre as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, o art. 22 prevê (a) a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, (b) o afastamento do lar, domicílio ou local de

75 Carmem de Campos e Salo de Carvalho citam algumas destas inovações, como a “limitação da tutela penal para as mulheres”, a “criação normativa da categoria ‘violência de gênero’”, a “redefinição da expressão ‘vítima’” - onde é utilizado o termo “‘mulheres em situação de violência doméstica’ em contraposição ao termo ‘vítimas’ de violência” (Campos; Carvalho, 2011: 146) - a “exclusão dos atos de violência doméstica do rol dos crimes considerados de menor potencial ofensivo”, a proteção a mulheres em relações homoeróticas, a “inovação nas medidas cautelares de proteção” e a “criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar com competência civil e penal” (Campos; Carvalho, 2011).

convivência com a ofendida; (c) proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; (d) proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; (e) proibição de frequentar lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; (f) restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores; (g) prestação de alimentos provisionais ou provisórios. Em relação às medidas voltadas à mulher, o art. 23 estabelece a possibilidade de (a) encaminhamento da ofendida e dos seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento; (b) recondução da ofendida e a de seus dependentes ao domicílio, após afastamento do agressor; (c) afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos; (d) separação de corpos. Conforme indicam as pesquisas, as medidas de proteção são os procedimentos mais solicitados pelas mulheres, demonstrando o acerto legal de sua previsão. (Campos; Carvalho, 2011: 148).

Contudo, apesar da crítica ao modelo androcêntrico empreendida pela Criminologia Feminista propor uma reestruturação na forma de se operar o sistema legislativo, outra tradição do pensamento legal, a Criminologia Crítica, questiona este argumento por parte dos redatores da lei levando em consideração o que os movimentos feministas defenderiam como proteção à mulher e a relação deste conceito com aquele de punição, principalmente levando em conta que, mesmo não apresentando um crime em sua forma tradicional, a lei vai acrescentar artigos e parágrafos a outras leis onde há tipo penal, como, por exemplo, ao Código Penal e à Lei de Execução Penal⁷⁶, admitindo, ainda, a prisão preventiva do(a) agressor(a).

76 As seguintes alterações são feitas no Código Penal e na Lei de Execução Penal:

“Art. 42. O art. 313 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

Art. 313.

IV - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.” (NR)

Art. 43. A alínea f do inciso II do art. 61 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 61.

.....

II -

.....

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

..... ” (NR)

Art. 44. O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 129.

.....

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

.....

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.” (NR)

No Brasil, como em grande parte da América Latina, a Criminologia Crítica foi um tipo de pensamento penal de influência marxista que, no contexto da ditadura civil-militar - ao lado de movimentos sociais e políticos organizados, tal como membros da sociedade civil e intelectuais de outras áreas - tinha como motivação principal a superação da “política criminal autoritária imposta pelo terrorismo de Estado” (Idem: 155). Com o processo de redemocratização e a instauração da Constituição de 1988, ela passa a se guiar principalmente pelo objetivo de “apresentar alternativas ao processo gradual e constante de desintensificação dos níveis de punitividade” (Idem). De fato, a partir dos anos 80 e se intensificando na década de 1990, houve uma ampliação e estímulo à política de encarceramento dentro o corpo legislativo nacional. Esta aderência do Brasil a um sistema punitivista pode ser explicada, principalmente levando em conta a influência que o modelo político-legislativo estadunidense tem exercido sobre o brasileiro desde meados do século XX. Conseqüentemente, quando os EUA intensificam seu modelo punitivista levando a uma ampliação do Estado penal, o Brasil também passa por um processo similar, guardadas as particularidades locais, evidentemente (Batista, 2007).

Como Estado penal entende-se a implantação de um modelo político-legal no qual o Estado funciona a partir de uma hibridez, se afastando das noções clássicas tanto de liberalismo quanto de protecionismo. Seria o que Loïc Vacquant intitulou de “Estado centauro”, que é guiado por uma cabeça liberal e um corpo autoritário, onde é aplicada a doutrina do “laissez-faire” quando o assunto é desigualdade social e economia de mercado, mas, ao mesmo tempo, é um Estado brutalmente punitivo e cada vez mais ancorado na força policial e no aparato legal (Vacquant, 2009). Segundo o autor, neste modelo haveria uma redução dos programas de Estado focados em integração social, como pensado por um modelo de “caridade” (Idem: 42)⁷⁷ e uma expansão de leis que permitem ou facilitam o encarceramento da população miserável. E de fato, no Brasil redemocratizado, o que ocorreu, ao invés de um desejável afastamento da lógica de terrorismo de Estado, foi um endurecimento, por parte da política legislativa no processo de condenação e encarceramento, o que foi sintetizado por Carmem de Campos e Salo de Carvalho da seguinte forma:

Art. 45. O art. 152 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 152.

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.” (NR)” (Brasil, Lei nº 11.340, 2006)

⁷⁷ “Estado de caridade” é o nome crítico que o autor dá ao chamado Estado de bem estar social. Ele opta por intitulá-lo desta maneira por acreditar que este também se trata de um modelo bastante limitado, no qual, “os programas voltados para a população vulnerável sempre foram limitados, fragmentados e isolados das outras atividades do Estado, enformado em uma moralista e moralizante concepção da pobreza como um produto da falha individual do pobre. O princípio que guia a ação pública deste domínio seria não a solidariedade, mas a *compaixão*; seu objetivo não seria o de reforçar laços sociais e muito menos de reduzir desigualdades, mas, no máximo de aliviar a miséria mais gritante e demonstrar simpatia moral aos seus desfavorecidos, ainda que merecedores, membros” (Vacquant, 2009: 42)

(a) criação de novos tipos penais a partir do novo rol de bens jurídicos expressos na Constituição (campo penal); (b) ampliação da *quantidade* de pena privativa de liberdade em inúmeros e distintos delitos (campo penal); (c) sumarização do procedimento penal, com o alargamento das hipóteses de prisão cautelar (prisão preventiva e temporária) e diminuição das possibilidades de fiança (campo processual penal); (d) criação de modalidade de execução penal antecipada, prescindindo o trânsito em julgado da sentença condenatória (campo processual e da execução penal); (e) enrijecimento da *qualidade* do cumprimento da pena, com a ampliação dos prazos para progressão e livramento condicional (campo da execução penal); (f) limitação das possibilidades de extinção da punibilidade com a exasperação dos critérios para indulto, graça, anistia e comutação (campo da execução penal); (g) ampliação dos poderes da administração carcerária para definir o comportamento do apenado, cujos reflexos atingem os incidentes de execução penal (v.g. Lei 10.792/03) (campo penitenciário). (Campos; Carvalho, 2011: 154 - 155)

Neste contexto que a Criminologia Crítica passa a ser o setor do pensamento jurídico que vai se colocar - de forma radical - contra este processo de ampliação do Estado penal, passando conseqüentemente, a interpretar leis como a 11.340/06 (Maria da Penha) como benéficas a este processo, mesmo que dotadas de uma certa roupagem progressista. Maria Lúcia Karam, por exemplo, interpreta que o argumento utilizado pelos grupos feministas que dizem defender a utilização do sistema legal, como hoje configurado, a partir de uma perspectiva de proteção e *não* de punição, não condiz com a própria postura do movimento de, por exemplo, insistir na “solução penal”, agora aplaudindo a Lei 13104/2015, que inutilmente acresce às circunstâncias qualificadoras do homicídio o dito ‘feminicídio’” (Karam, 2015).

Segundo a autora, esta não seria, vale ressaltar, uma particularidade do movimento feminista: desde a década de 1970, mas principalmente a partir da década de 1990, com o “enfraquecimento das utopias” (Karam, 1996), grande parte do pensamento de esquerda deixa de lado a crítica às políticas repressivas do Estado para se apoiar no mecanismo legal para conquistar seus objetivos. A esta nova postura por parte da esquerda a autora dá o nome de esquerda punitiva, que, voltada a resultados imediatos para um dado problema social, inclui em suas plataformas de lutas a reivindicação “da intervenção do sistema penal” (Idem), tentando inverter a lógica tradicional de funcionamento do mesmo. Ou seja, a esquerda punitiva apostaria na possibilidade de que *através* do sistema penal seria possível atingir em massa as classes e grupos sociais privilegiados, “ingenuamente pretendendo que os mesmos mecanismos repressores se dirigissem [...] aos abusos do poder político e do poder econômico” (Idem). Ou seja, retomando o conceito desenvolvido ao longo do primeiro capítulo deste trabalho, esta seria uma forma de crítica reformista que tenta subverter o sistema contra o qual se posiciona a partir de dentro, se aproximando, paradoxalmente, do discurso da direita e se enredando cada vez mais nas relações de poder estabelecidas - e contra as quais se coloca. Ou seja, similar à

proposta de Wendy Brown ao retomar o trabalho de Marx em “Sobre a questão judaica”⁷⁸ (Brown, 2003), a criminologia crítica enxerga a luta destes setores de esquerda como auto sabotadores, já que, em última instância, se baseiam em demandas que apenas fortalecem o poder repressivo do Estado contra as classes e grupos subalternos, aderindo “a um mecanismo eficaz de proteção dos interesses e valores dominantes de sociedades que supostamente deveriam ser transformadas” (Karam, 1997).

No pensamento feminista, mais especificamente, esta postura se reflete em demandas por leis, não apenas de liberação - como a reinvidicação pela descriminalização do aborto e da prostituição - mas também por leis que visam a elevação do estatuto de certos crimes, como é o caso das leis nº 11.340 e nº 13.104 (“Maria da Penha” e “Feminicídio”, respectivamente) que, em última instância, serviriam para a ampliação do Estado penal, principalmente na forma do encarceramento. Um exemplo disso é o estímulo a se dificultar a avaliação dos tipos de violência doméstica no chamado “*campo do menor potencial ofensivo*”, no qual “o sofrimento penal é predominantemente moral (vergonha, interdição da segunda transação etc.) ou patrimonial (prestações pecuniárias, multa etc.)” (Batista, 2007:10). É sobre essa base que a Lei Maria da Penha, por exemplo, será construída:

Quando veda a aplicação do que coloquialmente chama de “*penas de cesta básica*”, bem como de “*prestação pecuniária*” e de multa substitutiva (art. 17), ou quando declara inaplicável a lei no 9.099, de 26.set.95 (art. 41), ou quando eleva a pena máxima da lesão corporal doméstica (para retirar-lhe a condição de menor potencial ofensivo – art. 44), a lei faz uma opção retributivista-aflitiva que recusa o sofrimento penal moral ou patrimonial na sanção dirigida ao autor de delito caracterizável como violência doméstica. (Idem: 11)

Podemos retomar, portanto, ao argumento da perda da dimensão de totalidade do processo social, que se reflete fortemente na relação dos grupos feministas com a produção das leis, onde os grupos sociais que são historicamente prejudicados pelo aparato legal do Estado burguês são desconsiderados; ou seja, as contradições sociais geradas pelo capitalismo - como a dimensão da classe - ou aprofundadas pelo mesmo - como a questão racial - são deixadas de lado para que o foco possa incidir exclusivamente na questão feminina e no duplo moral vítima (mulher)-predador (homem).

Parecendo ter se esquecido das contradições e da divisão da sociedade em classes, não conseguem perceber que, sob o capitalismo, a seleção de que são objeto os autores de condutas conflituosas ou socialmente negativas, definidas como crimes (para que, sendo presos, processados ou condenados, desempenhem o papel de criminosos), naturalmente, terá que obedecer à regra básica de uma tal formação social – a desigualdade na distribuição de bens. Tratando-se de um atributo negativo, o status de criminoso necessariamente deve recair de forma preferencial sobre os membros das classes subalternizadas, da mesma forma que os bens e atributos positivos são preferencialmente distribuídos entre os membros das classes dominantes,

78 Esta discussão está presente no primeiro capítulo desta dissertação, em seu item 1.2, intitulado “Crítica e Feminismo”.

servindo o excepcional sacrifício, representado pela imposição de pena a um ou outro membro das classes dominantes (ou a algum condenado enriquecido e, assim, supostamente poderoso), tão somente para legitimar o sistema penal e melhor ocultar seu papel de instrumento de manutenção e reprodução dos mecanismos de dominação. (Karam, 1997)

No entanto, não é recente, dentre parte do movimento feminista, um afastamento das perspectivas mais amplas quando o assunto são formulações legais. Como mostra, por exemplo, Angela Davis, em *Woman, Race and Class* (1981), historicamente as leis contra estupro e violência sexual, potencializadas pelo movimento feminista, são criadas como um forte componente de dominação de classe e raça, não tendo em vista “uma natureza simbólica e uma função comunicadora de que determinadas condutas não são socialmente aceitáveis ou são publicamente condenáveis” (Karam, 2015). Nos Estados Unidos, por exemplo, as primeiras leis anti-estupro (criadas na década de 1930) tinham como intenção proteger a honra de pais da classe alta, cujas filhas poderiam ser estupradas, raramente atendendo o caso de mulheres pobres violentadas por seus companheiros ou patrões. Por outro lado, as acusações de estupro geralmente recaíam sobre pobres e negros - inocentes ou culpados, criando-se, a partir disso, um mito social do “estuprador negro” (Davis, 1981). Similar a esta análise é aquela já levantada no primeiro capítulo desta dissertação a respeito do feminismo legalista no Brasil com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminista (FBPF), que possibilitou a inclusão da mulher no sistema legislativo nacional, se colocando, no entanto, de forma categórica a favor de uma classe específica, auxiliando até mesmo a perseguição de movimentos feministas que tinham em vista a dimensão da totalidade do processo social, trabalhando, por exemplo, pela alfabetização de crianças desprivilegiadas (Saffioti, 2013).

No entanto, estas práticas não eram, no período, comuns ao pensamento de esquerda, que, por muito tempo - como já desenvolvido no item 1.2 do primeiro capítulo - se colocava contra o modelo legalista (Idem). O que é recente, portanto é que o discurso que se apoia nos mecanismos repressivos do Estado é desenvolvido exatamente pelo feminismo de esquerda, que, mesmo formulando leis de maneira distinta daquela pensada pelo feminismo liberal clássico - tentando dar uma dimensão mais progressista e interseccional a seus projetos - acaba ignorando a experiência histórica do movimento, que deixa claro sobre que grupos sociais o punitivismo recai. Além disso, não se tratando apenas um reflexo da perda da totalidade, este modelo, segundo a Criminologia Crítica, ainda auxiliaria na limitação da luta das próprias mulheres, mesmo quando circunscrita ao plano legal. Isso se dá, por exemplo, no debate acerca do artigo 16 da Lei Maria da Penha⁷⁹, que foi levada ao Supremo Tribunal Federal (Karam, 2015): inicialmente a lei estabelecia que a renúncia à representação legal “em

79 “Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.” (Brasil, 2006)

hipóteses de acusação de prática de crime de lesões corporais leves praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher” (Idem) poderia ser feita apenas perante o juiz em audiência especial - exigência esta inexistente em qualquer outra situação em que “a iniciativa do Ministério Público depende de representação do apontado ofendido, sempre livre para renunciar ou desistir da representação e assim desautorizar a instauração do processo contra o apontado agressor” (Idem).

Com a decisão do STF, comemorada por amplos setores do feminismo, a partir de então tornou-se “incondicionada a iniciativa do Ministério Público no exercício da ação penal” (Idem). Para a Criminologia Feminista, este tipo de decisão é importante pois impede que a ofendida, no caso, a mulher, seja coagida por seu agressor ou agressora de retirar a queixa. Não obstante, a Criminologia Crítica entende que isto se trataria de uma contradição, onde uma lei feita com o objetivo de empoderar a mulher, acaba limitando a sua liberdade de escolha, tornando-a passiva e inferior; renovando o caráter androcêntrico do sistema penal:

Emoldurada por discursos pretensamente voltados para a proclamação da dignidade da mulher, tal decisão do Supremo Tribunal Federal constituiu, na realidade, uma clara reafirmação da supostamente combatida ideologia patriarcal e um exemplo cabal de discriminação contra a mulher. No afã de propiciar, a qualquer custo, condenações de apontados agressores, o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal retirou qualquer possibilidade de protagonismo da mulher no processo, reservando-lhe uma posição passiva e vitimizante; inferiorizando-a; considerando-a incapaz de tomar decisões por si própria; colocando-a em situação de desigualdade com todos os demais ofendidos a quem é garantido o poder de vontade em relação à instauração do processo penal. O pronunciamento do Supremo Tribunal Federal negou à mulher a liberdade de escolha, tratando-a como se coisa fosse, submetida à vontade de agentes do Estado que, tutelando-a, pretendem ditar o que autoritariamente pensam seria o melhor para ela. Difícil encontrar manifestação mais contundente de machismo. (Karam, 2015)

O diálogo estabelecido entre a campanha Chega de Fiu-fiu e o sistema legal, como um todo, não é direto: em nenhuma publicação divulgada por ela ou pelo Think Olga esta pesquisa encontrou alguma exigência pela criação de uma lei ou por uma alteração em uma lei vigente. No entanto, a demanda pela assistência do Estado – demanda, no caso, mal definida e não específica⁸⁰ - como um todo, por parte do movimento, certamente dá abertura para um debate legal acerca do problema do assédio.

Antes mesmo da criação do Mapa Chega de Fiu-fiu, a Folha de São Paulo publicou uma matéria a respeito da repercussão do movimento, dando amplo destaque à supracitada pesquisa desenvolvida por ele (Folha. Teixeira, 2014). Esta matéria é de março de 2014, e foi divulgada um pouco antes da pesquisa do IPEA, debatida no segundo capítulo desta dissertação. Estes dois dados

⁸⁰ Um dos objetivos, por exemplo, do Mapa Chega de Fiu-fiu, é o de fazer um levantamento sobre a natureza e os locais em que ocorrem os assédios mais frequentes e, partindo disso “pressionar também instituições governamentais a olharem com mais atenção para a violência contra a mulher” (Think Olga, 2014).

levaram o jornal, através de seu instituto de pesquisa (o Datafolha) a desenvolver uma investigação que levaria em conta tanto os dados investigados pelo IPEA quanto aqueles investigados pelo Chega de Fiu-fiu, mas tendo como recorte a cidade de São Paulo:

[...] um levantamento por amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados. O universo da pesquisa é composto pela população com 16 anos ou mais da cidade de São Paulo. Nesse levantamento realizado no dia 07 de abril de 2014, foram realizadas 798 entrevistas com margem de erro máxima 4 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. (Datafolha, 2014:4)

As informações obtidas pela pesquisa apontavam, entre outros⁸¹, que 53% das pessoas entrevistadas consideravam que já haviam sofrido algum tipo de assédio, sendo 38% assédio verbal, onde a maior parte deles ocorria em locais públicos. Estes e outros dados coletados pela pesquisa (Anexo V), estimularam a criação de um projeto de lei cujo objetivo é “prevenir e punir o assédio verbal ou físico” (Projeto de Lei do Senado nº 380 de 2015⁸²) através da tipificação do crime de assédio verbal ou físico, acrescentando ao artigo 216-B do Código Penal um texto que previa multa e detenção diante dos seguintes casos de assédio:

- conduta lasciva que consiste no contato corporal, como apalpar, dar tapinha ou roçar a genitália em transportes públicos, elevadores, shows e outros locais públicos ou privados de acesso público, de caráter transitório, contra outra ou outras pessoas;
- conduta lasciva agressiva decorrente da negativa da vítima ou vítimas em aceitar (em) a “cantada” e tal situação evoluir para um segurar firme, agarrar, abraçar, beijar ou tocar partes íntimas do corpo de pessoa ou pessoas (Idem)

O texto do projeto se justifica fazendo referência à pesquisa lançada pelo Datafolha, cujas bases foram aquelas realizadas IPEA e do Chega de Fiu-fiu, como supracitado. Dá-se também destaque principal ao incômodo das brasileiras com as “cantadas” de rua:

Pesquisa realizada pela Data Folha (instituto de pesquisas) em 2014, no estado de São Paulo, apontou que 53% dos paulistanos já sofreram algum tipo de assédio, principalmente as mulheres. Dentre os tipos de assédio foram citados, principalmente, o abuso físico ou verbal, compreendendo 57% das menções. Por outro lado, os assédios mais “brandos” referem-se à forma de tratamento com desrespeito às mulheres. A maioria dos entrevistados, de maneira geral, é contra as “cantadas” que constituem verdadeiras agressões explícitas às mulheres e desejam, assim, a punição dos assediadores. (Idem)

O projeto também faz referência a iniciativas semelhantes que pretendem criminalizar a cantada de rua na Argentina (que ainda está em fase de debate), no Peru e no Chile - onde “as proposições foram convertidas em Leis, e versam sobre crime de assédio sexual nas ruas, no sentido

⁸¹ Alguns resultados da pesquisa encontram-se no Anexo V.

⁸² O texto completo do Projeto de Lei se encontra no Anexo VI.

de punir quem atente, sobretudo, contra a mulher, valendo-se de atos verbais, físicos ou gestuais com conotações sexuais” (Idem). Outros países, vale ressaltar, também aderiram a projetos similares, como é o caso da França – que “criminaliza o assédio em público e pode levar a 2 anos de prisão e a até 30 mil euros de multa” – do Egito – que prevê o encarceramento de 6 meses a 5 anos no caso de cantadas de rua ou de assédio físico – da Índia – que pune com encarceramento de 3 a 7 anos – e a Bélgica – cuja punição se dá através de multa. O Reino Unido também vem discutindo medidas para enrijecer as leis a respeito do assédio, considerando que devem ser encaradas com “a mesma severidade de ameaças terroristas”⁸³.

Apesar do assédio verbal ser tido como crime desde a elaboração do Código Penal, em 1940, o projeto ainda tenta, baseado em alguns destes modelos internacionais, prever multas mais severas, assim como criar a obrigatoriedade do assediador frequentar programas de reabilitação, nos moldes da Lei Maria da Penha. De fato, apesar de prever diretamente um tipo penal, muito desta nova lei se justifica da mesma maneira que a lei 11.340/06: seu objetivo primordial não reside na punição de um agressor, mas na defesa da (o) agredida (o) contra o que seu autor – o senador Davi Alcolumbre – chama de “grotescas e indesejadas ‘cantadas’”, que gerariam “traumas que abalam o emocional e diminui a autoestima, pela vergonha e constrangimento a que são submetidas, verdadeira violência psicológica” (Idem. Grifos meus). Vale, portanto, observar que a lei se baseia numa noção contemporânea de trauma, como visto no item anterior deste mesmo capítulo. Também faz uso da justificativa da violência psicológica que, segundo a análise de Isadora Vier Machado e Miriam Pillar Grossi, seria uma categoria amplamente utilizada desde a implantação da Lei Maria da Penha, cujo objetivo reside exatamente na humanização da lei. No entanto, por se tratar de uma categoria que é, também, dotada de extrema subjetividade, muitas vezes é erroneamente tratada por seus intérpretes – ou seja, policiais, delegados, advogados, promotores e juízes (Machado & Rossi, 2015).

Além da defesa, o projeto também tenta se justificar partindo do argumento de que a criação da lei e a punição, através da multa e da reabilitação – para casos mais brandos – e do encarceramento – para casos severos – serviria para conscientizar o público:

[...] impõe-se que, primeiramente, haja uma sensibilização e conscientização pública a demonstrar que o elogio é diferente de assédio verbal lascivo contra qualquer pessoa, independentemente do gênero, mas que tem sido sistematicamente utilizado contra mulheres no que se “convencionou” chamar de “cantada”. Somente com essa sensibilização e reeducação será possível extirpar da sociedade as grotescas e indesejadas “cantadas” que, não menos raramente, progridem para agressões verbais quando as vítimas rechaçam o agente agressor, constituindo-se, ainda, em perseguições com

⁸³ Dados obtidos através de uma notícia divulgada pelo portal Terra, em junho de 2015. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/multas-por-cantadas-podem-chegar-a-r-160-mil-em-paises,0921213dbaab2a004a6f1224d34948a9wr5kRCRD.html>> . Data de acesso: 13 de dezembro de 2015.

agressões físicas, que somente nesta última condição tem a atenção da autoridade policial (Projeto de Lei do Senado nº 380 de 2015).

Ou seja, apesar de se basear em um argumento de proteção e conscientização, o projeto de lei, por prever um tipo penal, e reconhecer como essencial a atenção das autoridades e da coerção policial, serve, em última instância, para a ampliação do Estado Penal. Toda sua redação, principalmente tendo em vista suas justificativas, reflete diretamente o modelo de Estado centauro (Vacquant, 2009), recorrendo ao recrudescimento da força policial e do aparato legal em defesa, exatamente, da liberdade *individual*.

O que é, por fim, de notável relevância para a argumentação proposta por esta dissertação, é o fato de a maior parte do pensamento feminista dito de esquerda, defender a criação desta lei ou de leis similares, recorrendo ao mesmo argumento de que, quando utilizado de uma forma “positiva”, o aparato legal burguês pode servir para conscientizar e proteger a mulher. A consequência deste argumento é, no entanto, a filiação de movimentos, em tese, esquerdistas, a grupos mais tradicionais e conservadores. Angela Davis mostra que esta prática já era comum desde a década de 1980 nos EUA – país que baseia nosso sistema legal hoje - quando setores ditos progressistas do feminismo se juntavam com grupos conservadores e notadamente racistas para desenvolver leis contra o estupro ou a pornografia que, por um lado, protegiam a liberdade individual da mulher branca da burguesia, mas, por outro, se voltavam em forma de coerção contra toda a população negra, imigrante e/ou trabalhadora (Davis, 1990; 1990b).

O apoio a este projeto de lei é similar: a sua redação foi feita por Davi Alcolumbre, do DEM (partido Democratas), partido de liberal (Democratas, 2007), notadamente voltado aos interesses de uma classe específica, cujos princípios são, dentre outros, o de “reconhecer a livre iniciativa como elemento dinâmico da economia e a empresa privada nacional como agente principal da vida econômica do País”, “postular a modernização permanente das Forças Armadas, como requisito indispensável à defesa da soberania nacional e das instituições democráticas” (Democratas, 2011) e o “fortalecimento do Judiciário” (Democratas, 2011b) . Este processo, marca, portanto, o local ambíguo ocupado pelo pensamento feminista de esquerda na contemporaneidade, no qual a proteção de sua identidade na busca pela liberdade e pela igualdade é atrelada a uma lógica punitivista baseada na noção de opressão e encarceramento, postura esta classicamente defendida pelos grupos políticos mais conservadores contra os quais, originalmente, o movimento feminista se colocava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Deixai-nos sozinhos, sem um livro, e imediatamente ficaremos confusos, vamos perder-nos; não saberemos a quem aderir, a quem nos ater, o que amar e o que odiar, o que respeitar e o que desprezar. ”

Fiódor Dostoiévski, *Memórias do Subsolo*

A investigação proposta neste trabalho partiu, como indicado em sua introdução, de uma questão que pode ser retomada em sua conclusão: “o que significa para intelectuais [e/ou ativistas] feministas trabalhar em uma época pós-revolucionária; após a perda da crença na possibilidade e na viabilidade de uma derrubada radical das relações sociais existentes?” (Brown, 2011b). O modelo de crítica que é hoje tendência dentre a esquerda, no geral, se torna decisivo na resposta a esta pergunta. A perda da perspectiva revolucionária e a não-ascensão de outras formas de pensamento cujas bases residem na abolição do capitalismo, tiveram como consequência primordial a perda da dimensão de futuro: o horizonte de um mundo melhor se perdeu, redirecionando em grande medida as principais tendências do pensamento de esquerda a primar pela reconfiguração, mesmo que parcial, *do aqui e agora*.

No primeiro capítulo desta dissertação foram ressaltadas, brevemente, as teses “Sobre o conceito de história”, de Walter Benjamin. Neste texto o autor propõe que a relação dos grupos oprimidos com o passado seja uma relação de inconformismo radical, a partir do qual a “história dos vencidos” (Löwy, 2005) funcione como uma força para, no presente, interromper o curso da história – que é a história dos vencedores ou opressores – e, então, a partir dessa interrupção, possa ser construída uma nova realidade (Benjamin, 2012). O sofrimento dos oprimidos, neste ponto de vista, remetia necessariamente a uma temporalidade ampla – ou “totalidade do processo histórico” (Idem: 251) – na qual a relação passado-futuro - onde ao passado era reservada uma potencialidade e o futuro era visto como construção – tinha centralidade. Hoje, o sofrimento, ao invés de remeter a um tempo dilatado, pela impossibilidade de vislumbre do futuro, remete necessariamente a um passado insuperável. O fechamento do futuro como possibilidade significa o fechamento do debate político às formas estabelecidas e o fechamento das alternativas de produção de subjetividade às identidades previamente fixadas.

O formato tomado por esta forma de ser, estar e conceber a realidade passa, neste sentido, a sofrer grande mediação do aparato técnico do mercado e do pensamento moral em sua forma vigente, de modo concomitante e indissociável. A compreensão da internet - como configurada hoje em suas bilionárias redes sócio-digitais - como espaço aberto para a luta pela liberdade é um sinal significativo

deste processo. Isto não indica necessariamente uma inocência por parte dos grupos em relação ao grande capital digital, mas sim uma alteração no sentido da liberdade, como conceito e ideia, para os próprios grupos de esquerda. Liberdade, antes, paradigmaticamente, dizia respeito à liberdade coletiva contra todo um sistema que tornava possível a opressão (Davis, 1990; Zetkin, 2009; Brown 2011b) e agora diz respeito à liberdade individual ou de um grupo específico – se trata, paradoxalmente, de uma liberdade coletiva individual - contra um tipo de opressão a ele restrito.

Neste sentido, a perda de noção do todo, para o feminismo, muda completamente sua forma de se posicionar criticamente, não apenas em relação à sociedade, mas também a si mesmo. Se a luta do feminismo de esquerda - em sua maior parte - até a década de 1980 tinha em mente, em grande medida, a tentativa de afirmar a igualdade através da desestabilização das imposições de gênero e sexo feitas à mulher ao longo dos séculos, hoje ela tenta se afirmar exatamente através da diferença, tendo no sexo e no gênero “a chave para a possibilidade de vida, como um meio de distinguir valor, potencial e humanidade em relação aos outros” (Brown, 2011b: 99. Tradução minha); ou ao outro, que se fecha na figura representada pelo *homem*, “produzindo uma crítica da dominação masculina quase sem saída” (Idem: 109). Como a insatisfação, portanto, não é mais direcionada a um sistema complexo de dominação e subjugação, mas a um personagem específico, a produção crítica do feminismo está livre para se associar a outras formas de dominação se elas forem positivas para a melhoria (imediata) das suas condições individuais. A exposição feita ao longo dessa dissertação sobre a ascensão da crítica reformista dentre a esquerda, no geral, e o feminismo, particularmente, foi uma tentativa de demonstrar isso.

O massivo uso do *Facebook* e do *Instagram* na manifestação #eunãomereçoserestuprada serviu como exemplo ao processo aqui indicado: a reapropriação de um discurso combativo pela lógica do espetáculo descomplexifica a questão do estupro, a esvaziando de seu sentido social e a associando a um discurso de empoderamento que se move sobre as bases de um eu-espetacular. Este, apreendido em imagens fotografadas e em uma mensagem simplificada – eu, mulher que me coloco diante de uma câmera, não mereço ser estuprada – forçosamente subtrai o potencial crítico que a demanda ali exposta apresenta e o reduz no formato de fragmentos desconexos que pouco tem a dizer.

Mais do que isso, segundo Benjamin, o aparelho burguês de produção e publicação - e as redes podem e devem entrar nessa categoria, já que a inovam – disponibiliza uma quantidade de temas e debates de contravenção a um sistema estabelecido “sem colocar seriamente em risco sua própria existência e a existência das classes que o controlam” (Benjamin, 2012c: 137). O abastecimento destes meios por parte dos movimentos de esquerda, em geral, e do feminista, em particular, marca a impossibilidade deles se colocarem contrários aos meios já estabelecidos – no caso, às redes sócio-digitais – produzindo não apenas sua própria mensagem, mas também o veículo de sua transmissão.

Isto representa, em última análise, a desvinculação de qualquer função organizadora, tanto da crítica quanto dos destinos do movimento em si, cujas demandas passam a ser postas pelo capital, seja na forma de espetáculo, seja através da sociedade política.

A apropriação espetacular já está presente na própria repercussão midiática que o #eunãomereçoserestuprada obteve e mostrou seus sinais negativos quando a errata do IPEA do o desmobilizou. No entanto, ela se torna mais evidente a partir da análise do caso #ocorpoémeu, quando a tentativa de reascender o então já esquecido debate do movimento anterior se deu na forma de uma peça publicitária. Nela, garotas-propagandas com status de celebridade, cujo interesse, aparentemente, era menos na mensagem e mais no capital de visibilidade, tentavam falar de empoderamento e direito da mulher ao seu próprio corpo da forma mais desligada possível do movimento feminista em si – o que não é nenhuma novidade para o *modus operandi* do pós-feminismo (McRobbie, 2009b).

Já o apoio na sociedade política foi a consequência de outro movimento: o “Chega de Fiu-fiu”. Este, assim como o #PrimeiroAssédio, inicialmente, se apresentou na forma de uma indignação pura (ou moral; ou de massa): um tipo indignação que não pensa e nem dá espaço ao pensamento – ao menos não como a indignação esclarecida -; se trata de uma indignação, fortemente marcada por aspectos morais, exigindo sua satisfação imediata a qualquer custo (Boltanski, 2007). Neste contexto, e com a ausência do processo social do discurso mais amplo, é que ascende a figura do bode expiatório (Idem); ou do predador como uma espécie de “vilão absoluto” – marcado fortemente pela figura moral do preconceituoso (Vaz 2006; 2014; Vaz et al., 2014). A limitação do movimento #PrimeiroAssédio em uma manifestação de indignação moral – como interpretado por esta pesquisa-, onde os polos vítima-preconceituoso são fortemente demarcados e no qual a formação social destes indivíduos é excluída do debate, foi o local privilegiado, ao longo desta dissertação, para compreender este fenômeno.

Vale ressaltar, porém, que, apesar do exame que enxerga esses movimentos como indignações morais ter recaído mais fortemente sobre as duas campanhas do Think Olga (no capítulo terceiro deste trabalho), cabe ainda apontar caminhos para uma outra análise que pense até que ponto o #eunãomereçoserestuprada, que surgiu com uma revolta perante aos dados divulgados pelo IPEA, de fato se formulou como uma indignação esclarecida de teor reformista e não como uma indignação de massa que, neste caso, poderia estar menos baseada nos aspectos morais do discurso proferido – como no caso do #PrimeiroAssédio – e mais influenciada por uma espécie de auto fruição. Seguindo esta linha de pensamento, talvez seja possível até mesmo repensar como a indignação de massa, quando submergida no discurso espetacular, perde em grande medida a possibilidade de se tornar

esclarecida não apenas pelo uso alienado do meio em que é produzida, mas também por se apresentar como uma aparência de indignação e não como uma indignação efetiva – mesmo que o seja.

O esclarecimento, no entanto, é ainda possível, como a exposição da transformação do “Chega de Fiu-fiu” tentou mostrar. A sua conversão de uma indignação moral para uma esclarecida marca fortemente o local da crítica reformista dentro do *modus operandi* do feminismo hoje. E a associação entre grupos de inclinação política divergentes; ou, ainda, a dependência do pensamento político feminista dos aparatos repressivos do Estado – seguindo a lógica da esquerda punitiva – é, em última instância, uma prova de como o esvaziamento dos ideais radicais críticos, e sua consequente limitação ao sistema estabelecido, gera e é gerada pela fragmentação; pela impossibilidade de se enxergar a totalidade dos problemas sociais. Deste modo, a indignação moral, quando transformada em crítica de uma esquerda feminista, cujo objetivo seria o de pensar uma suposta “inclusão igualitária” da mulher na sociedade, acaba se articulando e contribuindo para projetos políticos que, com o véu do discurso de “proteção” e “conscientização”, *fortalecem* instituições que visam a punição e o encarceramento em um sistema político que se nutre da opressão e perpetua a desigualdade – entre os sexos, inclusive.

Em suma, a perda da dimensão da temporalidade ampla, atrelada à reconfiguração moral, acaba, em última instância, levando o feminismo de esquerda, em sua grande parte, a depender de estratégias de atuação atreladas, por um lado, aos tipos contemporâneos de mercantilização e, por outro, aos aparatos repressivos do estado. Sendo assim, a luta pela liberdade mostra sua faceta mais violenta quando é associada à exploração e alienação - alimentando e dando forma aos novos meios de produção capitalistas - e à repressão – colaborando para a expansão do Estado penal.

No entanto, não cabe, perante este cenário, recorrer a uma postura conservadora ou regressiva. Questionar as novas mídias como espaços limitadores do discurso não é, de forma alguma, colocar em questão a mídia em si, ou se entregar a uma nostalgia dos tempos nos quais o acesso ao discurso feminista era limitado e escasso. A questão deve incidir sobre o *uso* do meio digital que forçosamente limita a produção crítica. Repensar a forma de se fazer política na web e, mais ainda, de se fazer a própria web, seria um provável caminho para tornar possível esta utopia do espaço livre e aberto para o florescimento de críticas políticas sejam, de fato, efetivas na luta pela liberdade (coletiva, não individual). O que falta, portanto, é inserir o pensamento no meio digital, de modo a despi-lo da ilusão de que o mero ato de se manifestar compulsivamente contra o estado presente de algo vai levar a uma alteração radical de uma dada realidade.

Talvez esta proposta seja válida para pensar não apenas o uso internet, mas a esquerda, no geral. O estudo das tendências do feminismo hoje mostra precisamente que a falta de visão de totalidade do processo social e histórico, que se reflete majoritariamente na moralização do discurso refletida

na polarização entre vítima-preconceituoso - fórmula da qual está ausente qualquer compreensão de opressão -, é reflexo também de uma não-inclusão do pensamento na ação política. Isto se torna ainda mais evidente quando as manifestações se limitam a uma indignação moral ou quando se esclarecem através de uma crítica incoerente que, para combater a intolerância, recorre à coerção.

O outro lado da moeda desta atuação política é a produção intelectual feminista, que é circunstanciada, por um lado, pela morte das utopias (Brown, 2011c) e, por outro, pela reconfiguração moral que tolhe a possibilidade de criticar o movimento – já que qualquer crítica não é mais recebida como uma forma de construção, mas sim como uma imposição de silêncio (Vaz et al., 2014). Deste modo, a própria tendência dentro a produção acadêmica feminista é, quando não a de recorrer a uma empiria pura desprovida de crítica (Brown, 2011c), a de se centralizar na identidade, marcada pelo sexo e pelo gênero, como forma primordial de afirmação política (Brown, 2011b; Butler, 2015).

À questão colocada por Brown, na introdução deste trabalho, cabem, portanto, duas respostas: a primeira, que é a que esta dissertação tentou elaborar, tem em vista respondê-la a partir da atuação do feminismo hoje e dos limites que a falta de horizontes de um mundo melhor impõe a ele. A segunda, por sua vez, diz respeito ao que o feminismo – e, a esquerda, no geral – pode e deve fazer perante esta nova forma de ver o mundo. Aqui, portanto, caberia, propor que o local do feminismo perante esta falta de perspectiva mais ampla não seria de se focar em políticas identitárias e sim de reinserir o pensamento em sua produção teórica e prática. Sendo assim, é oportuno responder Brown (2011b) com uma frase da própria autora: “talvez este seja um momento para pensar” (Brown, 2011c: 135).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos científicos

ADORNO, T. “Mediação”. In.: _____. *Introdução à Sociologia da música: doze preleções teóricas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ALVES, G. “Ocupar Wall Street... e depois? ”. In.: HARVEY, D.et al. *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.

ANDERSON, P. *A crise do marxismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ANDRADE, J. et al. “Boca-a-boca eletrônico: explorando e integrando conceitos de marketing viral, buzz marketing e word-of-mouth”. *Anais do Encontro de Marketing da ANPAD*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, maio, 2006.

ARANTES, P. “O futuro que passou”: entrevista [22 de junho de 2013]. São Paulo: *O Estado de São Paulo*. Entrevista concedida à Ivan Marsiglia. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,o-futuro-que-passou,1045705>>. Acesso: 16 de janeiro de 2015.

BARBROOK, R. *Futuros Imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global*. São Paulo: Peirópolis,2009.

BATISTA, N. “Só Carolina não viu - violência doméstica e políticas criminais no Brasil”. In: Mello, A. R. (Org.). *Comentários à Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editores, 2007

BEAUVOIR, S. *La Femme indépendante*. Paris: Éditions Gallimard, 2008.

BENJAMIN, W. “Sobre o conceito de história.” In.: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras Escolhidas v.1)*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. “Experiência e pobreza”. In.: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras Escolhidas v.1)*. São Paulo: Brasiliense, 2012b.

_____. “O autor como produtor”. In.: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras Escolhidas v.1)*. São Paulo: Brasiliense, 2012c.

BENSAÏD, D. *Trotskismos*. Lisboa: Edições Combate, 2007.

- BENTES, I. “Redes colaborativas e o pensamento P2P: a dobra brasileira”. *P2P & inov.* Rio de Janeiro, RJ, v. 1 n. 1, set. /dez. 2014
- BENTES, I. et al. “Midialivristas, Uni-vos! ”. *Lugar Comum (UFRJ)*, v. 25-26, p. 137-141, 2008.
- BEZERRA, M. “Lei Maria da Penha e a mudança da representação da mulher no *funk*: reflexos do avanço na igualdade de gêneros no Brasil”. *Derecho y Cambio Social*. 2015.
- BOLTANSKI, L. *La souffrance à distance*. Paris: Gallimard, 2007.
- _____. *On Critique: a sociology of emancipation*. Cambridge: Polity Press, 2011.
- _____. “Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária”. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v.03.06: 441 - 463. Nov., 2013.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, È. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOORSTIN, D.J. *The image: A guide to pseudo-events in America*. Nova York: Vintage Books, 1992.
- BOTELHO, A. “Público e privado no pensamento social brasileiro”. In.: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. (Org.). *Cidadania, um projeto em construção: minoria, justiça e direitos*. São Paulo: Claro enigma, 2012.
- BRAGANÇA, J.S. “Sexualidade feminina: a mulher por ela mesma no movimento *funk* carioca”. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2013.
- BROWN, W. “Lo que se pierde con los derechos”. In.: BROWN, W.; WILLIAMS, P. *La crítica de los derechos*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2003.
- _____. “Untimeliness and Punctuality: Critical Theory in Dark Times”. In.: _____. *Edegework: critical essays on knowledge and politics*. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2011.
- _____. “Feminism unbound: revolution, mournig, politics” In.: _____. *Edegework: critical essays on knowledge and politics*. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2011b.
- _____. “The impossibility of woman’s study”. In.: _____. *Edegework: critical essays on knowledge and politics*. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2011c.
- _____. “Freedom’s silence”. In.: _____. *Edegework: critical essays on knowledge and politics*. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2011d.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPANELLA, B. “Celebridade, engajamento humanitário e a formação do capital solidário”. *Revista FAMECOS* (Online), v. 21, p. 721-741, 2014.

CAMPOS, C. H.; CARVALHO, S. “Tensões Atuais entre a Criminologia Feminista e a Criminologia Crítica: a experiência brasileira”. In: CAMPOS, C. H. (Org.). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CARVALHO, J.M. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARNEIRO, H. S. “Rebeliões e ocupações de 2011”. In.: _____. HARVEY, D. et al. *Ocupa: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.

CARUTH, C. *Unclaimed*. Londres: The John Hopkins University Press, 1996.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, M. et al. “Estudo das configurações de um garoto-propaganda”. *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2007

COUTINHO, C.N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. “Notas ao texto”. In.: _____ (Org.). *O Leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CYFER, I. “Afiml, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista”. *Lua Nova*. n94. São Paulo, abr., 2015.

DANTAS, M. “Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo”. *Lua Nova*. n60. São Paulo, 2003.

_____. “Milionários nada por acaso: Capital rentista e apropriação do trabalho artístico nas redes do espetáculo”. *Revista Epitíc online*. Vol. XIII. n2. Ago., 2011.

_____. “Mais-valia 2.0: Produção e apropriação de valor nas redes do capital”. *Revista Eptic online*. Vol.16 n.2. p 89-112. mai-ago, 2014.

_____. “Para enfrentar a direita, só os “jacobinos” (mas onde estão eles?) ”. *O Palheiro*. Jan, 2015. Disponível em: < <http://www.opalheiro.com.br/para-enfrentar-a-direita-so-os-jacobinos-mas-onde-estao-eles/> >. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

DANTAS, M.; et al. “Trabalho gratuito nas redes: de como o ativismo de 99% pode gerar ainda mais lucros para 1%”. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 22-43, maio 2014.

DAVIS, A. “Rape, racism and the myth of black rapist”. In: _____. *Woman, Race & Class*. Nova Iorque: Vintage Books, 1981.

_____. “Let us all rise together: radical perspectives on empowerment for african-american woman”. In.: _____. *Woman, Culture & Politics*. Nova Iorque: Vintage Books, 1990.

_____. “Women in the 1980’s: setbacks and victories”. In.: _____. *Woman, Culture & Politics*. Nova Iorque: Vintage Books, 1990b.

DAVIS, M. “Chega de Chiclete”. In. HARVEY, D. et al. *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.

DEBORD, G. “Advertência da edição francesa”. In.: _____.: *Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997b.

_____. “Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo”. In.: _____.: *Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. “A sociedade do espetáculo”. In.: _____.: *Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997c.

DELEUZE, G. “*Post-scriptum* sobre as sociedades de controle”. In.: _____.: *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FERREIRA JUNIOR, L.F. *Lugar de vítima: uma análise da campanha virtual “Eu não mereço ser estuprada” e o propósito de colocar-se como vítima*. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Habilitação Publicidade e Propaganda. Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, N.P. & MOTTA, M.A. *Histeria: o caso Dora*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2014.

FONTENELLE, I. *O nome da marca*. São Paulo: Boitempo, 2002.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. “Qu’est-ce que la critique? [Critique et Aufklärung]”. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*. abr/jun, 1990.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1974-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. *Os Anormais*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. “Soberania e disciplina”. In.: _____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012.

_____. “Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze”. In.: _____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012b.

_____. “Sexualidade e poder.”. In.: _____. *Ditos e escritos, volume V: ética. sexualidade. política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012c.

FREIRE FILHO, J.; LANA, L. “Pacto de Visibilidade: Mídia, Celebidades e Humilhação”. *Revista Contracampo*. v. 30, n. 2, ed. agosto-novembro. Ano 2014. Niterói: Contracampo, 2014. Págs.: 4-23.

FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira: Volume VII*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUCHS, C. *Class and exploitation on the Internet*. In.: SCHOLZ, T. (org.) *Digital Labor: The Internet as playground and factory*. Nova Iorque: Routledge, 2013. p 211-223.

GILL, R. *Gender and the Media*. Malde, MA: Polity Press, 2007.

GRAMSCI, A. “O partido comunista”. In.: COUTINHO, C.N. (Org.). *O Leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRIPP, P.; PIPPI, J. “O prazer feminino em discurso: uma análise da presença de ideais feministas em músicas do gênero funk”. *Anais do XXIX Congresso Latinoamericano de Sociología – ALAS*. Chile, 2013.

- HACKING, I. “The making and molding of child abuse”. *Critical Inquiry*. Vol. 17, No. 2. Chicago Press: 1991.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HEGEL, G.W.F. “O saber absoluto”. In.: _____. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2013.
- HUNT, L. *Inventing Human Rights*. Nova Iorque: Norton & Company, 2008.
- JAPPE, A. *Guy Debord*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- KARAM, M.L. “A Esquerda Punitiva”. *Revista discursos sediciosos – crime, direito e sociedade*. Relume-Dumará. Rio de Janeiro, no 1, ano 1, 1996. Disponível em: < <http://emporiododireito.com.br/a-esquerda-punitiva-por-maria-lucia-karam/> > Acesso em: 22 de setembro de 2015.
- _____. “Os paradoxais desejos punitivos de ativistas e movimentos feministas”. *Blog da Boitempo*, ago. /2015. Disponível em: < <http://blogdaboitempo.com.br/2015/08/17/os-paradoxais-desejos-punitivos-de-ativistas-e-movimentos-feministas/> >. Acesso em: 22 de setembro de 2015.
- KRACAUER, S. “A fotografia”. In.: _____. *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- KOLLONTAI, A. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. São Paulo: Editora Global, 1978.
- LABIC. PERDIGÃO, L. “#PrimeiroAssédio: uma breve análise sobre relatos e feminismo na rede”. Novembro, 2015. Disponível em: < <http://www.labic.net/blog/primeiroassedio-uma-breve-analise-sobre-relatos-e-feminismo-na-rede/> >. Data de acesso: 12 de novembro de 2015.
- LACAN, J. *O Seminário - Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1988.
- LANA, L. *Personagens públicas na mídia, personagens públicas em nós: experiências contemporâneas nas trajetórias de Gisele Bündchen e Luciana Gimenez* [manuscrito]. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2012.
- LEVI, P. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

- LEYS, R. *Trauma: a genealogy*. Londres: University of Chicago Press, 2000.
- _____. *From guilt to shame: Auschwitz and After*. Nova Jersey: Pinceton University Press, 2007.
- LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MACHADO, I.; ROSSI, M. "Da dor no corpo à dor na alma: o conceito de violências psicológicas na Lei Maria da Penha". In.: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(2): 352, maio-agosto/2015.
- MCROBBIE, A. "Introduction: In exchange of feminism" In.: *The aftermath of feminism: gender, culture and social change*. London: Sage, 2009.
- _____. "Post-feminism and popular culture". In.: *The aftermath of feminism: gender, culture and social change*. London: Sage, 2009b.
- MAGALHÃES, B. et al. "Chega de Fiu Fiu: ciberfeminismo contra o assédio sexual". *Anais do 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede*. Santa Maria, maio/2015.
- MARCUSE, H. *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MARICATO, E. "É a questão urbana, estúpido!" In.: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- MERKEL, E.; RICHARDSON, R. “Digital dating and virtual relating: Conceptualizing computer mediated romantic relationships”. *Family Relations*, 49, 2000. 187-192.
- MIGUEL, L.F; BIROLI, F. “Teoria política feminista, hoje”. In.: _____. (Org.) *Teoria Política Feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.
- NANNI, H. C.; CAÑETE, K.V. S. “A Importância das Redes Sociais como Vantagem Competitiva nos Negócios Corporativos”. *CONVIBRA - Congresso Virtual Brasileiro*, 2010.
- OKIN, S. “O multiculturalismo é ruim para as mulheres? ”. In.: MIGUEL, L.F; BIROLI, F. (Org.) *Teoria Política Feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.
- PLATÃO. *O mito da caverna*. Edipro, 2015.
- PONTE, D. “O modelo fordista e as funções sociais da comunicação”. *Revista Eptic*. Vol. 17, nº 1, janeiro-abril 2015.
- RAMOS, M.F. *Os impasses da sexualidade feminina na obra de Freud* [manuscrito]. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Coordenação de Pós-Graduação em Psicologia. Mestrado em Psicologia. Curitiba, 2013.
- REIS, E. “Equality, inequality and difference”. *New Cultural Frontiers*. 2, 2011.
- RIDENTI, M. “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo”. *Tempo Social; Rev, Sociol, USP, S. Paulo*, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.
- ROSS, A. “In search of the lost paycheck”. In.: SCHOLZ, T. (Org.). *Digital Labor: The Internet as a playground and factory*. Nova Iorque: Routledge, 2013.
- RUDGE, A.M. *Trauma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2009.
- SAFFIOTI, H. *A Mulher na Sociedade de Classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTIAGO, H. “A adoção do Funk como expressão de subversão da sexualidade na cena gay da Zona Sul carioca”. *Anais do VI Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação – UERJ | UFF | UFRJ | PUC-RIO | Fiocruz*. Outubro/2013.
- SARTI, C. “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004

- SECCO, L. “As Jornadas de Junho”. In.: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- SIBILIA, P. *O Show do Eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SINGER, A. “Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas”. *Novos Estudos - CEBRAP*. n97. São Paulo: novembro, 2013.
- SLOTERDIJK, P. *Temperamentos filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- SONTAG, S. “Na caverna de Platão”. In.: _____. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. “O mundo-imagem”. In.: _____. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004b.
- _____. “Fotografia: uma pequena suma”. In. _____. *Ao mesmo tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SPINELLI, M. “O conceito epicurista de kritêrion vinculado ao de enargeías e kanôn”. *Kriterion*. Belo Horizonte. n125: 59-80. Jun, 2012.
- TAYLOR, C. *A Secular Age*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- TOFFLER, A. *O Choque do Futuro*. Rio de Janeiro: Record, 1970.
- VACQUANT, L. *Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity*. Durham: Duke University Press, 2009.
- VAZ, P. *Um pensamento infame*. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA., 1992.
- _____. “Corpo e Risco”. *Forum media. Viseu*. v.1. n.1. 1999.
- _____. “As esperanças democráticas e a evolução da internet”. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre. no 24. Julho 2004. 125-139.
- _____. “Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea”. *XXIII Encontro Anual da Compôs*. Belém. Maio, 2014.
- VAZ, P. et al. “A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime”. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre. Nº 30. Agosto 2006.

_____. “Testemunho e subjetividade contemporânea: narrativas de vítimas de estupro e a construção social da inocência”. *Lumina*. v.8, n.2. 2014.

VIANA, S. *Rituais de sofrimento*. São Paulo: Boitempo, 2012

ZETKIN, C. “Lênin e o Movimento Feminino”. In.: KOLONTAI, A; ZETKIN, C. *A Revolução Sexual e a Revolução Socialista*. São João del-Rei: Estudos Vermelhos, 2009.

ŽIŽEK, S. *Bem-vindo ao deserto do real!* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. “Problemas no Paraíso”. In.: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

Sites, arquivos digitais e demais referências

AFRICA. *About*. Disponível em: < <http://africa.com.br/about/> >. Acesso em: 16 de outubro de 2015.

AGÊNCIA PATRICIA GALVÃO. *Ativistas da Marcha das Vadias no RJ vêm sofrendo ameaças de violência e assassinato*. Ago., 2013. Disponível em: < <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/ativistas-da-marcha-das-vadias-sao-ameacadas-de-morte/> >. Data de acesso: 20 de agosto de 2015.

BAND. MASTER CHEF JÚNIOR. *Concorrentes: Valentina*. 2015. Disponível em: < <http://entretenimento.band.uol.com.br/masterchef/junior/2015/concorrentes/valentina.html> >. Acesso em: 15 de dezembro de 2015.

BRASIL, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Casa Civil*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm >. Data de acesso: 22 de setembro de 2015.

_____. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2013. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº-2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras

providências. *Casa Civil*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm >. Data de acesso: 28 de outubro de 2015.

_____. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Casa Civil*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm > último acesso em: 09 de julho de 2015.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. *A apresentação de Beyoncé no VMA foi o momento feminista que eu estava esperando*. 2014. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/09/a-apresentacao-de-beyonce-no-vm-foi-o-momento-feminista-que-eu-estava-esperando/>>. Recuperado em 12 de março de 2015.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS; CARDOSO, B. *Funk e Feminismo*. Ago., 2014. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/08/funk-e-feminismo/>>.Data de acesso: 23 de novembro de 2015.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS; GOMES, S. *Sobre machismos e porcentagens*. Abr, 2014. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2014/04/sobre-machismos-e-porcentagens/> >. Data de acesso: 22 de agosto de 2015.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS; OLIVEIRA, J.; GOMES, C. *26% ou 65%, o que isso significa para o feminismo? O que isso significa para o ativismo?* Abr, 2014. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/04/26-ou-65-o-que-isso-significa-para-o-feminismo-o-que-isso-significa-para-o-ativismo/> >. Data de acesso: 22 de agosto de 2015.

CAPRICHIO. OTTO, I. *16 vezes que Pitty deu uma aula de feminismo no Twitter*. Abr, 2015. Disponível em: < <http://capricho.abril.com.br/vida-real/16-vezes-pitty-deu-aula-feminismo-twitter-852701.shtml> >. Data de acesso: 18 de outubro de 2015.

CELEGRAM; AZEVEDO, B. *Famosas apoiam a campanha “Eu não mereço ser estuprada” em redes sociais*. Mar, 2014. Disponível em: < <http://celegram.com.br/famosas-apoiam-a-campanha-eu-nao-mereco-ser-estuprada-em-redes-sociais/> >. Data de acesso: 20 de agosto de 2015.

CHEGA DE FIU FIU. *Página inicial*. Disponível em: < <http://chegadefiufiu.com.br/> >. Data de acesso: 12 de dezembro de 2015.

DATAFOLHA. *Termômetro Paulistano* - assédio sexual contra as mulheres: Projeto PO813740. 07 de abril de 2014.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Folder Chega de Fiu Fiu*. 2014. Disponível em: < https://scontent-mia1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xft1/v/t1.0-9/s720x720/10731193_1505974623007274_783575350302130685_n.jpg?oh=4c013c8f23195ed97668442160a922db&oe=5708768F > . Data de acesso: 12 de dezembro de 2015.

DEMOCRATAS. *Estatuto*. Brasília: 12 de dezembro de 2007.

_____. *Princípios dos Democratas*. 2011. Disponível em: < <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Principios-do-Democratas.pdf> >. Data de acesso: 13 de dezembro de 2015.

_____. *Diretrizes dos Democratas (D25)*. 2011b. Disponível em: < <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Diretrizes1.pdf> >. Data de acesso: 13 de dezembro de 2015.

EGO. *Solteira, Fiorella Mattheis compartilha foto na Argentina e mostra boa forma*. Set, 2014. Disponível em: < <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/09/solteira-fiorella-mattheis-compartilha-foto-na-argentina-na-web.html> >. Data de acesso: 18 de outubro de 2015.

_____. *Giovanna Ewbank e Bruno Gagliasso posam encasacados para campanha*. Mai, 2014b. Disponível em: < <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/05/giovanna-ewbank-e-bruno-gagliasso-posam-encasacados-para-campanha.html> >. Data de acesso: 18 de outubro de 2015.

_____. *Giovanna Ewbank posa sensual de shortinho*. Ago., 2014c. Disponível em: < <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/08/giovanna-ewbank-posa-sensual-de-shortinho.html> >. Data de acesso: 19 de outubro de 2015.

_____. *Sexy, Giovanna Ewbank mostra novas fotos de ensaio fotográfico*. Jun, 2014d. Disponível em: < <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/06/sexy-giovanna-ewbank-mostra-novas-fotos-do-seu-ensaio-de-lingerie.html> >. Data de acesso: 19 de outubro de 2015.

_____. *Giovanna Ewbank mostra corpo magrinho em dia de ioga ao ar livre*. Jun, 2014e. Disponível em: < <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/06/giovanna-ewbank-mostra-corpo-magrinho-em-dia-de-ioga-ao-ar-livre.html> >. Data de acesso: 19 de outubro de 2015.

_____. *Com a barriga sarada, Giovanna Ewbank posta foto pós-treino*. Mai, 2014f. Disponível em: < <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/05/com-barriga-sarada-giovanna-ewbank-posta-foto-pos-treino.html> >. Data de acesso: 19 de outubro de 2015.

_____. *Gagliasso posta foto de Giovanna Ewbank e seguidores apontam estrias*. Dez, 2014g. Disponível em: < <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/12/bruno-gagliasso-posta-foto-sensual-da-mulher-giovanna-ewbank.html> >. Data de acesso: 19 de outubro de 2015.

_____. *Fiorella Mattheis exhibe barriga seca em selfie no banheiro*. Jun, 2014h.

_____. *Famosas posam com gatos de estimação em campanha solidária*. Set, 2014i. Disponível em: < <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/09/famosas-posam-com-gatos-de-estimacao-em-campanha-solidaria.html> >. Data de acesso: 18 de outubro de 2015.

_____. *Que turma! Marco Pigossi, Fernanda Paes Leme e mais jantam juntos*. Set, 2014j. Disponível em: < <http://ego.globo.com/noite/noticia/2014/09/que-turma-marco-pigossi-fernanda-paes-leme-e-mais-jantam-juntos.html> >. Data de acesso: 18 de outubro de 2015.

_____. *Samara Felippo e Leandrino tentam acordo sobre as filhas na Justiça*. Abr, 2014k. Disponível em: < <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/04/samara-felippo-e-leandrino-tentam-acordo-sobre-filhas-da-justica.html> >. Data de acesso: 20 de outubro de 2015.

_____. *Samara Felippo curte parque aquático com as filhas*. Mai, 2014l. Disponível em: < <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/05/samara-felippo-curte-parque-aquatico-com-filhas.html> >. Data de acesso: 20 de outubro de 2015.

_____. *Samara Felippo chora no casório de Fê Souza: 'Maquiagem toda borrada'*. Fev., 2015. Disponível em: < <http://ego.globo.com/casamento/noticia/2015/02/samara-felippo-chora-no-casorio-de-fe-souza-maquiagem-toda-borrada.html> >. Data de acesso: 18 de outubro de 2015.

_____. *Amigos famosos vão a casamento de Fernanda Souza e Thiaguinho*. Fev., 2015b. Disponível em: < <http://ego.globo.com/casamento/noticia/2015/02/amigos-famosos-vaio-casamento-de-fernanda-souza-e-thiaguinho.html> >. Data de acesso: 25 de outubro de 2015.

_____. *De lingerie, Ewbank protesta: 'Violência contra a mulher é crime'*. Abr, 2015b. Disponível em: < <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2015/04/giovanna-ewbank-posa-de-lingerie-para-protestar-contraviolencia.html> >. Data de acesso: 27 de outubro de 2015.

ÉPOCA. HUECK, K. *As cantadas ofendem*. Set, 2013. Disponível em: < <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2013/09/cantadas-bofendemb.html> >. Data de acesso: 12 de dezembro de 2015.

ÉPOCA. LAZZERI, T. *Cantadas fora de lugar*. Set, 2013. Disponível em: < <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2013/09/bcantadasb-fora-de-lugar.html> >. Data de acesso: 12 de dezembro de 2015.

ÉPOCA. OLIVEIRA, G; KORTE, J.; SPINACÉ, M. *Nem elas nem ninguém merece...* Abr, 2015. Disponível em: < <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/04/nem-elas-nem-bninguem-mereceb.html>>. Data de acesso: 25 de outubro de 2015.

ESCREVA, LOLA, ESCREVA. ARONOVICH, L. *As declarações feministas de Valesca Popozuda*. Jun, 2012. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/06/as-declaracoes-feministas-de-valesca.html>>. Data de acesso: 23 de novembro de 2015.

_____. *Reações exultantes: há erros na pesquisa do IPEA*. Abr, 2014. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/04/reacas-exultantes-ha-um-erro-na.html>>. Data de acesso: 22 de agosto de 2015.

_____. *Lutar ou negar: as reações à pesquisa do IPEA*. Mar, 2014B. Disponível em: < <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/03/lutar-ou-negar-as-reacoes-pesquisa-do.html> >. Data de acesso: 25 de outubro de 2015.

_____. *Pesquisa mostra que falta muito pro feminismo se tornar obsoleto*. Mar, 2014c. Disponível em: < <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/03/pesquisa-mostra-que-falta-muito-pro.html>> Data de acesso: 25 de outubro de 2015.

_____. *Escreva Lola Escreva*. 2014. Disponível em: < <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/>>. Data de acesso: 30 de outubro de 2015.

ESCREVA, LOLA, ESCREVA. QUEIROZ, N. *Guest post: O adorável humor dos brasileiros*. Mai, 2014. Disponível em: < <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/05/guest-post-o-adoravel-humor-dos.html> >. Data de acesso: 25 de outubro de 2015.

EXTRA. *Geisy Arruda entra na onda de Valesca Popozuda e protesta de topless: 'não mereço ser estuprada*. Mar, 2014. Disponível em: < <http://extra.globo.com/famosos/geisy-arruda-entra-na-onda-de-valesca-popozuda-protesta-de-topless-nao-mereco-ser-estuprada-12042975.html> >. Data e acesso: 27 de outubro de 2015.

_____. *Nua, Valesca Popozuda usa rede social para protestar contra estupro*. Mar, 2014. Disponível em: < <http://extra.globo.com/tv-e-lazer/nua-valesca-popozuda-usa-rede-social-paraprotestar-contra-estupro-12037251.html>>. Data de acesso: 25 de agosto de 2015.

FACEBOOK. *Valesca feminista*. Disponível em: < <https://www.facebook.com/valescafeminista/?fref=ts> >. Data de acesso: 30 de outubro de 2015.

FACEBOOK. THINK OLGA. *CHEGA DE FIU FIU: resposta nossa pesquisa*. Disponível em: < <https://www.facebook.com/thinkolga/photos/pb.289405207861674.-2207520000.1450927150./332902776845250/?type=3&theater> > Data de acesso: 12 de dezembro de 2015.

FGV CPDOC. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Carlota Pereira de Queiroz. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlota_pereira_de_queiros > Data de acesso: 12 de junho de 2015.

FOLHA. TEIXEIRA, R. *Mulheres se impõe contra cantadas de rua e criam grupo para entender feminismo*. Mar, 2014. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/03/1422112-mulheres-se-impoem-contras-cantadas-de-rua-e-criam-grupos-para-entender-feminismo.shtml> >. Data de acesso: 13 de dezembro de 2015.

G1. *Lei 'Carolina Dieckmann', que pune invasão de PCs, entra em vigor*. Abr, 2013. Disponível em: < <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/04/lei-carolina-dieckmann-que-pune-invasao-de-pcs-passa-valer-amanha.html> >. Data de acesso: 28 de outubro de 2015.

GLOBO TV. ALTAS HORAS. *Nana Queiroz comenta como surgiu a ideia de uma campanha contra o abuso*. Abr, 2014. Disponível em: < <http://globo.com/rede-globo/altas-horas/v/nana-queiroz-comenta-como-surgiu-a-ideia-de-uma-campanha-contras-o-abuso/3263399/> >. Data de acesso: 20 de agosto de 2015.

GLOBO TV. ENCONTRO COM FÁTIMA BERNARDES. *Nana Queiroz luta contra aceitação do estupro e sofre ameaças*. Abr, 2014. Disponível em: < <http://globo.com/rede-globo/encontro-com-fatima-bernardes/v/nana-queiroz-luta-contras-aceitacao-do-estupro-e-sofre-ameacas/3252580/> >. Data de acesso: 20 de agosto de 2015.

GRUPO ABC. *Nossos serviços*. Disponível em: < http://www.grupoabc.com/default/pt_BR/o-que-fazemos >. Data de acesso: 16 de outubro de 2015.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. *Quem somos*. Disponível em: < <http://www.institutomariadapenha.org.br/index.php/quemsomos> >. Data de acesso: 22 de setembro de 2015.

INSTITUTOMARIADAPENHA. INSTAGRAM. *Página inicial*. Disponível em: < <https://instagram.com/institutomariadapenha/> >. Data de acesso: 16 de outubro de 2015.

IPEA. GARCIA, L.P.; FREITAS, L.R.S.; SILVA, G. D. M.; HÖFELMANN, D.A. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. 2014. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf > Data de acesso: 20 de agosto de 2015.

IPEA. OSÓRIO, R., FONTOURA, N. *Errata da pesquisa "Tolerância social à violência contra as mulheres"*. Abr, 2014. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971>. Data de acesso: 20 de agosto de 2015.

NA TELINHA. *Famosas entram no protesto "Eu não mereço ser estuprada"; confira*. Mar, 2014. Disponível em: < <http://natelinha.ne10.uol.com.br/celebridades/2014/03/31/famosas-entram-no-protesto-eu-nao-mereco-ser-estuprada-confira-73376.php> > Data de acesso: 20 de agosto de 2015.

O GLOBO. OLIVEIRA, R.; VASCONCELLOS, F. *Manifestantes quebram imagens sacras na Praia de Copacabana*. Jul., 2013. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/manifestantes-quebram-imagens-sacras-na-praia-de-copacabana-9220356>>.

PLANO FEMININO. PASSARELLI, A.P. *Campanhas que estamos torcendo para ganhar no Cannes Lions 2015*. Jun, 2015. Disponível em: < <http://planofeminino.com.br/campanhas-que-estamos-torcendo-para-ganhar-no-cannes-lions-2015/> > Data de acesso: 16 de outubro de 2015.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380 DE 2015. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de assédio verbal ou físico. Sala das Sessões, 17 de junho de 2015. Senador Davi Alcolumbre. Disponível em: < <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=169392&tp=1> >. Data de acesso: 13 de dezembro de 2015.

QUEM ONLINE. *Fernanda Souza exhibe abdômen sarada por uma boa causa*. Abr, 2015. Disponível em: < <http://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2015/04/fernanda-souza-exibe-abdomensarada-por-uma-causa.html>>. Data de acesso: 25 de agosto de 2015.

_____. *Confira 5 lições de saúde da nutricionista de Fernanda Souza e Thiaguinho*. Jul., 2015b. Disponível em: < <http://revistaquem.globo.com/QUEM-Saude/noticia/2015/07/confira-5-licoes-desau-de-da-nutricionista-de-fernanda-souza-e-thiaguinho.html>>. Data de acesso: 25 de agosto de 2015.

UOL NOTÍCIAS. *Campanha "não mereço ser estuprada" bomba na internet*. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/album/2014/03/29/campanha-nao-mereco-ser-estuprada.htm#fotoNav=1>> Data de acesso: 20 de agosto de 2015.

REDAÇÃO MARIE CLAIRE. *"O bumbum ficou mais arrebitado", diz Fernanda Souza sobre técnica que tonificou seu corpo em casa*. Jun, 2015. Disponível em: < <http://revistamarieclaire.globo.com/Celebridades/noticia/2015/06/o-bumbum-ficou-mais-arrebitado-diz-fernanda-souza-sobre-tecnica-que-tonificou-seu-corpo-em-casa.html>>. Data de acesso: 25 de agosto de 2015.

REVISTA DONNA. *Valesca Popozuda e Daniela Mercury entram para a campanha "Eu Não Mereço Ser Estuprada"*. Mar, 2014. Disponível em: < <http://revistadonna.clicrbs.com.br/lifestyle/valesca-popozuda-e-daniela-mercury-entram-para-a-campanha-eu-nao-mereco-ser-estuprada/>> Data de acesso: 20 de agosto de 2015.

SECRETARIA DE QUESTÕES DE GÊNERO E ETNIA. *A Lei Maria da Penha já está em vigor*. Out, 2007. Disponível em: < http://www.contee.org.br/secretarias/etnia/materia_23.htm>. Data de acesso: 22 de setembro de 2015.

SLUT WALK TORONTO. *FAQs SlutWalk Toronto Frequently Asked Questions*. Disponível em: < <http://www.slutwalktoronto.com/about/faqs>>. Data de acesso: 20 de agosto de 2015.

THINK OLGA. *Conheça o Mapa Chega de Fiu Fiu*. 22 de abril de 2014. Disponível em: < <http://thinkolga.com/2014/04/22/conheca-o-mapa-chega-de-fiu-fiu/>>. Data de acesso: 12 de dezembro de 2015.

TWITTER. THINK OLGA. *Página Inicial*. Disponível em: < <https://twitter.com/ThinkOlga?lang=pt>>. Data de acesso: 20 de novembro de 2015.

YOUTUBE. TEDX. FARIA, J. *Chega de Fiu Fiu! Cantada não é elogio / Juliana de Faria / TEDxSaoPaulo*. Jul, 2015. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=BpRyQ_yFjy8>. Data de acesso: 12 de dezembro de 2015.

YOUTUBE. NÃO ME KAHLO. *Valesca: "me considero feminista"*. Mar, 2015. Disponível em< <https://www.youtube.com/watch?v=1u68PkugInA>>. Data de acesso: 18 de outubro de 2015.

ANEXO I: Eu não mereço ser estuprada

Figuras:

Figura A: Nana Queiroz em protesto. Fonte: Uol Notícias. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/album/2014/03/29/campanha-nao-mereco-ser-estuprada.htm#fotoNav=1>



Figura B: Internauta Dani Ramona em protesto. Fonte: Uol Notícias. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/album/2014/03/29/campanha-nao-mereco-ser-estuprada.htm#fotoNav=22>



Figura C: Internauta “mariaquixada” em protesto. Fonte: Uol Notícias. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/album/2014/03/29/campanha-nao-mereco-ser-estuprada.htm#fotoNav=29>



Figura D: Internauta em protesto. Fonte: Uol Notícias. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/album/2014/03/29/campanha-nao-mereco-ser-estuprada.htm#fotoNav=33>



Figura E: Outra internauta em protesto. Fonte: UOL Notícias. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/album/2014/03/29/campanha-nao-mereco-ser-estuprada.htm#fotoNav=39>



Figura F: Daniela Mercury e Valesca Popozuda em campanha. Fonte: Revista Donna. Disponível em: <http://revistadonna.clicrbs.com.br/lifestyle/valesca-popozuda-e-daniela-mercury-entram-para-a-campanha-eu-nao-mereco-ser-estuprada/>



Figura G: Nana Gouvêa em campanha. Fonte: Celegram. Disponível em: <http://celegram.com.br/famosas-apoiam-a-campanha-eu-nao-mereco-ser-estuprada-em-redes-sociais/>



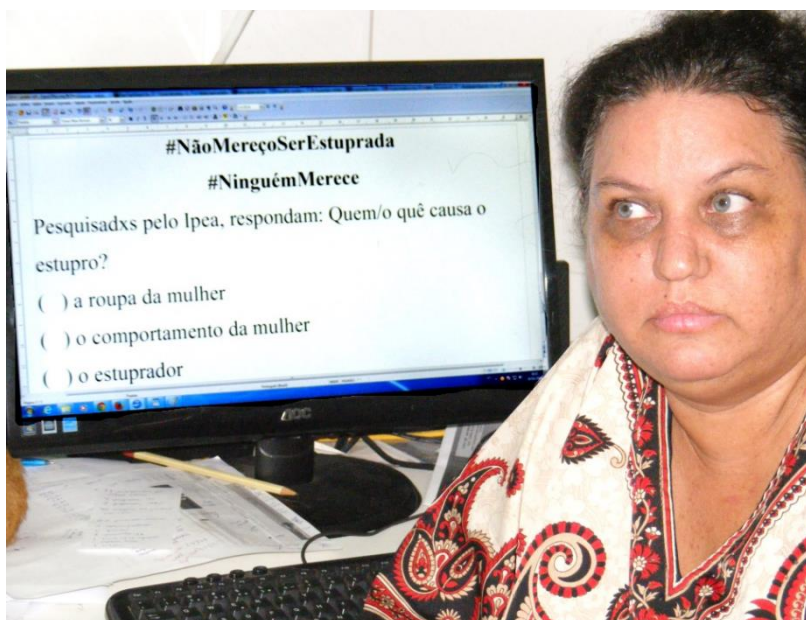
♥ 145 likes

nanagouveaofficial #AcordaBrasil
#eunaomerecoserestuprada ! #wakeupBrazil
#idontdeservebeingreped ! 💔💔💔💔
#nananouvea

Figura H: Geisy Arruda em campanha. Fonte: Na Telinha. Disponível em: <http://natelinha.ne10.uol.com.br/celebridades/2014/03/31/famosas-entram-no-protesto-eu-nao-mereco-ser-estuprada-confira-73376.php>



FIGURA I: Lola Aronovich em apoiando o movimento. Fonte: Escreva Lola Escreva. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/03/lutar-ou-negar-as-reacoes-pesquisa-do.html>



Reações

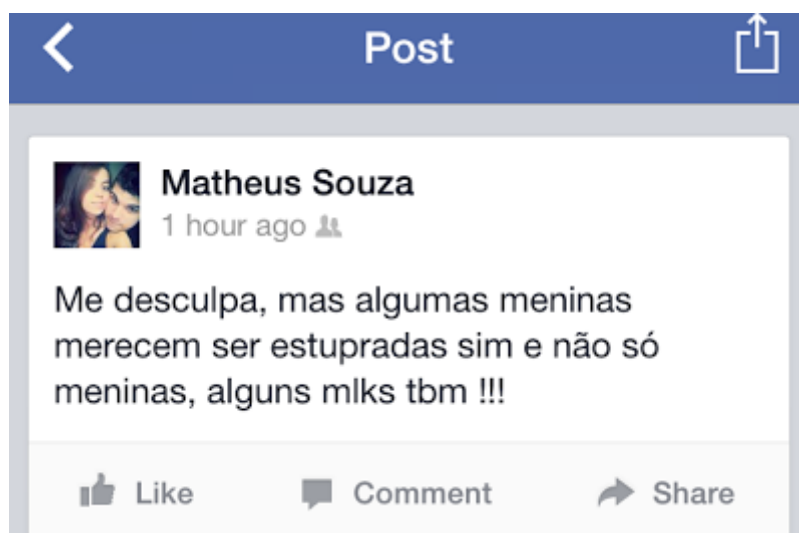
Reação A: Reação de Felipe Ret. Fonte: Eu não mereço ser estuprada. Disponível em: < <http://eunaomerecoserestupradadenuncia.tumblr.com/> >



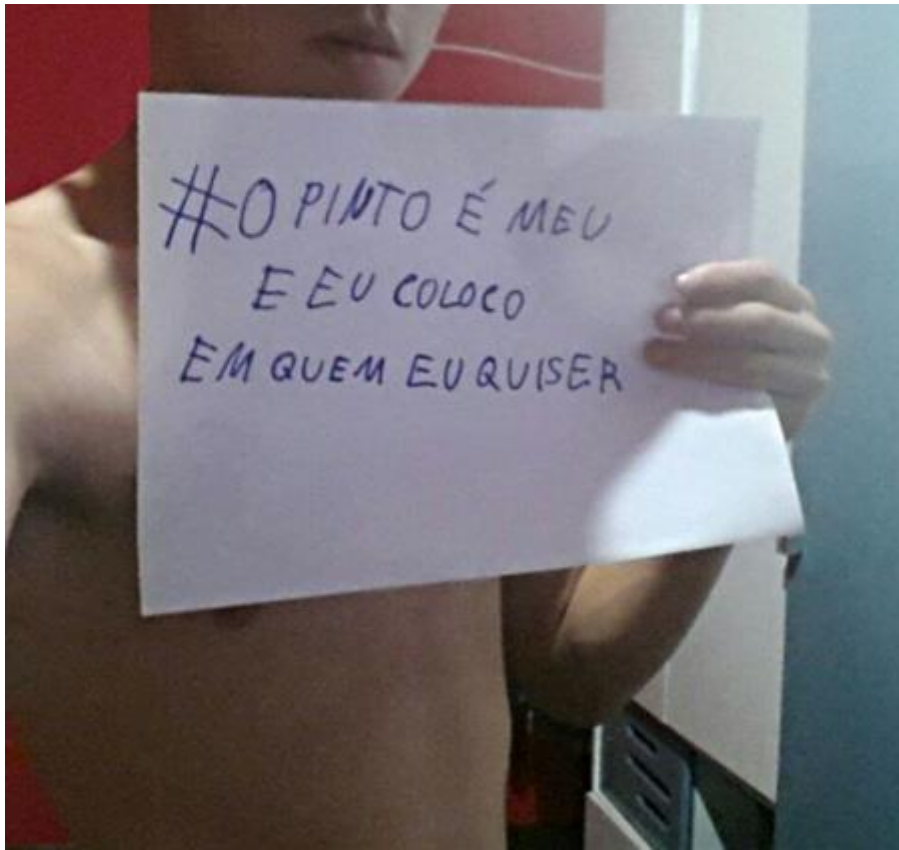
Reação B: Reação de Isaias Willian. Fonte: Eu não mereço ser estuprada. Disponível em: < <http://eunaomerecoserestupradadenuncia.tumblr.com/> >



Reação C: Reação de Matheus Souza. Fonte: Eu não mereço ser estuprada. Disponível em: < <http://eunaomerecoserestupradadenuncia.tumblr.com/> >



Reação D: Reação de Luiz Henrique. Fonte: Eu não mereço ser estuprada. Disponível em: <
<http://eunaomerecoserestupradadenuncia.tumblr.com/>>



ANEXO II: Fiorella Mattheis, Samara Felippo e Giovanna Ewbank

Figura A: Fiorella Mattheis em campanha do Instituto Maria da Penha. Fonte: Instagram.

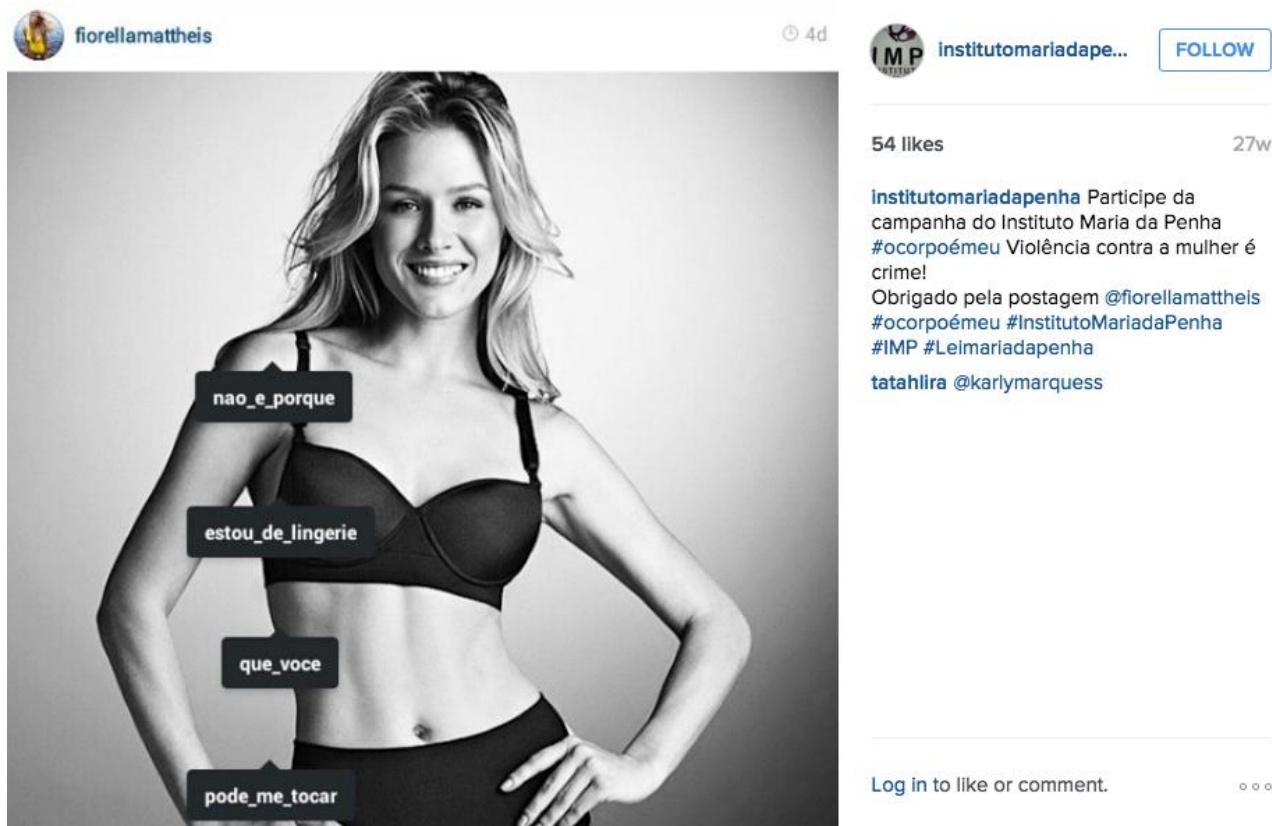


Figura B: Samara Felippo em campanha do Instituto Maria da Penha. Fonte: Instagram. Disponível em: <https://instagram.com/p/1bQOwRghgw/?taken-by=institutomariadapenha>



Figura C: Giovanna Ewbank em campanha do Instituto Maria da Penha. Fonte: Instagram. Disponível



em: <https://instagram.com/p/1bOhz5ghtZ/?taken-by=institutomariadapenha>

Figura D: Fiorella Mattheis no Instagram, setembro 2014. Destaque para legenda: “Em Buenos Aires apresentando novo evento da Fiat!!!” Fonte: Instagram. Disponível em:

<https://instagram.com/p/sm3MDpp0x9/?taken-by=fiorellamattheis>



Figura E: Giovanna Ewbank em campanha para Darling. Fonte: Instagram. Disponível em: https://instagram.com/p/zFZQ0dQs1/?taken-by=gio_ewbank



Figura F: Post da atriz Giovana Ewbank para Lipton. Destaque para legenda da foto: “Gripezinha depois da viagem... cházinho com mel!”[...] @liptonbr”. Fonte: Instagram. Disponível em: https://instagram.com/p/y_mv_GCQqp5/?taken-by=gio_ewbank



gio_ewbank SEGUIR

14.4k curtidas 40 sem

gio_ewbank Gripezinha depois da viagem...cházinho com mel...! 🍯
@liptonbr

ver todos os 101 comentários

izildakrob É melhor do que tomar remédio!!!!

anpss Melhora logo lindonaaa
peixotojulio Sdv

tetetips Olá Girls ! Acabei de postar o segredinhos daquelas pernocas lindas das Angels 🙌🙌🙌! Venha conhecer meu IG . Em breve muitas dicas novas sobre tudo aquilo que amamos 🍷🍷🍷

miss.christina @dwra_tsn μόλις είδα την φωτό εσένα θυμήθηκα!!

laraarouche Melhoras, Gio! Gripe é um saco... Não dá pra dormir direito.

binh1_silva SDV👍 SDV👍 SDV👍 SDV👍 SDV👍 SDV👍 SDV👍 SDV👍

Figura G: Fiorella Mattheis e mãe em foto divulgando aula de funcional fit. Fonte: Instagram. Disponível em: <https://instagram.com/p/0Iq-0qJ04z/>



fiorellamattheis SEGUIR

21.8k curtidas 34 sem

fiorellamattheis Matei minha mami hj na aula do @funcionalfight! 🤔🤔🤔
@sandragellimattheis ela me matou tbm.... Oh gás!

carregar mais comentários.

tales_gomes23 Sdv

paulorvaz Fiorella não esqueça que hoje tem jogo no morumbi, a torcida tricolor conta contigo.rs

murilocallegaribj Boa @fiorellamattheis , colocando p derreter🤔🤔
#funcionalfight

conra10 @raulkirchhoff 🤔🤔

pauloroberto_j Morumbi hoje hein !! 🍷

raulkirchhoff Quer gás? Prazer gás!
@conra10

jefersonpossamae Morumbi hoje em , sem falta hahaha 🤔🤔

Figura H: Fiorella Mattheis em foto divulgando uma jaqueta da marca Ateen. Fonte: Instagram. Disponível em: <https://instagram.com/p/ti9BSzp04v/>



Figura I: Fiorella divulgando campanha para Track and Field. Fonte: Instagram.
Disponível em: <https://instagram.com/p/o6-EjIJ0xA/>



Figura J: Post de Samara Felippo fazendo crítica aos padrões de beleza. Destaque para a legenda da foto: “Bom diaa!!!! #foraaospadroessufocantesdebeleza [...] #lindafelizsexyebemresolvida.” Fonte: Instagram. Disponível em: <https://instagram.com/p/r4e6qlkfWv/>



Figura K: Post de Samara Felippo divulgando evento sobre maternidade. Destaque para a legenda da foto: “Amanhã estará acontecendo o "1 Encontro da maternagem consciente"

O encontro tem como objetivo difundir ideias de reflexão e consciência a todas as pessoas que buscam construir um relacionamento mais empático, respeitoso e afetivo com os filhos. Informações poderosas e de qualidade que nos convidam à reinvenção e questionamento mas que também apontam direções! O Encontro é totalmente ONLINE e a exibição das palestras será GRATUITA para todas as pessoas!!! São mais de 30 palestras sobre temas incríveis como disciplina positiva, disciplina sem drama, crescer sem violência, física quântica e epigenética, Comunicação não violenta, BLW, introdução alimentar consciente, amamentação, transformações pós filhos no casamento e na vida da mulher / profissional, Empoderamento, Pós parto, beleza do corpo pós parto, infância livre de consumismo e muito mais!!!! *** o link pra inscrição gratuita está no perfil da @_carolinie ***”

Fonte: Instagram. Disponível em: <https://instagram.com/p/0TEBXqkfU/>



sfelippo

FOLLOW

2,331 likes

34w

sfelippo Amanhã estará acontecendo o "1 Encontro da maternagem consciente" O encontro tem como objetivo difundir ideias de reflexão e consciência a todas as pessoas que buscam construir um relacionamento mais empático, respeitoso e afetivo com os filhos.

Informações poderosas e de qualidade que nos convidam à reinvenção e questionamento mas que também apontam direções!

O Encontro é totalmente ONLINE e a exibição das palestras será GRATUITA para todas as pessoas!!! São mais de 30 palestras sobre temas incríveis como disciplina positiva, disciplina sem drama, crescer sem violência, física quântica e epigenética, Comunicação não violenta, BLW, introdução alimentar consciente, amamentação, transformações pós filhos no casamento e na vida da mulher /

Log in to like or comment.



Figura L: Foto de Samara Felippo em festa surpresa para a atriz Fernanda Souza, com os cantores Thiaguinho e Preta Gil, os apresentadores Angélica e Luciano Huck, entre outras celebridades.
Fonte: Instagram. Disponível em: https://instagram.com/p/p9Cm_2Eft4/



Figura M: Foto de Samara Felippo com filha com febre. Fonte: Instagram. Disponível em: https://instagram.com/p/tK_3hqkfTB/



Figura N: Ewbank em foto pessoal divulgando evento para Skol. Fonte: Instagram Disponível em: https://instagram.com/p/wzPQC7QqjR/?taken-by=gio_ewbank



gio_ewbank

FOLLOW

28.3k likes

47w

gio_ewbank Q maximo!! Em Janeiro to indo pro #skolsummeron de Porto de Galinhas e acabei de ver que o DJ principal é nada mais nada menos do que o Hardwell, o número 1 do mundo. Arrasou @skol !!! E ai...Quem mais vai? Nos vemos lá??

view all 354 comments

lilianaraujoss Vai amar

mariaceciliaoliveira @malumoliveira

vinicivsouza @keillaliberal

@bandeira.anderson @eveeuro

@larissacardosos quem vai Ta por lá, TAMBÉM

eveeuro @vinicivsouza masomiiii!

keillaliberal @vinicivsouza

albara99 @a7medbinsaad @ianoos_ @gassan_bn_adnan

Log in to like or comment.

Figura O: Fiorella Mattheis em foto íntima com legenda indicando uma hashtag da marca Track and Field. Fonte: Instagram. Disponível em: https://instagram.com/p/wwms4_p08u/



fiorellamattheis

FOLLOW

32.9k likes

47w

fiorellamattheis Hawaiian girl "prendada"!!! #hawaii #mytf

view all 482 comments

iolandasolyno @carolloobato só quero esse corpo mana

creyly.klein Que corpo! É um incentivo!!

mivillagelim @maevillagelim chorando apenas

_cardosomay Vc vai vir jantar aqui? @flaasribeiro

boringiulla @glendabatistam glenda

Josemartinsb Eh silicone? @pri.pfaffmann

pri.pfaffmann Simmm! Certeza @josemartinsb

luachama Interesseira... this is the name

izabelborgatt Why? Why?? @polyana.tei

polyana.tei Chorei no abdômen. Perfeita rrsrs...

Figura P: Samara Felippo e amiga em momento descontraído em bar. Fonte: Instagram.
Disponível em: <https://instagram.com/p/0zCyIsEffN/>



 **sfelippo** FOLLOW

3,637 likes 33w

sfelippo Tão bom quando a gente bebe com quem a gente ama 🍷🍷
#brindandooimdeumafase

view all 33 comments

rejanecastro Olha ai. @raynnermatos 🍷

alinebispos @dranapp foi o q eu senti no posto d gasolina...puro amor

bruna.rocatelli Novela maravilhosa, parabens pelo papel e destaque!!! To amando muito!! Parabems @sfelippo

bruna.rocatelli Novela maravilhosa, parabens pelo papel e destaque!!! To amando muito!! Parabems @sfelippo

maydognini Rainha 🍷

maydognini Sorriso 😊

cintyafuly Dani linda, como sempre! As duas, né? 🍷

nicollemafial Fita e não sei se...

Figura Q: Samara Felippo e filhas em momento descontraído em sofá. Fonte: Instagram.
Disponível em: <https://instagram.com/p/wrG92oEfZk/>



 **sfelippo** FOLLOW

3,340 likes 47w

sfelippo Bom dia preguiça de terça!!!
#maededuas #maedemenina
#maecommuitoamor #énossotrenzinho
#maesolteira 💕👩👧

view all 37 comments

leadias Lindas!

cahmarcal Ow meu DEUS. 😍😍😍😍😍

marcia_reis7 Boa tarde 👩👧👧💋💋💋

essechamatom Suas lindas!!! 😊

fernandabeatrizpcosta @falandopediatria DICAS DE PEDIATRIA!

melinallontop suas filhas são muito lindas

viselli Que delicia de foto!!

erykakyra Lindas ♡♡♡

thiagoborges80 @sfelippo são realmente muito bonitas as suas filhas

svmone01 lindas!!!!

Figura R: Post de divulgação da peça “Chapeuzinho vermelho em: O valor de um sorriso”. Fonte: Instagram. Disponível em: <https://instagram.com/p/sAR0ePEfQg/> .



Figura S: Post de divulgação da peça “Sonhos de um sedutor”, de Priscila Fantin, amiga de Felippo. Fonte: Instagram. Disponível em: <https://instagram.com/p/yNuBYhEfbv/> .

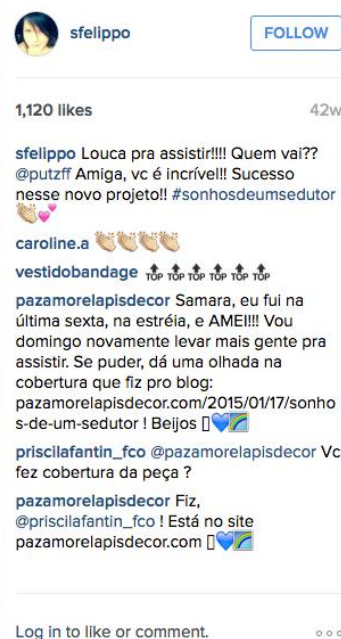


Figura T: Dica de livro infantil” Terapia do Conto”. Fonte: Instagram. Disponível em: <https://instagram.com/p/xLGr65EfYs/>

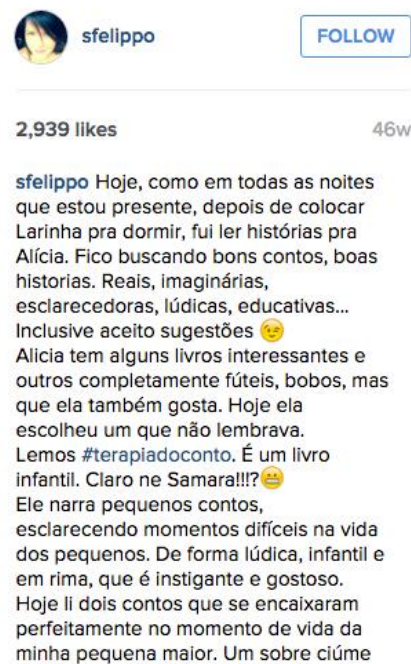


Figura U: Foto de produtos para verão da marca Nívea. Fonte: Instagram. Disponível em: <https://instagram.com/p/vi7nQsEfRP/>



sfelippo

FOLLOW

1,230 likes

51w

sfelippo E eis que... #nivea #niveasun 🙌

⊙
Obrigada @sampaio_carol
@micheldiamant ☑ Amei!!
#vemverao 🌞

suppermamae Troco likes!!!

leoribeirosp ADOROOOO... Só produto top!

anaapst Esse protetor solar é ótimo @sfelippo .

silvanarliberato Hidratante de banho é tudo de bom!!!

bruraimondi @nathaliemetzler vai nanaa dricafelix queria tanto

fe_dalmaso amooo... esse hidratante de banho é mara, não vivo mais sem!!

alessandra.renato.50 @sfelippo , será q não consigo ganhar um desses não???

Figura V: Fiorella Mattheis em foto para filme na praia. Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/z5qyV6p01-/?taken-by=fiorellamattheis>



fiorellamattheis

SEGUIR

33.6k curtidas

37 sem

fiorellamattheis Velna vem aí de novo, mto mto feliz!!! @vaiquecolaofilme ph: @chiacos nosso fotógrafo oficial!!!! #outubro #noscinemas #longa #bastidores #velna

ver todos os 326 comentários

felipectz Hahaha @thiagobastos09só tu mesmo!

donovan05.ddj Wow

alinemsoler @isiscarvalho esse biquini rosa que te falei amiga! Foi super barato bjs

caiocesardl @guhdl

guhdl Ai sim em pai @caiocesardl

catharineblack @julianazacher corpo divo

juliaa.ribeiro @wtfanareeina

paula_holzer @jessicazeilinger

Entrar para curtir ou comentar.

⋯

Texto A: Texto publicado no blog "Liberte a mãe" da atriz Samara Felippo no dia 18 de março de 2015. Fonte: Blogspot. Disponível em: <http://liberteamae.blogspot.com.br/2015/03/sobre-escolhas.html>

“ Sobre escolhas

Em alguns casos, ser mãe solteira não é necessariamente uma escolha, em outros é a escolha mais certa que fazemos. Sair do lugar comum, da zona de "conforto" ou desconforto. Mas isso é outro post. Ser mãe solteira é esperar por tudo, tanta coisa, qualquer coisa.

É recomeçar. Se transformar. Se reinventar. Se aceitar.

É saber que não, você não é mais sozinha, você não tem esse tempo livre, e essa é a sua condição. A não ser que você tenha aquele pai bacana, que faz questão de dividir a "responsa" com você, aí desapega e divide. Vá viver sua vida também mulher. O que torna a relação deles bem mais saudável também.

Digo isso em relação as mães/mulheres que querem recomeçar sua vida amorosa. Tocar sua vida. As mães/mulheres que por mais que se sintam independentes, sentem uma leve dependência num sábado a noite depois que eles dormem, mesmo não querendo admitir. As mães/mulheres que querem se maquiar, se vestir, se amaneirar, se pavonear, se aformosear, se ataviar, se adornar, se embelezar, se pôr. Porque sim...elas querem isso e muito mais!!!

Quando somos mães, com papai e mamãe juntos no pacote, sendo "criadas" para sermos esposas e dona de casa, sim porque quando casamos e temos filhos é isso que esperam de nós, e aí depois como num susto nos tornamos simplesmente mães solteiras, sem o papai a tiracolo, o tempo vai passando e a falta é de alguém que agrade o suficiente, pois já estamos mais exigentes, seletivas, meticulosas, rigorosas, fazemos uma triagem mesmo.

Fiquei cá pensando que namorar uma mãe solteira é melhor do que se imagina, se os homens soubessem disso. Não temos tempo para picuinhas, DR, melodrama, depois de ter se separado e ter filhos pra cuidar, pelo amor de Deus ne? Estamos mais maduras, não fazemos planos para mais filhos, não cobramos atenção, estamos ocupadas demais dando atenção, queremos novidades no sexo, estamos cansadas de blá blá blá, estamos mais calmas e cautelosas com qualquer tipo de relacionamento futuro.

Seja como for, mesmo assim queremos sempre ser acarinhadas, acolhidas. Não que disso dependa nossa felicidade. Bem longe disso.

Namorar uma mãe solteira é saber ser parceiro, e não me venham perguntar o que isso significa. Se eu jogar aqui no Wikipédia ele vem como:

- 1 – Uma pessoa com a qual compartilhamos algum evento, ação ou empreitada
- 2 – alguém com quem se faz sexo
- 3 – alguém com quem se dança
- 4 – alguém que participa de um par
- 5 – amigo

Sei lá, eu pelo menos quero algo com tudo isso junto e pitadas de algo mais, as quais eu designarei, eu escolherei.

Tenho certeza que escolhi, mesmo que inconscientemente, todos os “parceiros” que tive, sendo mãe ou não. Não posso reclamar de nenhum deles. Mesmo no auge da minha imaturidade, eu escolhi estar ali. Lógico que, hoje tenho anos luz de sabedoria a mais, do que aquela menina de 19 anos que vestia o uniforme da escola estadual e pegava o ônibus rumo a casa do namoradinho matando a aula. Mas ela sabia o que estava fazendo, lá no fundo ela sabia. Sabia e era feliz.

Portanto, se você é mãe solteira, saiba fazer suas escolhas. Perdão vou me corrigir: Portanto, se você é mãe, saiba fazer suas escolhas. Errei, vou abranger. Portanto, se você é solteira, saiba fazer suas escolhas. Não, não. Errei de novo. Portanto, se você é MULHER, saiba fazer suas escolhas.

E caso as fizer erroneamente, não se julgue, não deixe que te julguem (vou bater nessa tecla), apenas aceite e saiba que pra cada escolha errada, existe um futuro te esperando para acertá-las.

Lembre-se que mesmo não tendo mais aquela disponibilidade da menina de 19 anos, você precisa aprender a revivê-la. E viva, apenas viva novamente como aquela menina que se divertia, e se amava, mesmo fazendo escolhas erradas. ”

ANEXO III: Movimento “#ocorpoémeu”

Figura A: Atriz Fernanda Souza adere à campanha. Fonte: Instagram.
Disponível em: <https://instagram.com/p/11FJH2BfvI/>



Figura B: Foto utilizada por Carolina Dieckmann para campanha. Fonte: Catraca Livre.
Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/ocorpoemeu-atrizes-aderem-a-campanha-contra-violencia-a-mulher/#>



Figura C: Foto utilizada por Grazi Massafera para campanha. Fonte: Catraca Livre.
Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/ocorpoemeu-atrizes-aderem-a-campanha-contraviolencia-a-mulher/#>



Figura D: Foto utilizada por Thaila Ayala para campanha. Fonte: Catraca Livre.

Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/ocorpoemeu-atrizes-aderem-a-campanha-contraviolencia-a-mulher/#>



Figura E: Foto utilizada por Giovanna Ancellotti para campanha. Fonte: Facebook.



Figura F: Foto utilizada por Lelezinha Ferreira para campanha. Fonte: Pure People.
Disponível em: http://www.purepeople.com.br/noticia/grazi-massafera-e-famosas-se-unem-para-combater-a-violencia-contra-a-mulher_a52127/12

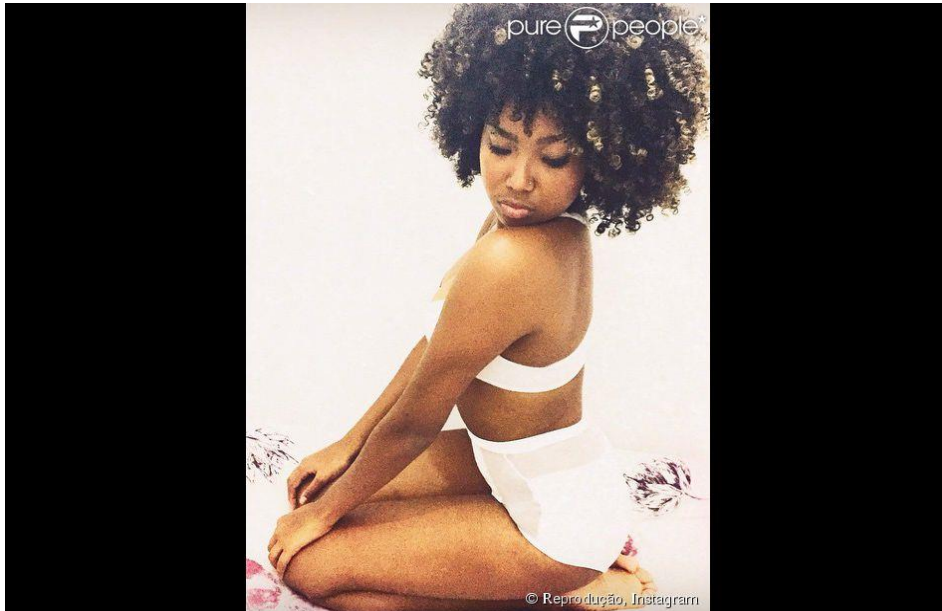


Figura G: Foto utilizada por Bruna Hamú para campanha. Fonte: Pure People.
Disponível em: http://www.purepeople.com.br/noticia/grazi-massafera-e-famosas-se-unem-para-combater-a-violencia-contra-a-mulher_a52127/9



Figura H: Foto utilizada por Jeniffer Nascimento para campanha. Fonte: Pure People.
Disponível em: http://www.purepeople.com.br/noticia/grazi-massafera-e-famosas-se-unem-para-combater-a-violencia-contra-a-mulher_a52127/11



Figura I: Foto utilizada por Ana Rios para campanha. Fonte: Pure People.
Disponível em: <http://static1.purepeople.com.br/articles/7/52/12/7/@/691907-ana-rios-de-malhacao-sonhos-ousou-950x0-2.jpg>



ANEXO IV: Caso Valentina e “Primeiro Assédio”

Figura A: Compilação de comentários feitos sobre Valentina Schulz. Nos comentários lê-se os textos “tanta criança no masterchef que nao sei a foto de qual e olho primeiro quando for bate punheta [sic]”; “#valentinanaplayboy”; “se ela quiser não é pedofilia, É AMOR”; “valentina manda nud...”⁸⁴; dentre outras.

Fonte: Revista Capricho.

Disponível em: <http://capricho.abril.com.br/vida-real/repercussao-caso-valentina-debate-online-assedio-pedofilia-915242.shtml>



⁸⁴ “nud...” seria uma referência ao termo “nude”, geralmente utilizado na internet para caracterizar fotos pessoais cujo conteúdo é a explicitação da nudez.

Figura B: Comentários feitos por usuário do Twitter sobre Valentina. Fonte: Google Imagens.

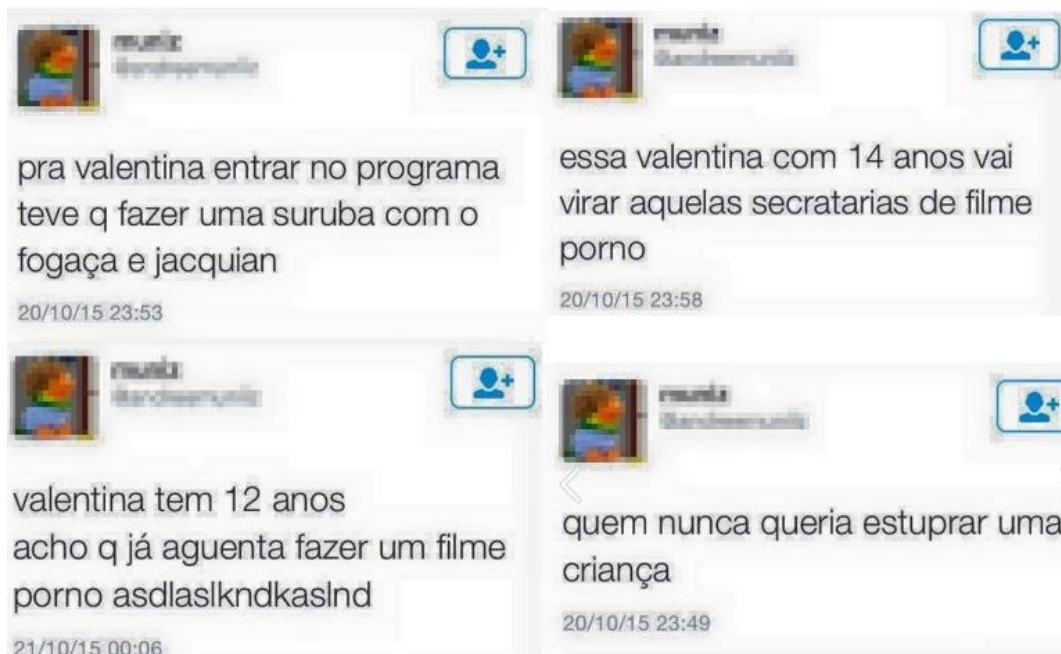


Figura C: Comentário de usuário do Twitter sobre Valentina. Fonte: Google Imagens.



Figura D: Outro comentário de um usuário do Twitter sobre Valentina Schulz, acompanhado de resposta. Fonte: Revista Fórum.

Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/10/21/a-polemica-do-masterchef-junior-e-a-afirmacao-da-cultura-do-estupro/>



Figura E: Mais um comentário de um usuário do Twitter sobre Valentina Schulz. Fonte: Revista Fórum.

Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/10/21/a-polemica-do-masterchef-junior-e-a-afirmacao-da-cultura-do-estupro/>



Figura F: Mapa desenvolvido pelo Labic com redes que mais colaboraram para o compartilhamento de depoimentos. Fonte: Labic

Disponível em: <http://www.labic.net/blog/primeiroassedio-uma-breve-analise-sobre-relatos-e-feminismo-na-rede/>

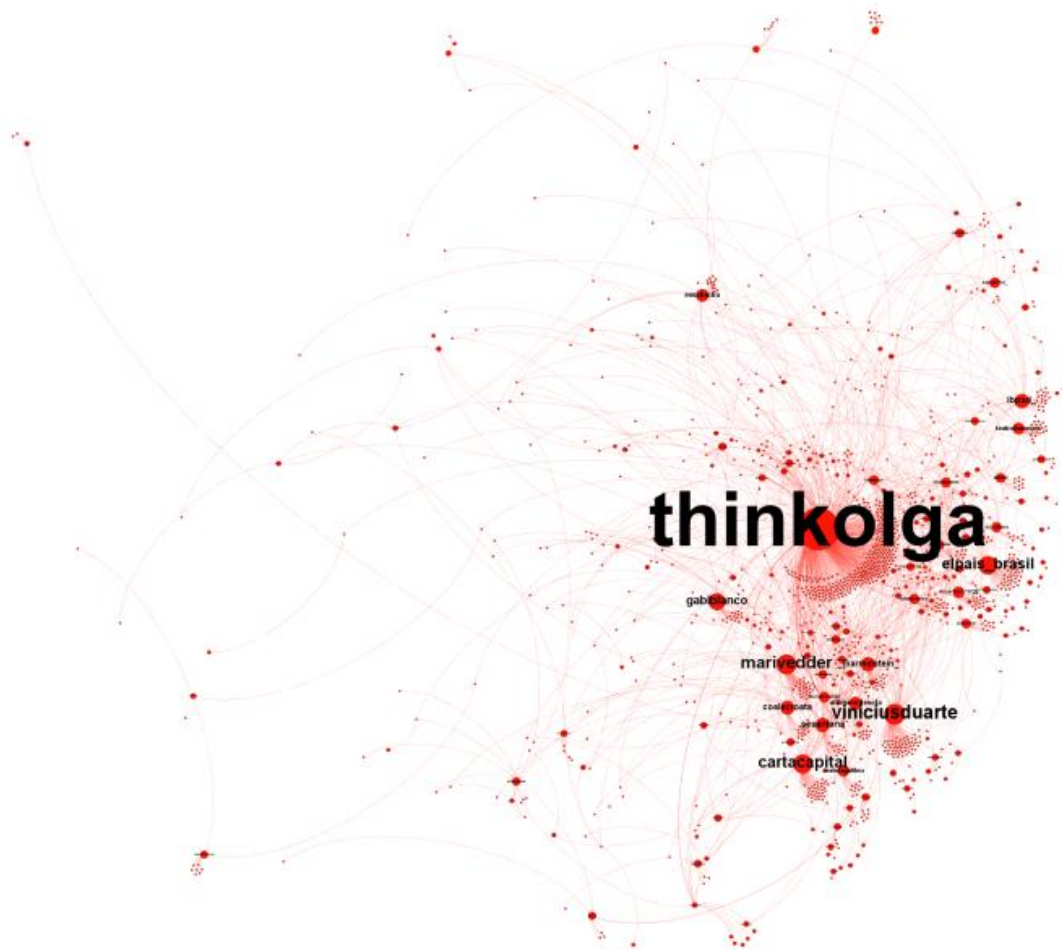


Figura G: Mapa desenvolvido pelo Labic com perfis cujos depoimentos foram mais visualizados e compartilhados.

Fonte: Labic

Disponível em: <http://www.labic.net/blog/primeiroassedio-uma-breve-analise-sobre-relatos-e-feminismo-na-rede/>

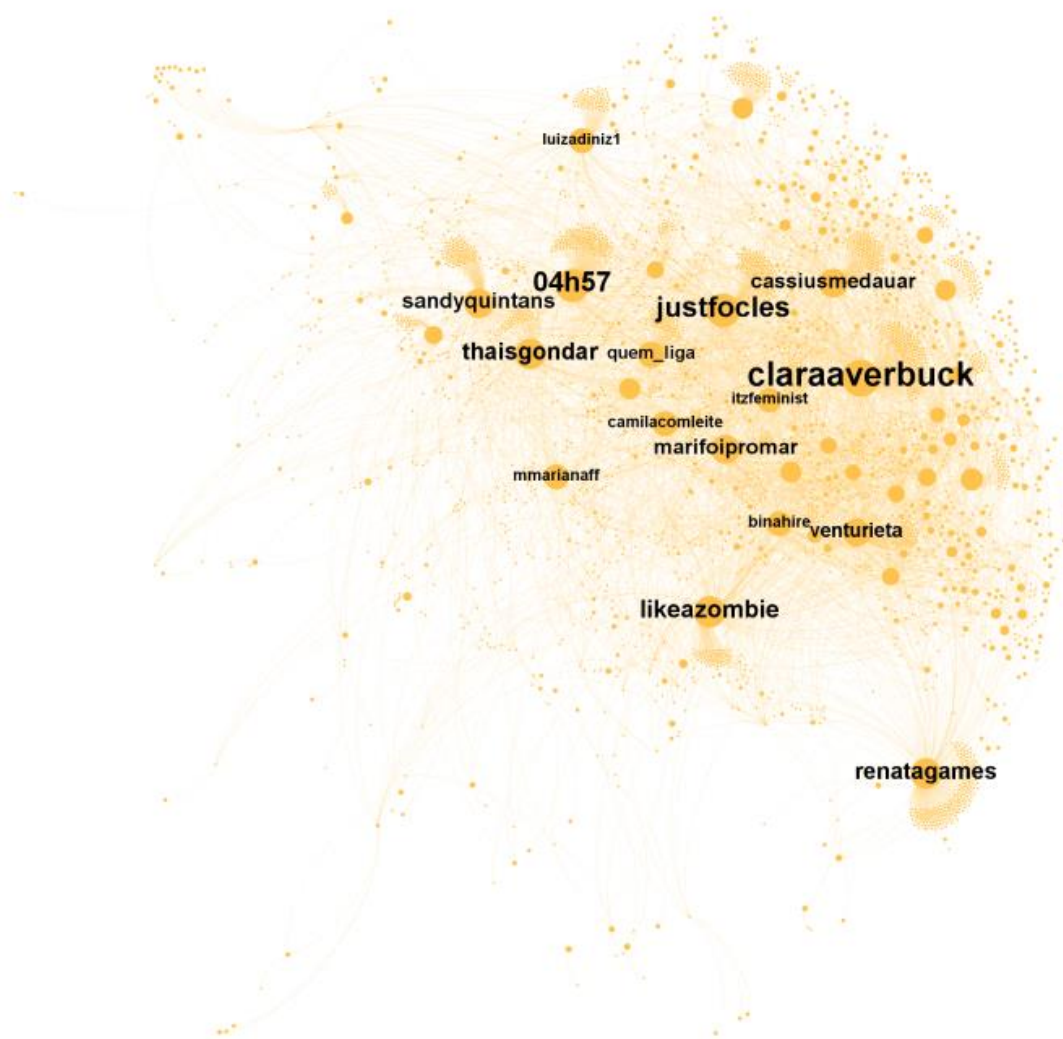
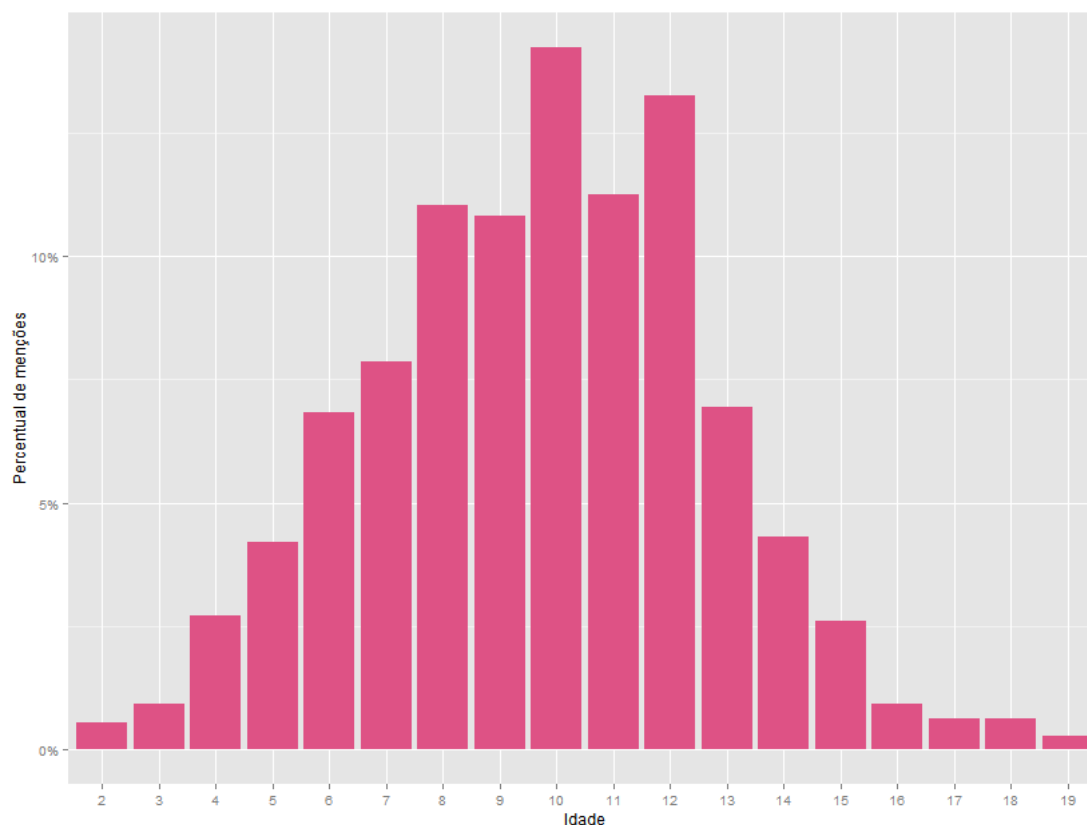


Figura H: Idade média do primeiro assédio.

Fonte: Think Olga

Disponível em: <http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>



Depoimentos do #PrimeiroAssedio.

- Depoimento 1: Juliana de Faria, TEDx São Paulo.

Fonte: YouTube

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BpRyQ_yFjy8

“Quando eu tinha 11 anos, meu corpo me traiu. Eu menstruei, meu peito cresceu. Eu rapidinho percebi que isso ia ser um grande problema, porque eu era capitã do time de queimada da quarta série, e as cólicas e o corpo mais sensível eram tipo uma desvantagem em quadra. Mas eu percebi que isso realmente ia ser o menor dos meus problemas. Os meus colegas de sala perceberam a minha mudança corporal, porque ela era óbvia. E aí, eles vinham me perguntar se eu estava usando enchimento, se eu tinha colocado silicone ou se eu estava grávida. Eu tinha 11 anos. Alguns queriam encostar no meu peito para ver se era de verdade. E os adultos, que eram amigos, conhecidos da família, eles vinham falar que eu nunca estive tão bonita. Nunca fui tão mulherão. E eles vinham falar para os meus pais “super na boa intenção”, que eles tinham que comprar armas porque daqui a pouco os “gaviões” iam ficar sobrevoando aquilo, que parecia muito mais um pedaço de carne do que as filha deles. Essa foi minha primeira experiência com o conceito de que o corpo da mulher não é dela. O corpo da mulher é público. A minha segunda experiência

com esse conceito já foi bem mais violenta. Eu era uma menina de 11 anos, cuja vida girava em torno de jogos de queimada, de “O Mundo de Beakman ”e “Cavaleiros do Zodíaco”. Mas os homens nas ruas, não! Eles achavam que já estava na hora de eu falar sobre sexo. Eles me convidavam pra transar, eles comentavam sobre minha vagina, eles me mostravam os seus pênis e, no transporte público, eles encostavam no meu corpo. Eu ficava, claro, horrorizada. Eu me sentia sempre intimidada e humilhada. Eu tinha medo e eu tinha nojo. Mas eu também nunca me senti muito segura pra falar com ninguém sobre isso. Porque a primeira vez que eu tentei foi um desastre. Eu vou contar para vocês. A primeira vez que eu sofri assédio foi no caminho da padaria para a minha casa, e eu chorei. Uma senhora me viu chorando pelo caminho e foi tentar me consolar. Quando eu contei para ela o que tinha acontecido, ela me disse que eu era boba. Eu não devia estar chorando por isso. Eu tinha que aceitar como elogio, isso era algo bom, isso era positivo. E quando eu tivesse a idade dela eu ia sentir falta. Ok, né? Então desde cedo eu entendi que eu tinha que aceitar como algo positivo até aquilo que me machucava. E por medo de parecer “reclamona”ou “metida”, eu me calei. ”

- Depoimento 2: @claraavenbruck . via twitter, de 22 de outubro (2 tweets)

“meu #primeiroassédio foi aos 10 anos. um velho colou em mim e perguntou se eu já tinha pelinhos "la". chutei a canela dele e corri. pior, ele era caseiro da colônia de férias da caixa, onde passei férias a infância inteira. ele me viu crescer. #primeiroassédio “

- Depoimento 3: Justfocles: via twitter, de 21 de outubro (3 tweets)

“A primeira vez que eu fui engolida pelo olhar de um homem adulto eu tinha 11 anos. 11 Fucking Anos. Pelo jeito, todas as mulheres da minha tl foram assediadas de algum jeito por homens adultos na infância ou adolescência. Vamos contar! Chega de ter vergonha da podridão do outro. Não quero mais me calar. ”

-Depoimento 4: @likeazombie: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“Aos 10 anos um vendedor de revistas me chamou pra ir na casa dele pq lá tinha mts revistas e ele me daria todas. Não fui. #PrimeiroAssedio”

- Depoimento 5: @renatagames: via twitter, de 21 de outubro (3 tweets)

“#primeiroassedio 12 anos, voltando a pé da escola, fugi de homem q mostrou pênis e seguiu se masturbando atrás de mim. #primeiroassedio com 15 anos, uma kombi c uns 10 homens passou do meu lado, me agarraram, passaram a mão, xingaram (foi meu 2º assédio). aliás, o episódio da kombi, se eduardo cunha não conseguir levar o brasil de volta à idade média, constitui estupro. #primeiroassedio”

- Depoimento 6: @camilacomleite: via twitter, dia 21 de outubro (1 tweet)

“vc deveria parar de falar que foi estuprada' 'mas eu fui' 'mas não precisa ficar chocando as pessoas' [#primeiroassedio](#)”

- Depoimento 7: @marianaff: via twitter, 22 de outubro (2 tweets)

“Com 9 anos minha mãe me explicou q eu estava criando corpo e precisava ter cuidado pq os homens já me olhavam com "maldade" [#primeiroassedio](#) Ela tinha razão, já ouvi todo tipo de coisa na rua e ouço até hoje, todo dia tenho medo da minha irmã andar na rua sozinha. [#primeiroassedio](#)”

- Depoimento 8: @binahire: via twitter, de 21 de outubro (2 tweets)

“Eu tinha nove anos e o vizinho que devia ter uns 50 na época me agarrou por trás e começou a esfregar o pau em mim [#PrimeiroAssedio](#).”

- Depoimento 9: @venturieta: via twitter, de 21 de outubro. (2 tweets)

“Um desconhecido na rua disse que queria "chupar meus peitinhos". Eu tinha uns 11 anos e achei q a culpa era minha. [#primeiroassédio](#) Passei os anos seguintes usando blusas largas, com medo que notassem meus seios. Em vão. [#primeiroassédio](#) “

- Depoimento 10: @naotaofacilprang: via twitter, de 21 de outubro. (2tweets)

“eu fi assediada pela 1a vez aos 10 anos. estava c meu irmão caçula, q tinha 3 e o homem, além de falar obscenidades, ainda falou pro meu irmão "me dá sua tia q te dou a minha e um saco de bala"”

- Depoimento 11: @farkalia: via twitter, de 21 de outubro.(4 tweets)

“meus peitos começaram a crescer quando eu era muito nova, aos 12 anos era a única da sala com peitão e já mexiam comigo por isso. se precisava sair de casa pra ir ao mercado, vestia uma camiseta e uma calça pra evitar os olhares na rua (isso aos 12 anos). uma coisa é vestir camiseta e calça se você mora em locais que fazem frio no inverno, eu moro no nordeste, calor o ano todo. pra ir à escola, saia do carro com os livros escondendo os peitos, mesmo de uniforme, já pra não dar margem pra marmanjo imbecil. depois que meu corpo começou a se formar, deixei de ir a praia justamente também por não me sentir confortável.”

- Depoimento 12: @LucySafira: via twitter, de 21 de outubro.(1 tweet)

“Já comigo era o contrário: aos 12 anos, não tinha quase peito nenhum. O que não me impedia de sofrer assédio na rua.”

- Depoimento 13: anônimo: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“Aos 13 anos, voltando da escola, um desconhecido me puxou pelo braço, me pressionou contra uma parede e disse que queria "me comer".”

- Depoimento 14: @paulacorsini: via twitter, de 21 de outubro.(1 tweet)

“Nessa idade [13 anos, se referindo ao tweet anterior] eu tinha q desviar o caminho pq sempre tinha um senhor se masturbando no carro na porta da curso de ingles.tb n contei pro meu pai q um cara no onibus colocou a mao na minha perna pq n queria que ele me proibisse de sair sozinha. ”

- Depoimento 15: @a_starlight: via twitter, de 21 de outubro.(1 tweet)

“Aos 13, indo pra escola às 7h30 da manhã, um cara baixou as dele calças pra mim na rua. Eu corri.”

- Depoimento 16: @robertaar: via twitter, de 21 de outubro.(1 tweet)

“com treze anos, um vizinho de 40 acariciou o meu rosto, me assediando. Meu pai me trancou em casa por um mês por ser "oferecida".”

- Depoimento 17: @camylla: via twitter, de 21 de outubro.(1 tweet)

“Com 12 anos e minha irmã 10 um homem passou a mão nos seios dela (que nem tinha) enquanto brincávamos em uma praça.”

- Depoimento 18: @_exuliana: via twitter, de 21 de outubro.(2 tweets)

“qdo tinha 13 anos, um senhorzinho simpático que conheci no ônibus perguntou se eu queria ver o pênis dele em troca de um sorvete . Eu respondi que não... aí ele me ofereceu dinheiro. Desci do ônibus e ele desceu junto. Corri.”

- Depoimento 19: @Archylite_Steppe: via twitter, de 21 de outubro.(1 tweet)

“Com 13 anos um cara falou que queria me comer e ficou me seguindo na rua, sai correndo e me escondi numa farmácia”

- Depoimento 20: @panccake: via twitter, de 21 de outubro.(2 tweets)

“eu tinha 11 e no caminho da escola um cara de moto me seguiu numa rua vazia e mostrou o pinto pra mim. minha irmã tem 7 e tava brincando na praça. um menino chegou e falou pro amigo 'essa dai ja da pra estuprar'. ela correu pra casa ”

- Depoimento 21: @perbastet_ : via twitter, de 21 de outubro.(1 tweet)

“Aos 10 anos fui abordada num comércio por um velho querendo me levar pra casa pra ser enfermeira dele Corri pra casa”

- Depoimento 22: @Mariana_Reys: via twitter, de 21 de outubro.(1 tweet)

“Eu tinha 12/13,brincando na sacada de casa, um senhor parou na rua,bem na minhavisão,tirou o pinto pra fora e se masturbou”

- Depoimento 23: @_smpps: via twitter, de 21 de outubro (2 tweets)

“Aos 12 anos, numa ida para apertar o aparelho, o dentista passou a mão no meu pescoço e disse que era bonita eu fingi que não ouvi e ele se aproximou do meu rosto, mas minha mãe entrou na sala bem nesse momento.”

- Depoimento 24: @alliahverso: via twitter, de 21 de outubro.(1 tweet)

“eu tinha uns 13 anos quando um grupo de marmanjos ficou seguindo e assediando eu e umas amigas da escola num parque aquático.”

- Depoimento 25: @_eusougoku : via twitter, de 21 de outubro.(1 tweet)

“com 13 anos eu e duas amigas voltando do curso e aí perto de uma viela um cara desceu da moto de capacete e com o pênis pra fora”

- Depoimento 26: @respeitasmina: via twitter, de 21 de outubro.(1 tweet)

“com uns 8 anos um homem abriu o zíper e começou a se masturbar na minha frente e das minhas primas”

- Depoimento 27: @marchioretto: via twitter, de 21 de outubro.(1 tweet)

“eu tinha 10 e estava saindo de uma festinha na rua de casa, as 21h, qdo 2 caras correram atrás de mim. sorte que consegui entrar.”

- Depoimento 28: anonimo: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“Quand eu tinha 14 anos, numa festa, um colega da minha mãe me seguiu até o banheiro e tentou me beijar.”

- Depoimento 29: @elsavillon: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“Entre 7 e 9 anos, tinha medo de ir ao bar comprar Tubaína, porque vivia cheio de homens. Me disseram "Homem não tava là toa não".”

- Depoimento 30: @mariahqueiroz: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“tinha uns 12/13 anos e voltava do ballet num ônibus lotado e sentada no corredor. 1 homem pôs o pau pra fora e roçou no meu ombro”

- Depoimento 31: @cahbicudo: via twitter, de 21 de outubro (2 tweets)

“quando eu tinha 14, voltava de uma amiga na rua de cima. Um cara parou o carro do meu lado e começou a se masturbar. aos 15 um cara me seguiu voltando da escola a noite (fui entregar trabalho). Uma prostituta gritou c ele e me deu tempo p correr”

- Depoimento 32: @italipc: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“aos 12 anos um tio avô colocou as mãos na minha coxa e subiu a saia, enqnt pegava carona com a minha familia dps da ceia de natal”

- Depoimento 33: @louvemlorene: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“Com 15 anos, eu e uma amiga em uma praça conversando. Um homem com uma pasta sentou num banco próximo e começou a se masturbar”

- Depoimento 34: @cherlabyrinth: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“Com 12 anos, logo após minha primeira menstruação, um cara passou a mão no meu peito e falou "Tá crescendo, ne?"”

- Depoimento 35: @nieleperez: via twitter, de 21 de outubro (2 tweets)

“com 10 anos eu fazia basquete perto de casa e sempre que eu ia a pé passava cara de moto buzinando e fazendo gestos. Os assédios começaram com 10 e não pararam. Aos 12 um velho se esfregou em mim no ônibus e disse que eu era "gostosinha"”

- Depoimento 36: @h616s: via twitter, de 21 de outubro (3 tweets)

“cm 11 anos eu estava andando de calça legging na calçada, um homem de +50 anos se aproximou de mim e disse: que bocetinha linda. faz 10 anos desde que aconteceu algo parecido cmg e essa é a primeira vez na vida que tenho coragem de falar sobre. eu tinha 11 anos e fui pra casa chorar. Demorei anos pra conseguir vestir calça legging de novo pq eu achava q era culpa minha ”

- Depoimento 37: @carolrj3: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“o "amigo" da minha família queria me pegar aos 9. E insistia. Via ele e era como ver o diabo.”

- Depoimento 38: @nathaliaraks: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“Eu tinha 7 anos, um cara no bairro se masturbou atrás de um poste vendo eu e minhas vizinhas brincando, nós corremos.”

- Depoimento 39: @Flay_xis: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“Aos 8 anos enquanto ia na padaria na esquina da minha casa um homem de bicicleta parou na minha frente e mostrou o pênis.”

- Depoimento 40: @snark_hunter: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“eu e minha irmã passamos tomando picolé na frente de um bar e piadas sobre chupar foram o mínimo gritaram (eu: 11 anos, ela: 14)”

- Depoimento 41: @bruuunacaldas: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“quando ia pra escola tinha que passar na frente de um bar e, como a calçada era pequena, passavam a mão em mim e riam. Nojo!”

- Depoimento 42: @Sybylla_ : via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“Eu tinha 8 anos. Um vizinho achou "minha bundinha uma delícia e queria poder comer aquilo”.

- Depoimento 43: @Flavja: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“Tava na rua com minha tia. Um homem falou “hummm lindas”. Mandei à merda e ela me repreendeu: ele só tá elogiando, não seja grossa.”

- Depoimento 44: anonimo: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“aconteceu aos 11 anos. Não parou aí. Fui assediada na rua, metrô, escola por desconhecidos e por quem deveria me proteger”

- Depoimento 45: @Anakoe: via twitter, de 21 de outubro (1 tweet)

“Já vi cara no Face comemorando felizão o nasc da sobrinha com a frase: "daqui a 18 anos já vai estar na Playboy"”

- Depoimento 46: @CamilaBHassen: via twitter, 22 de outubro (1 tweet)

“o meu #PrimeiroAssedio foi no dia em que eu nasci e furaram minhas orelhas sem meu consentimento. De lá pra cá já foram vários...”

- Depoimento 47: @liliankrislan: via twitter, 22 de outubro (5 tweets)

“As histórias são muitas e só pioram. Não vou mais me calar nem abaixar a cabeça. Aos 6, um homem me chamou para pedir informação e enquanto ele demorava a falar, se masturbava. Aos 8 um tio passou a mão em mim, elogiando como eu estava ficando bonita. Aos 10, um menino colocou a mão na minha bunda e, ao reportar para os meus pais, “eu não devia ter usado short”. Aos 11, um menino tentou me agarrar e a resposta dos meus pais foi “você não devia andar com meninos”. Aos 15, um desconhecido vindo de bike me gritava. Ignorei e ele puxou meu cabelo e me arrastou por meio quarteirão.”

- Depoimento 48: anonimo: via twitter, 23 de outubro (1 tweet)

“"Com 8 anos um 'tio' me levou no cinema, me colocou no colo e colocou a mão debaixo do meu vestido"”

- Depoimento 49: @fabrina: via twitter, 26 de outubro (1 tweet)

“O meu #primeiroassedio foi aos 9 e reagi ao fiufiu que minha filha recebeu aos 8. E fui criticada por isso. Até quando?”

ANEXO V: Campanha “Chega de Fiu-fiu”

Figura A: Imagem da campanha Chega de Fiu-fiu. Fonte: Facebook.
Disponível em: <https://www.facebook.com/thinkolga/photos/pb.289405207861674.-2207520000.1450926730./330536113748583/?type=3&theater>



Figura B: Imagem da campanha Chega de Fiu-fiu. Fonte: Facebook.
Disponível em: <https://www.facebook.com/thinkolga/photos/pb.289405207861674.-2207520000.1450926730./328282663973928/?type=3&theater>



THINK
OLGA.com

{ CHEGA DE
fiu fiu!

Figura C: Imagem da campanha Chega de Fiu-fiu. Fonte: Facebook.
Disponível em: <https://www.facebook.com/thinkolga/photos/pb.289405207861674.-2207520000.1450927150./332902776845250/?type=3&theater>



Figura D: Resultado do questionário do movimento Chega de Fiu-fiu. Fonte: Época. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2013/09/cantadas-bofendemb.html>

O que as mulheres ouvem nas ruas

Uma pesquisa com quase 8 mil respostas mostra as "cantadas" comuns



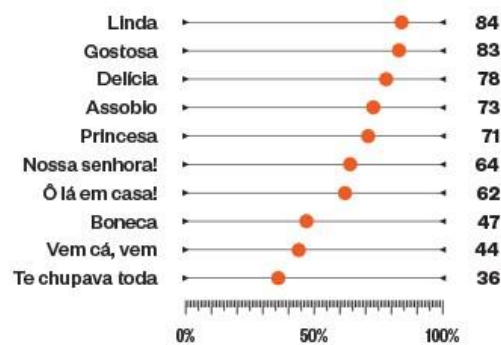
ONDE MORAM

As intimidações acontecem em todas as regiões do Brasil. E também no exterior



AS CANTADAS

As expressões que as mulheres mais ouvem vindas de desconhecidos



INVASÃO

Já passaram a mão em você?



Em que parte do corpo?



(1) Parques, shoppings, cinemas etc.

Fonte: As coisas que a gente ouve (Karin Hueck)/blog Think Olga

Figura E: Infográfico com resultado final da pesquisa do Chega de Fiu-fiu. Fonte: Folha online.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/03/1422112-mulheres-se-impoem-contra-cantadas-de-rua-e-criam-grupos-para-entender-feminismo.shtml>

CHEGA DE FIU FIU

Resultados da enquete on-line feita com 7.762 mulheres no ano passado

É legal ouvir cantada?

não
83%

17% sim

Você já deixou de fazer alguma coisa com medo do assédio?

(ir a algum lugar, passar na frente de uma obra, sair a pé)

sim
81%

19% não

Quais cantadas você já ouviu em locais públicos?

84% **Linda**
83% **Gostosa**
78% **Delícia**
73% **Fiu fiu**
71% **Princesa**
64% **Nossa senhora**
62% **Ô, lá em casa**
47% **Boneca**
44% **Vem cá, vem**
36% **Te pegava toda**
36% **Te chupava toda**
4% **Outras**

* Mais de uma opção podia ser escolhida

Onde você já recebeu cantadas?



* Mais de uma opção podia ser escolhida

Figura F: Capa da edição 798 da revista Época, com matéria de Karin Hueck destacada em sua parte superior. Fonte: Facebook do think thank Think Olga.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/thinkolga/photos/a.289412727860922.1073741826.289405207861674/346214532180741/?type=3&theater>



Figura G: Capa e contra-capa do Folder da Defensoria Pública. Fonte: Facebook.
Disponível em:
<https://www.facebook.com/chegadefiufiu/photos/pcb.1505974863007250/1505974706340599/?type=3&permPage=1>



Figura H: Texto de folder para a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Fonte: Facebook.
Disponível em:
<https://www.facebook.com/chegadefiu/ufiu/photos/pcb.1505974863007250/1505974623007274/?type=3&permPage=1>

Andar pelas ruas e ouvir um comentário obsceno sobre o seu corpo é um elogio? Ouvir uma cantada no ambiente de trabalho é algo natural? Ser "encoxada" no transporte público faz mesmo parte da rotina das grandes cidades? A resposta para todas essas perguntas é NÃO. Tudo isso é assédio sexual.

O que é assédio sexual?
O assédio sexual é uma manifestação sensual ou sexual, alheia à vontade da pessoa a quem se dirige. Ou seja, abordagens grosseiras, ofensas e propostas inadequadas que constroem, humilham, amedrontam. É essencial que qualquer investida sexual tenha o consentimento da outra parte, o que não acontece quando uma mulher leva uma cantada.

Porque devemos denunciar o assédio
Dizer não ao assédio é não aceitar mais que mulheres sejam vistas como objetos sexuais passivos ou como vítimas frágeis do poder dos homens. Dizer não ao assédio é afirmar que as mulheres podem e devem ter controle sobre a própria sexualidade. É mostrar que podemos igualar a voz e o poder da mulher na sociedade, e não submeter as mulheres aos papéis sociais tradicionais.

As consequências
O assédio sexual tem causado impactos sérios e negativos na saúde física e emocional das mulheres. Entre os efeitos negativos relatados pelas vítimas, os mais citados são: ansiedade, depressão, perda ou ganho de peso, dores de cabeça, estresse e distúrbios do sono. Além disso, muitas delas podam sua própria liberdade e seu direito de escolha — deixando de usar uma roupa ou de cruzar uma praça, por exemplo — por medo de sofrer tais abordagens.

A raiz do problema
O que está por trás do assédio não é uma vontade de fazer um elogio. Na verdade, esse comportamento é principalmente uma tentativa de demonstrar poder e intimidar a mulher. E pode acontecer com qualquer tipo de mulher, independente da roupa que ela usa, do local onde ela está, da sua aparência física ou do seu comportamento. Ou seja, a culpa e a responsabilidade pelo assédio é sempre do assediador.

Assédio sexual versus paquera
As cantadas ou os assédios físicos não são uma forma de conhecer pessoas para um relacionamento íntimo. Uma paquera acontece com consentimento de ambas as partes: é uma tentativa legítima de criar uma conexão com alguém que você conhece e estima. Por outro lado, o assédio nunca leva a uma intimidade maior. O sujeito que grita para uma mulher na rua de dentro do seu carro jamais quer ouvir a opinião da outra parte. Ele quer apenas se impor sobre ela. Quem confunde assédio sexual com paquera quer, na verdade, causar confusão justamente para poder continuar a fazer o que quiser sem dor na consciência. Paquera não causa medo e nem angústia. O mais importante é buscar o consentimento e aceitar "não" como resposta.

As roupas das mulheres
É errado achar que uma peça de roupa seja um sinal verde para qualquer tipo de violência sexual, inclusive a verbal. Todos têm o direito de sair de casa da maneira como preferirem, no horário que desejarem e para onde quiserem, sem temer qualquer tipo de abordagem grosseira.

Casas noturnas
Normalmente, as pessoas acreditam que, em casas noturnas, onde o ambiente é mais descontraído, é aceitável assediar as mulheres. Essa ideia precisa mudar. O consentimento deve ser dado de livre e espontânea vontade, antes do ato sexual. É importante lembrarmos que o consentimento não é a ausência de "não" ou o silêncio.

O assédio sexual, segundo a lei
O assédio sexual pode ser configurado como crime, de acordo com o comportamento do assediador. Vejamos:

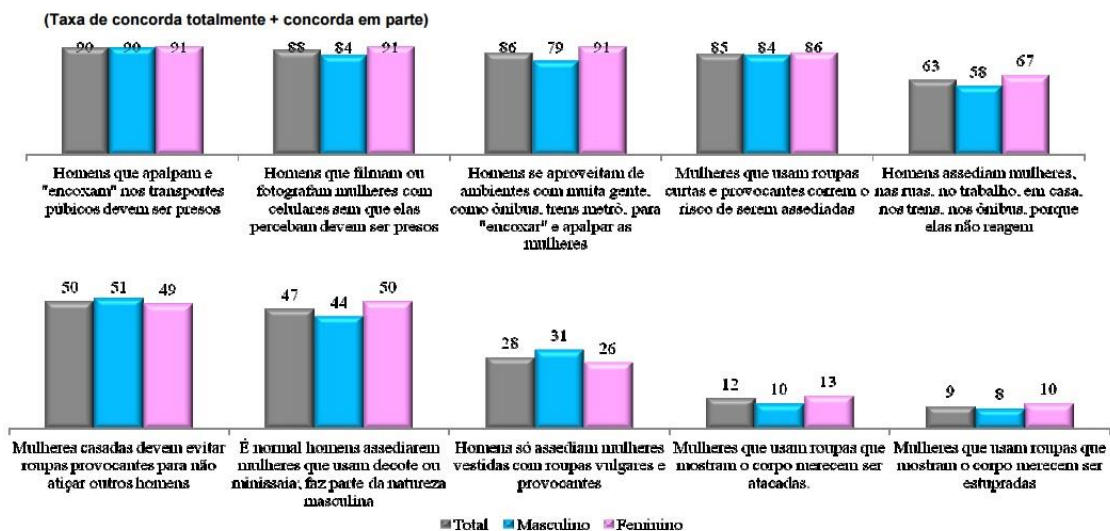
Assédio sexual: O assédio caracteriza-se por constrangimentos e ameaças com a finalidade de obter favores sexuais feita por alguém de posição superior à vítima. (conforme Art. 216-A do Código Penal)

Importunação ofensiva ao pudor: é o assédio verbal, quando alguém diz coisas desagradáveis e/ou invasivas (as famosas "cantadas") ou faz ameaças. Tais condutas também são formas de agressão e devem ser coibidas e denunciadas. (Conforme Art. 61 da Lei nº 3688/1941)

Estupro: tocar as partes íntimas de alguém sem consentimento também pode ser enquadrado como estupro, dentre outros comportamentos. (Conforme Art. 213 do Código Penal: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso)

Ato obsceno: é quando alguém pratica uma ação de cunho sexual (como por exemplo, exhibe seus genitais) em local público, a fim de constranger ou ameaçar alguém. (Conforme Art. 233 do Código Penal)

Resultados da pesquisa do Datafolha de 07 de abril de 2014 (Termômetro Paulistano - assédio sexual contra as mulheres PO813740).



P.3 Alguma vez você foi assediada(o) sexualmente _____ ?
P.4 Esse assédio foi físico ou verbal ?
(Resposta estimulada e única, em %)

		TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL		JÁ FOI ASSEDIADO(A) SEXUALMENTE	
			PEA	NÃO PEA	FOI ASSEDIADO(A)	NÃO FOI ASSEDIADO(A)
No transporte público?	FOI ASSEDIADA(O)	35	36	31	66	
	Físico	26	27	24	49	
	Verbal	6	7	4	12	
	Ambos	3	2	3	5	
	NÃO FOI ASSEDIADA(O)	65	64	69	34	100
No trabalho?	FOI ASSEDIADA(O)	20	21	15	37	
	Físico	4	5	2	8	
	Verbal	13	13	13	25	
	Ambos	2	2	1	4	
	Não sabe				1	
	NÃO FOI ASSEDIADA(O)	80	79	85	63	100
Na escola ou faculdade?	FOI ASSEDIADA(O)	12	13	9	23	
	Físico	2	2	2	4	
	Verbal	8	8	5	14	
	Ambos	2	2	1	3	
	Não sabe		1		1	
	NÃO FOI ASSEDIADA(O)	88	87	91	77	100
Em casa?	FOI ASSEDIADA(O)	5	5	5	10	
	Físico	3	3	3	6	
	Verbal	1	1	2	3	
	Ambos	1	1	1	1	
	Não sabe					
	NÃO FOI ASSEDIADA(O)	95	95	95	90	100
Na rua?	FOI ASSEDIADA(O)	30	32	24	56	
	Físico	4	4	3	8	
	Verbal	22	23	19	42	
	Ambos	3	4	2	6	
	Não sabe					
	NÃO FOI ASSEDIADA(O)	70	68	76	44	100
No bar ou balada?	FOI ASSEDIADA(O)	23	26	15	44	
	Físico	6	7	6	12	
	Verbal	11	13	6	21	
	Ambos	6	6	4	10	
	Não sabe					
	NÃO FOI ASSEDIADA(O)	77	74	85	56	100
	Total em %	100	100	100	100	100
	Base ponderada	798	608	189	423	375
	Total Nos. absolutos	798	613	185	428	370

Projeto: PO3740
Base: Total da amostra
Data do campo: 07/04/2014

P.3 Alguma vez você foi assediada(o) sexualmente _____ ?
P.4 Esse assédio foi físico ou verbal ?
(Resposta estimulada e única, em %)

		TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL		JÁ FOI ASSEDIADO(A) SEXUALMENTE	
			PEA	NÃO PEA	FOI ASSEDIADO(A)	NÃO FOI ASSEDIADO(A)
	FOI ASSEDIADO(A)	53	55	46	100	
	Físico	40	41	36	76	
	Verbal	38	40	34	73	
	NÃO FOI ASSEDIADO(A)	47	45	54		100
	Total em %	100	100	100	100	100
	Base ponderada	798	608	189	423	375
	Total Nos. absolutos	798	613	185	428	370

Projeto: PO3740
Base: Total da amostra
Data do campo: 07/04/2014

PERFIL DA AMOSTRA
(Resposta em %)

		TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL		JÁ FOI ASSEDIADO(A) SEXUALMENTE	
			PEA	NÃO PEA	FOI ASSEDIADO(A)	NÃO FOI ASSEDIADO(A)
SEXO	Masculino	48	50	32	38	57
	Feminino	54	50	68	64	43
IDADE	16 a 24 anos	19	18	20	15	23
	25 a 34 anos	23	27	10	28	18
	35 a 44 anos	19	23	8	21	17
	45 a 59 anos	23	24	17	23	22
	60 anos ou mais	16	7	45	13	19
MÉDIA		40,9	37,9	50,2	40,1	41,7
ESCOLARIDADE	Fundamental	34	31	44	30	38
	Médio	41	42	37	41	41
	Superior	25	27	19	29	21
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	PEA	76	100		79	73
	Assalariado registrado	39	51		38	40
	Assalariado sem registro	6	8		6	6
	Funcionário público	2	3		2	2
	Autônomo regular (Paga ISS)	5	6		5	4
	Profissional liberal (autônomo universitário)	1	1		1	1
	Empresário	2	3		2	2
	Free-lance/ bico	13	17		15	10
	Estagiário/ aprendiz (remunerado)	1	1		1	1
	Outros PEA		1		1	
	Desempregado (procura emprego)	7	9		7	6
	NÃO PEA	24		100	21	27
	Dona de casa	8		32	7	8
	Aposentado	11		45	9	13
	Estudante	4		16	3	4
	Vive de rendas			1	1	
	Outros NAO PEA			1		1
	Desempregado (Não procura emprego)	1		5	1	1
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até R\$ 1.448,00	32	30	40	32	32
	De R\$ 1.448,01 até R\$ 2.172,00	22	23	20	23	21
	De R\$ 2.172,01 até R\$ 3.620,00	17	19	12	18	17
	De R\$ 3.620,01 até R\$ 7.240,00	15	15	13	15	14
	De R\$ 7.240,01 até R\$ 14.480,00	7	8	6	7	7
	De R\$ 14.480,01 até R\$ 36.200,00	2	2	1	2	2
	R\$ 36.200,01 ou mais					1
	Recusa	2	2	3	2	2
	Não sabe	2	1	5	2	3
	Total em %	100	100	100	100	100
	Base ponderada	798	608	189	423	375
	Total Nos. absolutos	798	613	185	428	370

Projeto: PO3740
Base: Total da amostra
Data do campo: 07/04/2014

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2015

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de assédio verbal ou físico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o art. 216-B, com a seguinte redação:

“Assédio verbal ou físico

Art. 216-B. Assediar, intimidar, constranger, consternar, hostilizar, ofender, atordoar pessoa ou pessoas, independentemente do gênero, com palavras, gestos ou comportamentos, praticados por uma ou mais pessoas, em locais públicos ou privados com acesso público, que afetem sua dignidade, liberdade de livre circulação, integridade e honra, independentemente de outro crime que possa ser imputado.

Pena – obrigatoriedade de frequentar programa de reeducação, e multa.

§ 1º Para os efeitos do presente dispositivo, entende-se por:

I – palavras: condutas constantes em atos verbais, comentários maledicentes, insinuações ou expressões verbais de cunho sexista alusivas ao corpo, a ato sexual ou situação sexual humilhante contra outra ou outras pessoas;

II – gestos: condutas constantes em atos não verbais, que reproduzam gestuais obscenos, formas fálicas, insinuações de atos ou sons de natureza sexual contra outra ou outras pessoas;

III – comportamentos:

- a) conduta que consiste na captação de imagens, vídeos ou qualquer registro audiovisual, parcial ou total, do corpo ou partes íntimas de outra ou outras pessoas, sem o seu consentimento e com conotação sexual;
- b) conduta que consiste em abordagens intimidadoras, exibicionismo, masturbação, perseguição a pé (stalkers) ou por qualquer meio de transporte contra outra ou outras pessoas;
- c) conduta lasciva que consiste no contato corporal, como apalpar, dartapinha ou roçar a genitália em transportes públicos, elevadores, shows e outros locais públicos ou privados de acesso público, de caráter transitório, contra outra ou outras pessoas;
- d) conduta lasciva agressiva decorrente da negativa da vítima ou vítimas em aceitar(em) a “cantada” e tal situação evoluir para um segurar firme, agarrar, abraçar, beijar ou tocar partes íntimas do corpo de pessoa ou pessoas;

§ 2º Nas hipóteses das alíneas *c* e *d* do inciso III do parágrafo anterior:

Pena – prestação de serviços à comunidade ou prisão simples de 2 (dois) dias até 10 (dez) dias, e multa.

§ 3º Aplica-se a pena de detenção de até um mês e multa se cometido contra menor, ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, em companhia de outra pessoa ou com pluralidade de participantes.

§ 4º Responde por prevaricação a autoridade policial que deixar de receber a ocorrência.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto objetiva prevenir e punir o assédio verbal ou físico de cunho sexista em espaços públicos, como ruas, avenidas, parques, transportes públicos, elevadores etc., ou privado com acesso público, como escritórios, consultórios, representações etc, que atente contra a dignidade, liberdade, livre circulação, bem como contra a honra da pessoa, independentemente do gênero.

Assim, a conduta física ou verbal, com conotações sexuais indesejadas, por uma ou mais pessoas contra qualquer outra ou outras, será passível de penalização.

A proposição que ora apresentamos tem sua inspiração em iniciativas semelhantes na Argentina, Peru e Chile, que tiveram repercussão na mídia internacional. No Peru e Chile, as proposições foram convertidas em Leis, e versam sobre crime de assédio sexual nas ruas, no sentido de punir quem atente, sobretudo, contra a mulher, valendo-se de atos verbais, físicos ou gestuais com conotações sexuais.

No Peru, o projeto foi aprovado por unanimidade, segundo o site **canaln.pe**, prevendo punição rigorosa nos casos mais graves do crime de assédio sexual nas ruas, com reclusão de até doze anos.

Por absoluta pertinência, é bom que se ressalte que as Leis e a proposição da Argentina, ainda não votada, tratam de matérias análogas, porém diferente da tipificação existente em nosso Código Penal, em seu art. 216-A, que trata do “Assédio sexual”, razão pela qual sugerimos a redação de “Assédio verbal ou físico”, para não ensejar dúvida interpretação que possa desqualificar o crime que ora especificamos.

Na medida de sua diferenciação com as Leis e projeto argentino, entendemos que a pena de reclusão seria medida desproporcional, pois objetivamos, aqui, propiciar ao Poder Público atuar preventivamente contra os atos de assédio verbal, gestual ou comportamental, principalmente por meio de publicidade em massa, programas de reeducação e, no limite, prisão simples de dois até dez dias, e multa.

Afinal, impõe-se que, primeiramente, haja uma sensibilização e conscientização pública a demonstrar que o elogio é diferente de assédio verbal lascivo contra qualquer pessoa, independentemente do gênero, mas que tem sido sistematicamente utilizado contra mulheres no que se “convencionou” chamar de “cantada”.

Somente com essa sensibilização e reeducação será possível extirpar da sociedade as grotescas e indesejadas “cantadas” que, não menos raramente, progridem para agressões verbais quando as vítimas rechaçam o agente agressor, constituindo-se, ainda, em perseguições com agressões físicas, que somente nesta última condição tem a atenção da autoridade policial.

Essa abominável prática, que acontece em locais onde as pessoas desenvolvem suas relações interpessoais, causam, nas vítimas, traumas que abalam o emocional e diminui a autoestima, pela vergonha e constrangimento a que são submetidas, verdadeira violência psicológica.

As condutas que excedam das palavras e cheguem ao contato físico devem ser punidas com prestação de serviço à comunidade ou prisão simples, como forma de coibir a ação desses indivíduos que atuam diariamente, com naturalidade, por todo o País.

É incontável o número de vítimas diárias dessa prática humilhante e degradante que gera medo, trauma e constrangimento, sobretudo para as mulheres que enfrentam diariamente assédios desde a ida ao trabalho e no seu retorno, nas vias públicas e mais constantemente nos transportes públicos.

O site denominado “cantada de rua”, com página no site **facebook**, merece destaque, pois reúne mais de 2.000 (dois mil) relatos de pessoas que sofreram cantadas ou assédios, dos quais pouquíssimos mereceram a devida atenção da polícia, cuja negligência resulta de uma cultura machista que vê com “naturalidade” e “banalidade” essa prática.

Pesquisa realizada pela **Data Folha** (instituto de pesquisas) em 2014, no estado de São Paulo, apontou que 53% dos paulistanos já sofreram algum tipo de assédio, principalmente as mulheres. Dentre os tipos de assédio foram citados, principalmente, o abuso físico ou verbal, compreendendo 57% das menções. Por outro lado, os assédios mais “brandos” referem-se à forma de tratamento com desrespeito às mulheres.

A maioria dos entrevistados, de maneira geral, é contra as “cantadas” que constituem verdadeiras agressões explícitas às mulheres e desejam, assim, a punição dos assediadores.

(<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/04/14/termometropaulistano-assedio-sexual.pdf>>. Acesso em 10/06/2015)

Essa prática precisa ser estancada. Por isso, entendemos que, concomitantemente à vigência, após a conversão do presente projeto em lei, impõem-se sejam instituídas campanhas de sensibilização do público com desrespeito a tais práticas e os malefícios que causam às vítimas, bem como sobre os riscos sociais, a partir da lei, do assédio verbal ou físico.

É fundamental evidenciar que a cantada indesejada constitui crime de assédio, tipificado como uma forma de violência e, o indivíduo que assedia, deve estar ciente que há pena para quem invade a privacidade alheia, viola sua dignidade, constrange, ofende e aterroriza.

No bojo desse conjunto de iniciativas, este Poder não pode se eximir do seu dever-poder de discutir e dar visibilidade para essa prática deplorável como um problema social que carece de regulamentação. É o que fazemos aqui e esperamos ter a anuência dos nobres Pares para que possamos ajudar a promover mudanças culturais necessárias para erradicá-la.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2015.

Senador DAVI ALCOLUMBRE

DEMOCRATAS/AP